

CAMILA DE BRITO QUADROS LARA

**O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO:
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA IGREJA NOSSA SENHORA
IMACULADA CONCEIÇÃO DE DOURADOS/MS**

DOURADOS – 2017

CAMILA DE BRITO QUADROS LARA

**O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO:
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA IGREJA NOSSA SENHORA IMACULADA
CONCEIÇÃO DE DOURADOS/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. **Losandro Antônio Tedeschi.**

DOURADOS – 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L318p Lara, Camila de Brito Quadros

O Patrimônio cultural religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS / Camila de Brito Quadros Lara --
Dourados: UFGD, 2017.

225f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Losandro Antônio Tedeschi

Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas,
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Patrimônio Cultural. 2. História Regional. 3. Igreja Católica. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

CAMILA DE BRITO QUADROS LARA

**O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO:
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA IGREJA NOSSA SENHORA IMACULADA
CONCEIÇÃO DE DOURADOS/MS**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.


BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Losandro Antônio Tedeschi (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato (Dra., UFMS)



3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

4º Examinador:

Jiani Fernando Langaro (Dr., UFGD; UFG)



DADOS CURRICULARES

Nome: Camila de Brito Quadros Lara

Data de nascimento: 26 de agosto de 1980.

Cidade: Dourados/MS

Filiação: Alceu de Aguiar Quadros e Maria Solange de Brito Quadros

Ensino Fundamental: Escola Estadual Armando da Silva Carmelo; Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso.

Ensino Médio: Escola Estadual Presidente Vargas.

Graduação: Turismo com ênfase em ambientes naturais, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – 2003-2007.

Especialização: Metodologia do Ensino Superior, pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) – 2010 a 2011.

Mestrado: História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH-UFGD) – 2015 a 2017.

Ao meu pai Alceu de Aguiar Quadros, meu início.

À minha filha Giorgia Quadros Lara, minha continuidade.

Através desta fotografia, gostaria de dedicar esta Dissertação à todo(a)s os douradenses, aos nascidos aqui e também àqueles que escolheram e acolheram esse lugar.

Meus avós paternos Ressualves da Costa Quadros (*in memoriam*) e Iracy de Aguiar Quadros.
Interior da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, 20 de janeiro de 1955.



RAÇA SUL-MATO-GROSSENSE

COMPOSIÇÃO: CARLOS MARINHO & CARLOS FÁBIO

INTÉRPRETES: CARLOS FÁBIO & PACITO

O SANGUE QUE CORRE NAS VEIAS
CORIXOS SOB UM CÉU AZUL
SEMENTE DESSE POVO FORTE
DO MEU MATO GROSSO DO SUL
COM A MISCIGENAÇÃO DOS POVOS
NOVA RAÇA ENTÃO SURGIU
NASCEU O SUL-MATO-GROSSENSE
NO CENTRO OESTE DO BRASIL

CADA UM QUE FEZ ESTA SEMENTE GERMINAR
SABE O QUANTO ESTA TERRA TEM PARA NOS DAR
ÍNDIO, BRANCO, NEGRO,
CADA UM QUE AQUI CHEGAR
VIRA SUL-MATO-GROSSENSE
A MAIS BELA RAÇA QUE HÁ

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu refúgio e fortaleza.

A Nossa Senhora das Graças, que cuida de mim, da minha casa, da minha família e do meu trabalho.

A minha mãe, agradeço por me ensinar a ter fé. Agradeço por eu estar presente em suas orações diárias, sem as quais provavelmente eu não estaria de pé. Agradeço por toda a ajuda e todo o cuidado para comigo, Eneri e Giorgia.

Ao meu pai, agradeço por me apresentar ainda na infância o mundo cultural. Agradeço por me presentear com livros e jogos, por me levar ao cinema, por me levar pra viajar de trem pelo Mato Grosso do Sul e tantos outros presentes que me educaram e abriram meus olhos para outras possibilidades, para outros caminhos e que contribuíram para formar a pessoa que sou hoje. Pai, agradeço especialmente toda a ajuda nesse período da Dissertação. Saiba que esse caminho seria muito mais difícil sem a sua presença, seus ensinamentos e aconselhamentos. Saiba que esse trabalho é nosso!

A meu irmão Josué, minhas irmãs Claudia e Sara, familiares e amigos, agradeço pelo incentivo, pelas palavras de apoio. Pelas conversas, risadas, comes e bebes. É muito bom compartilhar a vida e participar da vida de vocês!

Ao meu marido Eneri, agradeço por fazer parte disso. Sim, você é parte disso, esse trabalho é nosso! Agradeço pela parceria de mais de uma década juntos, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença... Lembra quando você me abriu os olhos sobre meu tema de pesquisa? Pois é, não me esquecerei nunca disso. Mesmo diante de tantas e todas as dificuldades que se apresentaram durante o percurso da Dissertação estivemos juntos, caminhamos juntos e passamos por mais esse desafio juntos! Obrigada por cuidar da nossa casa e de nossa Giorgia durante minhas viagens, por ler e revisar meus textos, por me ajudar a enxergar e decifrar elementos nas fotografias e nos jornais, compartilhar de minhas crises existenciais, ouvir e debater minhas colocações e mesmo muitas vezes sentindo minha ausência, ter me respeitado na minha atuação profissional, na minha pesquisa e enquanto ser

humano. Só nós dois sabemos o peso, a dor e o amor da realização deste trabalho. Minha eterna gratidão a você!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados por ter acolhido uma turismóloga no grupo de pesquisadores pós-graduandos em História. Hoje posso dizer que é possível sonhar e ir além, realizar! Agradeço ao grupo de professores que me apresentaram um novo mundo, novas perspectivas, novas leituras, outras possibilidades de pensar o mundo e o ser humano. Agradeço sobretudo, ao professor Losandro Tedeschi por ter me acolhido enquanto sua orientanda, por ter acreditado em mim e no meu trabalho. Por ter me respeitado enquanto pesquisadora, estimulado minha autonomia e sobretudo, por ter confiado em mim.

Aos colegas de turma, obrigada pelas contribuições durante as aulas, por me ajudarem nas questões do *ofício do historiador*. Agradeço principalmente à Daiane Lima dos Santos que se tornou uma amiga. Daiane, obrigada por me ouvir e compartilhar comigo as angústias, os desafios, e as vitórias durante esses dois anos. Obrigada pela parceria nos textos, nos congressos, nas palestras no curso de Turismo, no minicurso ministrado na graduação de História e tantas outras coisas que fizemos e ainda faremos juntas. Desejo a você todo o sucesso!

Um agradecimento especial aos professores que participaram de minha banca de Qualificação. Professor Jiani Langaro, uma pessoa realmente especial que conheci antes ainda de participar da seleção para o Mestrado, nas reuniões do *Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados*. Seu sorriso, sua simpatia e interesse pela minha pesquisa nunca serão por mim esquecidos. Obrigada pelas colocações e sugestões, pelas indicações bibliográficas, pelas considerações sempre bem pontuadas e assertivas.

Na figura do professor Paulo Cimó eu vejo um *pai professor*. Agradeço por suas aulas, pelas tardes passadas no Centro de Documentação Regional, pelas conversas que sempre tinham um toque de ensinamento, pela revisão do meu texto na Qualificação, sobretudo nas questões da História Regional, por me ensinar o quê, onde e como pesquisar. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao seu trabalho de anos junto ao CDR. Muito obrigada por ter me apresentado, mesmo que indiretamente, quase todas as fontes as quais utilizei nessa Dissertação. Saiba que essa pesquisa se deve muito à sua atuação junto ao CDR.

Aproveitando o ensejo, agradeço imensamente ao Carlos Barros Gonçalves e a Ivanir Souza, os quais sempre que precisei me receberam no CDR e me ajudaram durante a coleta de

fontes. Carlos, a você ainda agradeço a parceria profissional e as palavras de incentivo durante esse período.

Agradeço aos funcionários do *Museu Histórico de Dourados*, sobretudo a Ilson Boca Venancio e Wilson Vieira de Lima - *Kaffé* que me receberam enquanto pesquisadora e todos os anos me recebem juntamente com meus alunos para uma visita técnica. Obrigada companheiros de luta pela preservação do patrimônio cultural de Dourados!

Agradeço à *Comissão de Revisão Histórica de Dourados*, através de seu representante Carlos Magno Mieres Amarilha por ter disponibilizado várias fontes fotográficas, bem como informações referentes ao objeto desta pesquisa.

Agradeço a Câmara Municipal de Dourados, na figura da funcionária Hebe de Oliveira Barros que prontamente me auxiliou com documentos relativos à pesquisa.

Agradeço a Paróquia São José de Ponta Porã, sobretudo ao Padre Paulo do Nascimento Sousa, a funcionária Kaythe Moura e ao seminarista que me acompanhou durante a pesquisa nos arquivos paroquiais daquela cidade.

Agradeço a Paróquia de Dourados por ter disponibilizado os documentos utilizados nessa Dissertação nas pessoas de Padre Crispim Guimarães e diácono Alceu de Aguiar Quadros. Agradeço imensamente ao diácono Nilson Domingos que me atendeu na Cúria Diocesana e a Solenyr Araujo que me recebeu em sua casa e me mostrou suas fotografias, me contou a história de sua família, além de ter sido, juntamente com meu pai, uma ótima *assessora para assuntos católicos*. A ajuda de vocês fez toda a diferença no resultado deste trabalho.

Agradeço também à minha atual chefe e companheira de trabalho no curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Graci Marlene Pavan, minha *mãe profissional*. Obrigada por tentar me tirar da *zona de conforto* profissional, me instigar na pesquisa e na minha carreira acadêmica, abraçar e participar dos meus projetos, me ouvir e compartilhar comigo suas experiências de educadora e celebrar minha vitórias. Saiba que você é uma das profissionais que me inspiram no sentido autêntico do que é ser professora.

E agradeço a tantos outros que cruzaram meu caminho, que caminharam comigo e que agora estão felizes comigo também!

Minha eterna gratidão a todo(a)s vocês!

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi analisar o processo histórico de *construção* da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição enquanto um patrimônio cultural religioso de Dourados. Assim, a palavra *construção* é entendida neste trabalho, tanto na abordagem literal - ou seja, física, do prédio propriamente dito - como remete também a uma construção simbólica, cercada de elementos imateriais formadores desse patrimônio cultural religioso. A história da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição perpassa a própria história de Dourados. Quando um grupo de fiéis formado por migrantes se organizou para construir a primeira capela em 1925, Dourados ainda era um povoado, um distrito pertencente à Ponta Porã. Conforme a localidade foi se desenvolvendo economicamente, outros grupos de migrantes foram chegando, construindo suas casas e comércios, trabalhando na área rural e, em grande parte, frequentando a igreja que ficava (fica) situada na área central da localidade. Assim, buscou-se também analisar e problematizar as relações sociais e nesse caso, sobretudo religiosas, existentes entre os indivíduos que interagiam nesse espaço simbólico que abarca processos migratórios, multiculturalismos, relações de poder e vivências culturais e que mais tarde, forjaram e acompanharam a formação da memória coletiva. Além disso, apresentam-se também os elementos arquitetônicos e simbólicos que, devido a seus contextos históricos, sociais e religiosos, foram influenciadores e legitimadores da expansão e consolidação do patrimônio cultural religioso pesquisado: Casa Paroquial, Patronato de Menores e Praça Antônio João. Outros elementos importantes são analisados e problematizados, no sentido de contribuir para o entendimento das relações que os indivíduos que aqui habitavam possuíam com a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição: a atuação dos franciscanos na região e seus desdobramentos; o embate com o Protestantismo e a importância das duas colônias agrícolas que impulsionaram processos migratórios na região: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Colônia Agrícola Municipal de Dourados. Nesse sentido, conclui-se que a contextualização do edifício não se separa da história da qual é testemunha e do espaço em que se localiza e que, portanto, para uma adequada compreensão da pluralidade dos traços culturais inerentes ao patrimônio cultural religioso devem ser levados em consideração aspectos subjetivos, inclusive as sensações decorrentes de vivências coletivas que extrapolam o sentido da materialidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; História Regional; Igreja Católica.

ABSTRACT

The aim of this dissertation was to assess the historic *construction* process of the Church of Our Lady of Immaculate Conception as a cultural religious patrimony of Dourados city. Thus, the word *construction* is understood herein as for a literal approach – as the building construction of the church itself – and a symbolic construction, surrounded by the immaterial elements that form this cultural religious patrimony. The story of the church intertwines the own story of Dourados. When a group of members formed by migrants organized construction of the first chapel in 1925, Dourados was still a small village, a district of Ponta Pora city. With the economic development of the village, other migrant groups arrived, building houses and businesses and working in the rural areas and – most of them – attending the church' services, which took (still takes) place in the central area. Thus, we aimed to analyze and discuss the social relations - in this case, the religious ones - among the individuals who take part of this symbolic space which encompasses migratory processes, multi-culturalisms, relations of power and cultural experiences that, later, forged and accompanied the formation of the collective memories. Furthermore, we present the architectonic and symbolic elements that, for their historic, social and religious perspectives, have influenced and legitimated the expansion and consolidation of this cultural religious patrimony: the Parish House, the Employers of Minors house and the Antonio Joao square. Other important elements are also analyzed and discussed in an attempt of contributing for the understanding of relations that the inhabitants had with the Church of Our Lady of Immaculate Conception: the results from the performance of the Franciscans throughout the region; the conflict with the Protestants and the importance of the two agricultural colonies that propelled the migratory processes for the region: the National Rural Colony of Dourados and the Municipal Rural Colony of Dourados. In this perspective, we concluded that the contextualization of the church's building cannot be split from the story of which it is witness or from the space where it takes place. Thus, if we aim a proper comprehension of the plurality of cultural aspects inherent to the cultural religious patrimony, we must consider the subjective aspects, including the sensations resulted from the collective experiences that extrapolate the sense of materiality.

Keywords: Cultural Patrimony; Regional History; Catholic Church.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição.....	84
Foto 2 - Festa da Padroeira - 26/09/1926.....	89
Foto 3 - Coroação de Nossa Senhora Imaculada Conceição.....	92
Foto 4 - Capela em construção.....	102
Foto 5 - Capela Nossa Senhora Imaculada Conceição.....	104
Foto 6 - Vista lateral e posterior da capela.....	105
Foto 7 - Crianças em frente à igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição.....	115
Foto 8 - Momento cívico-religioso.	116
Foto 9 - Casa Paroquial e Igreja Matriz	151
Foto 10 - Funções religiosas no interior na Igreja Matriz.....	152
Foto 11 - Casa Paroquial.....	161
Foto 12 - Construção da Casa Paroquial.....	163
Foto 13 - Casa Paroquial - Convento Franciscano.....	164
Foto 14 - Conjunto Arquitetônico - Casa Paroquial e Igreja Matriz.....	166
Foto 15 - Conjunto Arquitetônico Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição	167
Foto 16 - Patronato de Menores - Construção (1952).....	170
Foto 17 - Patronato de Menores (1954)	171
Foto 18 - Estudantes da filial do Patronato de Menores - Casa Paroquial.....	175
Foto 19 - Patronato de Menores - Educandário Santo Antônio (área interna).....	176
Foto 20 - Estudantes do Patronato de Menores - Educandário Santo Antônio.....	177
Foto 21 - Praça Antônio João - década de 1930	178
Foto 22 - Grupo de mulheres que trabalharam em quermesse.....	181
Foto 23 - Procissão pela área central de Dourados	184
Foto 24 - Praça Antônio João (início da década de 1950)	186
Foto 25 - Área central de Dourados (final da década de 1950)	190
Foto 26 - Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição em 1957 (parte interna).....	194
Foto 27 - Construção da Catedral Imaculada Conceição	201

Foto 28 - Construção da Catedral Imaculada Conceição (fachada)	201
Foto 29 - Catedral Imaculada Conceição, Patronato de Menores e Casa Paroquial (vista aérea)	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDR/FCH/UFGD – Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CMD - Colônia Agrícola Municipal de Dourados

FUNARTE - Fundação Nacional de Arte

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MS - Mato Grosso do Sul

PDF - *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento)

PPGH/UFGD - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados

SUMÁRIO

Lista de Fotografias.....	13
Lista de abreviaturas e siglas.....	15
Introdução.....	18
Capítulo 1	
DOURADOS E O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO.....	43
1.1 Patrimônio e patrimônio cultural religioso: abordagens teóricas.....	43
1.1.1 A evolução do conceito de patrimônio: do patrimônio material à imaterialidade do patrimônio.....	44
1.1.2 O Patrimônio Cultural Religioso: a evocação da materialidade do monumento.....	52
1.1.3 A imaterialidade do Patrimônio Cultural Religioso: espaço sagrado, lugar de memória, símbolo de identidades.....	56
1.2 O surgimento do patrimônio cultural religioso em Dourados: um povoado, uma religiosidade, uma devoção.....	63
1.2.1 Do início do povoado à criação do município de Dourados: história e memória (final século XIX - início século XX).....	64
1.2.2 Catolicismo e diversidade religiosa: patrimônio de um povo?.....	73
1.2.3 Nossa Senhora Imaculada Conceição: as festas religiosas e a devoção à padroeira de Dourados.....	82
Capítulo 2	
A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO: DE SINGELA CAPELA À IMPORTANTE MATRIZ DE DOURADOS.....	97

2.1 Um povoado, uma capela: a gênese da construção do patrimônio cultural religioso.....	98
2.2 O cotidiano (do) católico no povoado sob a vigília das visitas da Igreja Católica: final da década de 1920 e início da década de 1930.....	107
2.3. Dourados emancipada: a criação da Paróquia de Nossa Senhora Imaculada Conceição.....	114
2.3.1 A chegada e permanência dos franciscanos: tensões e desafios.....	118
2.3.2 Catolicismo e Protestantismo em Dourados: espaços simbólicos de poder.....	125
2.3.3 A Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND e a Colônia Agrícola Municipal de Dourados - CMD: a migração e o patrimônio cultural religioso.....	137
2.4 A transformação do patrimônio cultural religioso: a nova Igreja Matriz de Dourados.....	147
Capítulo 3	
O SIMBÓLICO E O MATERIAL: O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO CONSOLIDADO.....	155
3.1. Espaços físicos e simbólicos da cidade: a relação da memória coletiva com o patrimônio cultural religioso.....	156
3.1.1 A Casa Paroquial.....	160
3.1.2. A Igreja Católica e a educação: o Patronato de Menores.....	167
3.1.3 A Praça Antônio João: espaço simbólico-social do patrimônio cultural religioso.....	178
3.2 A Igreja Matriz é elevada à Catedral Imaculada Conceição: a consagração do patrimônio cultural religioso.....	191
Considerações Finais.....	208
Bibliografia e Fontes.....	215

INTRODUÇÃO

Durante o processo de pesquisa e, sobretudo, da escrita da Dissertação, pude perceber o quanto as temáticas abordadas têm relação comigo, fazem parte de mim. Escrever sobre a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição enquanto patrimônio cultural religioso e, além disso, abordando sua relação com a cidade de Dourados e com os douradenses¹, despertou em mim percepções nunca antes exploradas, lembranças nunca antes experimentadas.

Sou douradense, filha de dois douradenses que se conheceram na década de 1970 num grupo de jovens na Igreja Santo André, no bairro de mesmo nome, se casaram e criaram seus quatro filhos inseridos na fé católica. Ou seja, o ambiente religioso católico sempre foi para mim um ambiente familiar. Rezar o Terço, ter um carinho especial por Nossa Senhora, cantar *Mãezinha do céu, eu não sei rezar...*, ler a Bíblia, rezar antes de comer e dormir, ir às missas, passar finais de semana em retiro, frequentar catequese, celebrar a Páscoa e o Natal e até *brincar de igreja*. No final da década de 1980, a religiosidade fazia parte também do ambiente escolar aqui em Dourados, pelo menos na escola que frequentei. Lembro-me de rezar o *Pai Nosso* todos os dias no início das aulas na segunda série; e na quarta série, tive uma professora que nos ensinava músicas cujas letras eram sobre as histórias de personagens bíblicos do Antigo Testamento. Lembro-me perfeitamente da fisionomia da professora Abigail e de algumas músicas que ela ensinou. Para mim, o momento mais esperado da aula era quando ela ligava seu pequeno teclado, fixava no quadro uma cartolina com a letra da música do dia, e todos nós ensaiávamos. No final do ano fizemos até uma apresentação do *nosso repertório* para a escola!

Outra questão importante que me fez, por vezes, me emocionar com a narrativa da pesquisa deve-se ao fato de que falar sobre Dourados é, indiretamente, falar sobre a formação da minha família, é falar sobre memórias e a história de meus ascendentes. É falar sobre gaúchos, paulistas, nordestinos que vieram para essa região buscar um novo modo de vida. É também falar de colonos, de chacareiros, de comerciantes e de mulheres que passaram grande parte de suas vidas grávidas e lidando nas roças. E é também falar de fé! Fé em Deus e fé na

¹ Entendo o douradense como indivíduo nascido aqui e também o *naturalizado de coração*.

vida! Assim, percebo que narrando despretensiosamente a história de uma igreja em Dourados, estou também narrando uma parte da minha história.

Apesar de todos esses acontecimentos presentes em minha trajetória, da minha construção simbólica enquanto ser humano, dos ensinamentos, valores e crenças que inevitavelmente estão presentes em meu viver e fazem parte de minha bagagem cultural, não imaginava até pouco tempo atrás, que iria pesquisar um ícone da religiosidade enquanto patrimônio cultural, nem mesmo trabalhar com esse objeto dentro de um Programa de Pós Graduação em História. A única certeza que eu tinha ao decidir seguir a carreira acadêmica era a de continuar a pesquisar sobre patrimônios.

Minha inserção no campo de estudos da temática *patrimônio* deu-se enquanto aluna de graduação no curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, quando já no 2º ano descobri na disciplina *Turismo e Patrimônios* a afinidade com a *história e/das coisas antigas* e a área cultural, interesse bastante raro entre meus colegas de formação, talvez em muitos casos, por relacionarem o Turismo como uma atividade e profissão *do futuro*. Nesse sentido, procurei concentrar meus esforços em cursos, projetos e estágios que propiciassem maiores contatos com esse campo. Minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso teve como objeto o *Museu Histórico de Dourados*, bem como meu estágio final, que foi realizado no mesmo local. Lá ocorreram os primeiros contatos com historiadores e outros pesquisadores que trabalhavam com o patrimônio cultural e a história regional, bem como estagiários do curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, encerrando-se em uma experiência bastante significativa para minha formação profissional concluída em 2007.

No ano de 2010, ingressei no curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior no Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN, onde tive maiores aproximações com a área da docência, finalizando o curso com um artigo relacionado à História da Educação. Essa especialização complementou minha formação de bacharel e, dessa forma, pude ingressar no mesmo ano através de um processo seletivo, ao quadro de docentes contratados do curso de Turismo da UEMS, função a qual ocupo atualmente. Enquanto professora convocada, sinto-me privilegiada em poder ministrar aulas na disciplina *Turismo e Patrimônios*, a qual me despertou interesse há mais de dez anos atrás. Além de outras atividades relacionadas à cultura e ao patrimônio, participo das discussões relativas ao patrimônio cultural local, representando o curso de Turismo e a UEMS no *Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados*.

No intuito de dar prosseguimento aos estudos realizados na graduação e à verticalização acadêmica, elaborei o pré-projeto intitulado *De singela capela à imponente Catedral: história e memória do patrimônio cultural Catedral Imaculada Conceição de Dourados/MS (1925-2013)*, para participar do processo seletivo do Programa de Pós Graduação em História da UFGD. Logicamente que, durante o percurso da pesquisa, diversos ajustes foram realizados, sobretudo no que diz respeito ao recorte temporal analisado e à abordagem das categorias utilizadas. A ideia e interesse inicial nesse objeto deram-se por conta de a reunião ocorrida em 2015 a convite do pároco da Paróquia de Dourados e da *Associação Dourados-MS Receptivo*, tendo como objetivo formar um grupo de pesquisa composto por diversos profissionais de várias áreas do conhecimento que voluntariamente iriam participar de um projeto interessante, porém audacioso: pesquisar e registrar a história e a memória da Diocese de Dourados, além de realizar outras ações relacionadas ao mesmo projeto, dentre as quais estaria a possibilidade de implantação do Turismo Religioso em Dourados. Dessa forma, pensei em contribuir com uma pesquisa acadêmica sobre a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, aliando as temáticas: história, memória e patrimônio.

Ao longo de dois semestres letivos (intercalados por uma greve), nos foram ofertadas pelo PPGH/UFGD várias disciplinas a fim de auxiliar-nos na construção e no desenvolvimento da dissertação. Grande parte das disciplinas cursadas foi fundamental neste processo do *fazer histórico*, sobretudo devido às dificuldades relacionadas à minha formação que não é a mesma de um historiador. O campo, o conhecimento, a metodologia e as teorias da História, representados pelas aulas do Mestrado, a participação em eventos acadêmicos, e mais recentemente a elaboração da dissertação, apresentaram-se para mim como algo novo, desafiador e intrigante. Senti-me novamente como se fosse uma criança e estivesse num processo de alfabetização: com muitas dificuldades, muita curiosidade, ao mesmo tempo muita *sede em aprender*. Percebo que realmente o Mestrado me oportunizou várias mudanças, não só academicamente falando, mas mudanças sociocomportamentais perante a vida, outras perspectivas e formas de ver o mundo e me ver no mundo.

A dissertação intitulada *O Patrimônio Cultural Religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS* tem por objetivo analisar o processo histórico de *construção* da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, sob o viés do patrimônio cultural religioso. Apesar desse patrimônio não ser tombado² em nenhuma das

² O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural

esferas da legislação brasileira relacionada à proteção dos bens culturais, sua denominação é legítima, pois diante de seus aspectos históricos e sociais, categoriza um bem cultural que possui “referência à identidade, à ação, à memória”³ de Dourados e seus moradores.

Nesse sentido, foi utilizada no título, a palavra *construção*⁴ (em itálico) por entendermos que a abordagem deveria ocorrer tanto na perspectiva literal, ou seja, física da construção e desenvolvimento do prédio propriamente dito e de seu entorno, como remete também a uma construção simbólica, cercada de elementos imateriais formadores desse patrimônio cultural religioso.

O patrimônio cultural - ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos - não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1994, p. 99).

Quando nos reportamos à *formação* do patrimônio cultural religioso, acredito ser necessário apoiar-nos na concepção de Marilena Chauí (2001) para contextualizar esse processo.

Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só às determinações econômicas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa palavra, o registro da formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias) (CHAUI, 2001, p. 9).

Dessa forma, abordar as diversas relações sociais que permearam e se entrecruzaram nesse contexto foi fundamental para a compreensão, dentre outras questões, da escolha e determinação do que é patrimônio para uma localidade e comunidade.

Alguns esclarecimentos devem ser feitos ainda com relação a elementos do título, para justificarmos o caminho e as escolhas feitas durante o processo da escrita. O primeiro é que utilizei a nomenclatura *Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição* e não *Catedral Imaculada Conceição*, por dois motivos. Primeiro motivo: o recorte temporal da pesquisa foi

Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 14/07/2017.

³ Conforme Artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

⁴ Remete ao título do 2º capítulo.

definido a ser iniciado com a construção da primeira capela católica em Dourados (1925), cuja proteção e a imagem sacra de Nossa Senhora Imaculada Conceição foram dedicadas. A intenção inicial da pesquisa era ir até o ano de 1957, data da criação da Diocese de Dourados e elevação da então Igreja Matriz à Catedral Diocesana. Porém, para contemplar os elementos construtivos arquitetônicos e simbólicos relacionados ao objeto pesquisado, fez-se necessário transpor alguns anos e encerrar a narrativa no início da década de 1960. Sobre esse tipo de procedimento, Prost (2015) comenta que a História *recorta o tempo em períodos*.

A primeira tarefa do historiador refere-se à cronologia: antes de mais nada trata-se de classificar os acontecimentos na ordem do tempo. Apesar de parecer um exercício simples e evidente, ele suscita, frequentemente, surpresas porque os acontecimentos se sobrepõem e imbricam⁵. Para não forçar o sentido dos dados, a ordem cronológica deve ser flexibilizada, detalhada e interpretada; esse procedimento constitui uma primeira depuração. A segunda tarefa [...] é a periodização. Em primeiro nível trata-se de uma necessidade prática: é impossível abranger a totalidade sem dividi-la. [...] No entanto, nem todos os recortes têm o mesmo valor: será necessário encontrar aqueles que têm um sentido e servem para identificar conjuntos relativamente coerentes (PROST, 2015, p. 107).

Segundo motivo: apesar da paróquia de Dourados ser registrada oficialmente como Paróquia *Nossa Senhora da Conceição*, preferi utilizar *Nossa Senhora Imaculada Conceição*, pois é dessa forma que a igreja é lembrada e relatada desde a construção da capela nos Livros Tombo Paroquiais pesquisados, bem como até hoje é (re)conhecida como *Catedral Imaculada Conceição*, inclusive nos discursos litúrgicos e no imaginário do fiel católico. Ou seja, apesar de não constar *oficialmente*, o termo *Imaculada* permanece na memória de muitos moradores da cidade.

O segundo esclarecimento pertinente diz respeito à utilização do termo *patrimônio* nessa Dissertação. O leitor perceberá que o mesmo é empregado com três sentidos na narrativa e, dessa forma, resolvi diferenciá-los para que a leitura fosse mais bem compreendida. O primeiro sentido é relacionado ao bem material que nos foi legado pelos nossos antepassados e que, transmitiremos aos nossos descendentes. Ou seja, o patrimônio cultural e, no caso dessa pesquisa, o religioso. O segundo sentido é relacionado ao patrimônio enquanto herança ou bens, porém no sentido econômico. Nesses dois casos, optei por utilizar a grafia com letra minúscula, cabendo ao leitor diferenciar os dois sentidos de acordo com o contexto da narrativa. O terceiro sentido da palavra *Patrimônio* refere-se à sede de um

⁵ Como optei por seguir uma ordem cronológica na abordagem do tema da Dissertação, percebi que essas imbricações dos e nos acontecimentos realmente ocorrem durante a escrita, não sendo tarefa fácil adequar e contextualizar a narrativa nesse sentido.

povoado, nesse caso Dourados, quando no início do século XX, ainda não era constituído município. Nas fontes pesquisadas, em diversas vezes remete-se ao povoado como *Patrimônio de Dourados*, ou apenas *Patrimônio*. Nesse sentido, optei por utilizar a palavra com inicial maiúscula.

Os estudos dedicados ao patrimônio cultural, de forma geral, são recentes, bem como sua produção historiográfica, sobretudo no Brasil. Na História, essa produção está inserida, sobretudo na abordagem da História Cultural que, segundo Sandra Jatahy Pesavento (2008) começa a ter destaque na década de 1970 na Europa e na década de 1990 no Brasil. Para a autora,

Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2008, p. 15).

Peter Burke (2008) em seu livro *O que é História Cultural?* aponta que há mais de 200 anos a História Cultural já era praticada na Alemanha e que “antes disso, havia histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem e assim por diante” (BURKE, 2008, p. 15). Com uma visão contemporânea, o autor destaca que a História Cultural

[...] foi arena em que se desenvolveram algumas discussões mais estimulantes e esclarecedoras do método histórico. Ao mesmo tempo, os historiadores culturais e também os historiadores sociais vêm ampliando o território da profissão, além de tornar o assunto mais acessível para um público mais amplo (BURKE, 2008, p. 163).

Com a ampliação da abordagem de pesquisa dentro da História Cultural, os trabalhos de investigação foram divididos, de acordo com Pesavento (2008), em *campos temáticos de pesquisa*, cujos elementos são, dentre outros: a cidade, as imagens, as identidades e a memória (associando nesta, o patrimônio). Porém, aos pesquisadores da História Cultural, a autora faz um alerta:

A História Cultural pressupõe um método, trabalhoso e meticuloso, para fazer revelar os significados perdidos do passado. Pressupõe ainda uma carga de leitura ou bagagem acumulada, para potencializar a interpretação por meio da construção do maior número de relações possível entre os dados. Como resultado, propõe versões possíveis para o acontecido, e certezas provisórias (PESAVENTO, 2008, p. 119).

Diante desse contexto, um dos primeiros passos em relação à operação historiográfica⁶ diz respeito às fontes, sendo que “a História se utiliza de documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador” (PINSKY; LUCA, 2011, p. 7). No campo do patrimônio cultural, essa abordagem é complexa e ampla, podendo abarcar tudo o que for capaz de expressar cultura (PINSKY, LUCA, 2011, p. 7). Assim, entendemos a abrangência desse campo na perspectiva das fontes, pois “o estudo do patrimônio é um campo que, de forma ‘gulosa’, se serve de tudo que estiver disponível - das cartas aos prédios, da literatura a um bairro inteiro - e que for capaz de representar a dinâmica da história” (MARTINS, 2013, p. 281).

As fontes utilizadas para o patrimônio cultural são uma construção permanente, assim como o próprio conceito o é “quando tomado no sentido de testemunho do passado e acervo a ser identificado, selecionado e preservado, suscite interpretações diversas, passíveis de questionamentos” (MARTINS, 2013, p. 284). Dessa forma, a autora aponta que os lugares de pesquisa para essa temática são os Arquivos (do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, cartoriais, institucionais, eclesiásticos, privados) e os Museus. Quanto às novas fontes, podem ser destacadas as: iconográficas, imprensa periódica, literária, epistolares e audiovisuais (MARTINS, 2013, p. 293-298).

Ressalta-se que as fontes não podem ser analisadas de forma isolada e que cada uma tem uma subjetividade e apresenta características diferentes, isto possibilita a realização do diálogo entre as fontes, o que permite um enriquecimento do texto. O diálogo com diversas fontes é fundamental para o estudo histórico, pois estas podem tanto confirmar quanto contrapor as questões propostas durante a pesquisa (PINTO, 2015, p. 25).

Nesse sentido, discorro agora sobre uma parte do caminho trilhado na Dissertação: a aproximação com o objeto e os desafios com as fontes pesquisadas. Desse modo, gostaria de dar destaque especial ao trabalho desenvolvido junto aos Arquivos Paroquiais, sendo meu primeiro contato com esse tipo de fonte. Bassanezi (2011) traz contribuições em relação à utilização dessas fontes.

Os registros paroquiais e civis permitem desvendar o passado brasileiro não só de uma perspectiva demográfica (estrutura e dinâmica da população), mas também sociocultural (relações sociais e de poder, práticas e mentalidades) [...] e de redes sociais e a identificação de diversos aspectos que marcaram as vidas das pessoas e grupos, relacionados, por exemplo, às hierarquias sociais, às práticas religiosas, nos sistemas de compadrio. [...] também no entendimento dos processos

⁶ Para Michel de Certeau, a história compreende a relação entre o lugar, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Ou seja, “se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*” (CERTEAU, 1982, p. 65).

sociodemográficos, das permanências e das mudanças (BASSANEZI, 2011, p. 142-143).

Em relação à localização desse tipo de fonte, a autora ainda alerta sobre alguns cuidados que devem ser tomados.

O pesquisador precisa realizar um trabalho prévio para descobrir onde se acham os livros da paróquia/localidade privilegiada pelo seu estudo. [...] É preciso paciência e boa vontade. No caso da Igreja, muitos livros ainda se encontram armazenados nas próprias paróquias, outros nos arquivos das catedrais ou das diversas Cúrias Diocesanas; vários simplesmente desapareceram ou se encontram em mau estado de conservação devido ao descuido, à ação de insetos e do tempo. [...] O acesso a essas fontes nem sempre é fácil, depende de autorização, e, em muitos casos, “da boa vontade do grau de cultura histórica de seus responsáveis”⁷ (BASSANEZI, 2011, p. 164-165).

O primeiro contato que tive, ainda na fase de planejamento e desenvolvimento do anteprojeto para o processo de seleção para o ingresso no PPGH/UFGD com o meu objeto de pesquisa enquanto objeto de pesquisa em História, foi a dissertação da professora e historiadora Inez Maria Bitencourt do Amaral (2005), que analisou a presença da Igreja Católica na região de Dourados/MS, tendo como título: *Entre rupturas e permanências: a Igreja Católica na região de Dourados (1943 – 1971)*. Há de se considerar que o foco desta pesquisa evidenciou o papel da Igreja Católica em Dourados/MS enquanto *Instituição*, ao passo que em minha pesquisa utilizei o mesmo objeto, porém analisando-o enquanto *patrimônio cultural religioso*. Apesar disso, o trabalho de Amaral (2005) mostrou-se bastante esclarecedor no que diz respeito aos aspectos históricos, sociais e culturais do período e do local para o qual direcionei minha pesquisa.

A partir do conhecimento desta dissertação e das fontes sobre as quais ela se debruçava a analisar, que eram sobretudo documentos paroquiais, soube, através do professor Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, que as mesmas encontravam-se no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD. Dessa forma, optei primeiramente em pesquisar e esgotar as fontes contidas no CDR e depois disso, ir aos arquivos da instituição Igreja Católica de Dourados. Vale lembrar que todas as fontes documentais utilizadas na referida dissertação foram doadas pela autora e estão disponíveis no CDR/UFGD. Além disso, entrei em contato com a autora a fim de buscar maiores informações sobre as fontes de sua pesquisa, sobretudo informações sobre os áudios das entrevistas utilizadas por ela. A pesquisadora me

⁷ Nota da autora: M. L. Marcílio, “Os registros paroquiais e a História do Brasil”, em *Varia História*, n. 31, jan. 2004.

disse que algum tempo após a defesa, doou o acervo pesquisado ao CDR e se desfez de todo o material *que sobrou*.

Não posso dizer que tive dificuldades em pesquisar no CDR, ao contrário, encontrei as fontes já catalogadas em uma caixa intitulada *Igreja Católica* e depois de ter tido contato com o acervo da Cúria Diocesana de Dourados e da Igreja São José em Ponta Porã, posso garantir que o CDR possui (ou disponibiliza) mais fontes que a própria instituição religiosa *tutora e mantenedora* das mesmas. Esse trabalho durou cerca de um mês, envolvendo o processo de manuseio do material para digitalização, o que me rendeu também uma crise alérgica, ocorrência comum entre os pesquisadores de arquivos e demais instituições que abrigam documentos. Desse período de pesquisa, também *herdei* conselhos, sugestões de bibliografias, sobretudo ligadas à História Regional, além do contato com outros grupos de importantes fontes para a pesquisa.

De fato, em sua maioria, as pesquisas históricas são sustentadas por um conjunto de registros, de um ou mais tipos, constituindo uma amostra cuja amplitude varia em função dos vários requisitos da análise: a abrangência do tema, a quantidade disponível de informações, o estado da documentação, o período de referência, entre tantos outros (SAMARA; TUPY, 2010, p. 68).

Minha próxima empreitada na fase de busca das fontes ocorreu na Paróquia de Dourados, pois os documentos paroquiais encontrados no CDR datavam a partir de 1936 e eu precisava de fontes do período de dez anos anteriores, registros da construção da capela no povoado ou outras fontes que me auxiliariam nesse processo. Não obtive sucesso, pois me foi disponibilizado somente o Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970), cuja cópia digitalizada eu já possuía. Resolvi ir à Cúria Diocesana para uma nova tentativa. Lá encontrei acolhimento por parte do diácono administrador que resolveu me ajudar e *por abaixo* os arquivos disponíveis. Entre poeira, traças e teias de aranha, encontramos *perdido* um Livro Tombo de 1929, da Paróquia Santo Antônio de Campo Grande. Um achado e um alívio para mim, já que os arquivos da Cúria Diocesana abrigam (deveriam abrigar) somente arquivos referentes à posterior criação da Diocese de Dourados (1957). Assim, notei que nos emaranhados das dificuldades da busca de fontes de minha pesquisa e já no desânimo que a primeira etapa da dissertação me provocava, alguns *tesouros* também podiam ser encontrados, sendo eles documentos ou pessoas.

Depois de várias conversas com funcionários da Cúria Diocesana, entendi que o próximo passo a seguir era ir à Paróquia São José em Ponta Porã, visto que não havia nos arquivos da Catedral Imaculada Conceição documentos anteriores a 1935 e que no período o

qual eu buscava documentos, Dourados era subordinada à Ponta Porã enquanto instituição religiosa. Depois de alguns contatos telefônicos, fiz duas visitas de campo à Paróquia São José Ponta Porã. Na primeira, fui atendida pelo pároco que relatou não possuir Livros Tombo da paróquia (somente o atual) e que nunca os tinha visto, *mas que era possível que existissem*. Mesmo assim, ofereceu os serviços de um seminarista para *garimpar* comigo os cômodos da Casa Paroquial, fato que ocorreu sem êxito e com algumas surpresas nem um pouco agradáveis. Desta primeira visita, digitalizei um Livro Tombo de Cartas e Circulares e regressei a Dourados. Pensando em como eu iria contornar essa dificuldade da possibilidade de não haver fontes desse período, percebi que uma alternativa seria trabalhar com as obras memorialistas, porém poderia ocorrer em mostrar somente *uma parte da história*, além de contribuir para o discurso dessas fontes. Passadas duas semanas, recebi uma ligação de Ponta Porã de uma funcionária (a mais antiga na Paróquia) que havia retornado de férias e que sabia onde estavam os Livros Tombo e documentos que eu estava procurando. Esperanças renovadas, voltei à Paróquia São José onde a *guardiã* dos livros paroquiais me mostrou, no mesmo armário em que eu havia procurado por horas anteriormente sem nenhum sucesso, quatro Livros Tombo do início do século XX, expostos na primeira prateleira. Depois de desistir de entender os *mistérios católicos* e principalmente seus motivos, me coloquei a digitalizar o material disponibilizado que compreendia o período de 1928-1936. Anterior a esse período, não foi encontrado nenhum registro documental na paróquia de Ponta Porã.

Pensando o Livro Tombo como fonte e na sua produção, percebe-se que o que ocorre atualmente é uma reprodução do que ocorria em toda a Diocese de Corumbá no início do século XX, sendo que Marin (2011) dessa forma aborda tal questão:

Inúmeros registros foram perdidos ou extraviados. Muitas vezes, encontravam-se em casas de particulares ou em lugares impróprios. Os locais mais apropriados para guardá-los eram a sacristia e a residência paroquial. A determinação era para que os padres lavrassem os registros após seu acontecimento. Para isso, deveriam reservar um dia fixo por semana para esse fim. A letra deveria ser clara, legível, sem alterações ou correções. [...] Porém, a maioria dos párocos continuava a se descuidar e anotava os assentos em folhas avulsas que geralmente eram extraviadas, ou simplesmente não realizavam os registros⁸ (MARIN, 2011, p. 95).

Mesmo com as determinações do bispo diocesano publicadas no final da década de 1910, que acredito serem praticamente as mesmas para os dias de hoje, nota-se pela dificuldade em encontrar tais fontes, e as condições de armazenamento e organização das

⁸ Consta em nota do autor referências à Diocese de Corumbá (1918) e Paróquia da Freguesia de Aquidauana.

mesmas quando encontradas atualmente, que a condição em que foram produzidas, levam à desdobramentos que o pesquisador de documentos paroquiais deve estar atento. Por exemplo, os padres deveriam anotar os acontecimentos relevantes ocorridos em sua paróquia, os quais teriam relação com os aspectos sociais, econômicos, políticos e logicamente, religiosos⁹. Se esse registro não ocorria logo após o acontecimento, ou seja, entre o fato ocorrido e o registro havia uma diferença temporal, isso já determinava ou influenciava a maneira e o conteúdo o qual seria registrado. Outras questões a se analisar: O que se registrava? Como se registrava? Quem registrava naquele determinado momento? O que se descartava? Os registros ocorriam conforme normas da instituição religiosa e ainda conforme o modo com que o vigário que administrava a paróquia percebia a importância do fato ocorrido, bem como dependia também do seu processo de rememoração. Ou seja, o que se registrava também oferece elementos para a análise tanto do período, como do indivíduo associado ao mesmo, tanto para o dito, como para o não dito, o que deveria ser lembrando, ou o que deveria ser esquecido.

Outra análise que me parece importante se deve à questão da guarda, do descarte e da apropriação do acervo paroquial. A paróquia de Dourados foi administrada pelos franciscanos desde o final da década de 1930 até a metade da década de 1990¹⁰. Tal fato nos leva a alguns questionamentos que, de acordo com informações obtidas com pessoas ligadas à Igreja Católica local (na verdade pode-se dizer que tais informações são de *domínio público*) não são meras especulações: O que se sabe é que alguns documentos paroquiais foram *perdidos*, ou descartados, ou esquecidos. No caso de existirem, onde estariam tais documentos? Na posse de alguma pessoa? Na posse de alguma Ordem Religiosa? O novo pároco/Ordem que assumia tinha a mesma preocupação com os documentos que o anterior? Mantinha os mesmos procedimentos ou adotava outros? Sabe-se também que Frei Teodoro Leitz se comunicava com a Igreja Católica na Alemanha a fim de angariar fundos para as obras da paróquia local.

⁹ São normas para o que se deve registrar nos Livros Tombo. Informações obtidas através do diácono Alceu de Aguiar Quadros em 14/07/2017. O Código de Direito Canônico aborda os procedimentos os quais devem ser adotados pelos párocos em relação aos Livros Tombo Paroquiais. “**Cân. 535** — § 1. Em cada paróquia haja os livros paroquiais, a saber: o livro dos batismos, dos matrimônios, dos óbitos e outros, de acordo com as determinações da Conferência episcopal ou do Bispo diocesano; procure o pároco que estes mesmos livros sejam cuidadosamente preenchidos e diligentemente guardados. § 4. Em cada paróquia haja um cartório ou arquivo onde se guardem os livros paroquiais, juntamente com as cartas dos Bispos e demais documentos que, pela sua necessidade ou utilidade, se devem conservar; o pároco tenha o cuidado de não deixar cair em mãos de estranhos toda esta documentação, que deve ser examinada pelo Bispo diocesano ou pelo seu delegado, por ocasião da visita ou noutra oportunidade. § 5. Guardem-se também com diligência os livros paroquiais mais antigos, de acordo com as prescrições do direito particular” (CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, 1983, p. 99).

¹⁰ O último franciscano que administrou a Paróquia de Dourados foi Frei Maurílio Schelbauer (início de 1996). Logo após, assumem os Diocesanos, representados pelo padre José Marcos Carpes Vargas (posse em 04/02/1996). Informações obtidas através do diácono Alceu de Aguiar Quadros em 11/07/2017.

Onde estariam tais cartas ou suas respostas, projetos e outros documentos enviados para justificar essas solicitações? Teodoro Leitz foi vigário e bispo de Dourados¹¹, ou seja, provavelmente foi o religioso que deveria possuir ou guardar a maior parte do acervo documental da história da Igreja Católica de Dourados e região. Se ainda existem, onde estariam os documentos relacionados à vida religiosa desse franciscano?

Diante de tantos questionamentos, percebe-se que a busca pelas fontes paroquiais, bem como sua análise, torna-se um emaranhado de problemáticas e de diversas relações às quais nem sempre estão associadas ao entendimento do conteúdo religioso e da apropriação do pesquisador, exigindo do mesmo uma aguçada curiosidade e um toque investigativo. “Isso requer uma leitura paciente, um desvendar criterioso de informações omissas ou muito esparsas, casuais, esquecidas do contexto ou da intencionalidade formal do documento” (DIAS, 1995, p. 50).

Ao relacionarmos todo esse contexto e inserindo-o à temática patrimonial, percebe-se que o processo de busca e seleção das fontes exige do pesquisador afinco e dedicação, pois

[...] raramente pode contar com fontes dadas e predeterminadas em função da temática selecionada. Antes, os estudos demandam, na maioria das vezes, a construção de **corpus** documentais específicos, em geral interdisciplinares, que para além de desvendar a **história** do acontecido, do construído e do vivido, permite recuperar ruídos e fragmentos da **memória**, esta em particular, vetora de tantas figurações do passado (MARTINS, 2013, p. 284, destaques da autora).

De maneira geral, as impressões que tive durante esse primeiro momento da pesquisa, é que a etapa da busca de fontes da pesquisa se mostrou bastante dificultosa e imbricada de relações, de indicações, de aprovações prévias. O trabalho do pesquisador se faz árduo nesse processo, porém valoroso diante da insistência qualitativa do investigador. Acredito que nunca me esquecerei do conselho de um professor do PPGH/UFPA, quando relatei minhas dificuldades: *Se eles te falarem um ‘não’, nem liga... faz de conta que é um ‘talvez’ e tente de novo! (sic)*

Ainda recorrendo à Martins (2013) para embasar a importância da seleção das fontes, a autora analisa o trabalho do pesquisador/investigador, quando o mesmo seleciona as fontes históricas a serem utilizadas e trata dos aspectos importantes a serem considerados quando se estuda o patrimônio cultural. Neste mesmo prisma, cita o trabalho do pesquisador como sendo um “[...] trabalho investigativo estimulante, enriquecendo a leitura plural do objeto de estudo,

¹¹ Vigário entre 1952 e 1961 e bispo entre 1971 e 1990.

em suas tantas dimensões – material e imaterial” (MARTINS, 2013, p. 284). Dessa forma, acredita-se ser importante verificar além dos aspectos materiais que envolvem o objeto pesquisado, também os elementos imateriais a ele relacionados, ou seja, o objeto relacionado ao patrimônio será, na maioria das vezes, *plural* no sentido de exercer nos indivíduos que o cercam, construções simbólicas, as quais são formadoras de identidade.

Quando adentrei no universo das fontes e me coloquei a buscá-las, percebi que no emaranhado de conceitos, contextos e relações que é discutir patrimônio cultural religioso em Dourados e tendo como objeto de pesquisa a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, as informações estão *colocadas* esparsamente, são poucas e as fontes são diversas. “Todo um caleidoscópio de pequenas referências esparsas, pingando em profusão das mais disparatas fontes, atesta a sua presença ostensiva, porém de modo fragmentado [...]” (DIAS, 1995, p. 26). Nesse sentido, buscou-se utilizar as fontes disponíveis nos diversos acervos visitados.

Em relação aos procedimentos utilizados para trabalhar com registros paroquiais, Bassanezi (2011) contribui no sentido de analisar essas fontes.

Localizado o corpo documental, é preciso verificar se a coleção abrange todo o período a estudar, se está bem conservada, se não faltam muitos registros e se eles estão legíveis. [...] Assim, é preciso fazer uma análise rigorosa da documentação existente, de seus dados, em bases científicas e utilizar metodologias adequadas para evitar comprometer a pesquisa e seus resultados, em função de eventuais lacunas ou conclusões apressadas e equivocadas. [...] É preciso lembrar, por exemplo, que os registros paroquiais refletem as relações da Igreja com o Estado, expressam a subjetividade do pároco e seu relacionamento com as esferas superiores da Igreja, sua relação com a sociedade local, com as elites e com as camadas populares. [...] Essa reconstituição, será mais completa confrontando e utilizando informações dos registros vitais com outras fontes documentais [...] (BASSANEZI, 2011, p. 165; 166; 167).

Dos “arquivos eclesiásticos, responsáveis por registros paroquiais, processos e correspondências da Igreja Católica”, além de estarem relacionados ao “patrimônio sacro católico¹² - traduzido em capelas, paróquias, igrejas, matrizes e mais tarde em catedrais e basílicas” (MARTINS, 2013, p. 294) foram utilizados os seguintes documentos oficiais:

Livro Tombo da Paróquia São José de Ponta Porã (1928-1961): Primeiramente a intenção era escanear todo o livro, mas, diante das condições encontradas do mesmo estarem bastante frágeis e delicadas e por se tratar um documento antigo que não recebe o devido tratamento e guarda, resolvi fotografar as páginas para que não houvessem danos maiores ao material, pois percebi que o próprio manuseio do documento estava iniciando um processo de

¹² Conceito relacionado à arquitetura e artes sacras.

descolamento das páginas. Algumas páginas estão translúcidas e outras quase que totalmente apagadas.

O termo de abertura desse Livro Tombo foi escrito pelo padre José Giardelli e sua criação data de 13 de novembro de 1928. Este padre foi missionário e esteve algumas vezes em Dourados, ainda enquanto povoado e distrito. Inclusive foi ele quem esteve aqui, durante uma visita de desobriga¹³ e constatou que já existia uma capela que fora erguida por iniciativa popular. De forma geral, são registrados os acontecimentos mais importantes referentes à Paróquia que abrangiam o extremo sul do Mato Grosso. Menciona também o registro do fato de em 1926 ser lançada a pedra fundamental da construção da capela em Dourados (posterior à sua construção), e advertindo os fiéis pela iniciativa tomada, demonstrando, assim, que a Igreja Católica (Paróquia de Ponta Porã e Diocese de Corumbá) não sabia dos fatos ocorridos nesta região.

Outras questões interessantes mencionadas dizem respeito à maneira como o Bispo Diocesano tratava e se relacionava com o clero local e com os fiéis. Nas cartas do bispo direcionadas ao seu clero que atuava nesta região, nota-se dentre outras questões, a menção de que deveriam ter cuidado com a aproximação do Protestantismo¹⁴. Assim, percebe-se que essa questão permeará toda a *construção* religiosa em Dourados e a disputa pelo poder entre Catolicismo e Protestantismo. Em algumas passagens do documento, são noticiadas questões envolvendo a festa da padroeira de Dourados, bem como ao final do livro, a criação da Paróquia de Dourados.

O Livro Tombo intitulado *Circulares, Avisos e Cartas Pastorais (1934-1943)* foi aberto por padre Amado Decleene, vigário de Ponta Porã e missionário apostólico, em 20 de abril de 1936 e iniciou-se a escrituração a partir de 1934, fato que instigou à questão: os registros referentes aos dois anos posteriores seriam da memória do vigário ou havia documentação acumulada que estaria guardada e foi registrada dois anos após a abertura do Livro? Por ora não me debrucei nessas questões e parti para a análise do material. Diz respeito à transcrição das correspondências recebidas de Corumbá, sobretudo do bispado. No conteúdo das mesmas são evidenciadas as condições financeiras pelas quais passavam as paróquias no então estado do Mato Grosso no início do século XX e, além dessas, as condições de *abandono* das paróquias no sul do Estado.

¹³ Eram realizadas no período da Páscoa para cumprimento da obrigatoriedade da comunhão pascal.

¹⁴ Esse assunto será abordado no item: *Catolicismo e Protestantismo em Dourados: espaços simbólicos de poder*, no 2º capítulo da dissertação.

Nas narrativas dos bispos percebe-se, mais ativamente, o uso das palavras: *coletas*, *esmolos*, *emolumentos*, *taxas*, no sentido de recomendações para os vigários e párocos angariarem fundos para o envio à Diocese de Corumbá. Tal recomendação nem sempre era atendida devido às condições de pobreza em que viviam aqui também os padres. Outra evidência encontrada nessas Cartas e Circulares é a preocupação do bispado com o avanço do Protestantismo no Mato Grosso e os *cuidados* que os padres deveriam ter em relação aos seus fiéis, inclusive divulgando em 1931 uma *Carta contra os Protestantes*. Todas essas questões denotam as relações de poder envolvendo os sujeitos neste contexto histórico, religioso e político, os quais também serviram para *ilustrar* as imbricações relacionadas ao patrimônio cultural religioso pesquisado.

Já o *Livro Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Campo Grande - Diocese de Corumbá (1929-?)* registra, em suas poucas páginas, uma visita pastoral em especial. Ocorrida em 1930, o bispo diocesano Dom Antônio de Almeida Lustosa visita, dentre outros locais, o povoado de Dourados. As questões interessantes envolvidas neste único evento mencionado no Livro Tombo (os outros registros referem-se a Batismos realizados em outras cidades da Paróquia), é que o bispo ficou hospedado na casa de João Vicente Ferreira que, mais tarde seria o primeiro prefeito de Dourados¹⁵, ou seja, seu status social e político provavelmente já eram evidenciados naquela época, bem como a relação entre Estado e Igreja Católica na localidade.

Por fim, o *Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970)* foi aberto por padre Amado Decléene, vigário de Ponta Porã e missionário apostólico, em 26 de fevereiro de 1936 e iniciou-se a escrituração a partir de 30 de abril de 1936. O mesmo está disponível (cópia xerocopiada e digitalizada) no acervo do CDR, na Coleção *Igreja Católica* e o exemplar original encontra-se na Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição em Dourados. Este livro foi a principal fonte eclesiástica utilizada na pesquisa e fundamental para analisar os acontecimentos relacionados ao patrimônio cultural religioso pesquisado, permeados pela construção do templo religioso em 1925, passando pela criação da Paróquia (1935) e culminando com a criação da Diocese de Dourados (1957).

Nesse sentido, a fonte evidenciou questões importantes a serem debatidas, como, por exemplo, a estruturação da paróquia no momento de sua criação, os sujeitos participantes e envolvidos neste processo e suas relações religiosas e políticas na cidade, relatórios parciais, visitas pastorais, a inserção dos freis franciscanos na região no final da década de 1930, bem

¹⁵ Seu mandato ocorreu entre 1935 e 1937.

como os contextos e problemáticas ligadas a eles. Mudanças ocorridas e outros elementos marcantes para a construção simbólica deste patrimônio, podem-se descobrir com o auxílio desta fonte como: a inserção da educação católica no município, as procissões, quermesses e devoção à Nossa Senhora Imaculada Conceição interpretados na dissertação enquanto elementos imateriais relacionados ao patrimônio cultural religioso. Além disso, nota-se também que o contexto igreja-praça, palco de inúmeras transformações arquitetônicas, sociais e culturais expostas e realizadas neste ambiente e a evidência e disputa de poderes simbólicos religiosos e patrimoniais são evidenciados através dessa fonte.

Outros Livros Tombo foram utilizados, porém como referências: *Livro Tombo Diocese de Corumbá (1935-1958)*; *Livro de Registro de Casamentos nº 3 (1954-1958)*; *Livro Tombo Dom José (1958-1960)* e *Livro Tombo I da Diocese de Dourados (1958-1988)*.

Assim, entende-se que as relações sociais demonstradas na busca de fontes no tempo presente refletem também as relações no passado, nos contextos de quem produz esse tipo de fonte, e em que cenário histórico e político foi produzido. A natureza desta fonte em específico exige do pesquisador determinados tratamentos específicos e um determinado *olhar* para garantir as respostas às questões propostas na pesquisa.

Outra questão importante para que o leitor note nessa Dissertação, é que as transcrições de partes dos Livros Tombo foram utilizadas na narrativa sem alterar a grafia das palavras, mantendo-as ao máximo, ao original. Mesmo os erros ortográficos e gramaticais, abreviações, palavras ou expressões de época, ou os termos em latim, foram mantidos. Isso se deve a uma opção pessoal, no intuito de ver e analisar os documentos como realmente foram escritos, pois isso também denota elementos importantes de serem contextualizados, além de se entender o documento enquanto um patrimônio autêntico.

Outra aliada para embasar e contextualizar a narrativa foram as fontes fotográficas. Foram utilizadas neste trabalho, 29 fotografias com diversas abordagens, inclusive temporais, que retratam a construção física e simbólica do patrimônio cultural religioso pesquisado. Tais fontes são importantes para a pesquisa de cunho religioso e social, pois:

Os ritos da vida religiosa católica pontuam a trajetória das famílias, dos distintos grupos da sociedade brasileira de maneira diferenciada ao longo do tempo. Nas camadas mais ricas, os eventos religiosos tornaram-se eventos sociais cuja comemoração envolve um investimento simbólico significativo. [...] Neste processo, a imagem fotográfica vai assumindo um papel cada vez mais importante, pois as fotografias familiares não congelam momentos vividos de forma automática, elas interpretam e dialogam com o tempo vivido, traduzindo-o em uma linguagem de imagens (MAUAD, 2008, p. 121).

Ressalta-se que algumas fotografias foram analisadas e contextualizadas, enquanto outras foram utilizadas como ilustração de um contexto histórico e social aos quais se referiam. A maioria delas foi disponibilizada pelo CDR de forma digital e fazem parte da Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*, algumas fazem parte de arquivos pessoais, outras foram disponibilizadas pelo *Museu Histórico de Dourados* e algumas foram escaneadas de livros de memorialistas.

Apesar de Martins (2013, p. 296) afirmar que “coube à fotografia figurar como material de excelência para o historiador do patrimônio, permitindo a recuperação das tantas ‘reproduções’ do passado”, me deparei com um contexto próprio: a quase ausência de fontes fotográficas exclusivas da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição no início do século XX, sendo encontradas apenas algumas fotografias da construção e da inauguração da capela (1925-1926), da construção da Igreja Matriz e posteriormente da Catedral Imaculada Conceição. Para tentar contornar tal questão, foram utilizadas também fotografias dos outros elementos contextualizados na narrativa, para assim compor o delineamento histórico.

Além disso, a qualidade das imagens encontra-se comprometida, dificultando sua análise. Há que se entender que no início do século XX a fotografia era um recurso extremamente escasso, caro e difícil. Ou seja, fotografar um acontecimento era realmente um *evento* de grandes proporções e único, principalmente no sul do Mato Grosso, além de ser um recurso disponível somente para a elite, que podia pagar por ele. Assim, o que era fotografado, quem era fotografado e o contexto abordado através da fotografia já geram evidências para a sua problematização. Ou seja, essas fontes foram utilizadas “não apenas em sua leitura imediata e figurativa, mas inseridas no processo de sua produção e historicidade” (MARTINS, 2013, p. 295).

Importantes fontes de imprensa periódica foram disponibilizadas pelo CDR, na forma digitalizada. Martins (2013) contextualiza esse tipo de fonte como sendo

Composta de almanaques, anuários, jornais e revista de época constituiu-se em fonte impressa fundamental para a pesquisa histórica do patrimônio, resultando, inclusive, em fonte e objeto de estudos patrimoniais. [...] A ampliação dos estudos levou ao escrutínio de coleções de jornais e revistas, sobretudo pelo seu potencial de representação de públicos específicos, visões de mundo e valores particulares da ampla segmentação social do país (MARTINS, 2013, p. 296).

Neste caso trabalhou-se com exemplares do jornal *O Progresso* e d’*O Douradense*. Os exemplares do jornal *O Progresso* encontram-se digitalizados no CDR e estão separados por *1ª fase* (diz respeito às publicações de quando o jornal era veiculado em Ponta Porã) e depois

por ano (1951-1986, com algumas falhas de veiculação; e 2007-2008)¹⁶. Nesse sentido, facilmente o material foi gravado para posteriormente ser selecionado e analisado.

Em relação à metodologia de busca e análise dos exemplares obedeceu-se alguns critérios: 1) Todos os exemplares disponíveis que correspondem à 1ª fase de *O Progresso* foram analisados; 2) Todos os exemplares de datas comemorativas (20/12 e 08/12 - respectivamente data da emancipação política administrativa da cidade e data de comemoração à Padroeira da cidade Nossa Senhora Imaculada Conceição) foram analisados. Notou-se que nem todos os exemplares do referido jornal estão disponíveis, obtendo-se *falhas* na busca. Outra questão interessante refere-se que à constatação de que não foi em todos os anos que se confeccionou uma *Edição Comemorativa* relacionada ao 20/12, a qual poderia ter publicações referente à história de Dourados, porém há mais menções ao feriado da padroeira 08/12¹⁷; 3) Os demais exemplares foram analisados tendo como ferramenta de busca a utilização de palavras-chave: *conceição, igreja, matriz, imaculada*. Para a utilização da ferramenta de busca no *Adobe Acrobat* utilizou-se arquivos PDF¹⁸ de exemplares contidos em pastas (que podem ser divididas por anos ou décadas). Dessa forma, foi possível fazer a busca em centenas de exemplares desses documentos de uma só vez.

Para as fontes de imprensa, também há que se pensar em algumas problemáticas que influenciarão no processo de análise das mesmas. Cruz; Peixoto (2007), alertam para a utilização dos materiais da imprensa apenas como meras fontes de informação.

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda a pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final. A Imprensa é linguagem constitutiva e social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

¹⁶ Refere-se às edições que foram disponibilizadas no período da pesquisa. Porém, o processo de digitalização dessa fonte no CDR encontra-se ativo, dessa forma, é possível que já haja mais exemplares disponíveis para o acesso. Salienta-se também que, a partir do ano 2010, *O Progresso* disponibilizou digitalmente seu acervo através do seu site: www.progresso.com.br.

¹⁷ Essa informação justifica, em partes, o debate exposto através das notícias do principal jornal da cidade em torno do feriado político-administrativo de 20/12, nem sempre comemorado em Dourados. Além disso, não há registro da discussão do feriado em 08/12 (Imaculada Conceição, padroeira de Dourados), denotando, assim uma relação de poder e de identidade relacionado à simbologia religiosa da representação da data 08/12.

¹⁸ Sigla em inglês que significa *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento).

Nesse sentido, algumas questões são importantes de serem contextualizadas e problematizadas: a primeira diz respeito ao contexto histórico/político/religioso. Até 1935, Dourados era distrito de Ponta Porã, bem como obedecia à hierarquia católica, enquanto igreja subordinada à Paróquia São José, situada na mesma cidade. Ou seja, até o ano referido, Dourados era *subordinada* política e religiosamente por Ponta Porã. Após essa data, Dourados passa a *andar com suas próprias pernas*, constituindo e legitimando os espaços simbólicos político e religioso. Logicamente que tanto a emancipação política e administrativa de Dourados, quanto a escolha da mesma para sediar uma Paróquia, obedece a interesses e contextos próprios que tentamos explorar na Dissertação. Fato interessante a ressaltar é que, atualmente Dourados é a segunda cidade mais importante do Estado do Mato Grosso do Sul e na hierarquia católica possui e situa uma Diocese - A Diocese do Sagrado Coração de Jesus, à qual a Paróquia São José é vinculada e subordinada atualmente.

Outra questão diz respeito à linguagem empregada nas publicações do jornal pesquisado. Percebi, por exemplo, que até 1927 não se escrevia *igreja* e sim *egreja*, fato esse que me instigou a buscar novamente em várias publicações por essa palavra-chave. Além disso, a forma como o texto é escrito, os seus contextos e os seus caminhos levam a outras fontes, muitas vezes ligadas aos fatos comentados nas obras memorialistas, principalmente quando verificam-se os exemplares da 1ª fase d' *O Progresso*. De uma forma geral, os exemplares refletem também os interesses políticos e os (não) posicionamentos religiosos de seus proprietários que, por sua vez, fazem parte da *elite pioneira* e católica de Dourados.

Já o periódico *O Douradense* foi veiculado em Dourados e suas edições foram publicadas entre 11/05/1948 e 01/08/1950, num total de 16 números, dos quais, de acordo com a metodologia empregada na pesquisa, somente três foram utilizados. Os exemplares encontram-se disponíveis para consulta no CDR. Armando da Silva Carmello era o proprietário e diretor responsável pelo jornal e que, segundo indícios contidos nos Livros Tombo pesquisados, era membro ativo da comunidade católica local. Nesse sentido, os discursos da imprensa em Dourados refletem também às questões de relação de poder de determinados grupos sociais. Ou seja,

O modo que o periódico constrói sua perspectiva histórica propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/presente/ futuro. [...] não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 265; 267).

Por fim, as fontes relacionadas às produções de memorialistas também foram utilizadas neste trabalho, pois a prática religiosa católica também originou memórias, que foram evidenciadas e descritas através dos autores memorialistas e paralelamente aos documentos oficiais, serviram de base para a formação de uma identidade religiosa e cultural no município.

Porém, ao se analisar o discurso memorialista, deve-se estar ciente de que ele “se faz através da construção da memória. Ao tecer sua teia narrativa, esta enfatiza lugares e aspectos urbanos que melhor possam defini-la como local de progresso e da modernidade” (BREFE, 1993, p. 3). Ana Cláudia Fonseca Brefe ainda explica como se dá a produção da narrativa memorialista.

[...] o memorialista realiza uma crônica biográfica de uma época, de um momento histórico, ou ainda, de uma sociedade qualquer em que a narrativa e a abordagem das temáticas são definidas e centradas em seu próprio ser. É, portanto, através de sua narração que “o autor expõe e comenta fatos e episódios de que ele próprio participou ou dos quais teve conhecimento situacional rico de pormenores¹⁹” (BREFE, 1993, p. 5).

Nesse sentido, a maior parte da historiografia memorialista referente à Dourados e região trata de assuntos que mostram *partes da história*, exaltando alguns grupos sociais, sobretudo a elite, em detrimento de outros grupos sociais, sobretudo, os pobres e indígenas. Além disso, tais obras exaltam amplamente o *mito do pioneiro*, tão explorado no contexto do sul do Mato Grosso como elemento de formação de identidade local.

De acordo com o modelo recorrente, o pioneiro é um desbravador que, com dedicação e trabalho incansável, transformou uma terra inóspita e “selvagem” numa área habitável e próspera. Depois de cumprida sua missão civilizadora, o pioneiro deixa um legado para a comunidade, um caminho pavimentado no rumo do progresso²⁰. O discurso do pioneirismo, relacionado à colonização, é o discurso do trabalho imigrante que inaugura um espaço antes “desabitado” e funda ali um núcleo de civilização, ainda que estes espaços sejam habitados por grupos indígenas e populações caboclas (STAROSKI; OLIVEIRA, 2015, p. 20-21).

¹⁹ Nota da autora: **Enciclopédia Mirador Internacional**. Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda, São Paulo/Rio de Janeiro, 1987, pág. 7463.

²⁰ Nota dos autores: Ver, por exemplo, o estudo de Andréia de Cássia Heinst sobre memória e pioneirismo no Mato Grosso. HEINST, Andréia de Cássia. Memória e pioneirismo: batalha de narrativas em uma área de ocupação recente em Mato Grosso. **História, Imagem e Narrativas**, ano. 3, n. 5, set. 2007. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/23-mem.pioneirismo-heinst.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

É importante ressaltar, portanto, que ao analisar esse tipo de fonte, há que se verificar o contexto histórico no qual a obra memorialista foi escrita, seus autores e as intenções da produção.

Neste trabalho foram utilizadas as seguintes produções memorialistas que auxiliaram no desenvolvimento da narrativa relacionada à história do antigo sul de Mato Grosso: *História, fatos e coisas douradenses*, de João Augusto Capilé Júnior, Júlio Capilé e Maria de Lourdes da Cruz e Souza; *Monografia do Município de Dourados*, de Ercília de Oliveira Pompeu; *Viajantes da ilusão: os pioneiros*, de Maria Goretti Dal Bosco; *Resenha Histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*, de Pedro Ângelo da Rosa; *Dourados: seus pioneiros, sua história*, de Rozemar Mattos Souza e *Antigamente era assim*, de Júlio Capilé.

Outras duas obras que foram utilizadas são creditadas a dois franciscanos que, por meio de suas experiências e vivências no estado do Mato Grosso, contribuíram para esclarecer e contextualizar o cenário e o discurso religioso católico local no início do século XX, sendo elas: *Entre os rios Paraguai e Paraná: experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso*, de Jorge Elsing e *A missão franciscana do Mato Grosso*, de Pedro Knob.

Os referenciais bibliográficos dedicados à compreensão da história de Dourados e região que também auxiliaram nessa pesquisa foram: *História e Fronteira: o sul do Mato Grosso (1870-1920)*, de Lúcia Salsa Corrêa; *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*, de Lori Alice Gressler e Lauro Joppert Swensson; *Memória fotográfica de Dourados*, de Regina Heloiza Targa Moreira e mais especificamente sobre a história da Igreja Católica no antigo sul de Mato Grosso: *A Igreja Católica e o centenário da Diocese de Corumbá: história e imagens* de Jérri Roberto Marin.

Há que se afirmar que, com o passar dos anos, observa-se que as produções acadêmicas, sobretudo ligadas ao PPGH/UFGD têm acrescido e fortalecido a temática historiográfica de Dourados e região, de forma que também foram úteis na construção desse trabalho as seguintes produções: *Dourados: entre a memória e a história*, de Walteir Luiz Betoni; *A construção da identidade douradense: 1920 a 1990*, de Mercolis Alexandre Ernandes; *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso*, de Camila Cremonese-Adamo; *Da usina termoelétrica senador Filinto Muller à usina velha: contribuição à história de um patrimônio*

histórico-cultural douradense e *Praças de Dourados, espaços públicos, usos e visibilidade na imprensa*, ambas produções de Maiara Laís Pinto.

Especificamente sobre a Igreja Católica no Estado destaco as produções *Entre rupturas e permanências: A Igreja Católica na região de Dourados (1943 – 1971)* de Inez Maria Bitencourt do Amaral; *Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição, padroeira de Dourados (1920-1960): conservadorismo e mudança de práticas culturais*, de Tiago Alinor Hoissa Benfica; *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*, de Cleonice Gardin e *A presença da Igreja Católica na educação em Dourados/MS: o caso do Patronato de Menores (1943-1983)* de Poliana Gianello Santini.

Em relação aos processos migratórios e seus desdobramentos em relação ao patrimônio cultural religioso, utilizou-se as produções acadêmicas *Fronteira, Religião, Cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial da cidade de Fátima do Sul/MS (1943-1965)*, de Nilton Paulo Ponciano; *Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização na Colônia Agrícola Municipal de Dourados*, de Maria Aparecida Ferreira Carli; *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*, de Claudete Soares de Andrade Santos.

Sobre o Protestantismo na região, contribuiu o pesquisador Carlos Barros Gonçalves com a Dissertação posteriormente publicada: *Até aos confins da terra: o movimento ecumênico protestante no Brasil e a evangelização dos povos indígenas*.

Diante do exposto, a dissertação foi organizada e dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo, cujo título é **Dourados e o patrimônio cultural religioso**, foi dividido em duas partes. Na primeira parte do capítulo, intitulada *Patrimônio e patrimônio cultural religioso: abordagens teóricas*, trabalhou-se a origem e a evolução do conceito de patrimônio, em seus aspectos históricos, sociais e culturais, recorrendo aos diversos autores que pesquisam sobre o tema, suas contribuições e apontamentos. Dentre eles, destacam-se: Françoise Choay (2006), Dominique Poulot (2009), Alois Riegl (2014), François Hartog (2014), e para o contexto de Brasil, Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006), José Reginaldo Santos Gonçalves (2009), Reinaldo Dias (2006), Haroldo Leitão Camargo (2002) e Margarita Barretto (2000). A ideia central foi entender como a noção de patrimônio foi introduzida e construída no contexto europeu, sobretudo na França e como o Brasil absorveu tal noção à sua concepção identitária. Feito isso, adentramos ao conceito de patrimônio cultural religioso, o qual é categoria do objeto desta pesquisa, sua origem, e características materiais e imateriais que o compõem. Finalizando a primeira parte, discute-se o patrimônio

cultural religioso em questão, identificado em seus aspectos físico e simbólico, enquanto espaço do sagrado, lugar de memória e símbolo de identidades. Para a análise e discussão dessas categorias, foram fundamentais as contribuições de Pierre Nora (1993) com a noção de *lugares de memória*, Joël Candau (2014) com a abordagem sobre *memória e identidade*, Jacques Le Goff (2013) e Maurice Halbwachs (2003), autores já consagrados com as temáticas *memória individual e coletiva*, além da percepção na perspectiva religiosa e social de Simone Ribeiro Nolasco (2010) e Célia Maia Borges (2010).

Para compor a narrativa da segunda parte do primeiro capítulo, denominada *O surgimento do patrimônio cultural religioso em Dourados: um povoado, uma religiosidade, uma devoção* iniciou-se discorrendo sobre o processo histórico do povoamento não-índio da área que originou o município de Dourados formado por diversos processos migratórios, utilizando-se sobretudo, de fontes memorialísticas já citadas anteriormente.

Entender a formação do povoado, que se tornou distrito e depois município, é importante nesta Dissertação, pois esse entendimento oferece elementos que contribuem para esclarecer o próprio processo histórico de construção da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição. Desse modo, o objeto de pesquisa foi introduzido na análise, enfocando primeiramente as práticas de religiosidade existentes no povoado, bem como o cenário religioso da região no início do século XX, sobretudo o católico. Ao concluir o primeiro capítulo, apresentou-se o ícone de devoção associado ao patrimônio cultural religioso pesquisado: Nossa Senhora Imaculada Conceição, abordando, sobretudo, a relação com os fiéis e a festa religiosa relacionada à padroeira de Dourados, em seus aspectos religioso e social.

No segundo capítulo, **A construção do patrimônio cultural religioso: de singela capela à importante Matriz de Dourados**, abordou-se a construção física e simbólica, ou seja, os aspectos materiais e imateriais que envolvem o surgimento e a consolidação do patrimônio cultural religioso pesquisado, além das interações sociais dos indivíduos que o compõem. Para isso, foram analisadas as fontes fotográficas, paroquiais e de imprensa. A intenção foi narrar o processo histórico ocorrido desde a construção da primeira capela (1925) por uma iniciativa da comunidade católica local no ainda Patrimônio de Dourados, abordando também seu cotidiano de práticas religiosas, perpassando a criação da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição (1935), com sua Igreja Matriz. Outros elementos importantes são analisados e problematizados, no sentido de contribuir para o entendimento das relações que os indivíduos que aqui habitavam possuíam com a Igreja Nossa Senhora Imaculada

Conceição: a atuação dos franciscanos na região e seus desdobramentos; o embate com o Protestantismo e a importância das duas colônias agrícolas que impulsionaram processos migratórios na região: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Colônia Agrícola Municipal de Dourados. Nesse sentido, os autores Néstor García Canclini (2003) e Stuart Hall (2003) foram importantes para conhecer e analisar o cenário multicultural o qual, aos poucos, a cidade de Dourados se tornou. Acredita-se que todos esses elementos sejam fundamentais para explicar o processo de construção do patrimônio cultural religioso, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição e da própria cidade de Dourados.

Neste terceiro e último capítulo, cujo título é **O simbólico e o material: o patrimônio cultural religioso consolidado**, apresentam-se os elementos físico-simbólicos que, devido a seus contextos históricos, sociais e religiosos, foram influenciadores e legitimadores da expansão e consolidação do patrimônio cultural religioso pesquisado, utilizando-se, sobretudo, de fontes fotográficas, da imprensa local e paroquiais. Primeiramente optou-se em realizar uma abordagem teórica relacionada ao contexto dos espaços físico-simbólicos na perspectiva da memória coletiva para a formação de um patrimônio cultural religioso, por entender que se faz necessária a compreensão de tais processos para a consolidação da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição enquanto patrimônio cultural religioso local. Assim, as abordagens de Maurice Halbwachs (2003) e Sandra Jatahy Pesavento (2008) foram relevantes para introduzir o cenário.

Nesse contexto, torna-se indissociável a representação patrimonial religiosa da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição à da Casa Paroquial, do Patronato de Menores (atualmente Cúria Diocesana e Salão Paroquial) e da Praça Antônio João. Assim, se fez necessário abordar os elementos do entorno da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, pois juntamente com ela desenvolveu-se e formou-se um conjunto arquitetônico que confere a beleza e grandeza da arquitetura na organização urbana, bem como a experiência simbólica ativada por esses elementos através da organização e participação dos indivíduos moradores, sobretudo dos fiéis católicos. Finalizando a dissertação, aborda-se a elevação da Igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição à Catedral da Diocese de Dourados, na perspectiva da consagração do patrimônio cultural religioso, apresentando os contextos religioso, histórico e social, paralelos ao do desenvolvimento da própria cidade de Dourados.

Espera-se que essa pesquisa acadêmica seja um *primeiro passo* dado à abordagem do patrimônio cultural religioso em Dourados e que seus resultados instiguem outros

pesquisadores à temática patrimonial e, sobretudo motive os leitores a valorizarem e preservarem o seu patrimônio cultural.

CAPÍTULO 1

DOURADOS E O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO

“O patrimônio é constituído de testemunhos, grandes ou pequenos” (François Hartog).

1.1 PATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO: ABORDAGENS TEÓRICAS

Considerando que as discussões acerca da temática *patrimônio* são abrangentes e diversas, fez-se necessário dividir o primeiro capítulo em duas partes. Nesta primeira parte, serão trabalhadas a origem e a evolução do conceito de patrimônio, em seus aspectos históricos, sociais e culturais, recorrendo aos diversos autores que pesquisam sobre o tema, suas contribuições e apontamentos. A ideia central foi entender como a noção de patrimônio foi introduzida e construída no contexto europeu, sobretudo na França e como o Brasil absorveu tal noção à sua concepção identitária. Feito isso, adentramos ao conceito de patrimônio cultural religioso, o qual é categoria do objeto desta pesquisa, sua origem, e características materiais e imateriais que o compõe. Finalizando a primeira parte, discute-se o patrimônio cultural religioso em questão, identificado em seus aspectos físico e simbólico, enquanto espaço do sagrado, lugar de memória e símbolo de identidades.

1.1.1 A evolução do conceito de patrimônio: do patrimônio material à imaterialidade do patrimônio

A palavra patrimônio, do latim *patrimonium*, é comumente conhecida pelo conjunto de bens de herança de um indivíduo, que é transmitido de geração em geração. Numa visão mais global, trata-se de um tipo de legado que recebemos do passado, vivemos no presente, e transmitimos para as gerações futuras. Remete, em sua origem, às estruturas sociais, econômicas e jurídicas num determinado espaço e tempo. Com o passar dos anos, essa palavra assumiu diferentes conceitos e aspectos, evoluindo de acordo com a própria evolução do ser humano em suas práticas sociais e culturais.

O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves lança reflexões sobre *O patrimônio como categoria de pensamento*¹. Segundo o autor, apesar de usarmos esta palavra com frequência no cotidiano, a mesma denota inúmeras qualificações, o que demonstra ser fundamental para os estudos sociais enquanto categoria de pensamento humano. Dentre algumas qualificações, podem-se citar os segmentos ligados a: economia, finanças, cultura, arquitetura, história, artes, etnografia, ecologia, genética e, o mais recente aspecto, o caráter intangível do patrimônio (GONÇALVES, 2009, p. 25).

A escolha ou determinação do que é categorizado e/ou legitimado enquanto patrimônio por um grupo social está relacionado principalmente à construção e atribuição de valor simbólico ao mesmo. Reinaldo Dias (2006) utiliza os conceitos de atribuição de valor propostos pelo historiador e professor da Universidade de Barcelona Josep Ballart² que assim os definiu:

- valor de uso: ocorre em função de sua utilidade. Pode somar-se a esse valor a atual visão econômica na qual o patrimônio pode ser utilizado para o desenvolvimento das comunidades;
- valor formal: apreciados pela atração que causam sobre os sentidos. Valor estético;
- valor simbólico-significativo: enquanto veículos que relacionam o passado e o presente. Atuam como ponte entre pessoas separadas pelo tempo. São símbolos que atribuem significados ao passado (DIAS, 2006, p. 77).

¹ Comunicação apresentada na mesa redonda *Patrimônios emergentes e novos desafios: do genético ao intangível*, durante a 26ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais, realizada em Caxambu, em 23 de outubro de 2002. Foi publicado em 2009, enquanto capítulo do livro: *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, organizado por Regina Abreu e Mário Chagas.

² BALLART, Josep. *El patrimoni històric i arqueològic: valor y uso*. Barcelona: Ariel, 1997.

Outros importantes critérios para se pensar e discutir esta categoria são os apontados por Funari e Pelegrini (2006, p. 9-10): a individualidade e a coletividade do patrimônio. Ao passo que no primeiro aspecto, o patrimônio é fundamentado a partir de percepções, sentimentos e afinidades inerentes ao âmbito individual, no segundo, o mesmo é determinado por outros indivíduos, mesmo quando se referem a *grupos de iguais*. Ou seja, categorizar o patrimônio coletivo significa primeiramente entender as diferenças das próprias relações coletivas, que nem sempre são convergentes. Além disso, os significados do patrimônio diferem entre os indivíduos na medida em que seus valores sociais e culturais e, sobretudo seus interesses enquanto grupo, se alteram com o passar do tempo. Como bem discorrem os autores, discutir patrimônio é uma tarefa desafiadora, porém necessária, para compreensão mais ampla do tema e de suas contribuições para o entendimento do ser humano enquanto sujeito no mundo.

Dentro desta perspectiva, podem-se elencar diversas subcategorias presentes no conceito amplo de patrimônios, sendo as principais: Natural - representada pelas “riquezas que estão no solo e no subsolo, tanto as florestas quanto as jazidas” (BARRETO, 2000, p. 9) e Cultural - formada pelos elementos materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis) que o compõem. Dias (2006, p. 68) nos fornece exemplos:

Patrimônio Cultural Material: construções antigas, ferramentas, objetos pessoais, vestimentas, museus, cidades históricas, patrimônio arqueológico e paleontológico, jardins, edifícios militares e religiosos, cerâmica, esculturas, monumentos, documentos, instrumentos musicais, entre outros objetos.

Ou seja, a materialidade do patrimônio revela elementos que representam a capacidade de adaptação do ser humano em seu meio ambiente e a forma de organização da vida social, política e cultural. O mesmo autor também elenca os elementos para o

Patrimônio Cultural Imaterial: conhecimentos transmitidos, como as tradições orais, a língua, a música, as danças, o teatro, os costumes, as festas, as crenças, o conhecimento, os ofícios e técnicas antigas, a medicina tradicional, a herança histórica, entre outros (DIAS, 2006, p. 68).

O patrimônio cultural deve ser entendido como o testemunho da história, o que restou de nossos ascendentes e, sobretudo, o mesmo nos leva a compreender a relação entre esses testemunhos, o valor simbólico e o contexto histórico em que foram criados.

Há ainda inserido no conceito de patrimônio cultural e que são temas de pesquisas acadêmicas e mercadológicas, algumas mais consolidadas, outras mais recentes, os estudos

relacionados aos patrimônios: histórico, religioso, arquitetônico, arqueológico, geológico, paleontológico, genético, industrial, ferroviário, urbano, tecnológico, e inúmeros outros temas³ que ainda poderão ser categorizados na medida em que se revisa o próprio conceito de cultura, sendo esta dinâmica, múltipla e em constante modificação⁴.

Contudo, ao analisarmos os primeiros e principais conceitos publicados sobre a temática do patrimônio somos direcionados principalmente aos aspectos históricos, sendo estes constituídos, sobretudo, pela acumulação contínua e variada de marcas e significados da presença do ser humano no planeta, sua relação com o passado e com um determinado grupo social.

Françoise Choay em seu livro *A alegoria⁵ do patrimônio*, publicado em 2006, designa que o patrimônio histórico é constituído através de “obras e obras primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire*⁶ dos seres humanos” (CHOAY, 2006, p. 11). Dentro dessa perspectiva, a autora cita como “bens incomensuráveis e heterogêneos” e ainda, “categoria exemplar que se relaciona mais diretamente com a vida de todos”, o patrimônio histórico representado pelas edificações que são definidas como: “todas as formas de arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, público e privados, santuários e utilitários” (CHOAY, 2006, p.12).

O objeto desta pesquisa está incluído nas temáticas *patrimônio cultural - histórico - arquitetônico - religioso* por se tratar de uma edificação, um templo religioso, mais precisamente uma igreja. Nesse sentido, este patrimônio cultural religioso contribui para a formação histórica e cultural da localidade onde está inserido, o qual será analisado, sobretudo em seus aspectos culturais e religiosos que são de interesse principal da pesquisa, contemplando também as expressões, os sentidos e os significados que a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição transmite para os moradores e a cidade.

³ Hartog (2014) lista vários exemplos que categorizam a temática, afirmando que o “os patrimônios se multiplicam” e “o ritmo acelerado da constituição ou mesmo da produção do patrimônio, em qualquer lugar do mundo, é uma constatação que todos podemos fazer” (HARTOG, 2014, p. 235).

⁴Muitos estudos antropológicos atestam que cada sistema cultural está sempre em mudança, gerando dinamicidade à cultura, sendo o tempo um importante elemento para esta análise. Conforme Laraia (2006) são dois os tipos de mudança cultural: uma interna (resultado da dinâmica do próprio sistema cultural) e outra externa (resultado do contato de um sistema cultural com um outro) (LARAIA, 2006, p. 95-101).

⁵ A proposta da autora nesta obra não é fazer da noção de patrimônio histórico e de seu uso o objeto de uma pesquisa histórica, mas o sujeito de uma alegoria, na medida em que os mesmos sejam ilustrados na forma de objetos, coleções, monumentos, cidades históricas, dentre outros (CHOAY, 2006, p. 29).

⁶ Traduzido do francês - *Saber fazer*.

A historiografia aponta que patrimônio irá definir-se enquanto categoria no final do século XVIII, paralelamente à formação dos Estados Nacionais. Porém, nota-se a utilização da mesma no mundo clássico e na Idade Média através de suas referências semânticas específicas, como por exemplo, o Colecionismo (GONÇALVES, 2009, p.26). Funari; Pelegrini (2006, p. 13) corroboram a afirmação, relacionando-a também com a prática aristocrática de se venerar e colecionar antiguidades, presentes nas coleções particulares e nos antiquários. No entanto, na sociedade moderna, a preocupação com o patrimônio irá resultar em transformações conceituais denotadas pelos Estados Nacionais, principalmente na França com a revolução de 1789.

Assim, temos o marco para o conceito moderno de patrimônio com a *invenção do cidadão francês*⁷: igualdade entre os indivíduos, compartilhamento de valores e costumes, determinação e difusão do francês como língua nacional⁸. O patrimônio passa a ser considerado um reflexo da Nação, já não mais no âmbito privado e de velhas tradições, mas sim “de todo um povo, com uma única língua, origem e território” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 17). Sobre essa questão, o historiador Haroldo Leitão Camargo comenta:

Consequentemente as obras e os monumentos deveriam exprimir e testemunhar o “gênio do povo francês” através do tempo. Os monumentos seriam a materialização da identidade nacional e, por meio deles, os cidadãos se reconheceriam como franceses (CAMARGO, 2002, p. 21).

Com o advento do nacionalismo, emergem também práticas de preservação patrimoniais. Camargo (2002, p. 19) salienta que tais práticas de preservação enquanto políticas de Estado na França serviram de modelo para todo o Ocidente e, inclusive foram utilizados para estruturar a política de preservação patrimonial no Brasil a partir de 1930.

No cenário brasileiro, durante o Governo Vargas (1937-45), a política de proteção do patrimônio histórico nacional é criada com o objetivo de aumentar a identificação da população com o país e consolidar a ideia do patrimônio como símbolo da identidade nacional. Segundo o sociólogo Reinaldo Dias:

⁷ A expressão utilizada remete à invenção de um conjunto de cidadãos que compartilhassem elementos inerentes a uma mesma cultura, “para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15).

⁸ Anteriormente à Revolução Francesa, o francês era falado somente pela elite (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 16).

O patrimônio histórico selecionado pelas elites, desse modo, cumprirá sua função de fortalecimento de uma ideologia nacionalista implementada pelo Estado Novo, a qual visava associar Getúlio com a personalidade histórica que consolidou a construção do Estado Nacional (DIAS, 2006, p. 142).

Assim, em 30 de novembro de 1937 é criado, através de Decreto-Lei nº 25, o SPHAN⁹ - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Neste Decreto-Lei, em seu capítulo 1, artigo 1º, constituiu-se a definição do patrimônio histórico e artístico nacional, como sendo:

O conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (DECRETO-LEI Nº 25, DE 30/11/1937).

Por outro lado, o maior destaque ao conceito de patrimônio nacional em nível mundial, é dado no período de 1914 a 1945, período este marcado pelas duas guerras mundiais, que iniciam-se impulsionadas pelo nacionalismo, pois “o que se define como patrimônio e identidade pretende ser o reflexo fiel da essência nacional¹⁰” (CANCLINI, 2003, p. 163). À exemplo, italianos tentavam construir sua identidade através dos patrimônios romanos e na Alemanha nazista, usavam-se as tradições germânicas e gregas para tal construção (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 20-21).

As guerras, sobretudo a finalizada em 1945, trouxeram através dos conflitos, estragos, destruições e, muitas vezes, levaram ao aniquilamento do patrimônio de bairros e de cidades inteiras. Assim, tiveram relevantes consequências sobre a consciência patrimonial no cenário europeu, bem como sobre os modos de uso, restauração e preservação do patrimônio (POULOT, 2009, p. 30).

Após a Segunda Guerra Mundial é criada a UNESCO¹¹, que terá papel fundamental na conservação e proteção do patrimônio cultural universal enquanto gestora dos bens culturais no contexto mundial. Dentre suas contribuições, está a difusão de quatro quesitos a respeito

⁹ Em 1946 O SPHAN passa a se denominar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). E em 1970, O DPHAN se transforma no atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para maiores informações, acessar: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 15/04/2016.

¹⁰ Ainda sobre essa questão, Canclini (2003) afirma que: “Lugares históricos e praças, palácios e igrejas servem de palco para representar o destino nacional, traçado desde a origem dos tempos. Os políticos e os sacerdotes são os atores vicários desse drama” (CANCLINI, 2003, p. 163).

¹¹ A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - é uma agência da Organização das Nações Unidas - ONU. Foi criada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades (UNESCO, 2017).

do patrimônio cultural: trata-se de um recurso de toda humanidade (não mais um bem nacional, concepção esta que era predominante no cenário mundial anteriormente); o patrimônio é um recurso não renovável (introdução da ideia de sustentabilidade); o patrimônio é um bem intocável (deve estar protegido durante e após conflitos bélicos); o patrimônio envolve o ambiente natural (gestão compartilhada patrimônio cultural - natural) (DIAS, 2006, p. 107). Além disso, foram introduzidas gradativamente outras dimensões patrimoniais que contribuíram para a evolução do conceito: patrimônios de valor local, indígenas, mulheres, grupos religiosos, imigrantes, dentre outros.

Para Funari; Pelegrini

Essa multiplicação patrimonial ocorreu em conjunto com a crescente participação das próprias pessoas na gestão dos bens patrimoniais, culturais e ambientais, que deixaram de ser apenas preocupação da administração pública nacional (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 23).

Embasada nesse contexto de apropriação e engajamento humano nas questões patrimoniais e na preocupação com a degradação ambiental agravado pelo desenvolvimento econômico e social, acontece em Paris no dia 17 de outubro de 1972 a Conferência Geral da UNESCO que teve como documento final a elaboração da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Neste documento, é definida, dentre outros aspectos, a composição do patrimônio cultural e natural da humanidade, atribuído de valor universal e excepcional¹²:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas;
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos;
- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações;
- as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas;
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972).

¹² Para a UNESCO, “O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão relevante que transcende as fronteiras nacionais e reveste-se de caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Sendo assim, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para a comunidade internacional”. Disponível em: <http://www.portopatrimoniomundial.com/>. Acesso em: 15/04/2016.

Hartog (2014) pondera em relação à aplicação da categoria de patrimônio relacionado à natureza “na medida em que representou de início ‘forçá-la’” (HARTOG, 2014, p.196). Para o autor, a noção de patrimônio orienta-se fortemente em direção à cultura, sendo seu fundamento residente na transmissão da mesma. Dessa forma,

O meio ambiente foi qualificado como “patrimônio” a partir do momento em que se tomou consciência de que sua degradação, acidental ou comum (a poluição), temporária ou irreversível, engendrava o problema de sua transmissão (HARTOG, 2014, p. 196).

Nesse sentido, as políticas de preservação irão se voltar à questão da transmissão cultural, considerando-a enquanto compromisso coletivo, destinada a fomentar e fortalecer a pluralidade e da diversidade cultural.

Além dos desafios tradicionais a enfrentar pelas instituições, o fenômeno participa de uma mutação fundamental: verifica-se, a partir da década de 1960, a mudança da definição da cultura que, daí em diante, engloba os mais diversos aspectos das práticas sociais, misturando alta e baixa cultura, de acordo com a afirmação dos sociólogos, no momento em que a paisagem material e imaterial passava por alterações aceleradas (POULOT, 2009, p. 199).

O Brasil também acompanha a inserção da promoção e proteção do patrimônio cultural. Em 1988 é promulgada a Constituição Federal¹³, na qual, pela primeira vez, é estabelecido o conceito de *patrimônio cultural brasileiro*. O documento também incluiu a proteção da cultura imaterial, “suas manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”¹⁴.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, s. p.).

¹³ A Constituição Federal está disponível integralmente no site: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislação>. Acesso em: 16/04/2016.

¹⁴ Artigo 215, § 1º.

É nesse cenário que se desperta para a importância e se desenvolve a noção de imaterialidade do patrimônio. “Uma paisagem não é apenas um conjunto de árvores, montanhas e riachos, mas sim uma apropriação humana dessa materialidade” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 25). Considerando que o patrimônio material é uma produção humana, logo se entende que haverá processos de imaterialidade em tais produções, na medida em que tais processos traduzem símbolos e significados num contexto individual ou coletivo.

Nessa perspectiva, é realizada em 17 de outubro de 2003 em Paris, a 32ª sessão da UNESCO que produzirá o documento *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*¹⁵. Nesta recomendação, o patrimônio cultural imaterial passa a ser entendido e finalmente reconhecido pelas

práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003, p. 1).

A referida recomendação reforça ainda, a importância da transmissão do patrimônio para as futuras gerações, além de salientar que o mesmo é “constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história” (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003, p. 1). Ou seja, o aprofundamento das discussões sobre o patrimônio material levaram ao entendimento de se alargar a concepção do conceito e abarcar o patrimônio imaterial.

No caso do patrimônio cultural religioso dissertado nesta pesquisa - a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, um dos símbolos materiais do patrimônio cultural de Dourados/MS, - questiona-se: É possível preservar uma *graça*¹⁶ alcançada? E uma romaria ou procissão? Como preservar uma festa da santa padroeira que leva o nome da principal igreja católica da cidade? Seria possível e/ou necessário garantir a perpetuação dos elementos de valor simbólicos da fé cristã católica através das décadas? Ou seja, a Igreja é material, mas os elementos simbólicos religiosos são imateriais. É possível separar ambos, materialidade e imaterialidade? De acordo com as percepções de Gonçalves (2009, p. 30), relacionadas à

¹⁵ Disponível na íntegra no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 18/04/2016.

¹⁶ Entendida aqui como ajuda divina a fim de ter êxito em alguma atividade.

imaterialidade do patrimônio, a resposta para estes questionamentos é taxativa: certamente não. Para o autor, é justamente

Nessa direção que caminha a noção recente de “patrimônio intangível”, nos recentes discursos brasileiros acerca de patrimônio. [...] De certo modo, essa noção expressa a moderna noção antropológica de cultura. Segundo ela, a ênfase está nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas. A categoria “intangibilidade” talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a referida moderna noção antropológica de cultura (GONÇALVES, 2009, p. 30).

Portanto, é importante salientar que os diversos significados e atribuições relacionadas ao patrimônio, sejam eles materiais ou imateriais não se excluem, nem se anulam. Ao contrário, se complementam através de processos permanentes de recriação cultural coletiva que refletem a transformação das sociedades contemporâneas e de suas relações sociais e culturais. No caso do objeto pesquisado, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, percebe-se claramente que os aspectos materiais e imateriais são fundamentais para eleger e significar tal patrimônio cultural religioso. Tanto a construção arquitetônica, como os processos simbólicos religiosos, sociais e culturais relacionados à mesma, fazem parte de um imaginário que é associado e definido como único, sem separação. Tais elementos não se afastam, e sim se complementam perante a noção do que é construído e vivido enquanto patrimônio na cidade de Dourados.

1.1.2 O Patrimônio Cultural Religioso: a evocação da materialidade do monumento

Ao pesquisar o termo *patrimônio cultural religioso*, sob o viés do patrimônio material, nos bancos de dados que abrigam as produções acadêmicas vinculadas a programas de pós-graduação no Brasil, nota-se uma quantidade elevada de pesquisas nos cursos relacionados à Arquitetura e às Artes de uma maneira geral. Atualmente há uma grande variedade de produções literárias, pesquisas de mestrado e doutorado, revistas acadêmicas e eventos científicos que tratam o tema através da vertente da imaterialidade. Percebe-se, assim, que ocorreu no Brasil um amadurecimento e ampliação da noção de patrimônio através das décadas, algo que em sua gênese era reconhecidamente reducionista, ligado principalmente ao âmbito histórico. Porém tal noção, na atualidade, tenta refletir a multiculturalidade brasileira na medida em que insere outras e novas práticas culturais a serem também contempladas no rol de pesquisas acadêmicas e políticas públicas.

Diante desse contexto, também utilizaremos como referenciais bibliográficos consultados nesta pesquisa, por perceber que fazem parte do conceito, exemplos e discussões inerentes ao *Patrimônio Cultural Religioso*, os seguintes temas/termos pesquisados: *Patrimônio Arquitetônico Religioso*; *Patrimônio Histórico Arquitetônico*; *Patrimônio Cultural Edificado* (quando este estiver relacionado às igrejas); *Patrimônio Religioso*. Salienta-se que tais temas foram fundamentais para compreender como o patrimônio cultural religioso é tratado no Brasil e quais as suas implicações nas relações dos indivíduos e, sobretudo, sua complexidade não somente constante na terminologia *Patrimônio Cultural Religioso*.

Para discorrermos sobre o conceito de patrimônio cultural religioso é necessário que voltemos à evolução histórica do próprio conceito de patrimônio que, em sua origem, surgiu no âmbito privado do direito de propriedade. Neste contexto, não havia patrimônio público e sim um patrimônio de/com valores aristocráticos, individuais e patriarcais (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11).

Os autores supracitados discorrem sobre o surgimento do patrimônio cultural religioso, relacionando-o com a disseminação do Cristianismo e a predominância da Igreja Católica:

A partir da Antiguidade tardia (séculos IV-V) e, em especial, na Idade Média (séculos VI-XV), ao caráter aristocrático do patrimônio acrescentou-se outro, simbólico e coletivo: o religioso. Ainda que o caráter aristocrático tenha se mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, em uma pletera formas materiais e espirituais (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11).

Nesse sentido, o patrimônio cultural religioso passa a obter significados próprios também para as pessoas comuns, sobretudo nas formas de culto aos santos (valorização dos rituais), e relíquias sacras (valorização dos objetos e dos lugares)¹⁷. Obviamente a elite reagiu, o que culminou com a “monumentalização das igrejas e a criação de catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 12). Assim, as sedes dos bispados passaram a representar simultaneamente a noção de um patrimônio com características de coletividade (por possuir caráter público) e aristocracia (por evidenciar a grandeza e a beleza contidas na monumentalidade).

¹⁷ Tais práticas podem ser observadas também na atualidade, onde tanto os templos religiosos, os santos como os rituais ligados aos mesmos são igualmente valorizados e preservados no contexto religioso.

Dentro do contexto de monumentalização, é importante entender que *monumento* foi uma das expressões relacionadas ao patrimônio em sua origem, na medida em que era relacionado a “lembrar alguma coisa”, “tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2006, p. 18). Assim, a autora conceitua:

Chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória (CHOAY, 2006, p. 18).

A memória pode ser entendida como a capacidade que o ser humano tem de relembrar e conservar experiências e informações relacionadas ao passado, sendo estas parte de processos de interação de cada indivíduo com seu meio. Assim, a memória também pode ser utilizada para reconstruir os fatos históricos do passado, a partir de resignificações individuais. Neste caso, o monumento pode ser evidenciado enquanto evocação do passado, porém sendo esta ação realizada no presente.

Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2006, p. 18).

Aos poucos, a noção conceitual de monumento também foi se alterando nas sociedades Ocidentais, passando a conceber valores como: arqueológico, estético, de prestígio, de magnificência e passando a ser evidenciado nos edifícios arquitetônicos pela beleza e técnicas empregadas, em detrimento à sua função memorial (CHOAY, 2006, p. 25).

O historiador da Arte austríaco Alois Riegl (1858-1905), escreveu em 1903 *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*, traduzido do alemão e publicado pela Editora Perspectiva em 2014. Nesta obra, o autor discorre sobre a abordagem pioneira e os conceitos aplicados à problemática relacionada aos monumentos, a memória e a história que nos legaram os mesmos. Além disso, aponta a relação dos valores da memória com o culto dos monumentos, como sendo: valor de antiguidade, valor histórico, valor volível de memória ou de comemoração; e na atualidade como sendo: valor utilitário ou de uso e valor de arte (inclusos neste último valor de novidade e valor de arte relativo) (RIEGL, 2014, p. 49-79).

Cabe salientar que, segundo o autor, o patrimônio cultural religioso na/da Igreja Católica adequa-se ao *valor de novidade*, o qual se opõe ao *valor de antiguidade*, sendo seu

“adversário mais temível e valor de arte das grandes massas com pouca cultura” (RIEGL, 2014, p. 71), realizando aqui uma crítica à *massa* que só aprecia o que é novo, íntegro e belo.

As igrejas, as estátuas das pessoas santificadas ou dos santos, os quadros das histórias sagradas encontram-se relacionadas com o redentor divino, representando o que de mais digno a mão do homem pode criar. Como em qualquer obra humana, a consideração do *decorum* exige, como já foi suficientemente sublinhado, um acabamento perfeito de forma e de cor (RIEGL, 2014, p. 78).

Partindo dos conceitos de valores dos monumentos explorados pelo autor nesta obra, é proposta uma diferenciação entre monumento e monumento histórico. Enquanto o primeiro é uma criação pensada de forma imediata, deliberada (*a priori*), o segundo é constituído pelos olhares dos profissionais da História e da Arte (*a posteriori*), que dentro de um processo seletivo, no qual interferem inúmeros fatores, escolhem alguns monumentos representativos na enorme gama de edifícios existentes (CHOAY, 2006, p. 25). Para Camargo (2002), conceituar monumento histórico não é tarefa muito fácil, na medida em que esse conceito também foi construído pela noção de patrimônio nacional, caracterizado pelos apelos simbólicos que ultrapassam seu caráter intencional. Nesta construção

Pode-se dizer que, da mesma forma que os monumentos são destruídos por motivos ideológicos, isto é, constituem-se símbolos que se quer apagar da memória, os monumentos históricos são a outra face da mesma moeda, são símbolos que se quer perpetuar. O nexa da questão está em conhecer o sentido da construção histórica para aprender seu significado simbólico (CAMARGO, 2002, p. 25-26).

Nessa dualidade *apagar/perpetuar*, legitimada através de determinados grupos sociais, amparados dentre outros elementos, na simbologia e sentidos atribuídos ao monumento histórico, é que perpassa a discussão do patrimônio cultural religioso na medida em que os mesmos são testemunhos das modificações pelas quais passaram e testemunham, através de sua materialidade, suas próprias histórias, dos indivíduos e do local onde estão inseridos. Tais testemunhos expressos através de determinadas linguagens, para Poulot (2009), “deve conversar com o expectador e indicar-lhes o objetivo pelo qual havia sido erguido” e “o aspecto do monumento deve indicar o motivo que esteve na origem de sua construção” (POULOT, 2009, p. 49-50). Choay (2006) aponta que os locais de cultos religiosos seriam testemunhos de um passado secular, construído através da acumulação de vestígios e conquistas e conferindo marcas de um grupo à sociedade.

Para Camargo (2002), os testemunhos contidos no monumento histórico enquanto patrimônio cultural estão repletos de valor simbólico.

O valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuímos a memória coletiva. É esta memória que nos impele a desvendar o seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro dos limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento (CAMARGO, 2002, p. 30-31).

Assim, a noção de materialidade verificada através dos monumentos históricos religiosos, sobretudo em suas expressões edificadas, transformou-se numa das formas do patrimônio arquitetônico, a saber: “coleção de representantes significativos e isolados do passado, pela monumentalidade e pela excepcionalidade, até valorizar conjuntos arquitetônicos, arquitetura rural, arquitetura vernacular¹⁸ e produção contemporânea” (SILVA, 2011, p. 28). Além disso, este tipo de patrimônio está diretamente relacionado a conceitos de territorialidade e temporalidade, na medida em que a sociedade define o que será eleito e legitimado dependendo do tempo e lugar em que se situa (SOUZA, 2011, p. 46).

Trazendo essa discussão para o campo do patrimônio cultural religioso, pode-se notar que tais legitimações patrimoniais estão estreitamente ligadas às estruturas institucionais, sobretudo à Igreja Católica, atuando muitas vezes como definidora, mantenedora e guardiã deste patrimônio. Por outro lado, sabe-se também que as situações e imbricações situadas neste campo têm um grau de dificuldade mais acentuado, a partir do momento que desde sempre os bens escolhidos foram e ainda são da herança hegemônica, mesmo que atualmente se vislumbrem algumas alterações nestas instituições (SILVA, 2006, p. 44).

1.1.3 A imaterialidade do Patrimônio Cultural Religioso: espaço sagrado, lugar de memória, símbolo de identidades

O que é e para que serve o patrimônio cultural religioso? Ele seria somente um monumento representado num edifício arquitetônico? Ou poderia também ser constituído por um lugar de evocação do sagrado, um símbolo da vinculação do humano com o divino? Ele serve para representar um período do passado? Ou seria para rememorar-lo através da contemplação e das práticas religiosas? É diante de tais questionamentos que pretende-se discorrer nesta parte do texto a fim de tentar compreender os conceitos e os desdobramentos

¹⁸ Forma de arquitetura em que são empregados recursos, técnicas e materiais regionais, do próprio ambiente onde a edificação é construída.

relacionados à esta subcategoria do patrimônio cultural, tão importante e presente na história, porém nem tanto na historiografia, sobretudo na brasileira.

O patrimônio cultural religioso brasileiro em sua vertente católica é uma herança de Portugal, que além de instituir e controlar a educação, a cultura e os costumes, impôs seu domínio através dos símbolos e práticas religiosas.

Hoje a instituição perdeu de seu poder de dominação ao ser instituído o Estado laico, porém ainda exerce influência tanto sobre católicos quanto não católicos, por meio da determinação de uma cultura baseada na religião, como feriados, festas, crença nos dizeres bíblicos, no estabelecimento de lugares santos, no seguimento de um calendário estabelecido pela Igreja Católica Apostólica Romana etc. (BONJARDIM; ALMEIDA, 2012, p. 3).

Simone Ribeiro Nolasco publicou no ano de 2010 a obra *Patrimônio Cultural Religioso: a herança portuguesa nas devoções de Cuiabá Colonial*, que retratou parte de sua pesquisa de Mestrado¹⁹ em História, apresentada na Universidade Federal de Mato Grosso em 2002. Nesta obra, a autora discute as devoções católicas no processo de colonização e cristianização brasileiras inseridas no contexto dos moradores da Vila Colonial de Cuiabá, no Mato Grosso. Neste processo, pode-se perceber o quanto os aspectos religiosos foram, e continuam sendo importantes para a formação de uma identidade de determinados grupos sociais. Para exemplificar, a autora retrata o período histórico colonial:

É imprescindível considerar a dimensão religiosa desta população, em que os valores católicos envolviam todos os aspectos da vida social de então; o cotidiano se organizava pelo calendário litúrgico, os rituais e festejos eram investidos de caráter religioso (ainda que agregados a rituais pagãos), tanto quanto a crença na vida pós-morte a repercutir na economia dos vivos e na formação da estrutura familiar que obedecia a critérios instituídos pelo cristianismo (NOLASCO, 2010, p. 15).

Dessa forma, é notável a influência que a religião católica exerceu e exerce sobre os elementos relacionados ao patrimônio cultural religioso brasileiro através de seus símbolos e linguagens. Lima (2005) aponta alguns tipos de linguagem, juntamente com sua simbologia, que retratam o patrimônio cultural religioso presente na sociedade: linguagem arquitetônica, linguagem ornamental, linguagem escultória, linguagem cênica, linguagem festiva e linguagem literária (LIMA, 2005, p. 93-104).

Através de algumas linguagens citadas, pode-se perceber os elementos imateriais presentes na pluralidade expressiva do patrimônio cultural religioso, como por exemplo: a

¹⁹ A dissertação é intitulada: *As devoções da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá - O culto aos padroeiros - 1723 a 1808*, orientada pelo prof. Dr. Carlos Alberto Rosa.

linguagem decorativa e ornamental do patrimônio, presentes na simbologia da cruz, do terço, velas, medalhas; as devoções individuais e/ou coletivas ligadas às esculturas das imagens de santos; as representações simbólicas presentes na transmissão de passagens históricas da Bíblia; as procissões que constituem em exposições dos valores e das crenças presentes em determinadas comunidades através das promessas e de ex-votos²⁰; as encenações que revivem cenas das lições de catequeses convertendo-a em uma linguagem visual; as peregrinações e romarias, onde se percebe a transmissão das crenças, os folhetos, hinários, extratos religiosos e poesias e, finalmente as festas religiosas que promovem a catarse²¹, onde o “humano é vinculado ao divino” (LIMA, 2005, p. 101) e notam-se, muitas vezes, elementos sagrados e profanos fundidos na dinamicidade cultural e religiosa (LIMA, 2005, p. 93-104).

Todos esses elementos, todas essas linguagens que fazem parte da imaterialidade do patrimônio cultural religioso são representados e legitimados em determinados espaços, em determinados lugares, sendo fundamentais para simbolizar a identidade de um grupo social. Para Borges (2010) os espaços sagrados fazem parte de um conjunto de referências destinadas a consolidar as marcas do passado e reforçar a proteção espiritual. Assim:

Tendo em conta a forma como os homens apreendem o espaço, eles atribuem-lhe significados distintos: alguns lugares, por serem privilegiados, adquirem um estatuto especial no recorte espacial e, justamente por isso, lhe são conferidos valores econômicos, afetivos e religiosos, nem sempre excludentes. Os espaços sagrados, como se pode ver, são parte desse processo (BORGES, 2010, p. 127).

Nesse sentido, ao observarmos a disposição espacial da maioria das igrejas católicas dentro do planejamento urbano, verifica-se um padrão que, muitas vezes se repete e que remonta o processo de colonização e o modelo de cidades. A principal igreja católica (Matriz ou Catedral) geralmente está no centro das cidades, onde há também uma praça à sua frente²², ladeada por centros de poder político e econômico como agências bancárias, cartórios, fóruns, comércio de produtos e serviços, dentre outros. Ou seja, esses espaços ditos privilegiados na

²⁰ Testemunho colocado em *salas de milagre* em igrejas e santuários católicos, como por exemplo: bilhetes, esculturas, quadros, fotografias, mechas de cabelo, reproduções de partes do corpo esculpidas em diversos materiais, etc. Para saber mais consultar: <http://ex-votosdobrasil.blogspot.com.br/p/ex-votos.html>. Acesso em: 22/06/2017. Nesse sentido, os ex-votos constituem parte de um universo religioso e também cultural, pois retratam a memória e a identidade de um indivíduo ou de sua coletividade. Além disso, “desvenda a história do devoto e que o inscreve na teia de uma tradição que o precede e que com ele se enriquece” (LIMA, 2005, p. 101).

²¹ Purificação pessoal.

²² A organização espacial igreja - praça faz parte da influência portuguesa no planejamento urbano.

ordem urbana detêm variados valores simbólicos para os grupos sociais que os utilizam, dentre os quais está logicamente, o sagrado, identificado, sobretudo pela simbologia da imaterialidade religiosa detentora de significados.

Segundo Borges (2010), o espaço sagrado que é socialmente criado e percebido, torna-se *lugar*²³ na medida em que é definido e significado, criando referências e atribuindo significados diferentes de apropriação e valores aos indivíduos. No entanto, para a autora, o valor de *lugar* depende das relações sociais que foram estabelecidas, das lembranças e dos elementos que conferem certa intimidade com o mesmo. “Tais elementos passam a ser representados a partir de percepções culturais, formando um arcabouço mais ou menos organizado, que permite a orientação de grupos e pessoas” (BORGES, 2010, p. 122).

A partir daí, os espaços sagrados passam a constituir também referência para a memória dos indivíduos e, conseqüentemente sua preservação. “Assim, a relação que os devotos estabelecem com os espaços sagrados revela formas de preservação de uma memória que se dá em função da relação de respeito ao lugar que abriga uma ‘santidade’” (BORGES, 2010, p. 128).

O que nos interessa nesse momento é pensar o lugar na perspectiva da expressão imaterial contida no espaço sagrado, mas, sobretudo, enquanto *lugar de memória*. Para tanto,

²³ Nesse contexto, tomo como referência alguns conceitos relacionados a *lugar* a fim de contextualizar a abordagem da narrativa nessa pesquisa: *lugar* enquanto espaço físico atribuído de significado cultural (BORGES, 2010; TEIXEIRA, 2015) e *lugar de memória* (NORA, 1993). Nota-se que tais conceitos não estão distanciados, ao contrário, dialogam entre si, estão interligados e são fundamentais para se entender o sentido de *lugar* na produção de identidades dos indivíduos. Borges (2010) utiliza o conceito de lugar a partir da noção de espaço abordada pela Antropologia e a Geografia, que é a de espaço enquanto criação cultural, existindo para o ser humano na medida em que forma significado, através de elementos qualitativos. Nesse sentido, esse espaço “vivido pelos homens e grupos é detentor de significados, pois assume sempre um papel na orientação de grupos e indivíduos. Através de um sistema de contrastes elaborados por cada cultura é possível construir um conjunto significativo, que informa sobre o “situar” dos indivíduos” (BORGES, 2010, p. 121-122). Na publicação *Dicionário do Patrimônio Cultural*, disponibilizada no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - (<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares>), Teixeira (2015) conceitua o verbete *lugares* como sendo “espaços físicos imbuídos de significação cultural, aos quais são atribuídos valores” (TEIXEIRA, 2015, s. p.). No campo do patrimônio cultural brasileiro, o debate em torno desse conceito remonta a década de 1980, quando houve uma forte pressão social para a ampliação e reconhecimento do patrimônio cultural, sobretudo relacionados às culturas indígena e afro-brasileira. Com a criação do Decreto nº 3551 de 2000, a “categoria *lugar* se consolidou como forma de compreender um referencial cultural especializado, cujo valor não se concentra estritamente em seus aspectos construtivos ou históricos. Desse modo, a categoria diz respeito a um recorte espacial dotado de significação cultural e social expressas no tempo presente por meio da relação que pessoas e grupos estabelecem com ele. Nesse sentido, a categoria *lugar* compreende demarcações físicas e simbólicas no espaço, ‘cujos usos qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente’” (LEITE, 2004, p. 35 *apud* TEIXEIRA, 2015, s. p.). O sentido de *lugar de memória* (NORA, 1993) preferi abordar no próprio texto, pois se aproxima mais do objeto de pesquisa.

utilizaremos os ensinamentos do historiador francês Pierre Nora que idealizou o conceito²⁴, em sua publicação *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, traduzida para o português e publicada em 1993 na Revista Projeto História (PUC/SP). Nesse sentido, para se entender o conceito de *lugares de memória*, se faz deveras importante buscar entendimento na relação memória e história, pois, segundo o autor, o que constitui tais lugares é justamente “um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca” (NORA, 1993, p. 22). Assim, temos que:

Os lugares de memória pertencem a dois domínios²⁵, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração (NORA, 1993, p. 21).

No intuito de caracterizar mais precisamente essa noção, inclusive utilizando-se de exemplos, o autor ainda relata que os lugares de memória

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993, p. 21-22).

A partir do início do século XX, sobretudo nas Ciências Humanas, o conceito de memória passou a ser definido como um fenômeno social, na medida em que as relações entre os indivíduos são estabelecidas pelas formas em que os mesmos interagem entre si, através dos aspectos socioculturais, como por exemplo, nos ambientes: familiar, profissional, político, religioso, dentre outros. Tais elementos são fundamentais na construção das memórias e, conseqüentemente, da história destes indivíduos.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se

²⁴ Outros estudiosos contribuíram para a discussão e críticas ao conceito de Pierre Nora, dentre eles François Hartog: *O tempo desorientado - Tempo e História: Como escrever a História da França?* (1997) e Paul Ricoeur: *A memória, a história, o esquecimento* (2007) (GONÇALVES, 2012, p. 27-45).

²⁵ Tangível e intangível (simbólica) ou material e imaterial.

nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAUI, 2014, p. 16).

Jacques Le Goff (2013) aponta a relação entre memória e história, quando salienta: “como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica.” (LE GOFF, 2013, p.51). Para Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9). O autor ainda complementa:

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. [...] À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (NORA, 1993, p. 15).

Maurice Halbwachs (2003), em seu livro *A memória coletiva*, discorre no primeiro capítulo sobre as duas principais categorias da memória: a memória individual - “O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (p. 29) e a memória coletiva - “É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos” (p. 30). Diante da perspectiva que o indivíduo nunca está sozinho, mesmo os acontecimentos vividos solitariamente são percebidos enquanto lembranças que permanecem coletivas, ou seja, para o autor, a memória individual é construída a partir da memória coletiva. O autor ainda enfatiza que para se rememorar uma lembrança ou confirmá-la não se fazem necessários testemunhos “no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material” (HALBWACHS, 2003, p. 31-32). Portanto, um lugar de memória não seria somente um lugar “digno de lembrança” (GONÇALVES, 2012, p. 32).

Pollak (1992) destaca como característica da memória, tanto individual quanto coletiva, o caráter mutante. Tais elementos mutáveis são, sobretudo, episódios vividos pessoalmente ou pelo o grupo no qual a pessoa se relaciona. A memória também pode sofrer flutuações, dependendo do momento em que ela está sendo abordada. O autor analisa ainda, os elementos constitutivos da memória e ordena-os em: acontecimentos, pessoas e lugares. Os acontecimentos podem ser vividos pessoalmente ou acontecimentos vividos *por tabela* (vividos em coletividade); as pessoas podem ser categorizadas por personagens encontradas durante a vida e também vividas indiretamente, ou *por tabela*. Por fim, os lugares da

memória, lugares de comemoração, que ficaram marcados na memória pública do indivíduo, os vestígios datados da memória. “Esses três critérios, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos” e da percepção de si e dos outros (POLLAK, 1992, p. 3).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana (LE GOFF, 2013, p. 387).

O ponto fundamental a ser observado é a percepção de Pierre Nora a respeito das dimensões do *lugar de memória*, sobretudo da relação da simbologia, exercida pelo caráter imaterial da memória. Nesse sentido, Gonçalves (2012, p. 34), reafirma a proposta do autor:

O lugar da memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum. [...] Lugar de memória então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer (NORA, 1997, v.2: 2226 *apud* GONÇALVES, 2012, p. 34, grifos da autora).

Assim temos que, diante da construção da noção de patrimônio cultural religioso que, composto por seus aspectos duais de materialidade e imaterialidade, podem ser entendidos como *espaço sagrado* por denotar implicações simbólicas de origem religiosa, legitimados através de determinados grupos sociais dentro de uma organização espacial. Por outro lado, e com maior ampliação desse conceito, ao patrimônio cultural religioso também pode ser conferida a noção de *lugar de memória*, por constituir referenciais onde os elementos simbólicos, vividos no caráter individual ou coletivo, revestem-se de imaginação, experiências e uma *aura simbólica*²⁶, vividos, na prática, através das significações das lembranças dos indivíduos.

Nessa construção da identidade [...] há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, [...], ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico;

²⁶ Expressão utilizada por Nora (1993, p. 21).

finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. [...] Podemos portanto dizer que **a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade**, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5, destaques do autor).

Dessa forma, a memória registrada através de lugares referenciais acaba sendo constituída pelo resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja, simboliza, fortalece e *alimenta a identidade*²⁷. Enquanto geradora da identidade, a memória pode ser vislumbrada como sendo participante de sua construção, uma vez que, a própria identidade de uma sociedade realiza certas seleções da memória, e ainda, dá forma às predisposições que vão conduzir o indivíduo ou a coletividade a incorporarem alguns aspectos particulares do passado, ressignificando-os, através dos lugares de memória, “onde se busca fazer viver a memória, mantê-la viva e transmiti-la” (HARTOG, 2014, p. 237).

E é por esse caminho que ao trabalharmos os sentidos e significados da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição enquanto um patrimônio cultural religioso, presente na memória individual e coletiva dos sujeitos que nasceram e/ou que vivem em Dourados, que a entendemos também enquanto lugar de memória e produtora de identidade cultural. Além deste patrimônio cultural religioso estimular a memória dos indivíduos que estão, de certa forma, associados à ele, torna-se elemento material e com desdobramentos imateriais para que o povo douradense possa conhecer sua história e parte da história de sua cidade, reconstruindo seu passado, fortalecendo e afirmando sua identidade cultural.

1.2 O SURGIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO EM DOURADOS: UM POVOADO, UMA RELIGIOSIDADE, UMA DEVOÇÃO

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Jacques Le Goff).

Para compor a narrativa dessa segunda parte do primeiro capítulo, iniciou-se discorrendo sobre o processo histórico de povoamento não-índio da área que originou o

²⁷ Expressão utilizada por Candau (2014, p. 16).

município de Dourados, utilizando-se sobretudo, de fontes memorialísticas. Entender a formação do povoado, que se tornou distrito e depois município, é importante nesta dissertação, pois esse entendimento oferece elementos que contribuem para esclarecer o próprio processo histórico de construção da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição. Desse modo, o objeto de pesquisa foi introduzido na análise, enfocando primeiramente as práticas de religiosidade existentes no povoado, bem como o cenário religioso da região no início do século XX, sobretudo o católico. Ao concluir o primeiro capítulo, apresenta-se o ícone de devoção associado ao patrimônio cultural religioso pesquisado: Nossa Senhora Imaculada Conceição, abordando, sobretudo, a relação com os fieis e a festa religiosa relacionada à padroeira de Dourados.

1.2.1 Do início do povoado à criação do município de Dourados: história e memória (final século XIX - início século XX)

Para compor o delineamento histórico proposto neste subitem, serão utilizados como fontes de pesquisa, os principais relatos memorialistas registrados em livros, além de alguns exemplares de produção acadêmica.

Essa metodologia foi utilizada anteriormente e mais amplamente na dissertação de mestrado do historiador Walteir Luiz Betoni²⁸, defendida em 2002 e intitulada: *Dourados: entre a história e a memória*, sobretudo no item 1.2. *Breve recuperação do processo histórico da região de Dourados*. Na dissertação, o autor analisa a produção historiográfica relacionada a Dourados, tendo por parâmetro a utilização desses dois discursos, no qual ele conclui sobre a visão memorialista: “Percebemos que as análises demonstram etnocentrismo, sobretudo em relação às populações indígenas e mestiças, mediante a supervalorização do pioneiro não-índio, atribuindo-lhe o papel de agente do **progresso** e da **civilização**” (BETONI, 2002, p. 4, destaques do autor). Sobre a visão dos autores ligados a universidades, ele constata que: “parte das impressões dos memorialistas são confirmadas, mas por outro lado, outras são rejeitadas” (BETONI, 2002, p. 4).

Nesse sentido, podemos dizer que a história de Dourados foi e tem sido escrita, em grande parte, por meio de memórias, testemunhos e vestígios, escritos sobretudo por autores memorialistas. A maioria das obras referentes a Dourados que temos à disposição trata de

²⁸ Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Já foi Secretário Municipal de Educação em Dourados (2011-2013), e atualmente é professor na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Fonte: Plataforma Lattes (última atualização: 15/09/2015). Acesso em: 06/04/2016.

assuntos que mostram *partes da história*, exaltando alguns grupos sociais, sobretudo a elite política e econômica, em detrimento de outros grupos, no caso de Dourados e região, os pobres e indígenas. Além disso, tais obras exaltam amplamente o *mito do pioneiro*²⁹, tão explorado no contexto do sul do Mato Grosso como elemento de formação de identidade local.

A noção de pioneirismo nos remete a um contexto histórico, do presente, que se volta ao passado em busca de uma origem, de um começo, a partir do qual se possa estabelecer uma linha de continuidade entre passado e presente. Identificada a origem, organiza-se a sucessão dos fatos que ligam linearmente o momento inicial ao presente. A noção de pioneirismo configura, assim, um discurso homogeneizador que faz a história fluir num *continuum*, ou numa marcha evolutiva, marcada pela constância, pela unidade e pela harmonia. Reúnem passado e presente, e a diversidade do tempo, “em uma totalidade bem fechada sobre si mesma”³⁰. A história, assim entendida, e amarrada, transforma-se numa “cadeia contínua”³¹ e imutável de acontecimentos perfeitamente encadeados. A sucessão de fatos, desencadeada a partir do marco de origem, tende a estabelecer uma continuidade evolutiva entre um momento inicial e um presente que rememora (STAROSKI; OLIVEIRA, 2015, p. 18).

Em relação à supervalorização do *mito do pioneiro*, a *pioneira memorialista*, considerada a *contadora de histórias de Dourados* Ercília de Oliveira Pompeu³² escreveu em 1965 a *Monografia do município de Dourados*³³, publicada em 2014, onde exalta: “[...] esse herói que enfrentando toda a sorte de sacrifícios e provações, chegou trazendo consigo somente o progresso” (POMPEU, 2014, p. 11). Há de se salientar que dona Ercília, como era conhecida, teve e ainda tem grande prestígio intelectual e se destaca entre os memorialistas de Dourados. O caráter pioneiro e memorialístico³⁴ de seu trabalho cumpriu seu papel histórico,

²⁹ “Mato Grosso tem a particularidade de querer preservar o poder da elite antiga, através da preservação de uma memória que está ligada a um pretense heroísmo [...]. Numa tentativa de perpetuação do poder, elaboram-se representações que se ligam sempre a história de um “passado glorioso” de vencedores, de homens importantes e valentes que defenderam acirradamente as extensas fronteiras do oeste para o Brasil” (GARDIN, 1999, p. 44).

³⁰ Nota dos autores: FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 26.

³¹ Nota dos autores: NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2003.

³² Nasceu em 1918 em Rio Brillhante e veio para Dourados com os avós em 1919. Neta de João Rosa Góes, de quem herdou a veia comerciante. Católica fervorosa e benzedeira de crianças, solicitou permissão para o ministério ao Papa João Paulo II, a qual foi atendida (DAL BOSCO, 1995, p. 169-174).

³³ Foi publicada no jornal *O Progresso* pela ocasião da comemoração dos 50 anos do município (*O Progresso*, 20/12/85, s. p.) e em 2014 pelo Grupo Literário Arandu.

³⁴ A narrativa de cunho memorialístico tem forte tradição nas produções literárias relacionadas à história regional no Mato Grosso do Sul, assim como em outras partes do Brasil. Tal fato deve-se, dentre outros aspectos, a uma tentativa de se (re)afirmar uma possível identidade cultural e um Estado povoado através da inserção de

e sua narrativa passou a ser frequentemente copiada, como verdade absoluta, por outros memorialistas dispostos a reconstituir a história de Dourados (BETONI, 2002, p. 30).

Por outro lado, as produções acadêmicas historiográficas tentam contextualizar e problematizar tais questões, cumprindo o papel do historiador/investigador ao utilizarem também os testemunhos e os vestígios humanos, pois para o historiador “todo conhecimento da humanidade, qualquer que seja, no tempo, seu ponto de aplicação, irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância” (BLOCH, 2001, p. 70).

Lori Alice Gressler³⁵ e Lauro Joppert Swensson³⁶ publicaram em 1988 *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Nesta obra os autores relatam, no primeiro capítulo, que os antecedentes históricos da ocupação não-índia no antigo sul do Mato Grosso se pautam na inserção e na atuação dos espanhóis, dos jesuítas e dos bandeirantes, ocorridas no final do século XVI³⁷ (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 1-11).

As memórias históricas da região tratam que a ocupação do sul do antigo Mato Grosso se pautou na busca, na conquista e na disputa da/pela terra. Dentre tais disputas, pode-se citar a Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo mais precisamente o período pós-guerra o de maior relevância para uma ocupação mais efetiva do extremo sul da região.

inúmeras e variadas culturas provenientes de diversas partes do país. Nesse sentido, as memórias são dispositivos encontrados para alicerçar e legitimar as narrativas de vida de um grupo social através de relatos de um fato, ou a abordagem de um determinado tema o qual o narrador acessou direta ou indiretamente e que possibilitaram uma rememoração. Desse modo, “o memorialista não é um historiador, nem um cronista apenas, trata-se, na verdade, de uma testemunha da História. Seu testemunho restringe-se aos acontecimentos ao quais ele esteve ligado – como ator ou expectador. Para escrever, o autor normalmente recorre a testemunhos de outras pessoas presentes ou mesmo a fontes documentais; contudo é a primeira pessoa que toma a frente na narração, organizando os fatos de acordo com a perspectiva pessoal de um indivíduo em particular” (MENDES, 2007, p. 37-38). Contudo, a crítica em relação às narrativas memorialísticas está justamente na abordagem particular dos fatos, sem levar em conta os diversos grupos sociais presentes e atuantes nos acontecimentos narrados, nem as problemáticas envolvidas, marginalizando determinados processos e indivíduos e os excluindo da narrativa histórica oficial.

³⁵ Pedagoga, mestre e doutora em Educação. Exerceu vários cargos públicos administrativos em Dourados. É autora de vários livros e artigos publicados em revistas nacionais e do exterior (GRESSLER; SWENSSON, 1988).

³⁶ Mestre em Geografia, professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Foi Secretário Municipal de Educação em Dourados (1972-1976), exercendo também cargos públicos em Conselhos. É autor de vários livros com a temática *Dourados e Mato Grosso do Sul* (GRESSLER; SWENSSON, 1988).

³⁷ Em 1593, o espanhol Ruy Diaz de Guzman funda *Nova Xerez*, às margens do Rio Aquidauana. Os jesuítas também inserem-se nesta região através dos trabalhos missionários nas reduções jesuíticas no Itatim, assim como os bandeirantes adentram essa mesma região entrando em combate com os espanhóis (GRESLER; SWENSSON, 1988, p. 4-11).

O livro *Resenha histórica de Mato Grosso (fronteira com o Paraguai)* escrito por Pedro Ângelo da Rosa³⁸ em 1962, apesar de não discorrer propriamente sobre o município de Dourados, traz contribuições para melhor entendermos o processo histórico ocorrido na região de fronteira, bem como os episódios da Guerra do Paraguai e os processos migratórios que ocorreram no pós-guerra. Terminada a guerra e consolidados os limites territoriais entre Brasil e Paraguai através de uma comissão instituída para a demarcação³⁹, findaram-se os trabalhos em 1874 (ROSA, 1962, p. 21). Assim, um grande número de ex-combatentes brasileiros, paraguaio-guaranis fixou-se nas terras, dedicando-se principalmente ao trabalho no campo (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 23).

Betoni (2002) menciona também uma onda migratória ocorrida no início do século XIX advinda de Minas Gerais. “Os mineiros encontraram terras propícias para a criação de gado nos campos cerrado e também na região que ficou conhecida como Campos de Vacaria⁴⁰”. Além de mineiros, outros grupos aos poucos também ocuparam a região, dentre eles: paulistas, paranaenses e principalmente, sul-riograndenses (BETONI, 2002, p. 19-20). Famílias inteiras chegavam desses lugares a fim de fixar domicílio e trabalhar na região⁴¹. Muitos fugindo de guerras e revoluções, outros atraídos por *notícias alvissareiras*⁴², oportunidades de trabalho e riqueza em terras férteis⁴³, ou seja, em busca de uma vida melhor para si e seus herdeiros (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 10).

A partir de 1893, nova e significativa corrente migratória dirigiu-se para o Estado de Mato Grosso do Sul. Foram os rio-grandenses fugitivos, em sua maior parte, das consequências da Revolução Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 a 1895. Diversos fatores motivaram tal deslocamento: a procura de

³⁸ Neto de um Capitão do Exército Brasileiro que participou do episódio *Retirada da Laguna* e, dessa forma, analisa a fronteira Brasil-Paraguai pela ótica do militar (BETONI, 2002, p. 29).

³⁹ “A comissão fez a demarcação de limites em toda a extensão da faixa fronteira partindo da foz do Apa até o Paraná nas proximidades da foz do Iguassu. Nas principais cabeceiras das águas contravertentes foram construídos grandes marcos de pedra e cal [...]. Em Ponta Porã, Sanga Puitã e outros pontos intermediários existiam postes de madeira de lei, que demarcavam a linha divisória” (ROSA, 1962, p. 21).

⁴⁰ “Sua paisagem natural é muito diversa da dos Pantanais, no entanto, seus campos limpos, prestaram-se, também, de forma muito apropriada, à criação extensiva de gado e à instalação de fazendas que se moldaram às suas peculiaridades ambientais. A Vacaria está delimitada pelos municípios de Campo Grande, Ponta Porã e Dourados e inclui Rio Brillante, Sidrolândia e Maracaju” (CORRÊA, 1999, p. 25).

⁴¹ “Em 1907, foi aberta a estrada de Porto Quinze, o que facilitou em muito a vinda de correntes migratórias que aqui se radicaram” (MOREIRA, 1990, p. 11).

⁴² Expressão utilizada por Capilé Júnior; Capilé; Souza (1995, p. 10), significando *boas novas*.

⁴³ “Este solo, que fascina o visitante, será motivo de sérias disputas, mas os homens vêm, lutam e permanecem. Como projeto de vida, a esperança de se tornar um proprietário de terra” (MOREIRA, 1990, p. 11).

melhores condições econômicas, a fuga das perseguições políticas, a destruição de suas propriedades etc. (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 25).

Outro importante elemento para se compreender a migração sul-riograndense ocorrida na região, bem como os diversos aspectos do povoamento de Dourados, encontra-se nas publicações do jornal *O Douradense*⁴⁴. Nele, o memorialista João Augusto Capilé Junior⁴⁵ registra em quatro edições/capítulos, sua *Monografia Histórico-Corográfica do município de Dourados*⁴⁶, tendo como temáticas, respectivamente: *Devassamento do território, Criação do município, Correntes de povoamento, procedências e objetivos* e por fim *A sede municipal*. Sobre as motivações que levaram à ocupação desta região e que são relacionadas às questões políticas vivenciadas no Rio Grande do Sul naquele momento, é relatado na edição nº 13 do periódico:

Em fins do século XIX, logo após o advento da República do Brasil, no Rio Grande do Sul foram criados vários partidos políticos dentre os quais havia intensa rivalidade, o que causou muitas vezes encarniçadas lutas. Nessas desavenças, quando havia um vencedor, castigava ele barbaramente ao vencido o qual se via ele na contingência de abandonar seu estado natal [...] (*O Douradense*, 02/12/1948, p. 1).

A publicação ainda demonstra que esses migrantes, ao adentrarem a região, tinham como intenção principal iniciar uma *nova vida* com o trabalho na terra, pois o extremo sul do antigo Mato Grosso representava naquele momento um “lugar onde as terras mais recompensassem aos trabalhos da lavoura” (*O Douradense*, 02/12/1948, p. 1).

O foco desta corrente migratória foi, desde logo, as regiões de campos limpos e devolutos existentes no atual Estado de Mato Grosso do Sul. A notícia destes campos, os quais eram semelhantes aos do Rio Grande do Sul, tinha sido divulgada pelos ex-combatentes da Guerra do Paraguai ou, ainda por aqueles que aqui residiam (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 25).

⁴⁴ *O Douradense* foi um jornal veiculado em Dourados e suas edições foram publicadas entre 11/05/1948 e 01/08/1950, num total de 16 números. Armando da Silva Carmello era o proprietário e diretor responsável. Os exemplares encontram-se disponíveis para consulta no Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD).

⁴⁵ Sociólogo, nasceu em Rio Brilhante em 1916. Foi Prefeito Municipal e vereador de Dourados. Foi assessor na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e na Câmara Federal (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995).

⁴⁶ “Diante da heterogeneidade étnica e cultural era necessário criar homogeneidades e, para isso, contar a história da cidade era relevante” (ERNANDES, 2009, p. 48).

Desse modo, eles saíam principalmente de São Luiz Gonzaga⁴⁷ e São Borja e, organizados em comitivas, adentravam a região à pé, a cavalo ou em carretas puxadas por bois. Pelo rio Uruguai entravam na Argentina e seguiam até Posadas. Depois, atravessando o rio Paraná, adentravam o Paraguai, e alguns seguiam pelo rio Paraná⁴⁸. Porém a maioria seguia por terra até chegar ao Mato Grosso, entrando pela região da atual cidade de Amambai. Assim chegavam e se fixavam em Ponta Porã e Dourados, ou seguiam para Miranda, Aquidauana ou Campo Grande (ROSA, 1962, p. 36-40; GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 25). Nas viagens, que duravam de dois a seis meses, enfrentavam enormes dificuldades, e praticamente sem recursos alimentares, “aproveitando a estação apropriada para a derrubada de matas e plantio de roças, onde aguardavam a colheita para abastecerem-se de víveres”. Além disso, havia os assaltos às comitivas, ataque de animais ferozes, e as enfermidades que faziam com que vários não sobrevivessem à empreitada (ROSA, 1962, p. 38-39).

Os migrantes que chegavam à região no final do século XIX encontravam o espaço já *ocupado* pela Companhia Mate Laranjeira⁴⁹ de propriedade de Tomaz Laranjeira⁵⁰ e naturalmente, por índios⁵¹ (MOREIRA, 1990, p. 10).

Essa Companhia⁵² possuía, desde a época do Império, concessão para a exploração, em regime de monopólio, de uma imensa área de ervais nativos no Mato Grosso

⁴⁷ Essa mesma rota percorreu meu bisavô paterno, Augusto Quadros, com seus pais e irmãos. Saíram de São Luiz Gonzaga/RS, passaram pela Argentina, Paraguai e Ponta Porã, chegando a Dourados em 1912. Ele trabalhou como carreteiro para produtores independentes de erva mate, levando-a Campo Grande, e de lá, trazendo sal, querosene, açúcar, tecidos, arame, entre outros produtos. Algumas dessas informações estão registradas no livro *Dourados: Seus pioneiros, sua história*, do advogado Rozemar Mattos Souza (2003, p. 117) e outras foram esclarecidas em conversa informal com Alceu de Aguiar Quadros (neto de Augusto Quadros e meu pai) em agosto de 2016, na cidade de Dourados/MS.

⁴⁸ “De Vila Encarnacion, alguns subiam o rio Paraná e desembarcavam em Porto Adela, para entrar em Mato Grosso” (ROSA, 1962, p. 37-38).

⁴⁹ A Companhia Mate Laranjeira foi uma sociedade anônima fundada no Rio de Janeiro, em 1891, com o fim de explorar os ervais nativos na porção sul do então estado brasileiro de Mato Grosso e que organizou nessa época um vasto circuito mercantil interligando as áreas de produção e consumo de sua erva-mate (QUEIROZ, 2012, p. 1).

⁵⁰ Tomaz Laranjeira, oriundo de Bagé/RS trabalhou como fornecedor, após a Guerra do Paraguai, na comissão demarcadora dos limites de fronteira Brasil/Paraguai. Terminado o trabalho em 1874, Tomaz recebeu seu pagamento em carretas de bois. Assim ele permaneceu na região e começou a trabalhar na elaboração da erva mate. Mais tarde retornou ao Rio Grande do Sul para trazer auxiliares para melhor organizar os trabalhos. Em 1882 recebeu do governo imperial a concessão para a exploração da erva mate na região (ROSA, 1962, p. 23).

⁵¹ Os índios das etnias Guarani e Kaiowá eram utilizados como mão de obra na extração da erva mate, desde que a Companhia Mate Laranjeira [sic] iniciou a exploração deste produto com fins de mercado (MOREIRA, 1990, p. 13). Deve-se fazer uma correção nessa explicação: onde se lê *Companhia Mate Laranjeira*, deve-se ler: *Tomaz Laranjeira*, pois o mesmo é que explorava a erva mate neste período na região (QUEIROZ, 2016).

(localizados nas matas do extremo sul da região); além disso, tinha também o direito de ocupação dos campos de criação e das matas de cultura (BETONI, 2002, p. 20).

Diante do propício cenário geográfico fronteiriço, o imigrante paraguaio também é citado por João Augusto Capilé Junior, na edição nº 13 do jornal *O Douradense*, o qual afirma que os primeiros se instalaram na região em 1901 (*O Douradense*, 02/12/1948, p. 1).

É nesse contexto histórico, que permeia o final do século XIX e início do século XX que vislumbramos a inserção e permanência de vários grupos familiares que, aos poucos, vão compondo um povoado que mais tarde viria a ser chamado de Dourados. A vida que aqui encontravam era principalmente rural, baseada na pecuária, agricultura e no trabalho com a erva-mate e o pouco comércio que se avistava era realizado através de permutas.

O comércio era feito com Nioac, Aquidauna⁵³, Campo Grande e Vila Conceição, esta no Paraguai⁵⁴. O transporte só se fazia em carros de bois, a cavalo e em cargueiros. Os mascates traziam em cargueiros as mercadorias e, levavam couros, farinha de milho e gado. O dinheiro que circulava era o mil réis e a libra esterlina (POMPEU, 2014, p. 22).

Os memorialistas João Augusto Capilé Júnior⁵⁵, Júlio Capilé⁵⁶ e Maria de Lourdes da Cruz e Souza⁵⁷ mencionam em seu livro: *História, fatos e coisas douradenses*, publicado em 1995, que os *primeiros povoadores* [sic] adentram a região no final do século XIX, juntamente com suas famílias.

A partir de 1884 no Proteiro Guaçu instalava-se José Serrano, procedente de Minas Gerais. Francisco Xavier Pedroso, vindo de Amparo, no interior paulista fundou [...]

⁵² Na verdade, à época do Império não era a Companhia Mate Laranjeira que possuía a concessão para a exploração da erva-mate, mas sim Tomaz Laranjeira ainda enquanto empreendedor individual (QUEIROZ, 2016).

⁵³ A Agência Postal de Aquidauana também atendia à correspondência da localidade que era enviada para outros estados (POMPEU, 2014, p. 22).

⁵⁴ O Paraguai era o local mais próximo em relação aos recursos médicos (POMPEU, 2014, p. 22).

⁵⁵ Sociólogo, nasceu em Rio Brilhante em 1916. Foi Prefeito Municipal e vereador de Dourados. Foi assessor na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e na Câmara Federal (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995).

⁵⁶ Médico, nasceu em Rio Brilhante e veio para Dourados em 1918. Escrevia “contos, causos e um pouco de história” no jornal *O Progresso* (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995), sendo um de seus articulistas mais antigos. Faleceu em 20/07/2016 aos 98 anos.

⁵⁷ Considera-se douradense *adotada*, casada com o político Horácio Cerzósimo de Souza, escrevia artigos em jornais de Campo Grande. Foi secretária da Prefeitura de Dourados de 1951 a 1953, na gestão de Dr. Nelson de Araújo (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995).

à margem esquerda do rio Dourados a sede da fazenda [...]. Entre 1888 e 1889, fortes grupos de desbravadores chegavam em busca da terra prometida. Deles faziam parte os mineiros Antônio Francisco e José Vicente de Azambuja [...]. Do Rio Grande do Sul, na mesma ocasião, provinha José de Matos Pereira. Também no final do século, chegava a Dourados aquele que viria a ser o seu primeiro Prefeito Municipal, João Vicente Ferreira, procedente de Santana do Paranaíba (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 9-10).

Desse modo, as famílias se fixam e constroem suas casas⁵⁸, criando um núcleo organizacional originalmente às margens da atual Avenida Marcelino Pires⁵⁹, na área central da cidade⁶⁰. A professora Regina Heloiza Targa Moreira⁶¹ que organizou livro álbum *Memória Fotográfica de Dourados*⁶², publicado em 1990, analisa a *estrutura embrionária da cidade*:

Tudo leva a crer que a cidade não surgiu de uma forma espontânea, havendo uma interação urbanística, o que se percebe na montagem das quadras, no traçado das ruas, na localização das casas. [...] No período do Patrimônio⁶³ e na primeira década de existência do município, as residências e as casas de comércio se confundiam, até que o crescimento da atividade urbana já não comportou mais residências em pleno centro e, então, o centro comercial ficou onde nasceu a cidade. [...] As casas eram simples, geralmente de tábuas e cobertas de tabuinhas, uma vez que o transporte e as

⁵⁸ Em 1908 chega a Dourados o paulista Januário Pereira de Araujo que constrói a primeira casa na atual Avenida Marcelino Pires esquina com a Rua João Rosa Góes e, posteriormente mais cinco outras nas imediações. Nessa época havia 50 habitantes no povoado (POMPEU, 2014, p. 19).

⁵⁹ Marcelino José Pires Martins nasceu no Paraná em 18 de outubro de 1859. Chegou a Dourados em 1903 tomando posse de grande área de terras, denominadas Fazenda Alvorada (SOUZA, 2003, p. 237). Alguns memorialistas atribuem a ele o título de *fundador de Dourados*, por conta de uma possível doação de terras para compor o município, mas que é contestada por alguns historiadores locais.

⁶⁰ “No início da década de 1920 só existia a Rua Marcelino Pires, numa extensão de uns dez quarteirões, quatro ou cinco para a direita da Praça, saída para Rio Brilhante e, outros tantos para a esquerda, saída para Ponta Porã” (CAPILÉ JUNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 23). Anteriormente ao nome Marcelino Pires, esta rua já foi chamada também de Avenida dos Estados, Avenida Brasil e Avenida Principal. Porém, a partir de 1948 já é mencionado nos jornais locais Avenida Marcelino Pires (COMISSÃO DE REVISÃO HISTÓRICA DE DOURADOS, 2017).

⁶¹ Na ocasião da publicação (1990) era professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Campus Dourados) (BETONI, 2002, p. 45). Não foram encontrados maiores informações sobre a autora, nem mesmo currículo inserido na Plataforma Lattes.

⁶² Salienta-se que esta obra fez parte do projeto *Recuperação da memória fotográfica de Dourados* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O livro-álbum contém 488 fotografias, além de atas, jornais, legislações e mapas que foram recolhidas, identificadas e catalogadas com o apoio financeiro da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e da Prefeitura Municipal de Dourados (BETONI, 2002, p. 45).

⁶³ Foram encontrados vários documentos que remetem ao nome do povoado como *Patrimônio de Dourados*. Dentre eles: Lei nº 658, de 15/06/1914 que cria o Distrito de Dourados, Ata da instalação do Distrito, Decreto nº 401, de 03/09/1915 que reserva áreas para a colônia dos índios de Dourados, Programa de comemoração do dia 21 de abril de 1925, dentre outros. As cópias desses documentos encontram-se no livro álbum *Memória Fotográfica de Dourados*.

condições das estradas encareciam muito o tijolo e a telha, que eram ainda de péssima qualidade (MOREIRA, 1990, p. 12).

Observa-se assim, que a região central da cidade sempre teve importância primordial como elemento de memória do patrimônio, pois foi nela que os indivíduos se estabeleceram, onde aconteceram as primeiras festividades cívicas e religiosas, práticas fortemente vividas pelo povoado, além de concentrar as primeiras residências, atividades comerciais e logicamente, as primeiras atividades políticas. E é justamente nesse espaço central, que também é um importante lugar de memória, que a igreja se tornará, décadas depois, uma das expressões culturais presentes na memória materializada da comunidade.

A estrutura familiar é patriarcal. A vida urbana é quase que constituída de famílias. São casas esparsas de famílias que já manifestam a necessidade de organizar o espaço urbano. Estas famílias se destacam de várias formas: participando da política local e regional, integrando comissões para construções de igrejas⁶⁴, lutando por escolas⁶⁵ [...]. Todos esses esforços vão convergir no sentido de criar situação para que Dourados possa se emancipar de Ponta Porã (MOREIRA, 1990, p. 15).

O primeiro passo em direção à organização administrativa e política é realizado pela Lei nº 658 de 15/06/1914, a qual cria Distrito de Paz de Dourados, pertencente ao município de Ponta Porã (que havia sido desmembrado de Bela Vista em 1912). A ata da instalação do distrito foi lavrada em 24/02/1915 (BETONI, 2002, 21).

Ainda no campo da organização espacial e política, as tribos indígenas que aqui viviam foram aldeadas e delimitadas fora do povoado, pois “dessa forma ficaria a terra do povoado de um lado; e do outro lado, a terra do índio” (MOREIRA, 1990, p. 13). Assim, o Estado de Mato Grosso, através do Decreto nº 401 de 03/09/1915, reservou 3.600 hectares para a colônia indígena de Dourados, onde os Guarani (Kayowá e Ñandeva) até então “viviam dispersos” (MOREIRA, 1990, p. 13). Salienta-se que, para essa reserva indígena, o “antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios) trouxe também um grupo de índios Terena que não habitavam originalmente esta área” (BETONI, 2002, p. 21).

Dourados, enquanto distrito de Ponta Porã, também era subordinado à essa cidade pela hierarquia religiosa, fazendo parte da Paróquia São José de Ponta Porã, criada em 1924, por

⁶⁴ A autora se refere à comissão criada em prol da construção da primeira capela da cidade em 1925. Trata-se do objeto da dissertação, cujo tema relativo à construção, organização e evolução é tratado no 2º capítulo.

⁶⁵ “Em 1907 Dourados recebeu sua primeira escola, com a chegada do professor Manoel Santiago Oliveira” (POMPEU, 2014, p. 18).

sua vez pertence à Diocese de Santa Cruz de Corumbá, criada em 1910⁶⁶. Não havia pároco, nem igreja⁶⁷ ou capela em sua sede, porém sua elevação à Paróquia atendia e acompanhava a criação de novos municípios⁶⁸ (MARIN, 2011, p. 85).

Em 1928 iniciaram-se os trabalhos para a emancipação do distrito de Dourados, porém sem sucesso. Mesmo assim, uma comissão organizou listas a fim de angariar assinaturas pelo ideal emancipador, dos quais *parte saiu a cavalo pelo mato* e parte ficou responsável pela recolha na *cidade*. Apesar dos esforços, novamente não foram atendidos (POMPEU, 2014, p. 35).

Somente em 1935, através do Decreto Estadual nº 30 de 20 de dezembro, Dourados é elevado à categoria de município. No entanto, os foros da cidade foram concedidos somente em 1938. No mesmo ano, porém no mês de outubro, é criada a Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, tendo como Matriz a igreja do mesmo nome, anteriormente capela. Em 1957 é criada a Diocese de Dourados, sua Igreja Matriz é elevada à *Catedral Imaculada Conceição*. Atualmente a Diocese do Sagrado Coração de Jesus, com sede em Dourados é dividida em 6 foranias⁶⁹, sendo composta por 37 paróquias distribuídas em 17 cidades do Mato Grosso do Sul⁷⁰.

1.2.2 *Catolicismo e diversidade religiosa: patrimônio de um povo?*

A religiosidade está e sempre esteve presente na vida cotidiana do ser humano, e é expressa por meio de crenças e superstições que carrega, principalmente, pela necessidade de justificar e explicar aquilo que não compreende ou domina, ou seja, atribuir ao divino ou sagrado. Assim, o indivíduo religioso confere a determinados espaços, marcas e símbolos com os quais se identifica e se reconhece pertencer a um grupo.

⁶⁶ Anteriormente a esse ano toda a região do Mato Grosso pertencia à Diocese de Cuiabá.

⁶⁷ Em 25/04/26 é lançada a pedra fundamental da construção da Igreja Matriz São José de Ponta Porã (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 10). Originalmente essa construção ficava localizada na Linha Internacional Brasil/Paraguai e em 1946 foi lançada a pedra fundamental para a construção da nova Matriz, localizada atualmente na área central da cidade. Desde 1943 é atendida por missionários Redentoristas (*Revista Elo*, Ano 35, nº 355, jan. fev. 2012).

⁶⁸ Em 1912 é criado o município de Ponta Porã, deixando de pertencer, enquanto distrito, à Bela Vista.

⁶⁹ As foranias (regiões) são: Dourados (Forania Leste e Forania Oeste), Glória de Dourados, Rio Brillhante, Ponta Porã e Amambai.

⁷⁰ Dados do Anuário Diocesano. Diocese de Dourados, 2016.

Nesse sentido, a religiosidade, sobretudo o culto à religião Católica Apostólica Romana, sempre esteve presente nas práticas, mesmo que não totalmente organizadas de muitos indivíduos não índios que ocuparam e se instalaram no extremo sul de Mato Grosso no final do século XIX e início do século XX. Na verdade, o que se praticava nesta região, não era a religião católica oficialmente instituída, mas havia manifestações religiosas que, influenciadas pelo Catolicismo, emergiam em meio a outros tipos de manifestações populares ligadas ao sagrado. Tais práticas religiosas, que ora aproximavam-se ao Catolicismo, ora *misturavam-se* a práticas de outras religiões, além dos aspectos de credices populares, que foram trazidas pelos migrantes e incorporadas à *nova vida* que aos poucos foi se desenhando neste local. Assim, a prática religiosa católica também originou memórias, que foram evidenciadas e descritas através dos autores memorialistas e paralelamente aos registros oficiais, serviram de base para a formação de uma identidade religiosa e cultural no município.

Pollak (1992, p. 2-3) afirma que no âmbito da identidade cultural, é fundamental destacar três elementos que servem como marcas identitárias, ou como o autor os intitula, *elementos constitutivos da memória*, os quais são evidenciados ao longo deste texto: os acontecimentos, os personagens e os lugares, neste caso, relacionados ao Catolicismo e à Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados.

A influência católica foi bastante marcante na região⁷¹, haja vista que já esteve presente até mesmo, segundo alguns autores memorialistas⁷², esboçada nos primeiros *nomes* dados ao povoado. Ercília de Oliveira Pompeu afirma que no decorrer do ano de 1909 surgiu

⁷¹ Ainda hoje a maior parte da população de Dourados considera-se católica. De acordo com dados do IBGE (2010) relacionados à população residente por religião, 114.518 consideram-se Católicos Apostólicos Romanos, enquanto 57.122 Evangélicos e 3.362 Espíritas. Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em: 23/06/2017.

⁷² Deixo claro que a intenção da narrativa nesse trecho não foi a de utilizar ou reproduzir o discurso dos memorialistas sem a devida crítica, mas sim de narrar e problematizar os acontecimentos, utilizando as fontes históricas disponíveis durante a pesquisa e que alicerçavam a ideia proposta, no caso a influência do Catolicismo e das práticas católicas no povoado que se formava, mas que também interagiu e era influenciado por outras práticas de religiosidades como as dos indígenas e o Espiritismo, por exemplo. Nesse sentido, Pollak (1992) nos ajuda a compreender as questões relacionadas à memória e que podemos relacionar com a produção, divulgação e legitimação das memórias da região sul do Estado. O autor afirma que o indivíduo possui diferentes percepções em relação à organização da memória individual e coletiva, pois “A memória é seletiva. Nem tudo fica guardado. Nem tudo fica registrado”, ainda que a memória é em parte, herdada, trata-se de “um fenômeno construído social e individualmente” (POLLAK, 1992, p. 4-5). Ou seja, essa construção da memória dos indivíduos perpassa consciente ou inconscientemente às questões da gravação, exclusão, recalque, rememoração. As inserções ou exclusões que os indivíduos fazem ao narrar os processos memorialísticos acompanham também a complexidade do próprio ambiente social e contexto histórico em que viveram, além do (des)interesse em determinadas questões sociais.

a ideia de fundação do *Patrimônio de Três Padroeiras*⁷³, pois existiam três cruzeiros em pontos estratégicos do povoado. O primeiro cruzeiro ficava onde foi a residência episcopal e era destinado à invocação da Imaculada Conceição. O segundo onde é hoje o loteamento São Pedro, invocando Santa Rita e o terceiro na atual região da Cabeceira Alegre sob a proteção de Santa Catarina (POMPEU, 2014, p. 19).

Entretanto, o jornal *O Progresso*, em sua edição especial de 1985⁷⁴, traz a seguinte manchete: *São João Batista de Dourados*. No pequeno artigo, é atribuído o primeiro nome do povoado, como remetido a São João Batista, outro ícone de devoção católica: “O povoado que então se formava recebeu então a denominação de São João Batista de Dourados, topônimo esse consequente de sua proximidade com o Rio Dourado” (*O Progresso*, 20/12/1985, s.p). Os memorialistas Capilé; Capilé Junior, Souza também mencionam a questão da exploração de áreas às margens do Rio Dourados, as quais originaram o povoado *São João Batista de Dourados* (CAPILÉ; CAPILÉ JUNIOR; SOUZA, 1995, p. 12), apesar de relatarem nas próximas páginas de seu livro *História, fatos e coisas douradenses* que a instalação do início do povoado, “recebeu o nome de Patrimônio ou Vila das Três Padroeiras” (CAPILÉ; CAPILÉ JUNIOR; SOUZA, 1995, p. 14). O fato é que, apesar dessas conotações católicas relacionadas à criação e aos possíveis nomes iniciais do povoado, não há nenhuma evidência documental oficial a esse respeito. Segundo Rozemar Mattos Souza, “à medida que o povoado ia sedimentando-se, informalmente os moradores ‘batizavam-no’ de forma não oficial [...]”(SOUZA, 2003, p. 16).

O cotidiano religioso do povoado que se formava era marcado também pelas crendices populares, benzimentos, rituais, superstições e rezas contra as forças do mal⁷⁵, além da grande influência indígena presente nas práticas espirituais. “Em Dourados, por várias décadas, a maior autoridade religiosa era constituída pelos pajés⁷⁶, aos quais muitos católicos recorriam, gerando um trânsito entre o cristianismo e as culturas indígenas” (MARIN, 2012, p. 113).

⁷³ Na publicação *A história de Dourados contada pelos seus formadores*, também consta o mesmo termo, o qual, segundo a matéria, foi escolhido por Marcelino Pires (*O Progresso*, 20/12/85, s. p.).

⁷⁴ Edição comemorativa aos 50 anos de criação do município de Dourados.

⁷⁵ Para exemplificar essa situação, Frei Jorge Elsing assim relata em suas memórias: “Há algum tempo fui chamado a uma casa em nossa vizinhança. O proprietário, um negociante, me recebe com palavras amáveis e me apresenta sua necessidade: *Padre, benza meu negócio, pois há uma semana meu movimento diminuiu muito; só pode ser um mal-olhado que causou isso*. Como nesse pequeno exemplo, chega-se frequentemente a certeza que eles confundem o padre com algum macumbeiro” (ELSING, 1988, p. 35).

⁷⁶ Júlio Capilé menciona o Pajé da tribo Caayuva, único representante religioso na região durante a década de 1920 (CAPILÉ, 2004, p. 137).

Apesar das afirmações de Marin (2012) e de alguns depoimentos orais relacionados às práticas religiosas dos indígenas que aqui viviam e que eram também utilizadas pelos não índios, pôde-se perceber com a análise das fontes pesquisadas, que tais questões são/estão notadamente *apagadas* nas narrativas históricas sobre essa região.

As populações indígenas negavam os sonhos douradenses de progresso e civilização. Esse silêncio de que estamos falando demonstra o comprometimento dos discursos construtores de pertencimentos coletivos com as pessoas valorosas. Os índios não pertenciam às gentes douradenses, há uma fronteira entre nós e eles, entre o que somos e o que não queremos ser (ERNANDES, 2009, p. 52).

Os índios das etnias Guarani Kaiowá e Terena que aqui vivem também são entendidos nesta pesquisa enquanto produtores de patrimônio cultural religioso, porém são marginalizados desse processo e/ou não aparecem nos relatos memorialísticos. Tais relatos esquecem ou não pontuam uma população que muito contribuiu e ainda contribui com representações religiosas, porém de outra perspectiva cultural. Sabe-se que se trata de um grupo social historicamente invisibilizado, muitas vezes excluído da *cena cultural* local, dentre outras problemáticas envolvidas, sobretudo no âmbito político e econômico. Contudo, o que não podemos negar e tentar *apagar da memória* é o fato de que são sujeitos que fazem parte do contexto histórico e identitário da região de Dourados e que somam-se aos vários elementos e sujeitos da nossa culturalidade plural⁷⁷.

Inez Maria Bitencourt do Amaral relata em sua dissertação⁷⁸ que as manifestações religiosas eram bastante peculiares devido à multiplicidade cultural existente, além da própria formação histórica e o caráter fronteiro conferido à região:

Havia uma série de práticas comuns nas famílias, costumes herdados dos avós e passados ao longo de gerações. Entre elas, pode-se citar a proibição de varrer a casa ao escurecer. Segundo a população local, isso atrairia as forças do mal. Outra prática proibida era de varrer a casa do fundo à frente. Esse ritual só era realizado após o término de um velório ocorrido em uma residência. A justificativa era a mesma anterior. Era bastante comum a população ir ao campo colher guaviras, um pequeno fruto doce da região. Nesse espaço havia cobras, aranhas e animais perigosos. Antes da saída, todos rezavam: **São Bento, São Bento, me livre da picada de cobra e de todo bicho peçonhento** (AMARAL, 2005, p. 41, destaques da autora).

⁷⁷ Não é intenção, nem objetivo nessa dissertação discutir a problemática social e cultural que envolve os indígenas que habitam a região de Dourados.

⁷⁸ *Entre rupturas e permanências: a Igreja Católica na região de Dourados (1043-1971)*, defendida em 2005 no PPGH/UFMS, orientada pelo professor Jéri Roberto Marin.

A maioria da população era rural, não frequentava a escola, não conhecia bem o Catolicismo e praticava sua fé através da crença em santos de devoção e proteção, e em um Deus *que era bom para todos*. Assim, a inserção e o ensinamento da fé ficavam sob a responsabilidade das mães que ensinavam aos filhos as poucas orações que sabiam, dentre elas o *Pai Nosso*, a *Ave Maria* e o *Santo Anjo*. Composto essas manifestações de fé e cura, inseriam-se também, os benzimentos:

Boa parte das crianças andava descalça e era inevitável que machucasse os pés. Se apareciam ínguas resultantes dos ferimentos, as mães benziam. Naquele tempo usava-se fogão à lenha. Ao fim do dia, depois de apagado o fogo, elas puxavam um pouco da cinza ainda quentinha e o filho que estivesse com a íngua colocava ali o pé para deixar a marca. Então a mãe pegava uma faca e fazia um traço vertical na cinza e perguntava: **O que é que eu corto?** E o que estava machucado respondia: **Íngua**. Com outro traço horizontal para formar uma cruz, ela dizia: **isso mesmo eu corto**. Essa operação era repetida por três vezes (AMARAL, 2005, p.41, destaques da autora).

A falta da assistência católica na região, a diversidade cultural que *tomava corpo* e que, mais tarde identificaria o douradense, davam lugar a práticas culturais as quais a Igreja Católica considerava como credices, estórias folclóricas e de assombrações, superstições, muitas delas incorporadas à cultura e praticadas até os dias de hoje por algumas famílias:

Era proibido, também, deixar o calçado virado para baixo, pois seria briga certa na família. Se esquentasse a orelha esquerda de uma pessoa era porque alguém estaria a falar mal dela. Nesse caso, bastava morder com força a beirada da roupa para que o outro mordesse a própria língua. Se o filho tivesse pesadelos deveria rezar nos quatro cantos do quarto de dormir: **pesadelo da mão furada, que tem a unha entortada, em cada canto tem um santo, Padre, Filho e Espírito Santo** (AMARAL, 2005, p.41, destaques da autora).

Essa realidade não era constituída somente no sul do Mato Grosso, mas também representava uma situação preponderante em quase toda a diocese de Corumbá. O pesquisador e professor Jérri Marin (2011, p. 99) também identificou essa questão em uma publicação no jornal *Eco Diocesano*⁷⁹, no qual é demonstrada a situação encontrada pelo administrador apostólico Pedro Massa⁸⁰ no final da década de 1920:

⁷⁹ Em maio de 1927, por iniciativa do administrador apostólico Pedro Massa, começou a ser publicado o jornal *Eco Diocesano*, órgão oficial do bispado, com tiragem de 2.000 exemplares. O jornal não tinha regularidade, deixando de circular em alguns períodos. Em 1960 não foi mais publicado (MARIN, 2011, p. 154; 183).

⁸⁰ Foi administrador apostólico da Diocese de Corumbá entre 1927 e 1928 e governador das prelações de Rio Negro e Porto Velho até 1946. Faleceu em 1968 (MARIN, 2011, p. 152).

Municípios inteiros sem sacerdote, importantes paróquias sem vigário, ignorância religiosa encoberta pelas práticas mais grosseiras de superstição, crenças e adultos, que crescem e vivem no mais completo esquecimento de seus deveres religiosos, eis o quadro acabrunhado, que nos apresenta ainda uma grande parte da diocese, sugestivo de considerações entristecedoras⁸¹.

Assim, nos primeiros anos de formação do povoado de Dourados não havia capelas, nem padres, nem Juiz de Paz. A oficialização dos casamentos era realizada quando um Juiz de Paz e escrivão visitavam a região e, nestes momentos vários casais, vindos em sua maioria das fazendas, aproveitavam uma única cerimônia que se destacava pelos quatro dias de festas comemorativas (dois dias antes e dois dias depois do casamento) (MOREIRA, 1990, p. 22).

O cenário religioso⁸² católico vislumbrado na região era, de certo modo, precário. Pela falta de assistência, leigos realizavam os batizados em casa, algumas famílias se encontravam para *puxar as rezas* nas fazendas, com muitos elementos de credices populares. “O povo tinha sede de religião” (CAPILÉ JUNIOR, CAPILÉ, SOUZA, 1995, p. 187). Frei Jorge Elsing (1988) tenta justificar esse cenário, traçando um *perfil religioso* do morador dessa região:

Ele não foi instruído na fé nem propriamente evangelizado. E essas lacunas, ele as preenche então com os restos da religião de seus antepassados que chegaram até ele. Restos da crença indígena na natureza e ritos do culto africano, amuletos e outras coisas, o que chamamos de superstição, tudo isso descobre o olhar atento na vida dele. Muitas vezes a gente não dispõe de tempo para dizer a ele uma palavra esclarecedora a respeito desse uso mágico nem para mostrar-lhe o mundo de nossos sacramentos (ELSING, 1998, p. 36).

E nesse sentido, para alguns, a religião católica nunca chegaria: “no sul do antigo Mato Grosso era frequente os indivíduos, durante toda a sua vida, não terem conhecido um padre, nem recebido os sacramentos” (MARIN, 2011, p. 80). Tal situação também contribuía para a ação de enganadores que tinham por objetivo, obter alguma vantagem da população. Jérri Marin relata que:

Em 1922, o padre Hipólito Chovelon, pároco de Corumbá, soube que dois aventureiros estariam fingindo-se de padres em Ponta Porã, “enganando os fies em

⁸¹ Nota do autor: MASSA, P. Monsenhor Pedro Massa, administrador Apostólico da Diocese de Corumbá, ao clero e fies da Diocese, paz e bençã em Nosso Senhor. *Eco Diocesano*, Corumbá, abr. 1929, p. 3.

⁸² Nesse momento do texto é abordado o cenário religioso católico. Porém no 2º capítulo da dissertação, o cenário protestante será apresentado, juntamente com a evangelização/inserção do indígena nesse contexto. Como relatado anteriormente, as produções memorialísticas não abordam as questões religiosas referentes aos indígenas locais em seu âmbito privado, ou seja, não há nesse tipo de produção um discurso sobre as práticas religiosas indígenas propriamente ditas.

detrimento da religião”⁸³. Os fiéis sentiam-se ultrajados e passavam a desconfiar de todas as pessoas que se apresentavam como padres (MARIN, 2011, p. 84).

Acontecimento análogo e, talvez o mesmo, é retratado no capítulo: *Religiosidade dos antigos* do livro: *História, fatos e coisas douradenses*:

[...] lá pelos idos de 1922/23, apareceram dois padres batizando crianças, por um preço próprio para a época. Todas as crianças pagãs foram batizadas pelos ditos padres. Mas eram falsos e, em Sanga Puitã - diante de Ponta Porã, um dos padres teve um filho. O que poderia haver de religiosidade no povo, foi apagado com essa desilusão. As crianças ficaram só com o batismo caseiro, com ramo de alecrim ou vassourinha, muito usado então (CAPILÉ JUNIOR, CAPILÉ, SOUZA, 1995, p. 187).

Os casamentos religiosos católicos, os sacramentos de batismo, as celebrações de missas e outras práticas que necessitavam da figura do padre eram realizados quando os mesmos estavam de passagem pela região, as chamadas “visitas missionárias ou visitas de desobriga”⁸⁴ e se estenderam pela década de 1940 quando os missionários franciscanos começaram a atuar na região sul do antigo Mato Grosso. Frei Pedro Knob relata o que representava para ele tais visitas na região:

Para cuidar desse rebanho de Cristo, não havia outro jeito senão montar à cavalo e durante semanas e às vezes meses viajar para visitar o bom, inocente povo do mato, celebrar em suas pobrezinhas choupanas os santos sacramentos, instruí-lo nas verdades mais necessárias da fé, rezar e cantar com ele, e com um pouco de força ou sem força, movê-lo à recepção dos santos sacramentos (KNOB, 1988, p. 114).

Essas visitas no interior das paróquias, feitas sempre a cavalo devido à falta de estradas e pontes, tinham um roteiro a ser seguido, um planejamento de viagem que compreendia inclusive, a notificação da chegada do padre a cada sítio ou fazenda que seria visitado, bem como a responsabilidade de acolhê-lo em uma casa para pernoitar, demonstrando, assim a hospitalidade do povo. “Muitas vezes, os missionários viajavam acompanhados por um guia, indivíduo que os acompanhava a fim de guiá-los nas regiões pouco conhecidas. Mesmo quando o guia era experiente, era comum perderem-se por várias horas” (MARIN, 2012, p. 117). Além disso, uma viagem poderia durar vários meses ou a maior parte do ano, quando eram visitados até cento de vinte lugares. A distância entre um pouso e

⁸³ Nota do autor: ADC, 02 de abril de 1922. ADC - Arquivo da Diocese de Corumbá.

⁸⁴ As visitas de desobriga eram realizadas no período da Páscoa para cumprimento da obrigatoriedade da comunhão pascal, e as missionárias ou pastorais eram realizadas em outras épocas do ano (MARIN, 2011, p. 106, nota 131).

outro era grande e, mesmo na década de 1940, podia-se descobrir “gentes de terras ainda desconhecidas” (MARIN, 2012, p. 116-117).

As atividades eram muitas e o tempo escasso para abranger toda a região. Sobre isso, Frei Pedro Knob utiliza-se da narrativa de Frei Teodoro Leitz (1963) para relatar os aspectos da atividade pastoral realizada pelos franciscanos:

O programa era geralmente este: chegada à tarde ao lugar do pouso. Depois do jantar, reza com sermão de noite. Após a reza, confissões - muitas vezes, devido a ignorância religiosa, até altas horas da noite. No dia seguinte, cedo ainda, confissões. Depois, Missa com sermão e comunhões. Logo após: batizados, casamentos, crismas (havendo delegação especial), catecismo para crianças. Almoço e partida para o sítio ou a fazenda seguinte, onde se realizava o mesmo programa. E assim por diante, durante semanas ou até meses, cada dia em outro lugar. Uma ou outra vez se ficava um dia mais para descansar, ou, onde havia escola, para preparar as crianças à primeira comunhão. Sempre, porém, em conformidade com o roteiro previamente estabelecido. Esse sistema se revelou o mais eficiente nas circunstâncias existentes. É claro que não permitiu uma pastoreação mais intensiva, mas era a única solução para tão angustiante problema (LEITZ *apud* KNOB, 1988, p. 115).

Além disso, a atividade pastoral dos franciscanos na região ia para além dos ensinamentos das práticas religiosas pois

Caso o padre tivesse conhecimentos de medicina, atendia aos doentes, prescrevia remédios importados da Alemanha, assim como ervas medicinais alemãs e brasileiras. Assim, as práticas médicas alemãs fertilizaram-se com as indígenas, africanas e portuguesas, disseminando novas formas híbridas. Muitos doentes percorriam centenas de quilômetros para tomar Aspirinas (ácido acetilsalicílico), vermífugos e depurativos fabricados nos laboratórios da *Bayer* (MARIN, 2012, p. 116).

Nesse sentido, a figura do *padre visitador*⁸⁵ torna-se fundamental para a inserção e disseminação das práticas católicas na região no século XX. Símbolo do Catolicismo, do saber e do sagrado, representação icônica de Deus na Terra para os que aqui habitavam. Regina Heloiza Targa Moreira utiliza um trecho da obra de Hélio Serejo (1946, p. 76-77) *Homens de aço - a luta nos ervais do Mato Grosso* para representar e caracterizar esse homem:

Constantemente, pelos ervais, aparece um padre a cavalo, vasta bagagem, cheio de santinhos, e rosários, alguns crucifixos, pequenas imagens, e pobres peças de vestimenta religiosa. É o batizador, como o cognomina o povo simples do sertão. Varando o sertão, e dias, exposto a chuva e ao sol, numa demonstração sublime do seu espírito de abnegação e renúncia, ele, o padre, leva ao nosso esquecido caboclo,

⁸⁵ Expressão popular utilizada pelos memorialistas.

no mais recôndito da floresta bruta, um pouco de civilização, e uma dose maior de crença em Deus. Vendo-o, eu divulgava sempre na sua veneranda figura, o catequizador audaz de outrora. Via o velho jesuíta arriscando a cada passo a vida, em busca da cobiçada aldeia (SEREJO *apud* MOREIRA, 1990, p. 22).

Ou seja, mesmo sem haver ainda um templo, uma capela onde se encontrariam os fiéis para exercer suas práticas religiosas em grupo, a figura do padre se inseriu e permaneceu na mística religiosa do povo, constituindo com o passar dos anos, como aspectos de identidade cultural e religiosa, na medida em que os indivíduos necessitavam exercer os costumes e tradições católicas, trazidos consigo das regiões de onde vieram.

Por outro lado, as visitas esporádicas dos padres⁸⁶ também revelariam outras consequências que, possibilitaram uma “fragmentação doutrinária” e uma “verdadeira miscelânea” nas práticas religiosas da população, inclusive gerando desdobramentos no final da década de 1950 (AMARAL, 2005, p. 42). Tal fato é comprovado na narrativa de Frei Hugo Baggio, descrita na *Coluna Religiosa*, intitulada *Ninguém pode servir a dois senhores*, o qual descreve e rechaça o comportamento do douradense *católico espírita*:

De manhã ia à missa e a noite na tenda espírita. Ao pescoço trazia um crucifixo ao lado de uma figa ou de um amuleto. Buscava na igreja água benta e nos centros a água dos médiuns. Mandava celebrar missa pelas almas dos defuntos e depois ia evocá-los em sessões espíritas. Pedia uma benção ao sacerdote e aceitava os passes dos médiuns. Pede graças ao Sagrado Coração de Jesus e a Allan Kardec. Verdadeira confusão! E quantos andam pensando que tal casamento é possível (*O Progresso*, 10/02/57, p. 1).

Apesar da influência do espiritismo, das práticas populares de religiosidade com elementos do Catolicismo, e as credences e simbologias sagradas inseridas no cotidiano da população, A Igreja Católica encontraria seu maior desafio no Patrimônio de Dourados com a inserção do Protestantismo, ocorrida no final da década de 1920, temática que será abordada no segundo capítulo da dissertação. O que nota-se como fundamental para identificar e compreender a construção do patrimônio cultural religioso em Dourados é justamente a somatória de todas essas influências religiosas e culturais, vivências e histórias de vida, elementos sagrados e profanos que forjaram e fundamentaram a identidade cultural e religiosa do douradense.

⁸⁶ O primeiro registro oficial da vinda de um padre ao Patrimônio de Dourados foi em 12 de julho de 1914. Este registro consta no Livro de Batismo nº 1, do arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, página transcrita dos arquivos da Paróquia São José, de Ponta Porã (AMARAL, 2005, p. 42).

1.2.3 Nossa Senhora Imaculada Conceição: as festas religiosas e a devoção à padroeira de Dourados

Imaculada Conceição é um dos títulos atribuídos a Maria, a mãe de Jesus Cristo. É mais uma das várias representações das *Nossas Senhoras* espalhadas pelo mundo. Refere-se a um dogma através do qual a Igreja Católica declarou que a concepção de Maria foi realizada sem a mancha do pecado original e que desde o primeiro instante de sua existência, Maria foi preservada do pecado pela graça de Deus. Além disso, o dogma declara também que a vida de Maria transcorreu completamente livre de pecado, sendo *conduzida*⁸⁷ aos céus desse modo. Trata-se de uma

Doutrina que sustenta que a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua concepção, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda a mancha de pecado original⁸⁸.

A oficialização e legitimação do dogma foram feitas pelo Papa Pio IX em 8 de dezembro de 1854, data em que é comemorada anualmente entre os fiéis a festa em honra a Nossa Senhora Imaculada Conceição. Tendo caráter oficial, o dogma passou a ser considerado como um dos elementos de fé dos fiéis católicos ocidentais desde então.

Simone Nolasco (2010) discorre sobre sua origem e devoção no Oriente, a partir de Constantinopla desde o século VIII, e no Ocidente, a partir do século XI, entre os beneditinos ingleses. Conhecida também como Nossa Senhora da Conceição, seu culto Imaculista chegou ao Brasil trazido pelos portugueses, cuja devoção remete à Padroeira do Reino Português, eleita por Dom Afonso Henriques⁸⁹ e a primeira imagem da santa foi trazida para o Brasil pelas mãos de Pedro Álvares Cabral, juntamente com as ações missionárias dos frades franciscanos.

Em 1646 o rei português Dom João IV passara a afirmar o culto nacionalista a Nossa Senhora da Conceição. [...] oficializara, pois, definitivamente, Nossa Senhora

⁸⁷ Utilizei o termo *conduzida* pois não há consenso entre os teólogos sobre a morte natural de Maria. Alguns acreditam que ela morreu de fato e outros que ela adormeceu e foi levada aos céus de corpo e alma. Para saber mais sobre essa questão na perspectiva católica, consultar o artigo do padre franciscano Frei Clarêncio Neotti, OFM, disponível em: http://www.franciscanos.org.br/?page_id=5512. Acesso em: 28/06/2017.

⁸⁸ Trecho disponível em: <http://www.catholicismoromano.com.br/content/view/751/28/>. Acesso em: 05/07/2015.

⁸⁹ Dom Afonso Henriques (1109-1185) foi o primeiro rei português, após a reconquista de Portugal do domínio dos mouros (NOLASCO, 2010, p. 113).

da Conceição como padroeira do Reino e suas colônias, o que fez com que sua festa se oficializasse também em todo o Império, tornando-se o culto mais difundido nas fundações primitivas da América portuguesa (NOLASCO, 2010, p. 113).

Em Dourados, um cruzeiro em honra à Imaculada Conceição⁹⁰ foi erguido para demarcar e representar um dos marcos territoriais iniciais do povoado. Ercília Pompeu (2014) retrata essa passagem histórica, nomeando inclusive algumas pessoas que se fizeram presentes nesse momento histórico e religioso:

Foi rezado o primeiro terço no pedestal do cruzeiro da Imaculada Conceição no dia 08 de dezembro de 1912, servindo de capelão João Zeferino. O carpinteiro que fez o cruzeiro foi Francisco Dias, vulgo Chico Dias. Nessa ocasião fez uso da palavra o Sr. Atilio Torraca, enaltecendo a obra de Marcelino Pires (POMPEU, 2014, p. 21)

Nesse cruzeiro, considerado um símbolo da fé da pequena população que se formava, os fiéis costumavam juntar-se para fazer suas preces e rezar os rosários e terços, geralmente em intenção à alma de algum conhecido ou familiar (CAPILÉ JUNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 107).

Além do cruzeiro dedicado à Imaculada Conceição, uma imagem sacra também se constituiu enquanto símbolo da religiosidade católica na cidade, *emprestando* inclusive, seu nome à primeira capela construída, atualmente Catedral Imaculada Conceição. Amaral (2005, p. 43) recorre à entrevista com a memorialista Ercília Pompeu para retratar o motivo e o início desta devoção no então Patrimônio de Dourados:

[...] houve a doação de uma imagem de Nossa Senhora da Conceição por João de Deus, um morador da cidade de Rio Brillhante, que era a única disponível em Dourados⁹¹. Quando falecia uma pessoa, utilizavam-na como parte do rito fúnebre, assumido pela própria população, pois os religiosos mais próximos se encontravam no município de Ponta Porã⁹².

Entretanto, as informações contidas na obra de Moreira (1990) que foram retiradas do Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-70) mencionam que no dia 8 de dezembro de

⁹⁰ Este cruzeiro ficava localizado onde é atualmente a Paróquia São José, na Avenida Marcelino Pires. Fonte: Folder da Paróquia Imaculada Conceição, item 1 - História da Paróquia Imaculada Conceição. Coleção: Igreja Católica - caixa 1, Centro de Documentação Regional - CDR/UFGRD.

⁹¹ Provavelmente seja esse o motivo pelo qual foi *escolhida* Nossa Senhora Imaculada Conceição e não outro santo ou santa de devoção católica para ser Padroeira de Dourados.

⁹² POMPEU, Ercília de Oliveira. Entrevista de 01/09/2004. Concedida à Inez Maria Bitencourt do Amaral para dissertação de Mestrado (2005). Dona Ercília, assim conhecida, faleceu aos 90 anos em 23/11/2008.

1925, a população de Dourados levou para a capela⁹³, “a artística imagem de Nossa Senhora Imaculada (trazida da França⁹⁴), que se encontrava na residência do Major Manoel Pompeo Capilé havia alguns meses, tendo sido dádiva do então finado Major Afonso de Oliveira Melo” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 4; MOREIRA, 1990, p. 22). Ao que parece, a construção da capela serviu de elemento material para que o povo que aqui vivia expressar sua identidade através das memórias trazidas de suas localidades de origem, pois “definidos os locais sagrados, e recebida a provisão para a construção das igrejas e capelas, edificados os templos, estes passam a constituir uma nova referência para suas memórias” (BORGES, 2010, p. 130).

Fotografia 1 - Imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição



Fonte: Arquivo pessoal⁹⁵

Nolasco (2010) nos auxilia com a interpretação da representação iconográfica de Nossa Senhora da Conceição, importante para entendermos o contexto no qual se insere a devoção:

⁹³ Em 1925, a primeira capela católica foi construída no povoado de Dourados. Essa temática será trabalhada no 2º capítulo da dissertação.

⁹⁴ Essa informação consta no Folder da Paróquia Imaculada Conceição, item 1 - História da Paróquia Imaculada Conceição. Coleção: Igreja Católica - caixa 1, Centro de Documentação Regional - CDR/UFGD. No entanto, não foi encontrada e confirmada tal informação no Livro Tombo I de Dourados (1936-1970).

⁹⁵ Imagem captada por mim no interior da Catedral Imaculada Conceição de Dourados em maio de 2016.

Na maioria das vezes sua representação iconográfica a traz com aparência jovem, cabelos longos e esvoaçantes, de pé sobre o globo terrestre, mãos unidas em prece e olhos voltados para cima; os pés esmagam uma cobra ou dragão (que simbolizam o pecado). A túnica branca e manto azul com uma coroa real ou auréola com doze estrelas. Sob os pés (na peanha), a lua crescente, que quando invertida nos remete ao símbolo dos otomanos [sic] (derrotados nas Cruzadas pelos cristãos) e algumas vezes sob [sic] cabeças de querubins (NOLASCO, 2010, p. 115).

A imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição (fotografia 1) atualmente encontra-se no interior da Catedral Imaculada Conceição, sobre uma pedra de mármore, elevada no altar do lado direito (visão da assembleia), ladeada por uma arte sacra mosaica. Segundo informações de funcionários da referida Catedral através de conversas informais, esta imagem provavelmente é a mesma que foi conduzida pela população ao altar da capela em 1925. Ela apenas sofreu interferência de firmação de pintura, devido ao desbotamento ocorrido pela ação do tempo, sendo a última realizada concomitantemente à reforma da Catedral finalizada em junho de 2015. Além disso, o suporte de madeira onde ela é fixada também foi trocado⁹⁶, provavelmente provocado pelo desgaste. Não foi encontrado, nos documentos pesquisados, nenhum registro de que a imagem foi substituída, nem ocorrência de extravio, quebra ou outras ocorrências que justificassem nova aquisição. Porém, não há também nenhum registro ou documento de que afirme que seja a mesma imagem. No entanto, nota-se que os materiais utilizados na peça, apesar de aparentarem ser antigos, são bem mais resistentes do que os materiais empregados em outras imagens sacras existentes na Catedral, além de ser uma peça bastante pesada, apesar dos traços delicados. Ou seja, ao que parece, a imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição vista atualmente no altar da Catedral de Dourados pode ser a mesma utilizada nas procissões do dia 8 de dezembro desde meados da década de 1920. No intuito de resguardar a imagem sacra de acidentes de locomoção, em 2016 uma réplica foi adquirida pela paróquia para que fosse utilizada nas procissões, ficando a imagem original de Nossa Senhora Imaculada Conceição preservada no interior da Catedral Imaculada Conceição.

Nesse sentido, percebe-se a importância que essa imagem e a sua representação possuem para a comunidade católica douradense, atuando como um elo de unidade devocional para os fieis. E dessa forma, Nossa Senhora Imaculada Conceição e sua simbologia religiosa constroem uma identidade coesa, tanto material, representada pela

⁹⁶ Informações relatadas por Solenyr Araujo, funcionária da Cúria Diocesana em 22/04/2016 via mensagem eletrônica.

própria imagem que é admirada e venerada pelos fieis, como imaterialmente, através dos elementos intangíveis a ela relacionados, como as festas, procissões, novenas, preces e promessas. Ou seja, pode-se afirmar que a imagem sacra de Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados é a expressão e a representação material da imaterialidade contida na devoção católica à mãe de Jesus Cristo.

Retornando ao quadro histórico local, percebe-se que o dia 8 de dezembro foi definido pela população, obedecendo ao que a Igreja Católica havia instituído, para realizar seus agradecimentos e comemorar o dia de Nossa Senhora Imaculada Conceição, geralmente com procissão em honra à Virgem Imaculada e festas religiosas e sociais, as chamadas quermesses que angariavam fundos para as despesas gerais da igreja. Eram principalmente organizadas pelas mulheres, sendo uma forma das mesmas participarem mais ativamente da vida pública do povoado. “As festas⁹⁷ religiosas tinham efetivamente, uma importância muito grande para o povo do Patrimônio de Dourados, fazendo parte mesmo de sua vida social, que quase nunca estava desligada da religião” (MOREIRA, 1990, p. 29) e, nesse sentido, “era um momento solene, onde se percebia o envolvimento de toda a população” (MOREIRA, 1990, p. 153).

Esse contexto de envolvimento comunitário que extrapolava o âmbito religioso e se estendia ao âmbito social, é explicado em seu aspecto histórico por Nóbrega (2011).

As realizações festivas, historicamente, são vistas como atividades de celebração à vida, espontaneidade e alegria, bastante significativas para as pessoas, especialmente na sua aceção de seres comunicativos e dependentes das relações sociais. A festa, portanto, repleta de manifestações socioculturais com a efetividade de promover a aproximação dos indivíduos, fazendo-os se sentirem integrados ao coletivo, motivando-os para reconstituírem sua identidade social, ameaçada pela vida séria e regrada do cotidiano (NÓBREGA, 2011, p. 1).

O teórico de literatura contemporânea Mikhail Bakhtin (2002), analisou a importância das festas na perspectiva da organização e contextualização comunitária⁹⁸, pois “as festividades (qualquer que seja o seu tipo) são uma **forma primordial**, marcante, da civilização humana” (BAKHTIN, 2002, p. 7, destaques do autor). Nesse sentido, o autor utiliza

⁹⁷ As festas, em sua gênese, possuem intrínseca relação com o Catolicismo. De acordo com a historiadora Loraine Slomp Giron (2016) “A palavra festa deriva do latim tardio, passou a ser usada apenas no século XIII, significando dia santificado, de descanso e de regozijo. A palavra está mais ligada a Igreja Católica do que aos antigos festivais romanos, os quais tinham um nome próprio, como os banquetes, as bacanais, as saturnais e as orgias”. Para consultar o artigo original, acessar o Blog *Fala Memória* disponível em: <http://falamemoria.blogspot.com.br/2016/02/festas.html>. Acesso em: 28/06/2017.

⁹⁸ Para saber mais consultar: BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais*. 5. ed. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.

o contexto das festas que em sua essência tinham motivações religiosas, mas que também se configuravam para o indivíduo enquanto momentos de exercer seu humanismo e sua identidade cultural, pois, segundo o autor, nesses momentos, “o indivíduo parecia dotado de uma segunda vida que lhe permitia estabelecer relações novas, verdadeiramente humanas, com seus semelhantes. [...]. O homem tornava a si mesmo e sentia-se um ser humano entre seus semelhantes” (BAKHTIN, 2002, p. 9).

Festa é antes de tudo uma reprodução do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e num lugar definidos, que se concentra num objeto simbólico, sua unidade se dá pela identidade. As festas têm seus ritos⁹⁹ e suas regras, é um tipo de um jogo destinado à reiteração, ou seja, a reprodução das identidades sociais (GIRON, 2016).

Assim, as festas católicas, sobretudo as ocorridas em honra à Nossa Senhora Imaculada Conceição, podem ser entendidas enquanto manifestações religiosas que denotam a expressão identitária do douradense católico, pois essas celebrações consistiam em encontros de celebração, convivência e partilha social e cultural, e não somente a celebração religiosa propriamente dita, constituindo-se em uma expressão da memória presentificada e rememorada anualmente.

Além disso, a festa religiosa, que durava mais de uma semana, também integrava a população que residia nas chácaras, fazendas e outros povoados vizinhos. “A festa geralmente durava nove dias, com leilão e venda de quitutes organizados pelos festeiros. No último dia havia a procissão e os dois festeiros do ano seguinte eram sorteados e trabalhavam, então, durante o ano para organizar a festa seguinte” (MOREIRA, 1990, p. 29).

As festas religiosas se configuravam em eventos sociais, festivos e religiosos, espaço de solidariedade, de convivência, de trocas de experiências, onde havia uma continuidade entre o religioso e as comemorações, jogos, quermesses e encontros amorosos. Em Dourados, havia poucos espaços públicos destinados ao lazer; essa oportunidade era oferecida durante as solenidades comemorativas, sobretudo na festa da padroeira, a festa mais prestigiada pela população. Outras festas que agregavam os habitantes era a do dia 20 de dezembro, data da emancipação do município, ocorrida em 1935, e a festa de São João¹⁰⁰. Nesses momentos, como de costume, os participantes usavam trajes para ocasiões especiais (BENFICA, 2014, p. 20).

⁹⁹ “O rito se distingue de outras práticas porque não é discutido, não pode ser mudado, nem realizado pela metade. É realizado, e então ratificamos nossa participação em uma ordem, ou é transgredido e ficamos excluídos, do fora da comunidade e da comunhão” (CANCLINI, 2003, p. 192).

¹⁰⁰ Não foi encontrado nas fontes analisadas nesta pesquisa nenhum destaque à festa de São João em Dourados.

Entretanto, de acordo com a fonte abaixo analisada, no que diz respeito à data para os festejos da Imaculada Conceição em Dourados, o seu primeiro ano após a construção da capela, não foi comemorado no dia 8 de dezembro. O jornal *O Progresso* traz em sua publicação de 1926¹⁰¹, um convite em nome dos festeiros para os católicos do município e adjacências:

CONVITE. Festejos de Nossa Senhora da Conceição em Dourados. Os festeiros da milagrosa **Padroeira de Dourados**, abaixo assignados, têm a honra de convidar os catholicos deste município e dos circunvisinhos para os festejos que em sua honra serão celebrados neste Patrimônio entre os dias **18 a 26 de Setembro** próximo vindouro. Os festejos constarão de cerimônias religiosas, leilões, bailes, corridas de cavalhada, etc. Dourados, **22 de Julho de 1926**. Francisca Cândida da Rosa e João Augusto Capillé (*O Progresso*, 01/08/1926, p. 1, destaques meus).

Nota-se que Nossa Senhora Imaculada Conceição já era mencionada como a *Padroeira de Dourados*, entendendo que a mesma foi considerada pela população católica a partir do momento que foi levada para ocupar lugar de destaque na capela, em 8 de dezembro de 1925, porém somente foi visitada e abençoada pelo padre José Giardelli que chegou ao povoado em 4 de junho de 1926¹⁰² e finalmente legitimada pela Igreja Católica em 1935 com a criação da Paróquia de Dourados. Como o convite data de 22 de julho de 1926, cerca de um mês e meio após a inauguração da capela, pode-se entender e sugerir que havia a necessidade urgente de se cobrir despesas realizadas nesta construção¹⁰³, além de se festejar todos esses acontecimentos, justificando, assim, a antecipação da festa comemorativa.

Além disso, ao analisar as fontes fotográficas disponíveis, verificou-se que uma delas é *oficialmente* divulgada utilizada em livros memorialistas¹⁰⁴ e nos acervos pesquisados para representar a *inauguração* da capela. Porém, ao notar em seu rodapé a inscrição: *Dourados, 26-9-926* pode-se constatar que, na verdade, a imagem retrata os festejos da Padroeira ocorridos no referido ano, e não o acontecimento da inauguração, o qual é datado de 6 de junho do referido ano.

¹⁰¹ A edição de 01/08/1926 do jornal *O Progresso* foi a primeira publicação deste jornal que noticiou a festa da Padroeira de Dourados. Nesta época, o referido jornal era publicado em Ponta Porã.

¹⁰² LIVRO TOMBO I DE DOURADOS (1936-1970), p. 4.

¹⁰³ A memorialista Ercília de Oliveira Pompeu relata que “foram necessárias diversas festas até a obtenção do dinheiro necessário” para a construção da capela. Entrevista concedida à Inez Maria Bitencourt do Amaral em 01/09/2004 (AMARAL, 2005, p. 43).

¹⁰⁴ *Histórias, fatos e coisas douradenses e Memória fotográfica de Dourados*.

Fotografia 2 - Festa da Padroeira - 26/09/1926



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Dourados;
Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

Além do indício da data, outros elementos nos levam a considerar o equívoco no registro oficial do acontecimento histórico. Pode-se observar que há várias crianças e mulheres vestidas de anjos, fato costumeiro na celebração do dia da Padroeira quando ocorria (e ainda ocorre atualmente), a *Coroação de Nossa Senhora* que, nesta imagem, tem posição de destaque, centralizada à porta da capela¹⁰⁵, posicionada em cima de uma espécie de altar. Ao lado esquerdo, observamos um grupo de homens segurando objeto que identificamos enquanto um andor, que serve como suporte para a imagem sacra ser conduzida em procissão pelas ruas da comunidade. Tal fato também corrobora a hipótese da imagem retratar a festa da Padroeira, pois a procissão também se configura enquanto elemento festivo e simbólico da programação desta data. Também não se observa em nenhuma parte da fotografia, indivíduo que se assemelhe à figura de um *padre*, ou alguém com vestimentas religiosas, já que é sabido, de acordo com registros nos Livros Tombo paroquiais (Dourados e Ponta Porã) que o padre José Giardelli foi o representante católico responsável por benzer a capela¹⁰⁶.

Esta primeira comemoração em honra à padroeira rendeu uma publicação que se destinou a relatar os fatos ocorridos no período de nove dias onde os festeiros João Augusto Capillé e Francisca de Rosa Góes “foram pródigos em amabilidades e gentilezas para com os forasteiros que vieram contribuir para o brilhantismo dos festejos, que ocorreram na maior ordem” (*O Progresso*, 03/10/26, p. 1). Além da hospitalidade, nota-se que o acontecimento

¹⁰⁵ Na parte superior da fotografia, vê-se a inscrição no alto da capela: 8-12-1925, além de um cartaz com a imagem de Imaculada Conceição fixada na parede externa (lado direito).

¹⁰⁶ Este acontecimento será abordado no 2º capítulo.

obteve um destaque regional, recebendo pessoas de outras cidades e vislumbrando o progresso por meio da presença de automóveis¹⁰⁷ no povoado.

Desde o dia 15¹⁰⁸ começaram a chegar autos de Campo Grande, Entre Rios¹⁰⁹ e dessa cidade, conduzindo convidados. Dando assim a impressão que a nossa modesta povoação havia se transformado como por encanto numa movimentada cidade no vae e vem de mais de vinte automóveis na nossa única rua (*O Progresso*, 03/10/26, p. 1).

A publicação ainda relata a programação religiosa da comemoração, a qual pretendia destacar a união da população independente de classe social, conferindo um caráter popular à cerimônia. “As cerimônias religiosas constaram de novena e procissão. Durante essas cerimônias foram queimados lindos fogos de artifício adquiridos em São Paulo. Foi uma verdadeira festa popular, onde se confundia o rico com o pobre¹¹⁰” (*O Progresso*, 03/10/26, p. 1).

Dessas festas, alguns elementos foram marcantes na memória dos antigos habitantes, configurando como símbolos que, de alguma forma, eternizam as lembranças de uma época. Nesse sentido, Benfica (2014, p. 22) aponta que:

Durante os festejos, na frente da igreja, havia quermesse com prêmios, pequenos artesanatos ou objetos que eram doados por comerciantes e pelos membros da comunidade, e poderiam ser adquiridos por meio da compra de um bilhete – cujo valor variava –, cabendo à sorte escolher um prêmio dentre as várias prendas. Dependendo do festeiro, a prenda poderia ser adquirida por meio da “pescaria”; o participante “pescava” um peixe de papel que continha um número especificando o prêmio destinado. Nos leilões, eram vendidos frangos recheados, bandejas de pastéis, pudins e bolos. Esse momento era muito esperado e disputado. Alguns objetos do leilão recebiam maior valor, a depender da reputação de quem os preparava. Conforme a organização da festa, poderiam ocorrer leilões de leitão, gado

¹⁰⁷ Em 1918 chega ao povoado o primeiro automóvel. Era o chamado *Ford Bigode*, com acelerador manual e partida à manivela (CAPILÉ JUNIOR, CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 15).

¹⁰⁸ Entende-se que seria dia 15 de setembro, visto que o período da festa, segundo o convite publicado na edição anterior era o de 18 a 25 de setembro de 1926.

¹⁰⁹ Atual cidade Rio Brilhante.

¹¹⁰ Sobre a questão das festas populares, que geralmente eram realizadas em praças públicas, terem como característica uma possível *abolição provisória de todas as relações hierárquicas* Bakthin (2002) comenta que: “[...] a festa convertia-se na forma de que se revestia a segunda vida do povo, o qual penetrava temporariamente no reino utópico da universalidade, liberdade, igualdade [...]” e ainda: “[...] todos eram iguais e reinava uma forma de contato livre e familiar entre indivíduos normalmente separados na vida cotidiana pelas barreiras intransponíveis da sua condição, sua fortuna, seu emprego, idade e situação familiar” (BAKTHIN, 2002, p. 8-9).

e cavalo. A liberação da venda de cervejas e de outras bebidas alcoólicas ficava a critério dos festeiros (Entrevista POMPEU, 2005)¹¹¹.

Os organizadores das festas religiosas, popularmente chamados de *festeiros*, tinham papel fundamental em relação à permanência e solidificação das práticas de fé e cultos aos santos católicos na comunidade, pois planejavam, organizavam, mobilizavam e motivavam a participação e, de certa forma, a união do povoado em torno de uma comemoração religiosa, fato que também conferia aos festeiros elevado *status* social na comunidade. Benfica (2014, p. 21), utilizando a fonte oral de sua pesquisa, detalha como ocorria a escolha dos festeiros, através das memórias da entrevistada:

Quando terminava a festa, tinha um estandarte de Nossa Senhora, enrolavam os nomes escritos nos papéis, chamavam uma criança vestida de anjo para tirar o papelinho. Os sorteados eram os festeiros para o próximo ano. O festeiro que estava terminando o seu mandato pegava o estandarte e ia acompanhado pela população, numa procissão, [para] levá-lo à casa do festeiro do próximo ano (Entrevista POMPEU, 2005)¹¹².

Outros elementos religiosos e sociais também faziam parte da programação da festa da padroeira, como algumas atividades recreativas, à exemplo a Cavallhada ou *Sortija* (denominação paraguaia) e a carreira de cavalos. Benfica (2014, p. 8) explica que devido ao caráter de fronteira no qual Dourados está inserido, brasileiros e paraguaios compartilham a festa de suas padroeiras¹¹³ como também realizavam trocas culturais, onde as diferentes culturas eram vivenciadas num mesmo espaço social.

A *sortija* começava com um passeio pela cidade com os concorrentes. Constituíam-se de um jogo de argolas penduradas, com dez ou doze argolas, e geralmente participavam seis cavaleiros por vez. O cavaleiro, a galope, tentaria acertar com sua lança uma argola e retirá-la. Caso não conseguisse, o concorrente era eliminado. Depois da *sortija*, os participantes se dirigiam à cancha onde aconteciam as carreiras. Tratava-se de uma corrida a cavalo, na qual quem chegasse primeiro ganhava a corrida. Paralelamente aos jogos, havia as bebedeiras e, não raras vezes, surgiam brigas por qualquer motivo, estimuladas pelos efeitos do álcool. Segundo Ercília Pompeu, quase todo ano acontecia desentendimentos, que de tão frequentes,

¹¹¹ POMPEU, Ercília de Oliveira (fica cassete). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Dourados, outubro de 2005. 110min (aprox.). Em contato com o autor, o mesmo informou que não possui mais o áudio desta entrevista.

¹¹² POMPEU, Ercília de Oliveira (fica cassete). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Dourados, outubro de 2005. 110min (aprox.). Em contato com o autor, o mesmo informou que não possui mais o áudio desta entrevista.

¹¹³ Assim como no dia 8 de dezembro é comemorado o dia de Nossa Senhora Imaculada Conceição no Brasil, também é comemorado o dia de Nossa Senhora de Caacupé no Paraguai.

muitos participantes consideravam as “encrencas”¹¹⁴” como parte da festa (Entrevista POMPEU, 2005)¹¹⁵.

Novena, procissão, devoções, hinos religiosos, flores no altar de Nossa Senhora, quermesses, ladainha cantada, orações, terços e rosários, bênçãos, missas quando havia a presença de um padre no povoado e eventos sociais paralelos como concursos de rainha da festa, bingos, atividades recreativas e até mesmo alguma confusão. Esses elementos simbólicos de caráter religioso e social caracterizavam as comemorações relacionadas ao dia da Padroeira. Além desses, a coroação de Nossa Senhora Imaculada Conceição também se destacava enquanto ponto alto da festa, geralmente realizado em frente à capela, local que se tornaria mais tarde a Praça Antônio João.

Fotografia 3 - Coroação de Nossa Senhora Imaculada Conceição



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

Algumas crianças da localidade participavam desse momento, as quais representavam anjos e virgens que coroavam Nossa Senhora Imaculada Conceição do alto de seu andor. Na

¹¹⁴ Os memorialistas João Augusto Capilé Júnior, Júlio Capilé e Maria de Lourdes da Cruz e Souza mencionam em seu livro *História, fatos e coisas douradenses*, no capítulo intitulado *Tragédias* que no dia 8 de dezembro de 1935, durante a comemoração da festa da padroeira, havia na programação a *sortija*, a ser disputada entre brasileiros e paraguaios. No decorrer da corrida iniciou-se uma confusão entre os participantes que culminou com vários feridos à bala e a morte do delegado de polícia local Albano Cunha (CAPILÉ JÚNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 125). Dal Bosco (1995) também relata o mesmo acontecimento com a ajuda de sua entrevistada, e assim finaliza o depoimento: “D. Lili teve que fugir entre as cercas de arame da região e chegou à igreja, onde ficou escondida com as crianças até acabar o tiroteio. Não teve procissão. Nem festa” (DAL BOSCO, 1995, p. 168).

¹¹⁵ POMPEU, Ercília de Oliveira (fica cassete). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Dourados, outubro de 2005. 110min (aprox.). Em contato com o autor, o mesmo informou que não possui mais o áudio desta entrevista.

fotografia 3 podemos observar que as mesmas estão ajoelhadas, mãos juntadas em forma de oração, marcando “a infância como o momento inaugural da sensibilidade religiosa católica” (MAUAD, 2008, p. 135). Observamos ainda, que essas crianças estão cercadas por mulheres, provavelmente suas mães, avós e tias que tinham papel fundamental em sua educação formal e religiosa. Algumas dessas crianças pertencem a famílias tradicionais do município. Na descrição histórica desta fotografia, datada do final da década de 1930, consta: *no lado direito da porta da igreja Adiles do Amaral com mais ou menos sete anos de idade. Na esquerda acima aparecem D. Tunica (professora), na frente dela Olinda Amaral, ao lado Otilia Stein*¹¹⁶.

Com o passar dos anos, mesmo com as mudanças políticas e eclesiásticas ocorridas com a criação do município de Dourados e a constituição da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, ambas ocorridas em 1935, a festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição ia, aos poucos, se configurando como a mais importante, tanto para os moradores católicos praticantes, como também “estabelecendo parte do calendário das atividades sociais, sendo que geralmente o ritual seguia a mesma sequência: procissão, celebração de missa e quermesse” (MOREIRA, 1990, p. 55).

Apesar de fazer parte do calendário católico e, de certa forma, social dos moradores de Dourados, até meados da década de 1960 o dia 8 de dezembro não era considerado feriado municipal. Em 1966, o então prefeito, Napoleão Francisco de Souza determina, através do Decreto nº 20/66¹¹⁷ decreta:

CONSIDERANDO que Nossa Senhora da Conceição é Padroeira de Dourados;
CONSIDERANDO que é dia santificado pela Igreja Católica.

DECRETA

Artigo 1º - Fica considerado feriado municipal, *o dia 08 do corrente mês* nesta cidade de Dourados.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Interessante notar que, conforme meu destaque no documento supracitado, o então prefeito decretou como feriado o dia 8 de dezembro (destacado como *o corrente mês*) somente no ano de 1966, deixando ao que parece pela análise dessa fonte, os anos posteriores isentos das comemorações e implicações administrativas relacionadas a essa data. Porém, em

¹¹⁶ Registro de Fotografias. Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*. Festa de comemoração à Maria. CDR/UFGD.

¹¹⁷ Publicado no Jornal *O Progresso* nº 799, 07/12/1966.

1967 quando João da Câmara assumiu a prefeitura municipal, é publicada a Lei nº 662/67¹¹⁸ que estipulou três feriados em Dourados, e dentre eles, o 8 de dezembro como dia da padroeira da cidade.

Lei nº 662, de 1º de Junho de 1.967.

O Prefeito Municipal de Dourados, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - De acordo com a Legislação em vigor, fica estipulado no município de Dourados, os seguintes feriados municipais:

a) - 8 (oito) de dezembro - Dia da Padroeira da cidade.

b) - 20 (vinte) de dezembro - Aniversário do município.

c) - Sexta-feira da Paixão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dourados, em 1º de Junho de 1967.

Ass. João da Câmara

Prefeito Municipal

Transcrito de acordo com a original publicado em 7/6/67¹¹⁹.

(rubrica)

P/ Secretário Geral

Nesse sentido, pode-se notar a influência da religião católica, sobretudo exemplificada nesse subitem da dissertação, com o culto à Imaculada Conceição, exercido através das décadas na localidade de Dourados. Uma padroeira eleita pelo povo na década de 1920, pela Igreja Católica em 1935 por ocasião da criação da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição e finalmente pelo Estado em 1967 através da Lei de criação do feriado municipal. Desse modo, a padroeira se torna e se materializa enquanto “um elemento de agregação para a externalização da fé dos católicos” (BENFICA, 2014, p. 18).

Logicamente, com o crescimento econômico e populacional ocorridos no município, principalmente com a vinda de centenas de famílias para morar e trabalhar na cidade e na região¹²⁰, produzindo um *douradense multicultural*¹²¹, que trouxe consigo inclusive a interferência e práticas de outras religiões e culturas, esse quadro sofreu algumas mudanças.

¹¹⁸ No site da Prefeitura de Dourados, no campo *Legislação*, foi encontrado dentre as *Leis Ordinárias*, o link para acesso à Lei nº 662/67 que dispõe sobre os feriados no município de Dourados (disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/categoria/legislacao/leis-ordinarias/>. Acesso em: 29/06/2017). Porém, ao tentar acessar tal link, verifiquei que o mesmo estava indisponível. Nesse sentido, consultando a Câmara de Vereadores de Dourados por meio da funcionária Hebe de Oliveira Barros, foi encontrada a transcrição de tal Lei numa folha semelhante à de Livro Ata, a qual foi disponibilizada uma cópia a mim. Outra cópia também foi encontrada após a página 37v. do Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970). Nenhum outro documento relacionado ao ementário que regulamentou esse feriado foi encontrado durante a pesquisa, nem a publicação da referida Lei no jornal *O Progresso*, conforme havia ocorrido em 1966.

¹¹⁹ Tal documento original não foi encontrado durante a pesquisa.

¹²⁰ Principalmente na década de 1940, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND.

À medida que as transformações foram ocorrendo, as festas, até mesmo as da Padroeira, que eram as mais tradicionais, foram aos poucos deixando de se constituírem em festividades coletivas; conseqüentemente o envolvimento da população foi se tornando cada vez menor. No entanto, não se pode negar o papel que a religiosidade representou na formação de valores e na sua manutenção, à medida que se adaptaram ou não, às transformações impostas pela sociedade. (MOREIRA, 1990, p. 153).

Mesmo assim, nos últimos anos, a comemoração à Padroeira Imaculada Conceição permanece com os elementos imateriais simbólicos: missa, procissão, Coroação de Nossa Senhora, precedidos pela novena em honra à Nossa Senhora Imaculada Conceição e a parte social, geralmente com shows de cantores católicos, reunindo milhares de fieis católicos, e também por pessoas que não praticam a religião católica, mas que se interessam pelo evento e ainda os curiosos atraídos pela programação municipal de Natal que ocorre no centro da cidade, sobretudo na Praça Antônio João localizada em frente à Catedral Imaculada Conceição. Nesse sentido, nota-se como a devoção à Nossa Senhora Imaculada Conceição e aos elementos simbólicos ligados a ela foram, aos poucos, desenhando um cenário onde o patrimônio cultural religioso está configurado e inserido nas práticas de muitos indivíduos que aqui vivem, independente da religião que praticam.

Pode-se então concluir nesse primeiro capítulo que o conhecimento da historicidade relacionada à temática patrimonial torna-se importante para compreender o processo de inserção de noção e de construção simbólica de patrimônio para os indivíduos e, mais especificamente, o contexto de patrimônio cultural religioso, no qual os mesmos estão inseridos. No caso de Dourados, cidade cujo povoamento não índio ocorreu pela chegada e permanência de migrantes e imigrantes de diferentes culturas, o patrimônio cultural religioso pode ser entendido como uma construção identitária, representada pelos diferentes elementos simbólicos religiosos e culturais, aspectos físicos patrimoniais, além das diversas práticas de

¹²¹ Ernandes (2009) em sua dissertação de Mestrado intitulada *A construção da identidade douradense* (1920-1990), defendida no PPGH/FCH/UFGD em 2009, contextualiza a dimensão multicultural na região de Dourados: “Os índios já estavam aqui quando Antônio João assumiu a Colônia Militar de Dourados em 1861. Depois da guerra (1870), ex-combatentes paraguaios permaneceram no território brasileiro trabalhando nos ervais da Mate Laranjeira. Com a Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul, migrantes gaúchos chegaram à região e aumentaram o número de brasileiros não-índigenas. Na iminência do século XX, portanto, tínhamos várias culturas diferentes coexistindo: brasileiros, paraguaios e índios (Guarani e Terena), uma situação sem dúvida multicultural (ERNANDES, 2009, p. 73). O autor ainda afirma que a realidade multicultural douradense remonta o final do século XIX e acredita que esse processo histórico tem na agricultura seu maior expoente, pois “a partir do incentivo à agricultura, a principal característica do município, sobretudo após a década de 1950, que o pertencimento coletivo douradense passou a ser organizado e demandou a aplicação de multiculturalismos. Seus pilares de sustentação são as memórias coletiva e individual, e sua principal defensora, a imprensa” (ERNANDES, 2009, p. 76).

religiosidade que foram aos poucos incorporadas e que, de alguma forma, estão diretamente associadas às memórias dos sujeitos presentes nesse contexto.

Assim, voltando-nos para o objeto de pesquisa, percebemos que a influência da Igreja Católica em Dourados, através de suas representações patrimoniais, sejam elas materiais ou imateriais, contribuem para a preservação de uma memória identificada como a presença de um passado, expresso em seu símbolo maior de patrimônio cultural religioso, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, cujos elementos materiais e imateriais juntam-se, complementam-se e formam um sentido que não pode ser separado, nem compreendido de forma fragmentada. Dessa forma, o patrimônio cultural religioso pesquisado atua como elemento formador e agregador de pessoas que estão envolvidas num objetivo comum: desenvolver suas práticas de fé identificadas e legitimadas através do elemento patrimonial - a igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO: DE SINGELA CAPELA À IMPORTANTE MATRIZ DE DOURADOS

“Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, [...], um conhecimento através de vestígios” (Marc Bloch).

Neste segundo capítulo será abordada a construção física e simbólica, ou seja, os aspectos materiais e imateriais que envolvem o surgimento e a consolidação do patrimônio cultural religioso pesquisado. Como essa abordagem é realizada nessas duas vertentes, optei por escrever a palavra *construção* em itálico, justamente por entender que o patrimônio, de forma geral, é construído e constituído, além de seus aspectos tangíveis, também aos elementos simbólicos que o envolve, além das interações sociais dos indivíduos que o compõem. Nessa perspectiva, inicia-se a escrita do capítulo com o ano de 1925 quando a comunidade católica local organiza-se em torno da construção da primeira capela no ainda Patrimônio de Dourados, abordando também seu cotidiano de práticas religiosas, perpassando a criação da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição em 1935, até a criação da Igreja Matriz. Outros elementos importantes são analisados e problematizados, no sentido de contribuir para o entendimento das relações que os indivíduos que aqui habitavam possuíam com a igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição: a atuação dos franciscanos na região e seus desdobramentos; o embate com o Protestantismo e a importância das duas colônias agrícolas que impulsionaram processos migratórios na região: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Colônia Agrícola Municipal de Dourados. Acredita-se que esses elementos sejam fundamentais para explicar o processo de construção do patrimônio cultural religioso, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição e da própria cidade de Dourados.

2.1 Um povoado, uma capela: a gênese da construção do patrimônio cultural religioso¹

Dourados tem a configuração d'uma península, ligando-se por uma faixa de terra (seis léguas) ao divisor de águas dos rios Paraguay e Paraná, da cabeceira do Apa ao Passa-Cinco; entre os rios Santa Maria, Brilhante e Dourados, formando a confluência destes dois últimos rios a caudalosa corrente do Ivinhema, que desagua no Paraná, Dourados é um dos mais bellos recantos de Ponta Porã (*O Progresso*, 12/06/1921, p. 1).

É dessa forma que o então distrito de Dourados é situado e *representado* para os leitores do jornal *O Progresso*², no início da década de 1920. Além das características de localização estratégica, campos férteis e de belas paisagens, possibilidade de riqueza através do trabalho, o desenvolvimento e a prosperidade do povoado são evidenciados na reportagem com evidente teor propagandístico. Tal representação que destaca o local com características relacionadas à modernidade, ao progresso e ao desenvolvimento econômico, realizada sobretudo, pela imprensa e pelo discurso memorialista, se fazia legitimar inclusive pelo próprio nome do periódico, revelando-se assim, a sua intencionalidade. A se julgar pela narrativa da publicação, o distrito estava em pleno desenvolvimento, sendo que o mesmo tinha à época

[...] algumas dezenas de casas que se edificaram apresentando aspecto agradabilíssimo, casas commerciaes que rivalizam com as congêneres de todas as praças. Os melhores e os mais bem acabados sortimentos ali se encontram para a satisfação do mais exigente freguez (*O Progresso*, 12/06/1921, p. 1).

Apesar de algumas dificuldades encontradas, dentre as quais uma possível endemia de impaludismo³, o jornalista Rangel Torres retrata sob o título *Aspectos de Dourados*⁴, o

¹ Esse subtítulo foi escolhido para tentar demarcar o início de um processo histórico. Nesse sentido, a palavra *gênese* foi utilizada com o significado de *conjunto de fatos ou elementos que contribuíram para produzir determinada coisa*. Já a palavra *construção* abarca dois sentidos: o literal (construção da capela) e figurado (construção simbólica).

² O periódico *O Progresso* foi fundado em Ponta Porã em 1920 por Major Militão que, em 12 de setembro do mesmo ano, o transferiu para o advogado José dos Passos Rangel Torres, que permaneceu como proprietário até a finalização das atividades do jornal naquela cidade, em 1927. Em abril de 1951, Weimar Gonçalves Torres, filho de Rangel Torres, fundou o jornal *O Progresso* em Dourados e seus descendentes permanecem na administração até a atualidade (JOSGRILBERT, 2015, p. 84-85).

³ Impaludismo também pode ser chamado de malária. Dr. Lima Rocha alerta sobre a doença que se disseminou as margens dos rios Dourados, Santa Maria e Brilhante, por conta da maior quantidade de mosquitos transmissores, aliado à falta de recursos e de apoio do governo do Estado e da União, “deixando o sertão entregue a sua sorte, abandonado” (*O Progresso*, 12/06/1921, p. 1).

⁴ “Trata-se de um registro, senão único, mas histórico, Provavelmente a reportagem seja a única que retratou Dourados, ainda Distrito e em um momento exato. São quatro artigos, relatores da grandiosidade de Dourados

empenho dos moradores em realizar melhorias e sanar os problemas encontrados no distrito naquela época. Nesse sentido, as características do povoado e suas potencialidades são descritas e publicadas em quatro edições do referido jornal, sendo abordadas nas seguintes temáticas: *lavoura, transporte; erva-mate, pecuária; justas aspirações* (sendo estas entendidas como a necessidade de instalação de serviço de Correios oficial, a abertura de ruas e a possibilidade de criação do município); *clima e sociedade*. Neste último, recebem destaque os *animados bailes* e serenatas organizados pelas famílias, os *modernos figurinos* das senhoritas, os rapazes que desenvolvem suas atividades no comércio local e, até mesmo, uma “excelente orquestra organizada por amadores”. “Nesse ponto de vista, Dourados, povoado, superou Ponta Porã, cidade” (*O Progresso*, 17/07/1921, p. 1).

Desta forma, o discurso de Rangel Torres é o fundador das representações sobre Dourados como um espaço promissor. Representações que serão reapropriadas ao longo das décadas seguintes constituindo-se no mito fundador da identidade. Este mito foi constituído e é sustentado basicamente por três elementos: o binômio agricultura/pecuária, a reforma da população e a atmosfera do lugar (ERNANDES, 2009, p. 32-33).

Esses encontros sociais (que certamente também se desmembravam em encontros políticos e de negócios) aconteciam geralmente nas próprias casas das famílias que, aos poucos, foram se estabelecendo às margens da Rua Marcelino Pires, que era a única existente no início da década de 1920 e era composta “de uns dez quarteirões, quatro ou cinco para a direita da praça, saída para Rio Brilhante, e outros tantos para a esquerda, saída para Ponta Porã” (CAPILÉ JUNIOR, CAPILÉ, SOUZA, 1995, p. 21). Por outro lado, o comércio local que se firmava teve papel fundamental enquanto organizador do núcleo urbano “na medida em que as pessoas não precisavam mais ir a Ponta Porã ou Rio Brilhante para fazer parte de suas compras, na medida em que atraiu os moradores das fazendas para a sede do Patrimônio de Dourados⁵” (MOREIRA, 1990, p. 21).

No entanto, além das moradias e das casas comerciais que desenhavam aos poucos o que seria mais tarde um município, uma construção/instituição surgiria, na metade da década de 1920, enquanto elemento físico e simbólico determinante de práticas sociais, morais e,

naquela época. Através deles, o jornalista mostrava a potencialidade que seria Dourados, hoje a segunda economia do Mato Grosso do Sul” (SOUZA, 2003, p. 29).

⁵ Em 11/07/1920 é inaugurada a casa comercial Filial Barbosa Martins e Cia, com sede em Rio Brilhante. Ficava localizada onde é atualmente a Avenida Marcelino Pires, entre as ruas João Rosa Góes e Presidente Vargas. Esta filial ficou sob a responsabilidade de João Rosa Góes (MOREIRA, 1990, p. 21). Consta registro fotográfico deste evento de inauguração nesta mesma referência.

sobretudo, religiosas das famílias que aqui moravam: uma capela da Igreja Católica. Além disso, como por uma *necessidade*, tais famílias que traziam consigo as memórias religiosas das regiões de onde vieram, e assim resolveram, de alguma forma, organizá-las e reproduzi-las através deste símbolo, além de se constituir enquanto um lugar onde a comunidade pudesse se reunir para rezar e se relacionar socialmente. A historiadora Célia Maria Borges destaca que tais práticas são características presentes na vida dos migrantes, que buscam reconstruir, com elementos da vida anterior, “uma nova organização espacial para alocar suas memórias” (BORGES, 2010, p. 120). Nesse sentido, “procuraram edificar igrejas, templos e reuniram-se em associações religiosas a fim de garantir proteção na esfera divina, apoio afetivo entre seus semelhantes e a solidariedade destes na vida e na morte” (BORGES, 2010, p. 120).

Tal fato é uma reprodução de costumes com antecedentes históricos relacionados à ocupação portuguesa no território brasileiro, onde a grande maioria das cidades e dos povoados tem uma igreja construída em seu marco inicial de povoamento, ou conta com representações da mesma no cotidiano dos indivíduos. Assim,

[...] percebemos que a sociedade preza pela igreja, se reconhecem neste símbolo residual de outra época. Nas menores povoações encontramos essas representações, algumas vezes representadas pela festa de padroeiro, outras pelas estátuas dos santos, pelos cruzeiros ou mesmo por festividades temporais (BONJARDIM; ALMEIDA, 2012, p. 10).

Desse modo, “a Igreja foi a primeira instituição que surgiu, atuando, inclusive na organização do espaço urbano. Posteriormente, surgiram as escolas, os hospitais” (MOREIRA, 1990, p. 21), e os outros elementos que foram compondo este espaço central no povoado. Tais elementos são entendidos como características formadoras de identidade cultural e da história do município, de maneira que os moradores foram construindo, além de um sentimento de pertencimento pelo lugar, também um vínculo entre as memórias trazidas dos locais de onde vieram⁶. Esse vínculo, que se torna afetivo, possibilita que essa população, além de se reconhecer e pertencer ao lugar passe a se enxergar como *sujeitos da história*, que possuem

⁶ Sabe-se que o Estado tem papel fundamental enquanto legitimador desse povoamento/colonização que, dentre outros aspectos, produziu memórias que foram incorporadas à cultura local, sobretudo em relação à questão religiosa. Tal questão ficará mais evidenciada aos tratarmos dos desdobramentos do processo migratório devido à criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e da Colônia Agrícola Municipal de Dourados que contribuíram para a consolidação e legitimação do patrimônio cultural religioso pesquisado, sendo esse tema tratado ainda neste capítulo.

assim como direitos, também deveres (LE GOFF, 1997, p. 139) para com a localidade e comunidade nas quais está inserida.

O caráter afetivo e o caráter sagrado respondiam pela necessidade da preservação da memória. Os testemunhos do passado que guardavam em suas lembranças serviram de base para orientar a apropriação do lugar e para o refazerem em função de seus valores, de suas orientações religiosas e culturais (BORGES, 2010, p. 130).

Nesse sentido, analisando as fontes históricas, fato interessante a se constatar e mencionar é que no então Patrimônio de Dourados, não foi a Igreja Católica ou seus representantes no Estado que construiu e/ou *impôs* à comunidade um templo e uma prática religiosa, mas sim a própria comunidade que teve a iniciativa de fazê-lo. Como já mencionado no primeiro capítulo, toda a região do antigo sul do Mato Grosso no início do século XX era praticamente desprovida da presença da Igreja Católica, sendo esta representada por visitas esporádicas de padres às paróquias subordinadas à diocese de Corumbá.

E nesse contexto, tem início a ideia de construção de uma capela, sendo que em 1923, foi organizada por Major Capilé⁷, a primeira comissão pró construção (CAPILÉ JUNIOR, CAPILÉ, SOUZA, 1995, p. 107). Essa comissão, composta por representantes de uma parte da comunidade, e que atualmente são lembrados por seu *pioneirismo* sendo homenageados através de nomes de ruas ou escolas, era formada por: Januário Pereira de Araujo (Presidente), João Rosa Góes (Fiscal de Obras), Francisca Claudina Rosa (Tesoureira), Sophia de Castro Batista (Secretária), Genoveva Capillé (Conselheira Auxiliar), Balbina Pereira de Carvalho (Conselheira Auxiliar), Antônia Capillé (2ª Secretária)⁸. Nota-se que a comissão era formada, em sua maioria, por mulheres, porém as mesmas não exerciam os cargos mais representativos.

Não foram encontrados muitos registros fotográficos relacionados à construção dessa capela nos acervos pesquisados⁹, certamente pelas dificuldades em realizar tais registros nesta época na região. Há algumas fotografias, da década de 1920 e 1930 que estão disponíveis nos acervos do Museu Histórico de Dourados e no Centro de Documentação Regional - UFGD.

⁷ Manoel Pompeu Capilé chegou a Dourados, com sua família em 1915, onde exerceu as funções de médico, farmacêutico e dentista. (CAPILÉ JUNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 219-221).

⁸ Dados extraídos do Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-70), p. 4.

⁹ Acervo Paróquia Imaculada Conceição de Dourados, Acervo do Museu Histórico de Dourados, Acervo do Centro de Documentação Regional - UFGD e referências memorialistas.

Uma delas, divulgada oficialmente nos livros memorialistas de Dourados e nas publicações da imprensa, é atribuída à construção da capela.

Fotografia 4 - Capela em construção



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Dourados;
Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

Esta fotografia, cuja versão original encontra-se no Museu Histórico de Dourados, retrata um momento especial, haja vista a concentração de pessoas no local, suas vestimentas, além da própria importância do registro fotográfico, tão raro naquela época nessa região. A mesma possui um estado de conservação bastante comprometido (rasgos nas bordas e deterioração do papel fotográfico) e está fixada em um suporte de papel grosso, trazendo em seu verso a seguinte anotação à caneta: *8/12/1925 - 1ª capela de Dourados - Maria da Glória*¹⁰. Seu registro de identificação - RG 0056.1 aponta que o doador do objeto, bem como o fotógrafo são desconhecidos, e no campo *descrição da fotografia* está escrito: “capela em construção no canto direito da fotografia, ao fundo uma casa grande, à frente a população douradense da época, homens, mulheres e crianças participando do **mutirão de construção da igreja**¹¹” (destaques meus).

Como se pode notar, não se trata de um mutirão para a construção do prédio, mas provavelmente do momento em que a população do então distrito de Dourados comemorou o

¹⁰ Não foi encontrada nenhuma outra referência ou relação com o nome *Maria da Glória* (supõe-se que talvez fosse a antiga proprietária da fotografia).

¹¹ Registro nº 0056.1. Ficha de identificação: Fotografia - Museu Histórico de Dourados. Título: Construção da 1ª capela de Dourados - Imaculada Conceição. Campo: Descrição. Acervo do Museu Histórico de Dourados.

dia de sua padroeira (8 de dezembro) e levou a artística imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição para o interior da igreja. O terreno¹² de 15 x 20 metros no qual foi construída a capela, foi fruto de uma doação de um dos moradores, Antônio Joaquim de Almeida, e sua construção¹³ iniciou-se em junho de 1925 (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 4).

Verifica-se, ainda, de acordo com a fonte analisada, que a construção não está totalmente terminada, há um tipo de andaime, certamente para que os trabalhadores façam as intervenções finais e acabamentos na obra; uma cerca de arame à sua frente, além de uma ou duas outras construções de madeira nos arredores. Além disso, à frente da capela há um andor com uma imagem sacra (não sendo possível identificá-la ou afirmar categoricamente que seria de Nossa Senhora Imaculada Conceição). Salienta-se que algumas fontes¹⁴ mencionam que a primeira capela construída no povoado era feita de madeira, porém não foi encontrado nenhum registro fotográfico ou documental que comprovasse tal fato ou que fosse datada anteriormente a 1925. Outra observação relevante é que, mesmo diante deste momento religioso marcante para o povoado, não se observa nenhum indivíduo com roupas que remetam a vestimentas ou paramentos religiosos que caracterizem um padre da época, revelando, desse modo, que a Igreja Católica provavelmente não sabia sobre a organização do povoado em torno da construção da capela que já estava em fase de finalização.

¹² Sobre o título definitivo do referido terreno, consta na fonte analisada: “A Comissão prontificou-se de entregá-lo logo que a Câmara Municipal aprovar a medição da área do Patrimônio que há de se fazer no breve prazo de dois meses porque o Exmo. Sr. Antônio Joaquim de Almeida ao receber a aprovação da medição dos terrenos de sua propriedade não se furtará de passar a escritura do terreno doado a N. S. Imaculada de 15 ms x 20. O mesmo visitador recomendou de conseguir um patrimônio em favor da dita capela, requerendo uma quadra de terreno” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÁ (1928-1961), p. 12). Apesar dessa recomendação, em 11 de fevereiro de 1938, padre Amado Declene declarou, ao entregar os livros paroquiais à paróquia de Dourados, que não existia nenhum documento provando a entrega do título definitivo do terreno da capela, nem texto de doação (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 5 v).

¹³ O construtor da capela foi o português Alfredo Oliveira de Abreu, o *Alfredo Pedreiro* (CAPILÉ JUNIOR, CAPILÉ, SOUZA, 1995, p. 108).

¹⁴ Foram encontradas duas fontes sobre essa informação: Amaral (2005, p. 43); e informações de Francisca Costa Carvalho (Dona Quinha) registradas por meio de máquina de datilografar e anexada ao Livro Tombo paroquial por Frei Hugolino Becker (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 3).

Fotografia 5 - Capela Nossa Senhora Imaculada Conceição



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Manoel Frost Capilé

Neste registro disponibilizado para a pesquisa verificamos a capela já pronta. Na fotografia 5, cuja versão original encontra-se no acervo pessoal do Sr. Manoel Frost Capilé, pode-se notar um grande número de pessoas em frente à capela, possivelmente para uma comemoração religiosa. Observam-se homens vestidos de terno, algumas mulheres segurando bandeiras, andores para o transporte de imagens sacras, arranjos de flores, crianças vestidas de branco. Na fachada da capela, bem elaborada em detalhes, há uma única porta central e, acima da mesma, uma estrutura em abóbada¹⁵ (possivelmente em vidro). Não há sinos na capela e no ponto mais alto da fachada, vê-se uma cruz. A imagem nos mostra também que ao redor há grande quantidade de árvores e algumas construções em madeira numa ampla área de terra (se a fotografia fosse colorida, provavelmente veríamos a famosa *terra vermelha* de Dourados), com arbustos ao redor, o matagal nativo. No centro da fotografia consegue-se perceber alguns arranjos de flores que possivelmente ornamentam os andores com as imagens sacras (não sendo possível identificá-las). Sugere-se, dessa forma, que a fotografia mostre uma procissão religiosa, provavelmente a de Nossa Senhora Imaculada Conceição.

¹⁵ Estrutura arquitetônica de cobertura curvada.

Fotografia 6 - Vista lateral e posterior da capela



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Dourados

Já a fotografia 6 foi encontrada no acervo do Museu Histórico de Dourados, com o registro nº 3842. A primeira vez que a vi, tive a impressão que não se tratava da capela Nossa Senhora Imaculada Conceição, acreditando assim, ser um equívoco de arquivamento ou de registro ocorrido com o documento histórico. Recorrendo à sua ficha técnica, não foi encontrada nenhuma informação relevante que esclarecesse tal questão. Porém, com a análise dessa e de outras fontes fotográficas pode-se sugerir que se trata da vista lateral e posterior da referida capela. Observa-se, além da estrutura arquitetônica de forma geral, o telhado lateral (com muitos pássaros) e os detalhes de acabamento que são semelhantes aos vistos na fotografia 5. Nota-se também, uma janela na vista lateral com uma grande cortina, e uma cerca de madeira que circunda a construção.

Apesar dos fieis católicos do povoado terem construído uma capela com recursos próprios, esse fato não era garantia de serem assistidos pela presença de um padre na localidade de Dourados. Em paralelo, o cenário religioso católico no sul do antigo Mato Grosso era de escassez de clero e de recursos para o atendimento às comunidades. Desse modo, os leigos (neste caso pais e mães) eram responsáveis por ensinar a doutrina cristã ou mesmo orações que conheciam aos seus filhos (MARIN, 2011, p. 106-107). A Paróquia São José de Ponta Porã, à qual o distrito de Dourados era subordinado, havia sido criada em 4 de abril de 1924 por Dom José Maurício da Rocha, bispo de Corumbá. O primeiro padre salesiano a residir na cidade foi José Giardelli¹⁶, chegando à localidade em 27 de fevereiro de

¹⁶ Foi nomeado em 29/01/1926 visitador diocesano para atender as Paróquias de Ponta Porã, Bela Vista, Porto Murtinho e Coxim (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 1).

1926 (*Revista Elo*, nº 355, ano 35, jan. fev., 2012; LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 3), o qual descreve no item *Crônica* sobre as autoridades que o receberam: “religiosidade indiscutível deste povo, eminentemente cathólico” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 3). O padre José Giardelli havia recebido do bispo da diocese faculdades missionárias que o habilitavam a realizar sacramentos, aprovar plantas de igrejas, benzer capelas, regularizar impedimentos matrimoniais e faltas graves, dentre outras ações. Além disso, em 29 de março de 1926, recebeu do bispo de Concepción no Paraguai, faculdades para exercer o ministério sacerdotal entre os católicos no território paraguaio (MARIN, 2011, p. 88).

Assim, em uma das visitas missionárias¹⁷, padre José Giardelli chega ao distrito de Dourados em 4 de junho de 1926, é recebido na capela pela comissão pró-construção, que “ignorando a obrigação que todos em geral têm de recorrer ao Exmo. Ordinário Diocesano”, para iniciar a construção de uma igreja, recebeu algumas recomendações e orientações do padre José Giardelli que, por sua vez,

inteirou a Exma. Comissão das leis eclesiásticas emanadas pela Pastoral Collectiva dos Exmos. Arcebispos e Bispos do sul do Brasil, à saber: o capítulo Igrejas e Oratórios e mais artigos sobre a construção das igrejas (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 3; LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 12).

Como não havia sido realizado um lançamento da pedra fundamental da obra, nem a bênção para o início dos trabalhos, “pela única razão de não ter um sacerdote” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 3), no dia 6 de junho de 1926, padre José Giardelli *inaugura* a capela, com a “realização de vários sacramentos, como batismos, casamentos, comunhões e confissões” (AMARAL, 2005, p. 44). Uma ata é lavrada relatando os acontecimentos: “A bênção da pedra foi precedida de Santa Missa e logo depois foi benta a dita capela. Orou a bênção da pedra o mesmo officiante padre José Giardelli acolithado pelo catechista João Martins da Silva da mesma congregação” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 8). Vários membros da comunidade assinam a ata¹⁸, dentre os quais se identificam alguns sobrenomes de famílias *tradicionalis* de Dourados: Rosa, Araujo, Capillé, Carvalho, Rocha, Brandão, Ratier, Almeida, Leite, Oliveira, dentre outros que não

¹⁷ De acordo Livro Tombo da Paróquia de São José de Ponta Porã (1928-1961), o primeiro relato de visita missionária de padre José Giardelli nesta região, foi ao distrito de Dourados (p. 12).

¹⁸ As assinaturas originais podem ser consultadas no Livro Tombo da Paróquia de São José de Ponta Porã (1928-1961), p. 13.

identificamos devido à grafia comprometida ou utilização de rubrica. Assim, os católicos leigos também se envolveram na organização e na participação em grupos e associações responsáveis pela disseminação e afirmação das suas práticas de fé no povoado.

Nesse mesmo ano foram criadas as seguintes associações católicas de leigos¹⁹: a Pia União das Filhas de Maria, o Apostolado da Oração e a Cruzada Eucarística das Crianças. A Pia União é uma associação de mulheres solteiras que, propondo a devoção a Maria Imaculada, tem por fim evitar o mal e progredir na piedade cristã, na honestidade dos costumes e na observância dos próprios deveres, como um meio de santificação pessoal e também de santificação dos outros. Suas responsabilidades na capela eram: a evangelização, a catequese, a liturgia e a ornamentação do altar, de preferência com flores do campo e dos jardins cultivados nas casas. O Apostolado da Oração constitui uma associação de fiéis que, pelo oferecimento de si mesmos unidos no sacrifício eucarístico e pela união com Cristo, colaboram com a salvação do mundo. Possui o seguinte programa: participação no ministério eucarístico, culto do coração de Cristo, amor e devoção a Nossa Senhora e assídua oração apostólica. Por fim, a Cruzada Eucarística das Crianças é uma seção infantil do Apostolado da Oração (AMARAL, 2005, p. 44).

Desse modo, de acordo com a análise das fontes, verifica-se que, parte da população do distrito de Dourados se organizou em torno de um objetivo, sendo representada pela comissão pró-construção da capela, e materializou a fé católica através da legitimação da Igreja, representada pela benção sagrada conferida pela figura do padre e pôde, enfim realizar suas práticas religiosas num templo, em um espaço considerado sagrado, *construído pelo povo e abençoado por Deus*²⁰.

2.2 O cotidiano (do) católico²¹ no povoado sob a vigília das visitas da Igreja Católica: final da década de 1920 e início da década de 1930

Nos anos seguintes, a comunidade ainda sem a presença fixa de padres, dá continuidade às práticas religiosas e a programação católica da época. Na publicação do jornal *O Progresso*, intitulada: *Em Dourados*, são divulgados os acontecimentos do mês de maio de 1927:

¹⁹ Não foram encontradas informações sobre a criação dessas associações em 1926 nos Livros Tombo paroquiais (Dourados e Ponta Porã), conforme aponta a autora. Porém, na edição do jornal *O Progresso* de 03/07/1927, a atuação das *Filhas de Maria* na capela de Dourados é mencionada.

²⁰ Expressão com conotação religiosa, cuja interpretação pessoal está relacionada às graças recebidas de Deus através da organização dos fiéis católicos em torno da construção de sua capela, símbolo maior de sua fé.

²¹ Entendido também como cotidiano *da católica*.

Realizaram-se com a maior pompa nesta localidade as festas do mez de Maria, fazendo-se diariamente as funções religiosas com a maior devoção da população douradense. As filhas de Maria iam todos os dias na Igreja onde cantavam hymnos religiosos e levavam flores em profusão (*O Progresso*, 03/07/27, p. 3).

A quermesse, um dos elementos simbólicos mais importantes no cenário católico, tanto pela questão religiosa, como pela questão social, rendeu um saldo em dinheiro, juntamente com as “esmolas angariadas na capela e o dinheiro oferecido para a coroa pelas filhas de Maria” (*O Progresso*, 03/07/27, p. 3). A festeira Charcilla Falleiros, responsável pela organização e administração da festa do referido ano, publicou a prestação das contas, através de um balancete, avisando aos fiéis que o “saldo vai ser empregado em bancos, mesas, etc. para a Igreja” (*O Progresso*, 03/07/27, p. 3). Nesse sentido, as festas também se constituíam, além de momentos de ensinamentos litúrgicos para a comunidade e visitantes de outras localidades, em uma maneira de se angariar recursos para viabilizar as melhorias no prédio, bem como sua manutenção. Marin (2011, p. 88) alerta sobre esta *autonomia* dos leigos nas paróquias da diocese de Corumbá:

A escassez de clero não permitia reforma nas manifestações religiosas da população, que se mantinham distantes do controle clerical. As festas continuavam a ser geridas pelos leigos, independente do aval da autoridade eclesiástica, que não interferia em sua organização ou realização. Os festeiros não prestavam contas ao pároco nem seguiam as determinações canônicas relativas à organização das festas²². Era frequente, por exemplo, o padre ser contratado pelo festeiro para participar apenas como celebrante. Quando a presença do padre não era possível, as funções religiosas eram realizadas pelo próprio festeiro (MARIN, 2011, p. 88).

Em 31 de maio de 1927, uma publicação da imprensa informa sobre a “agradável surpresa” e “inesperada visita” do vigário João Crypp. Durante a estada do padre “houve terço com ladainha cantada, hymnos à benção da coroa oferecida à Virgem pelas Filhas de Maria e a coroação pelo Sr. Vigário” (*O Progresso*, 03/07/27, p. 3). No dia seguinte, durante o encerramento da programação católica para o mês de Maria, ocorreram missas, batizados, crisma, benção do estandarte da Virgem, procissão “com grande número de anjos e virgens” (*O Progresso*, 03/07/27, p. 3). Durante as visitas dos padres, que eram esporádicas, havia intensa programação, sobretudo em relação à oferta dos sacramentos. Mesmo assim, devido à falta de assistência religiosa nos povoados mais distantes, chácaras e fazendas mais afastadas, e as inúmeras dificuldades enfrentadas para se chegar até uma igreja, aliado ao quase total desconhecimento das práticas católicas, ocorria que

²² Nota do autor: O BRASIL desconhecido. *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, 29 set. 1929, n. 218, p. 4.

[...] a maioria das pessoas nascia e morria sem ter recebido os sacramentos mais elementares e raramente tinha entrado em contato com um padre. Os registros de óbito das paróquias revelam que a população morria tendo recebido, em toda a sua vida, apenas o batismo, a confirmação ou a extrema-unção. Muitos se limitavam a receber apenas o batismo e a primeira eucaristia e teriam recebido a comunhão apenas uma vez na vida²³ (MARIN, 2011, p. 96).

Enquanto isso, no distrito de Dourados a população leiga que (de)tinha pouco (ou algum) conhecimento sobre os dogmas de fé católica, de certa forma, se apropria do espaço considerado sagrado para liderar as rezas dos terços sobretudo realizados pelas mulheres, que aconteciam diariamente, e outras ações com práticas religiosas fora da capela, como os velórios²⁴.

A população católica douradense participava uma vez por mês de atos litúrgicos, com ou sem padres presentes, ou em datas do calendário religioso. Nessas ocasiões, a capela ficava sempre lotada, porém, convém lembrar que a mesma era muito pequena. A população não-índia era bastante reduzida, mas uma boa parcela a freqüentava – homens e mulheres. A princípio o uso costumeiro do chapéu se fazia presente no interior da capela, o que causava revolta por parte de alguns que achavam essa atitude ofensiva à casa de Deus. Muitos homens deixaram de freqüentar a capela porque não concordavam em despojar-se de seus chapéus. Entretanto, com o tempo, o povo aprendeu a conviver com certos comportamentos exigidos no interior de um espaço religioso²⁵ (AMARAL, 2005, p. 45).

Ainda sobre as vestimentas²⁶ e comportamentos dos homens da época, desvinculados às normas comportamentais das quais a Igreja Católica recomendava, a autora relata, de acordo com sua fonte oral que

o homem da região usava chapéu e revólver na cintura. Se estivesse sem um deles seria o mesmo que estar nu. Para ir à igreja, os homens escondiam as armas para as

²³ Nota do autor: ADC, 22 de jun. 1933.

²⁴ Até a década de 1930, o velório se configurava em ponto de encontro e reunião obrigatória de quase toda a comunidade. Moços, velhos e crianças compareciam e passavam a noite “velando o defunto”. Essa comunhão de sentimentos representava o pouco da religiosidade do povo da época. De vez em quando alguém puxava uma cantiga dita religiosa e uma reza tipo rosário. Havia a crença de que o morto, bem pranteado (chorado), ia para o céu. Para evitar os inchaços, uma tesoura aberta ou uma chave era colocada sobre o ventre do defunto. Também colocavam moedas de quatrocentos réis fechando os olhos do cadáver para que o assassino aparecesse e a morte fosse vingada. Para comer e beber, mate-doce, sequilhos, broas de milho, além do chimarrão e da pinga, principalmente nas noites de frio. Ao término do velório, novo disparate de choros e desmaios, com gritos de *não leva! Não leva!... Que será de mim sem ele?!...* (CAPILÉ JUNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 291-292). Os autores relatam no capítulo *O Velório* a mistura das práticas católicas, influências culturais, superstições e simpatias que aconteciam nas cerimônias fúnebres.

²⁵ Nota da autora: Ercília Pompeu, entrevista de 01/09/2004.

²⁶ Podemos verificar a vestimenta e o uso do chapéu pela maioria dos homens nas fotografias 4 e 5.

mulheres e os padres não verem. Esse foi um costume que se manteve por longo período²⁷ (AMARAL, 2005, p. 45).

Tais características peculiares faziam parte da representação da masculinidade e da virilidade do homem considerado por alguns como *desbravador* que, sobretudo ao final do século XIX, se inseriu no antigo sul de Mato Grosso e, muitas vezes, devido às condições encontradas no local e a própria história de dificuldades de vida que carregava, tornou-se rude ao olhar do *estrangeiro*. A característica *de fronteira*, a constante luta pela posse de terras, a predisposição para o combate e a violência, aos poucos forjaram um homem que tinha como “referência a vida militar e o modo de vida campeiro” (MARIN, 2011, p. 194). Nesse sentido, o uso de armas fazia parte do próprio estilo de vida masculino na época.

Todos andavam armados, das crianças aos velhos, com facas e revólveres. Nem mesmo no lazer os homens dispensavam as armas. Apenas para dormir e comer as armas eram retiradas da cintura. Ela era, para o peão, o mesmo que os adereços e pinturas na face para a mulher. Era um componente indissociável do corpo, pois trazia orgulho e afirmação pessoal²⁸. Ser desarmado ou não portar uma arma era considerado uma desonra. [...] O homem másculo, viril, forte, agressivo, dominador, como voz de trovoada, mãos fortes, diferenciava-se daqueles de mãos delicadas e voz meiga, que manuseava instrumentos ou objetos delicados (lápiz ou caneta) e se mantinha em silêncio, introspectivo (MARIN, 2011, p. 194-195).

Essas implicações também se refletiam nas práticas religiosas, pois “para o mato-grossense, sentar num banco de igreja, ajoelhar-se, receber a comunhão eram atitudes delicadas que contrastavam como o modelo de masculinidade” (MARIN, 2011, p. 195). O mesmo autor relata as impressões dos padres missionários, durante suas visitas esporádicas ao mencionar a possível procura dos fiéis ao sacramento da confissão: “Todos que se apresentassem deveriam ser confessados, mesmo aqueles considerados **rudes e ignorantes**, pois alguns, nunca mais confessariam durante sua vida” (MARIN, 2011, p. 105, destaques do autor). Além disso, a obrigação de abstinência de carne pelos fiéis durante as sextas-feiras do ano foi dispensada, devido à dieta alimentar praticada na região no início do século XX, que em suma, era

[...] composta por quatro refeições de carne bovina acompanhada de mandioca. Qualquer outro alimento dificilmente era encontrado [...]. Eram poucas as fazendas que plantavam produtos agrícolas para completar a dieta alimentar, exceto a

²⁷ Nota da autora: Orcírio Pedrozo, entrevista de 02/09/2004.

²⁸ Nota do autor: BARROS, A. L. *Gente pantaneira*: (crônicas de sua história), p. 169; 172.

mandioca²⁹. Mesmo os religiosos enfrentavam essas dificuldades alimentares (MARIN, 2011, p. 105).

No intuito de aumentar a ofensiva e organizar o *território católico*, bem como melhor administrá-lo, em novembro de 1930, Dom Antônio de Almeida Lustosa divide a diocese em comarcas eclesiais, sendo que na comarca do *Bem-aventurado Dom Bosco*, confiada à Congregação dos Salesianos, ficou inserida a paróquia de São José em Ponta Porã. Durante essa gestão episcopal, foram percorridas por duas vezes as paróquias mais importantes da diocese, haja vista que algumas nunca haviam recebido uma visita de seu bispo diocesano (MARIN, 2011, p. 109-110).

Uma dessas visitas pastorais está registrada no Livro Tombo da Paróquia São José, de Ponta Porã e também no Livro Tombo da Paróquia Santo Antônio, de Campo Grande³⁰. Segundo a análise dessas fontes, Dom Antônio de Almeida Lustosa chegou à Ponta Porã em 21/07/1930, a fim de realizar um levantamento da situação da paróquia, aproveitando também, para verificar os Livros³¹ de Casamento, Batismo e Tombo (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 21). Devido à importância de tal fato, o jornal *A Fronteira*³² também noticiou a passagem do bispo diocesano, ocorrida entre os meses de julho e agosto de 1930, por Patrimônio União³³, Campanário³⁴ e Dourados.

²⁹ Nota do autor: Estado de Matto-Grosso. Mensagem dirigida pelo Exmo. Sr. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques à Assembleia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 9ª Legislatura em 13 de maio de 1913, p. 23.

³⁰ Este Livro Tombo foi encontrado em um dos armários de arquivos da Cúria Diocesana de Dourados em condições precárias de armazenamento e manutenção (bastante empoeirado, folhas sensíveis ao manuseio, sendo que a tinta da caneta, em algumas folhas, já ultrapassava a densidade das mesmas, dificultando a leitura dos registros). Aparentemente foi esquecido nesse armário que abriga Livros Tombo e documentos referentes ao período posterior à criação da Diocese de Dourados em 1957.

³¹ A organização dos arquivos paroquiais foi uma das medidas implementadas pela Igreja Católica no início do século XX. Muitos registros estavam atrasados, com documentos mal conservados e outros extraviados. Eram encontrados, muitas vezes em casas particulares ou locais impróprios, em vez de serem guardados nas casas paroquiais ou mesmo nas sacristias. A determinação era para que os padres lavrassem os registros após o seu acontecimento, reservando um dia fixo por semana para esse fim. A letra deveria ser clara, legível, sem alterações ou correções. Os registros das paróquias vacantes ou das anexadas deveriam ser lavrados nos livros da paróquia responsável por sua gestão. Porém, a maioria dos párocos continuava a realizar as anotações em folhas avulsas, que se extraviavam facilmente, ou simplesmente não realizavam os registros (MARIN, 2011, p. 95).

³² “Em aditamento à notícia de *A Fronteira* (31 - VIII - 1930), acerca da visita pastoral de V. Excia., o Sr. Bispo Diocesano, Dom Antônio de Almeida Lustosa, referente a passagem por Patrimônio União, Campanário e Dourados, após estadia de alguns dias em Ponta Pora, contraímos do diário da Paróquia as seguintes notas” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 54).

³³ Em 1913, o Governo do Estado, concedeu uma gleba de terras para a formação do povoado, que tomou inicialmente a denominação de Patrimônio da União, posteriormente Vila União, atualmente cidade de Amambai. Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 19/07/2016.

Sobre a visita ao distrito de Dourados, padre Clemente Doroszeswki, coadjutor da paróquia, registra nos *Ecos da Visita Pastoral*³⁵:

No dia 04 de agosto, sua Excia partia do Campanário a volta do Patrimônio Dourados acompanhado pelo ilustre administrador e várias representações da sociedade campanariense. Muito longe ainda do dito Patrimônio, foi encontrado o comboio dos autos, em que numerosa representação do povo douradense vinha ao encontro de S. Excia. Chegando, o desfile de autos ladeado pela cavalaria sertanista, ao Patrimônio. Foi S. Excia saudado com chuva de flores através dos arcos festivos no meio do povo e das escolarescas formandas, vibrando alegremente os sinos da igreja local. Foi S. Excia e sua comitiva hospedados com suma cortesia em casa do Cel. João Vicente Ferreira³⁶ e rodeado de atenções pela Exma família do Sr. Reynaldo Miguel. Durante a sua permanência nessa localidade, todas as cerimônias da igreja foram devotamente assistidas pelo povo católico em massa. S. Excia mostrou-se grandemente satisfeito de tão boa vontade do povo, nesta, como nas demais localidades dessa imensa Paróquia de Ponta Porã (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO - CAMPO GRANDE - DIOCESE DE CORUMBÁ (1929 - ?), s. p.).

Desfile de carros na rua principal, sinos tocando, chuva de flores... Pode-se dizer que, essas visitas pastorais eram momentos de grande movimentação no povoado, mesmo para os moradores não praticantes da fé católica e, certamente, chamava a atenção de todos que aqui viviam. Além disso, os fiéis se sentiam de certa forma, acolhidos e valorizados enquanto comunidade com a presença de seu líder religioso. Assim, aproveitavam também para exercer e legitimar suas práticas e realizando os sacramentos recomendados pela Igreja Católica. No dia 11 de agosto de 1930, Dom Antônio “após uma saudosa despedida do povo douradense, partia cheio de gratas emoções” do distrito de Dourados com retorno à Campo Grande e, como um retrospecto desta visita pastoral à Paróquia de Ponta Porã, contabilizou “uns 200 batismos, 700 confirmações, e foram distribuídas numerosíssimas santas comunhões”, deixando como mensagem final aos fiéis: “Parabéns ao povo católico deste rico torrão sulino, por tão brilhante manifestação de civismo unido à religião pátria de que se prezam os centros

³⁴ “Importante centro da Cia Mate Laranjeira”, onde a comitiva diocesana foi recebida com “extrema gentileza e cavalheirismo pelo digno Administrador Cel. Modesto Dauzacker, num dos mais amplos pavilhões do grande estabelecimento” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO - CAMPO GRANDE - DIOCESE DE CORUMBÁ (1929 - ?), s. p.).

³⁵ Preferi utilizar o Livro Tombo da Paróquia Santo Antônio de Campo Grande e não o Livro Tombo da Paróquia São José de Ponta Porã, devido neste caso em específico, às melhores condições de legibilidade do documento.

³⁶ Político de carreira, foi Intendente Geral e Delegado de Polícia em Ponta Porã. Membro da Comissão de Emancipação do município de Dourados, foi nomeado seu primeiro prefeito, exercendo o cargo entre 1935 e 1937 (SOUZA, 2003, p. 44-45).

mais civilizados do mundo católico” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO - CAMPO GRANDE - DIOCESE DE CORUMBÁ (1929 - ?), s. p.)

Após a partida da comitiva diocesana, é provável que a população retornasse às suas atividades religiosas cotidianas na capela e logicamente, aguardasse ansiosamente a próxima visita de um padre, representação sagrada de Deus para o fiel católico. Durante o período de comemorações religiosas, sobretudo das festas alusivas ao culto à Maria, essa probabilidade aumentava. Nos registros dos acontecimentos da Paróquia, é relatado que no dia 6 de dezembro de 1931, padre Clemente Doroszeswski novamente esteve no distrito por conta da festa da padroeira, ficando “bastante animado e bem impressionado com o movimento que ali notou” (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 58v.).

Essa movimentação se dava, em grande parte, pela inserção das associações leigas que, aos poucos, se organizavam e se responsabilizavam pela atuação católica no distrito. Em 1º de junho de 1932, o vigário João Sobel chega a Dourados para celebrar o encerramento da programação do mês de Maria e festa do Sagrado Coração de Jesus, ficando até dia 11 do referido mês. O relato da visita, bem como as percepções sobre a comunidade, estão registrados no *Gyro Paroquial*³⁷:

Primeira sexta-feira do mês e festa do S. Coração de Jesus, dia 3 do mês, realizou-se ali um fervoroso e numerosa comunhão preparada pelo Apostolado local e mais devotos, contando-se ao todo 136 as associadas. Domingo honra e uma bem devota procissão compensando o fervor e o número de assistentes. Nos outros dias o entusiasmo cresceu. Foram distribuídas 107 Comunhões e 14 1^{as} Comunhões. No auge do entusiasmo **uma família que já frequentava protestantes** ofereceram harmonium³⁸ para abrilhantar as funções nesses dias. Todos ficaram bem impressionados pedindo a volta do padre para quanto antes. Houve em Dourados muitíssimas confissões (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 62 v., destaques meus).

Paralelamente à inserção e ao crescimento das associações católicas no distrito, sobretudo às de atuações exclusivamente feminina como *Apostado da Oração* e *Filhas de Maria*, que exerciam suas funções cotidianas na capela e esporádicas durante as festas e manifestações religiosas, havia a preocupação da Igreja Católica em organizar a diocese e intensificar o contato dos fiéis com os padres. Além disso, “essas manifestações integravam heranças culturais indígenas, africanas, europeias e orientais” (MARIN, 2011, p. 89) e dessa forma, a Igreja tentava normatizar a atuação dos leigos, “submetendo-os à tutela clerical e à

³⁷ Expressão utilizada por alguns padres para registrar nos Livro Tombo os relatos e percepções das viagens que realizam pela região.

³⁸ Instrumento musical de teclas muito parecido com o órgão, porém sem os tubos que caracterizam este último.

legislação eclesiástica” (MARIN, 2011, p. 89), pois “a autonomia leiga na condução dos assuntos religiosos em Dourados era contrária aos pressupostos da Igreja Católica” (AMARAL, 2005, p. 46). Porém, a escassez de padres que dificultava a ação pastoral, a grande extensão territorial e o isolamento ainda se configuravam entre os maiores problemas enfrentados na diocese de Corumbá, além do temor da ofensiva do Protestantismo na região sul do Estado, cuja inserção e *conquista* de católicos já se podia notar no distrito de Dourados.

Dessa forma, a solução encontrada foi criar uma paróquia em Dourados em 1935, uma vez que neste ano também estava alcançando sua autonomia político-administrativa, a fim de que a Igreja Católica pudesse “garantir sua sobrevivência no campo do mercado dos bens simbólicos” (AMARAL, 2005, p. 46), pois de fato, a concorrência religiosa e o aumento demográfico se configuravam enquanto preocupações em áreas de grande trânsito de pessoas, conforme se apresentava a região do sul do Mato Grosso naquela época.

2.3 Dourados emancipada: a criação da Paróquia de Nossa Senhora Imaculada Conceição

O ano de 1935 ficou marcado na região, sobretudo pela emancipação político-administrativa de Dourados. As impressões da historiadora Regina Heloiza Targa Moreira sobre a cidade, de acordo com a análise de fontes fotográficas da época, são assim descritas:

1935 - Dourados se transforma em município. No entanto, a fisionomia do povoado não apresentou grandes mudanças. Os espaços vazios dentro da área urbana eram muitos e continuavam predominando os hábitos pacatos e tranquilos, típicos dos pequenos agrupamentos distantes dos grandes centros. (MOREIRA, 1990, p. 55).

A então capela de Dourados, inserida no centro do núcleo urbano que se formava, servia para além do principal propósito, o do culto católico, como cenário para os registros fotográficos, eternizando os momentos considerados importantes para os cidadãos douradenses. Foram encontradas no acervo do Museu Histórico de Dourados algumas fotografias doadas em 2007 por João da Câmara (ex-prefeito de Dourados), atribuídas ao fotógrafo Raul Frost³⁹ e, segundo as fichas de identificação, referem-se à década de 1930.

³⁹ Participou da Comissão de emancipação do município de Dourados, sendo o fotógrafo da fotografia oficial dos membros da comissão e o seu primeiro tesoureiro. Foi vereador, um dos fundadores do Rotary e da Associação Comercial e Industrial de Dourados. Faleceu em 1984 (SOUZA, 2003, p. 65).

Fotografia 7 - Crianças em frente à igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Dourados.

Esta fotografia, que está sob o registro nº 3844, foi intitulada em sua ficha catalográfica como: *Capela Imaculada Conceição - grupo religioso de crianças*. Interessante observar os *modos da época* - meninas de um lado, meninos de outro, as diferentes vestimentas - meninas de saias e vestidos, meninos de camisa e shorts, alguns descalços, outros não, o que denota uma provável distinção de classe; e os traços de fisionomia dessas crianças, filhas e filhos de migrantes que aqui viviam, pois as mesmas participaram direta ou indiretamente da *construção* desse patrimônio cultural religioso e parte deles tem seus descendentes vivendo e participando do desenvolvimento da cidade de Dourados. Nota-se também no registro, um grupo grande de crianças, cerca de 60 a 70, alguns atentos ao registro fotográfico, outros dispersos, que poderiam estar sendo fotografados por conta de um encontro religioso ou até mesmo alguma data cívica comemorativa se pertencentes de um grupo escolar, mas que retratam, de certa forma, a vivência na localidade na época.

Outro aspecto interessante revelado à frente da igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição é o registro de um momento cívico-religioso da localidade. A fotografia 8 está catalogada no tomo nº 3843 do Museu Histórico de Dourados e não traz em sua descrição a definição de qual seria esse momento ou data em específico da década de 1930. Somente cita a presença de um grupo de crianças, dentre elas coroinhas e crianças fardadas, ambos segurando a bandeira do Brasil. Sugere-se, dessa forma, que é provável ser o registro da data

comemorativa *Sete de setembro*⁴⁰, pois se tratava um evento importante nesta época na localidade.

Fotografia 8 - Momento cívico-religioso.
Pose em frente à Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Dourados

O Sete de Setembro era uma comemoração cívica bastante festejada. Mesmo tendo que marchar sobre a rua sem asfalto, de terra batida, todos os estudantes da época desfilavam. O público sempre se fazia presente, vindo de várias partes da cidade. Também os fotógrafos, amadores ou profissionais, estavam lá, com suas máquinas, registrando o acontecimento (MOREIRA, 1990, p. 150).

Apesar da atmosfera, de certa forma tranquila existente no distrito, a década de 1930 ficaria marcada por grandes mudanças no cotidiano dos indivíduos. Em paralelo ao cenário político agitado pela emancipação política-administrativa do município que ocorreria em dezembro de 1935, o contexto religioso católico também se (re)organizava, quando em três de outubro daquele ano pelo Decreto nº 3, Dom Vicente Bartholomeu Maria Priante⁴¹ cria a

⁴⁰ “As escolas ofereciam aos alunos além de educação religiosa, educação formal, moral e cívica. As datas alusivas à história do Brasil eram sempre lembradas em comemorações festivas e celebradas por meio de jograis, declamação de poesias e parada com desfile cívico na Avenida Marcelino Pires (MOREIRA, 1990, p. 150). A escola, portanto, além de educar o cidadão, formava brasileiros” (ERNANDES, 2009, p. 68).

⁴¹ A ofensiva católica encaminhada por D. Vicente Priante objetivava intensificar o ensino da doutrina católica e a assistência religiosa à população, mesmo os mais afastados das sedes paroquiais. Dentre as medidas, destacam-se: visitas de desobriga e missionárias com mais regularidade, legitimações de uniões não sacramentadas, ensinamento do catecismo, campanha de alistamento para associações religiosas, regulamentação das festas

Paróquia de Nossa Senhora Imaculada Conceição⁴² no então distrito de Dourados, desmembrando-a da Paróquia de São José, em Ponta Porã⁴³. À época, abrangia um território de cerca de 20.000 km² com aproximadamente 15.000 habitantes (KNOB, 1988, p. 274). Os limites territoriais de atuação católica da nova paróquia foram determinados pelos rios da região:

Começando pela foz do Ivinhema, seguindo por este acima até a foz do Rio Brillhante, por este acima até a foz do Rio Sta Maria, por este acima até a barra do Rio Passa Cinco, por este acima até a mais alta cabeceira, segue-se daqui em linha recta até a cabeceira mais próxima do Rio Feio. Por este abaixo até encontrar a tromba da serra sem descê-la, e, depois acompanhando a tromba da dita serra até alcançar o ponto que em linha recta vá encontrar a cabeceira mais próxima do Rio Dourados. Descendo por este até o começo da Serra dos Dourados, (desta) pelo espigão desta até apanhar o rio Paraná em recta. Daqui pelo Rio Paraná até a foz do Ivinhema (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 1-1v.).

A população local foi informada oficialmente somente em 10/07/1936 quando, por conta da visita de desobriga anual, padre Amado Decléene, então vigário de Ponta Porã, fez a leitura do decreto de criação em duas missas na nova Matriz de Dourados. Nele constam, ainda, os direitos e deveres dos fiéis para com a recém-criada paróquia, dentre os quais:

religiosas, regularização do patrimônio da diocese e organização dos arquivos paroquiais (MARIN, 2011, p. 111-113).

⁴² Apesar do fato de que nos Livros Tombo pesquisados ser mencionada sempre a denominação *Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição* e, até nos dias atuais a Catedral ser (re)conhecida como *Catedral Imaculada Conceição*, a paróquia foi registrada sob o CNPJ 03.063.856/0002-85 como *Paróquia Nossa Senhora da Conceição* e a sua Catedral como *Catedral Nossa Senhora da Conceição* (Anuário Diocesano, 2016, p. 41) inclusive no próprio Anuário, ao se relacionarem as Paróquias da Diocese de Dourados, notas-se: *Dourados/Imaculada Conceição* (Anuário Diocesano, 2016, p. 5). Ou seja, toda a documentação administrativa relativa à essa igreja está dessa forma denominada. Nota-se que a denominação *Imaculada* está presente e inerente tanto no imaginário simbólico da população, como nas narrativas, até mesmo do clero durante as práticas religiosas.

⁴³ Interessante notar como ocorrem os processos históricos e os desdobramentos das questões políticas administrativas que também são acompanhadas pelas mudanças na esfera religiosa, sendo todos estes elementos de relação de poder que se (re)organizam continuamente. Até 1935 Dourados era distrito de Ponta Porã e subordinado também à sua paróquia. Porém, neste mesmo ano Dourados é elevada à categoria de município e também cria-se uma paróquia própria, ou seja, há um desmembramento e uma ruptura política, administrativa e religiosa na região. Já em 1957 é criada a diocese de Dourados e a Paróquia de Ponta Porã é a ela incorporada. Com o passar dos anos, Dourados torna-se a segunda cidade de maior potencial demográfico e econômico do estado do Mato Grosso do Sul, e Ponta Porã não acompanha tal desenvolvimento. Logicamente sabe-se que tais questões possuem problemáticas bem mais elaboradas e complexas, porém tal exemplo é importante para se entender os *arranjos* políticos e administrativos locais em que as instituições de poder e os sujeitos à ela ligados estão relacionados e subordinados.

conservar o Santíssimo Sacramento e ter uma pia batismal, ter livros paroquiais próprios⁴⁴, celebrar a festividade de Nossa Senhora Imaculada Conceição a cada ano, ser submissos e cuidar das necessidades dos párocos que forem nomeados, bem como da “fábrica da Igreja, contribuindo religiosamente para isso com emolumentos, ofertas e benesses” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 1v.).

Apesar da criação⁴⁵ da nova paróquia, a mesma ficou vacante por falta de padres para provê-la, continuando dessa forma, sob jurisdição à de Ponta Porã. Os padres Amado Decléene e João Sobel continuaram a visitá-la algumas vezes por ano até que os franciscanos a assumiram em 1938 (KNOB, 1988, p. 274).

2.3.1 A chegada e permanência dos franciscanos: tensões e desafios

Os franciscanos foram os primeiros religiosos a assumirem definitivamente a região de Dourados enquanto espaço religioso católico delimitado. A atuação desses freis moldou o cenário católico douradense e o constituiu enquanto importante polo de representação e afirmação do Catolicismo na região. Sua cultura foi influenciada e influenciou as práticas religiosas e sociais, deixando sua marca na história. “As experiências adquiridas, os diálogos culturais e as traduções realizadas transformaram para sempre os franciscanos” (MARIN, 2012, p. 118). O fato é que o contexto oposto também ocorreu, pois certamente a comunidade local igualmente foi transformada pela convivência com os freis que aqui viveram. Os valores, tradições, práticas, costumes, memórias e a identidade franciscana contribuíram de forma direta e indireta para a *construção* do patrimônio cultural religioso pesquisado. Nesse sentido, torna-se interessante conhecer os motivos que levaram tais religiosos a deslocarem-se para o Brasil e constituírem uma nova experiência de vida, uma nova identidade nesta região, além do legado religioso e cultural que foi deixado através de sua missão.

De acordo com Amaral (2005), a Igreja Católica no intuito de garantir a expansão territorial de seus bens simbólicos, faz um acordo entre a *Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil* e a *Província Franciscana da Turíngia*, na Alemanha, a fim de conceder a

⁴⁴ Em 30/07/1936 padre Amado Decléene solicita à Cúria de Corumbá remeter cópia autêntica das atas de batismo, crisma e casamentos realizados no território da nova paróquia anteriormente à sua criação (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 2).

⁴⁵ A princípio as paróquias de Dourados e Rio Brilhante foram criadas para serem entregues aos padres da Divina Providência, de São Paulo (MARIN, 2011, p. 114). Nas fontes analisadas nesta pesquisa não foi confirmada tal informação.

área do então Mato Grosso como local de missão. Assim, em junho de 1937, chegaram os primeiros missionários franciscanos alemães⁴⁶: Frei Eucário Schmitt, Frei Antônio Schwenger, Frei Wolfam Pasmann e Frei Francisco Brugger⁴⁷ (AMARAL, 2005, p. 46).

Inevitavelmente, a chegada dos franciscanos à região gerou *impressões* de ambos os lados. De início, por parte da população, a curiosidade por nunca ter visto um frei e, provavelmente devido ao modo de se vestirem (hábito escuro, corda amarrada na cintura, crucifixo no peito). “As pessoas na rua se postavam em nossa frente, abriam os olhos arregalados, até que desaparecíamos na esquina. Quando entrávamos numa loja, num instante, ela ficava cheia de rostos curiosos” (*Brasilien ruft uns*, p. 39 *apud* KNOB, 1988, p. 53). Já para os franciscanos, o povo foi percebido como “religiosamente ignorante, iletrado, mas é bom, sinceramente bom e amigo” (*Brasilien ruft uns*, p. 56 *apud* KNOB, 1988, p. 229). A diversidade étnica e religiosa foi apontada enquanto dificuldades para a missão católica:

O povo era uma população vinda de todos [sic] os outros estados do Brasil e de todos [sic] os países da América do Sul, ainda misturada com sírios, portugueses, etc. Por isso tinham muitas formas individuais de religiosidade, mas nenhuma prática comunitária e comum. Faltava uma tradição religiosa (KNOB, 1988, p. 229).

Na missão franciscana do Mato Grosso, a primeira paróquia a assumir foi a de Entre Rios, atualmente Rio Brillante. Abrangia um território de 50.000 km², pois tinha anexas as paróquias de Dourados (20.000 km²) e de Maracajú (6.000 km²) (MARIN, 2011, p. 114). Foram designados como vigário e coadjutor os freis Antônio Schwenger e Francisco Brugger respectivamente que, durante dois anos, visitaram regularmente a paróquia de Dourados⁴⁸, “ficando sempre satisfeitos com o espírito religioso do povo” (KNOB, 1988, p. 274).

⁴⁶ “O exílio forçado pelas perseguições e a dispersão pelo mundo dos Franciscanos da Província da Turíngia colocou-os como sujeitos de diásporas. As perseguições e virtude da ascensão e consolidação do nazismo na Alemanha, trouxeram inúmeros desafios aos Franciscanos. Para evitar a extinção da Província, os Superiores optaram, embora não o desejassem, pela dispersão, em diferentes países, da maioria de seus membros. O Mato Grosso, onde se estabeleceram a partir de 1937, tornou-se um desses **lugares de refúgio**” (MARIN, 2012, p. 103; 105, destaques do autor). Para saber mais, consultar: MARIN, J. R. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In.: MARIN, J. R. (Org.). *Religiões e Identidades*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

⁴⁷ Foi vigário interino da paróquia de Dourados em setembro de 1947 e de março a outubro de 1967. Seus restos mortais encontram-se depositados na cripta que fica no interior da Catedral Imaculada Conceição. Nessa mesma cripta encontram-se também os restos mortais de outro franciscano, Frei Saturnino Benzing, coadjutor da paróquia entre os anos de 1963 e 1965.

⁴⁸ Nessa época a cidade de Dourados tinha cerca de 2.000 habitantes (KNOB, 1988, p. 65).

Em uma dessas visitas, ocorrida em 8 de maio de 1939, Frei Antônio Schwenger acompanha a visita pastoral do bispo Dom Vicente B. M. Priante, o qual relata que chegou a Dourados no final da tarde e foi “recebido pelo Sr. Armando Campos Belo⁴⁹, em sua casa nos hospedamos, recebemos em seguida a visita das professoras e alunos das Escolas Reunidas e demais autoridades e pessoas gratas da cidade” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 7). Como parte das atividades dessa visita pastoral que durou dois dias, ocorreram missas, administração do sacramento da Crisma e pregação (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 7).

Apesar do balanço positivo feito pelo bispo diocesano, o apelo da comunidade católica se fazia constante para que um padre fosse designado definitivamente para a paróquia. Assim, em 24 de julho de 1937, Antônia da Silveira Capilé e Abigail Capilé Pissini, católicas atuantes na paróquia e interessadas na evangelização de crianças e dos indígenas locais, enviam uma carta à Dom Vicente B. M. Priante:

Dourados, Exmo. e Revmo. Sr. Bispo, precisa de um vigário efetivo, pois só assim poderá ser levada a um fim utilitário a catequese dos índios, a propagação da religião Católica Apostólica Romana e educação moral da infância, sendo esta, só na vila, em número nunca inferior a 400 crianças de ambos os sexos e, por maior que seja a boa vontade dos católicos praticantes, não é possível obter resultados desejados para o fim em mira (*apud* AMARAL, 2005, p. 49⁵⁰).

Apesar dos apelos da população, ainda demorou alguns anos para que um padre fosse designado para a paróquia de Dourados definitivamente. Com a chegada de novos padres da Europa, em julho de 1940, o comissário dos Franciscanos no Mato Grosso visitou a cidade, acompanhado de Frei Hygino Latteck, a fim de analisar a possibilidade do mesmo residir definitivamente na paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição. Tal fato ocorreu em 18 de outubro do mesmo ano. Porém, somente em 10 de janeiro de 1941 recebeu sua provisão de vigário por parte do bispo diocesano (KNOB, 1988, p. 275). Os franciscanos encontraram grandes desafios para a missão em terras do antigo sul do Mato Grosso e, logicamente, tais desafios refletiam-se também na cidade de Dourados.

Segundo Marin (2012), dentre eles estariam a inexistência (sic) de vias de comunicação, a extensão territorial, a escassez de rendas paroquiais, a **ferocidade** dos indígenas e seu desinteresse pela catequese, o desconhecimento da língua falada, as diferenças

⁴⁹ Segundo Ernandes (2009, p. 46) Armando Campos Belo era inspetor escolar no município.

⁵⁰ A autora registra em nota de rodapé nº 97 a seguinte fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Dourados. Porém não tive acesso a essa fonte durante a pesquisa.

culturais e étnicas e o calor (MARIN, 2012, p. 115, destaque do autor). Amaral (2005) relata que o idioma foi uma batalha que Frei Hygino Latteck venceu aos poucos, pois sendo alemão, quando à sua chegada tinha dificuldades com o português, e as famílias católicas trataram de ensiná-lo em suas casas. Assim, após celebrar a missa⁵¹, “perguntava aos mais próximos a ele se havia errado alguma coisa”⁵² (AMARAL, 2005, p. 49). A mesma autora ainda narra um momento constrangedor vivido entre uma moradora, a Sra. Neusa Amaral e o franciscano Frei Servácio Schulte que chegou a Dourados em 1947, relacionado às diferentes práticas alimentares de ambos.

A referida senhora estava a cozinhar produtos à base de milho, conforme culinária local e, entre eles, um belíssimo curau. Ao oferecê-lo ao religioso e explicar do que era feito, ouviu a seguinte resposta: eu não sou cavalo para comer milho. Neusa ficou chocada, mas o que ela desconhecia é que na Alemanha o milho é utilizado exclusivamente como ração animal. Jamais compõe a refeição de um ser humano, por mais pobre que ele seja (AMARAL, 2005, p. 51-52).

Os estranhamentos culturais vivenciados, as experiências adquiridas, as relações sociais que mantiveram e as dificuldades que experimentaram, transformaram os franciscanos que aqui viveram, pois

Ao ensinar, acabaram aprendendo e inventando novas soluções para os problemas que enfrentavam. As vestimentas se modificaram com a substituição das cores escuras, que se mostraram inadequadas devido ao calor, por outras de cor clara e tecido mais leve. O chapéu de palha recebeu abas mais largas para protegerem do sol a cabeça e os ombros (MARIN, 2012, p. 118).

Porém, o acontecimento que provavelmente marcaria para sempre a vida dos franciscanos e dos moradores de Dourados ocorreu em 1942, no contexto histórico da Segunda Guerra Mundial. Em meio aos registros de fatos ocorridos com protestantes na cidade, visita de franciscanos vindos de outras localidades, funções sacramentais e preparação para a Quaresma, Frei Hygino Lateck descreve no Livro Tombo o dia 13 de abril, considerado por ele, *o dia mais sinistro de sua vida*.

⁵¹ Sobre essa questão da linguagem, interessante notar que os franciscanos eram alemães, tentando aprender o português para se comunicar com os fieis, porém segundo Capilé (2004), rezavam as missas em latim. Segundo seu depoimento: “A missa era em latim e, mesmo a ladainha, era cantada na língua mater”. Além desse aspecto, o padre voltava-se para o altar, de costas para os fieis. “Era o velho costume de estar de frente para Deus. Não podia dar as costas para a Divindade representada pelo altar e seu santo padroeiro” (CAPILÉ, 2004, p. 141). As mudanças nesse e em outros aspectos litúrgicos ocorrem com o Concílio Vaticano II ocorrido entre 1962 e 1965.

⁵² Nota da autora: Depoimento de Ercília Pompeu.

[...] chegou o sargento Romagueira-Cabral do 11º Regimento de Ponta Porã para prender⁵³ os padres. Nós fomos denunciados de sermos espiões políticos no serviço do nefasto Nazismo da Alemanha (Nazismo é o governo da nossa terra, cuja doutrina pagã está condenada pelo Sr. Papa e cujos algozes são e eram os inimigos feroces da igreja Católica). Nós, i. é⁵⁴. Frei Quintino Schaefer e eu, frei Hygino, soffrendo esta calúnia, rezamos o “Tedeum⁵⁵”, por sermos verdadeiros discípulos do nosso mestre onipotente e de S. Francisco (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 9-10).

Os franciscanos de Dourados não foram os únicos a serem detidos, na verdade estava ocorrendo uma *onda* de prisões devido aos reflexos da guerra iniciada em 1939⁵⁶.

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial e do rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, os religiosos e as religiosas estrangeiros, sobretudo de descendência alemã e italiana, foram alvos de denúncias, de repressão policial e de ameaças de morte (MARIN, 2012, p. 125).

Frei Pedro Knob (1988) relata o que seria para ele, *incidentes com os frades alemães no Mato Grosso*, os episódios ocorridos em algumas paróquias administradas por franciscanos, sobretudo entre abril e maio de 1942⁵⁷ (KNOB, 1988, p. 75-80).

Tudo teria começado com a prisão de Frei Quintino, cooperador da paróquia, em viagem à Ponta Porã, onde estava realizando mais uma de suas visitas pastorais. Soldados encontraram com ele um revólver, um compasso, um bilhete com alguns desenhos (uma espécie de mapa). Dessa forma, acompanharam o franciscano até Dourados, onde se procedeu

⁵³ Não foram encontradas nas fontes pesquisadas detalhes sobre como teria sido essa manutenção da prisão, somente a informação de que os freis podiam realizar suas funções religiosas dentro dos limites da cidade. Marin (2012, p.126) aponta que seria uma *prisão domiciliar* e, para Amaral (2005, p. 51) tratou-se de uma *detenção vigiada*.

⁵⁴ Abreviação de *isto é*.

⁵⁵ *Te Deum* é um hino cristão, usado principalmente na liturgia católica, significa *A vós, ó Deus*. A oração está disponível em português e latim no seguinte site: <http://catolicoorante.com.br/oracao.php?id=113>. Acesso em: 07/02/2017.

⁵⁶ Frei Pedro Knob menciona que ocorreram prisões e/ou detenções em Coxim, Campo Grande, Paranaíba, Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Antônio de Leverger e Entre Rios (Rio Brillhante) (KNOB, 1988, p. 75-80).

⁵⁷ As detenções se deram neste período, pois foi quando ocorreram os afundamentos de navios perto da costa do Brasil. Intensificou-se a onda de perseguição interna aos *eixistas*. Como o Brasil já havia rompido as relações diplomáticas com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a situação da missão franciscana no Mato Grosso, por serem alemães os seus membros, ficou mais difícil. Uma verdadeira *eixofobia* se apoderou de muita gente. Assim, muitos franciscanos foram acusados de serem espiões, exercendo atividades contra o país (KNOB, 1988, p. 75-76).

a uma revista na casa paroquial, sendo encontrado outro revólver⁵⁸. Os franciscanos justificaram o fato de possuírem tais revólveres alegando necessidade de defesa quando em viagens pelo interior da paróquia (KNOB, 1988, p. 77). Foram acusados de fazer espionagem e propaganda nazista, de possuir uma emissora de rádio, de portarem documentos em língua alemã, além de instrumentos topográficos e fotográficos que para a polícia, não estavam de acordo com o trabalho religioso que desenvolviam (MARIN, 2012, p. 126). Dessa forma, foram detidos até que se esclarecessem os fatos, porém podiam sair às ruas para exercer o serviço religioso, não ultrapassando os limites da cidade (KNOB, 1988, p. 76).

É provável que os moradores tenham ficado assustados e confusos com tais acontecimentos, em se tratando de uma cidade do interior do então Mato Grosso, a qual se sabe muito pouco de como as notícias e repercussões sobre a guerra eram veiculadas entre os moradores à época. Mesmo assim, os fiéis católicos se reuniram na Matriz de Dourados durante todo o mês de maio em honra a **Auxiliadora dos Cristãos**, para pedir **juízo justo** e a **libertação dos padres** (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 10, destaques meus).

Os desdobramentos das detenções dos franciscanos logicamente atingiram o Comissariado de Mato Grosso e também a Diocese de Corumbá. Nesse sentido, Dom Vicente B. Maria Priante se posiciona, chamando a atenção de Frei Eucário Schmitt.

Peço pelo amor de Deus e da religião que proíba a seus padres ter qualquer coisa que possa dar suspeita de propaganda nazista, e que cuidem só de religião, como bons sacerdotes. As coisas não vão bem e temo mais aborrecimentos se esses padres não tiverem juízo. Para mim, do modo que estão as coisas, de um momento para outro alguns de seus padres irão para o campo de concentração! Sinto não poder falar mais claro por ser carta⁵⁹ (KNOB, 1988, p. 79).

Diante do clima de terror instalado na diocese, o padre comissariado, Frei Eucário Schmitt, à época responsável pela missão franciscana no Mato Grosso, foi chamado no Comando Geral em Campo Grande várias vezes, a fim de prestar esclarecimentos e receber *recomendações* sobre como deveriam agir seus subordinados. As *imprudências*⁶⁰ praticadas

⁵⁸ “Era comum o porte de armas para a defesa pessoal ou caça, para complementar o cardápio. Onças pintadas e cobras eram os que mais amedrontavam. À noite, eram acesas fogueiras para afugentá-las” (MARIN, 2012, p. 119).

⁵⁹ Nota do autor: Carta de D. Vicente B. M. Priante ao Frei Eucário Schmitt, 6-6-1942.

⁶⁰ Termo utilizado por Frei Eucário Schmitt.

pelos freis de Dourados foram veemente destacadas em uma *Carta Circular*⁶¹ dirigida aos mesmos, no intuito que entendessem que: as autoridades tinham o direito e o dever de controlar os estrangeiros; os freis tinham que saber o que lhes convinha fazer, por exemplo, não era proibido escutar rádio, mas não convinha; não era proibido tirar fotografias⁶², mas não convinha mostrar o equipamento aos outros; e por fim, ninguém que vivia no Brasil tinha o direito de externar sua opinião, quando contrária ao ponto de vista do governo. Aos religiosos não deviam falar sobre política, pois segundo os militares, tinham outras tarefas a cumprir (KNOB, 1988, p. 78-79).

Passadas sete semanas, no dia 2 de junho de 1942 os franciscanos de Dourados foram libertados por falta de provas às denúncias realizadas. Frei Hygino Latteck aproveitou a comoção do momento para externar sua convicção de que o fato ocorrido serviu para motivar mais ainda a fidelidade dos fieis à religião católica. “O diabo e seus instrumentos, os caluniadores, trabalham, mas é Deus que manda no mundo - por isso a nossa prisão não produziu retrocesso religioso, mas na verdade aumento do fervor católico no povo de Dourados” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 10).

Porém, o vigário foi novamente acusado e, em 27 de agosto de 1942 foi chamado para prestar depoimento perante a Junta Militar. As acusações seriam de que Frei Hygino Latteck na verdade era um capitão do exército alemão e estaria mantendo, em segredo, relações com esposa e cinco filhos na Alemanha, através de um rádio (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 11). Joaquim Rodrigues de Oliveira que na ocasião, era Secretário da Junta Militar, abriu um inquérito sobre tal questão, avisando ao vigário que se “não falasse a verdade inteira, ele devia mandar-me ao Rio ou ao campo de concentração” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 11). Mais uma vez as acusações não se sustentaram, devido à negativa das testemunhas e o acusado regressou para sua casa, “certo de que as calúnias ainda não acabaram” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 11).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os franciscanos foram proibidos de viajar e viviam em constante vigilância e controle pelas autoridades militares e, certamente foram patrulhados por civis também. Sem dúvidas, a guerra prejudicou a missão franciscana mato-

⁶¹ Segundo Knob (1988, p. 79), *Carta Circular* de Frei Eucário Schmitt aos confrades, 6-6-1942.

⁶² Frei Hygino Latteck costumava tirar fotografias da região durante suas viagens pastorais para serem enviadas à Turíngia (Alemanha) com o intuito de obter apoio financeiro para seu trabalho pastoral. Algumas pessoas, desconhecendo tal finalidade, denunciaram o frei às autoridades, pois acreditaram que ele seria um membro da *Gestapo*, infiltrado no Brasil como espião (AMARAL, 2005, p. 51).

grossense, pois além de não receberem recursos e novos missionários, os freis não podiam se reunir para discutir os problemas e planejar as novas ações da missão (KNOB, 1988, p. 80).

2.3.2 *Catolicismo e Protestantismo em Dourados: espaços simbólicos de poder*

Ao assumirem a paróquia de Dourados, os franciscanos encontraram inúmeros desafios nos âmbitos social, cultural e, sobretudo no religioso, os quais modificaram suas vidas e as da população local na época. “No entanto, o principal temor da Igreja era o avanço dos protestantes na localidade, podendo colocá-la em situação desvantajosa no mercado de bens simbólicos” (BENFICA, 2014, p. 19). Nesse sentido, pode-se sugerir que o Catolicismo e o Protestantismo disputaram o mercado religioso em Dourados desde as primeiras décadas do século XX, e tal mercado era/é constituído por diversos elementos do patrimônio cultural religioso local.

Durante a análise das fontes, pode-se verificar que essa disputa não se dava de forma aberta e ampla, como por exemplo, sendo publicada na imprensa ou realizada em *praça pública*⁶³. Porém, os registros contidos nos Livro Tombo, sobretudo os que foram realizados pelos franciscanos, trazem à tona informações bastante contundentes em relação a essa questão.

Nesse campo de disputa do mercado religioso em Dourados entre o Catolicismo e o Protestantismo, estavam e ainda estão postos os símbolos que identificam determinada religião e que, de certa forma, legitimam a representação de poder religioso local. Tais símbolos têm maior evidência através de seus principais templos, à exemplo, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, com sua primeira capela construída em 1925 e a Igreja Presbiteriana com seu primeiro templo construído em 1936⁶⁴. Isso nos faz constatar que “O patrimônio histórico⁶⁵ mais visível e acessível costuma derivar de certas instituições que preservam uma memória de suas trajetórias como forma de legitimar identidade e poderes - Estado e Igreja, por exemplo” (SILVA, 2003, p.54).

⁶³ Trago a questão da praça pública, pois a cidade, mesmo no subconsciente dos moradores é passível de percepções de seus espaços. “[...] é o espaço construído, aglomerado, centralizado, centralizado, de onde emanam poderes - temporais ou não” (SILVA; OLIVEIRA, 2011, p. 18).

⁶⁴ Em 1936 foi construído em Dourados o primeiro templo da Igreja Presbiteriana do Brasil (GONÇALVES, 2011, p. 265). Já o templo da Igreja Presbiteriana de Dourados, popularmente conhecida como *Igreja do Relógio* foi inaugurado em 1958.

⁶⁵ Assim como e, sobretudo o patrimônio cultural religioso.

Para melhor compreender essas relações simbólicas de poder, faz-se necessário tentar historicizar a chegada e permanência dos missionários protestantes no povoado de Dourados, bem como os desdobramentos em relação à percepção e resposta da Igreja Católica para tal fato. Dessa forma, poderemos entender que as disputas envolvendo os interesses religiosos também perpassam pela questão da escolha e legitimação do patrimônio cultural religioso na cidade.

Os missionários protestantes chegaram ao povoado de Dourados no final da década de 1920, em condições diferentes às quais os padres católicos vivenciaram na época. “Diferentemente da disponibilidade da diocese de Corumbá, os protestantes contavam com recursos financeiros para a evangelização e com ministros devotos e dedicados” (BENFICA, 2014, p. 4). O professor e pesquisador Carlos Barros Gonçalves relata que a instalação da missão protestante entre os índios de Dourados foi precedida de viagens exploratórias ao sul do Mato Grosso que tinham como objetivo verificar as condições da localidade para instalar tal missão, sendo que a última dessas viagens ocorreu entre os meses de maio a junho do ano de 1928 (GONÇALVES, 2011, p. 194). A inserção dos missionários protestantes em Dourados é assim narrada pelo pesquisador:

A partir da criação da AECI⁶⁶, pode-se considerar que estava definido o grupo missionário aos índios localizados em Dourados: reverendo Albert Sidney Maxwell, missionário norte-americano; missionária Mabel Davis Maxwell, esposa do reverendo Maxwell; Néelson de Araújo, missionário médico, membro da Igreja Metodista de Juiz de Fora (MG); Esthon Marques, missionário professor e dentista, muito provavelmente membro da Igreja Presbiteriana Independente de Campinas; João José da Silva, missionário agrônomo, Guilhermina Alves da Silva, missionária professora, ambos membros da Igreja Presbiteriana de Lavras (MG). Acompanhou o referido casal o filho Erasmo, ainda criança. Essa equipe de missionários estabeleceu-se na Vila de Dourados no início do mês de abril de 1929, pondo em marcha um conjunto de ações referentes à instalação e organização da Missão Caiuá, ao conhecimento do campo de trabalho e ao estabelecimento dos primeiros contatos com as comunidades indígenas e a população não-índia do lugar (GONÇALVES, 2011, p. 195-196).

Além do trabalho de evangelização realizado, sobretudo com a população de indígenas na Missão Caiuá, outras frentes foram conquistando aos poucos os espaços físicos e simbólicos na localidade e promovendo ações evangelísticas entre os moradores não índios como, por exemplo, na área religiosa com a Igreja Presbiteriana de Dourados, fundada em 1936, na área educacional com a criação da Escola Erasmo Braga em 1939 e na área assistencial com a construção do Hospital Evangélico em 1946.

⁶⁶ Associação Evangélica de Catequese dos Índios do Brasil.

Dessa forma, desde os primeiros meses da presença protestante na localidade, os missionários realizaram suas atividades aos domingos pela manhã. Os cultos semanais e devoções eram realizados num casarão alugado, e havia ainda visitas e pregações aos moradores próximos. Tais ações, aos poucos, começaram a se estender também à comunidade não índia.

Alguns moradores, a exemplo dos indígenas, também procuraram conhecer os recém-chegados. Apesar de o destinatário específico da sua catequese serem os índios, os missionários logo perceberam que a evangelização dos **civilizados** era uma possibilidade promissora e complementar para a pregação da mensagem protestante (GONÇALVES, 2011. p. 229, destaque do autor).

Desse modo, logo os missionários perceberam que a missão protestante entre os moradores não índios também era propícia, pois além de não haverem as barreiras de comunicação e cultura, como ocorria com os indígenas, a localidade contava com uma assistência religiosa católica incipiente até o final da década de 1930.

Por outro lado, mesmo com as ações católicas sendo realizadas somente através de visitas esporádicas dos padres, as notícias sobre o avanço dos protestantes na região e a suposta conversão de católicos ao protestantismo, causaram grande preocupação por parte da diocese de Corumbá. Nesse sentido, durante um retiro de pregação para padres ocorrido Campo Grande em janeiro de 1931, o bispo Dom Antônio Lustosa divulga um boletim, em forma de apelo e/ou de alerta aos seus diocesanos, que deveria ser lido e distribuído ao povo durante a missa:

Aos meus diocesanos,
Não vos deixei iludir pela propaganda protestante. Conservai-vos na religião católica que foi fundada por Jesus Cristo e não vos deixei seduzir pelas novas religiões as quais foram fundadas por homens e são condenadas para a Igreja Católica. A religião católica é a de nossos antepassados. O Brasil desde o instante de seu descobrimento foi iluminado pela fé católica. A primeira solenidade que se celebrou nessa grande terra foi a missa [...].Foram os missionários da Igreja Católica que tudo fizeram desde os primeiros tempos do período colonial pela catequese dos índios, pela boa organização da povoação nascente, pela formação enfim da nossa Pátria. É pois a religião cathólica a religião dos brasileiros e de modo algum deve ser substituída pelas religiões protestantes, quer se chamam “dos baptistas”, “dos methodistas”, “dos evangelistas”, “dos presbyterianos”, ou quaisquer outros. [...] Nem para condescender para os que vos convidam, nem por mera curiosidade deveis assistir ao culto protestante. A Santa Igreja não o quer e vossa fé deve ser preservada de tudo quanto lhe é prejudicial (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 25-26).

Juntamente com as críticas e a proibição de que os diocesanos frequentassem os cultos protestantes, Dom Antônio Lustosa ainda apela à fé direta e natural que era (é) representada

através do culto aos santos e devoção à representação das imagens católicas, sobretudo à de Maria, mãe de Jesus Cristo, pois “Os mato-grossenses estimavam mais a oração diante das imagens dos santos do que as práticas sacramentais” (MARIN, 2012, p. 122) e tais ações seriam, na verdade, “resultado do desconhecimento da doutrina” (MARIN, 2012, p. 123).

Os protestantes fizeram guerra ao culto tão belo que a família brasileira presta a Virgem Santíssima, mãe de Jesus Christo. Entretanto a ela foi confiada a nossa Pátria pelas autoridades civis faz muitos anos e há pouco a Santa Igreja declarou a Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil. Devemos ter pavor de uma seita que repelle a proteção valiosíssima da Mãe de Deus, e atira seus [*grafia ilegível*] na mais triste orphandade. Os protestantes desrespeitam as imagens e estampas dos santos que nossos paes nos ensinaram a venerar. São elles como retratos dos grandes amigos de Deus e reinam gloriosamente no céu. Os retratos das pêssoas queridas e venerandas não devem ser profanadas, mas conservadas com grande respeito. [...] Meus diocesanos não vos deixei iludir: toda vez que ouvirdes accusações contra nossa Santa Religião, contra seus ministros, contra seus sacramentos, etc. desconfie que a voz da calúnia esteja a lançar confusão e a dúvida em vossa alma. Mantendo-vos firmes na crença cathólica a única que pode tranquilizar na hora da morte e encher-vos de esperança de eterna salvação (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 25-26).

Ao que parece, um dos grandes impasses entre católicos e protestantes estava (está) presente na figura de Maria, mãe de Jesus. Em 30 de abril do mesmo ano, Dom Antônio de Almeida Lustosa, provavelmente aproveitando a chegada do mês de maio, instituído pela Igreja Católica como mês de Maria, se dirige novamente aos seus diocesanos. A se julgar pela narrativa questionadora da carta do bispo, muitos católicos frequentavam os cultos ou mantinham algum tipo de relação com os protestantes.

Pois bem: os protestantes negam a Nossa Senhora a dignidade de Mãe de Deus. Roubam-lhe portanto o mais bello dos títulos. E ainda tens coragem, meu amigo, de acompanhar os protestantes? [...] Os protestantes são inimigos de Nossa Senhora: E não te assustas, meu amigo, pelo perigo que estás correndo de perder a alma, si segues os protestantes? (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 43v.-44).

Nota-se, com o auxílio dessas fontes, que a disputa pelos espaços e elementos simbólicos religiosos também é realizada pelo viés da memória coletiva, pois “a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2013, p. 435). Percebemos tal fato, sobretudo, quando o bispo *apela* à devoção dos fieis à Nossa Senhora, cuja simbologia remete e representa o Catolicismo de forma geral, principalmente nas pequenas localidades onde nem sempre a assistência católica se faz presente, a exemplo do povoado de Dourados que, através dos fieis, elegeu seu primeiro símbolo católico, a imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição.

Uma das estratégias adotadas pela Igreja Católica no embate com o Protestantismo foi inserir o fiel enquanto sujeito participante mais ativo de sua religião. Assim, incentivou a formação do apostolado leigo, com uma espécie de *autonomia leiga supervisionada pelo clero*.

Na visita pastoral de 1935, ocasião em que se constata a existência do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, o padre Amado Clemente⁶⁷ [sic] pediu às zeladoras uma ação apostólica e evangelizadora por meio da catequese, no sentido de trazer os esposos e parentes para a igreja, e incentivar os casamentos religiosos dos casais unidos no civil ou de amasiados que não tivessem impedimento para o casamento religioso (BENFICA, 2014, p. 19).

As *recomendações* da diocese de Corumbá estendiam-se também para as questões da educação das crianças, sobretudo para a escolha de escolas católicas, pois “o avanço do protestantismo na área educacional era uma das principais preocupações dos bispos da diocese” (MARIN, 2011, p. 174). Assim, em 31 de dezembro de 1935, o Vigário Geral Francisco Czaplá⁶⁸ emite o *Aviso* nº 35 que trata sobre as instruções relacionadas à matrícula dos estudantes para o ano de 1936, na intenção de alertar aos pais e mães católicos.

O Direito Canônico commina⁶⁹ fortes penas ecclesiásticas⁷⁰ (c. 2319 § 4) aos pais ou aos que lhes fazem as vezes si entregarem ciente e voluntariamente seus filhos para serem educados em religião acatólica. Nem digam que seus filhos vão apenas estudar, que no tal estabelecimento não se trata de religião... Não é possível evitar que os filhos ou filhas sofram a influencia dos professores, do método, do meio... (LIVRO TOMBO *CIRCULARES, AVISOS E CARTAS PASTORAIS* (1934-1943), p. 32).

Tais influências eram temidas pela Igreja Católica, pois havia a possibilidade do fiel declinar de sua fé ou se converter a outras religiões, sobretudo a Protestante. Segundo Frei Pedro Knob: “o povo estava imbuído de materialismo. Deixava se levar facilmente pelo indiferentismo religioso, por influência dos presbiterianos” (KNOB, 1988, p. 229). No final da

⁶⁷ O correto é Amado Declene.

⁶⁸ Vigário Capitular da Diocese de Corumbá, foi Administrador Apostólico durante o período de novembro de 1931 a outubro de 1933, durante a vacância da diocese por conta da transferência de Dom Antônio de Almeida Lustosa para a arquidiocese do Pará. Nesse período a diocese apenas mantinha o serviço administrativo e a renovação junto a Santa Sé das faculdades necessárias para o trabalho pastoral do clero (MARIN, 2011, p. 110).

⁶⁹ Palavra em italiano, significa *impõe*.

⁷⁰ As penas podiam chegar até a excomunhão do fiel católico. Importante salientar que o *cânone* ou *cânon* 2319 pertence ao *Código de Direito Canônico* de 1917, o qual sofreu modificações substanciais e foi substituído e promulgado pelo Papa João Paulo II em 1983, sendo este utilizado atualmente. Pode ser consultado em nove línguas no site do Vaticano pelo endereço: http://www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm. Acesso em 01/02/2017.

década de 1930, com a chegada dos franciscanos, o cenário religioso no município continua sendo determinado principalmente por essas duas religiões, porém o Catolicismo será marcado, assim como o Protestantismo, pela vertente e vocação missionária. Para a Igreja Católica, a consolidação e a expansão da missão protestante na região eram consideradas como empecilhos à atividade missionária franciscana, além da recusa da população de internalizar as normas e manifestar publicamente a fé católica (MARIN, 2012, p. 115).

Assim, os espaços físicos e simbólicos e os sujeitos que neles interagem, vão se concretizando em elementos de constantes disputas de interesses religiosos na localidade, pois essas instituições, de uma maneira geral, tendem a escolher e nomear seus símbolos através de valores identitários que irão legitimar seu poder. Nesse sentido, Castro (2005) faz alguns apontamentos que tratam da relação dos símbolos com a identidade:

- por meio dos símbolos, pode-se fazer parecer que é de todos o que é na verdade de um grupo, com a intenção de criar uma universalidade dos símbolos, no sentido de criar uma identidade única;
- os símbolos possuem um sentido de demarcar diferenças através das quais se forjam identidades;
- os símbolos da paisagem⁷¹ ressaltam o poder;
- através dos símbolos, determinados grupos conseguem impor seus interesses (CASTRO, 2005, p. 68).

Dessa forma, os elementos simbólicos religiosos são fundamentais para construir e alicerçar e, mais tarde, legitimar o que será determinado como patrimônio cultural religioso de uma instituição, de um grupo social ou de uma localidade e, ao mesmo tempo, esse mesmo patrimônio cultural religioso se converte em uma ferramenta de representação de poder e de legitimação para quem tem o poder sobre ele, haja vista que o mesmo “também estabelece diálogos intrínsecos com sua significação, com a memória, com as disputas simbólicas que permeiam a produção do espaço a partir de sua representação e de suas relações de poder” (RIBEIRO; SIMÃO, 2014, p. 3).

Isso posto, faz-se necessário retomar o quadro histórico para compreender os acontecimentos que irão se desenvolver com a chegada definitiva dos franciscanos em Dourados. Nesse sentido, chegando ao município, o missionário franciscano Frei Hygino

⁷¹ Apesar de não trabalhar com o conceito de paisagem na dissertação, acredito ser interessante abordá-lo no contexto citado. O autor entende *paisagem* como outro elemento inserido nas relações de poder, e dessa forma o conceitua: “lugar da superposição desses símbolos e de jogos de poderes que vão exercer influência na imaginação dos homens. Ela é um meio de reforçar a ideologia dominante em uma determinada sociedade, pois assegura a reprodução de um tipo existente de relações sociais” (CASTRO, 2005, p. 68). E continua discorrendo sobre a paisagem, “sempre socialmente construída, é edificada em torno de instituições sociais dominantes e ordenada pelo poder dessas instituições” (CASTRO, 2005, p. 73).

Latteck fez seu primeiro registro no Livro Tombo da Paróquia, no qual constata situação de perda do mercado religioso para o Protestantismo.

Aos 18 (dezoito) de outubro de 1940 cheguei aqui definitivamente pois a situação religiosa deste lugar foi muito triste. Os protestantes da América do Norte tomaram totalmente a conta na religião do povo. A dona Antônia Capilé se queixou que quasi ninguém na ausência do Padre frequentava as rezas católicas, mas quasi todos assistiram o culto dos outros. Três vezes por semana os Presbiterianos tiveram o seu culto, e sempre acharam a igreja delles cheia de povo católico. As primeiras missas assistiram somente no dia útil tres, nos domingos vinte até trinta pessoas (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 7).

Diante do cenário encontrado e, em contrapartida, os franciscanos começam a “difundir o ensino do catecismo e da doutrina católica, a difundir associações religiosas, intensificar as viagens de desobriga pelo interior e catequizar as populações indígenas, subtraindo-as do controle protestante” (MARIN, 2011, p. 172).

Para enfrentar a concorrência no campo educacional (Escola Erasmo Braga), assistencial (Hospital Evangélico) e a missão entre os índios, abriram escolas e cursos técnicos, enfermarias, centros de puericultura, prestavam assistência religiosa aos indígenas e construíram várias igrejas e capelas (MARIN, 2011, p. 172).

A estratégia implantada pelo vigário para intensificar a obra católica era composta de: missa todos os dias pela manhã, sendo que aos domingos e dias de festas religiosas aconteciam duas missas pela manhã; rezas terça, sábado e domingo à noite, com devoções à Santo Antônio e Imaculada Conceição; catecismo (frequentado por 70 a 80 crianças); oferta dos diversos sacramentos; visitas pastorais⁷². De acordo com o balanço do ano de 1940 foram realizados na paróquia de Dourados: 210 batizados, 231 comunhões, 3 extrema unção, 3 casamentos (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 7v.). Além disso, a formação religiosa das crianças foi intensificada e, para isso, “procurava-se atraí-las para as aulas de catecismo aos domingos com brinquedos e futebol” (KNOB, 1988, p. 113).

⁷² Durante o ano de 1940, Frei Hygino Latteck visitou diversas localidades em Dourados. Percebe-se que, de acordo com os locais citados, o missionário circundou os *limites* da cidade: Guassú, Fazenda Figueira, Santa Luzia (Juti), Picadinha, Carumbé, Posto dos Índios (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 7v.). Tal fato pode ser interpretado como estratégico, pois ao circundar a cidade, o vigário pode, além de conhecer seus paroquianos, avaliar melhor a situação da ofensiva protestante e buscar ajuda nas possíveis lideranças católicas da região. Frei Hygino Latteck cita também nessa passagem, que visitou diversas *fazendas* e, dentre elas, a de Augusto Quadros, meu bisavô paterno.

Em meados de 1941, Frei Hygino Latteck cita que o trabalho missionário com os indígenas começa a ter efeito⁷³, pois ao visitar várias vezes o *Posto dos Índios* e batizar 28 deles, percebeu que “algumas famílias já deixaram a crença no protestantismo, que tomou conta de lá há muitos anos” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 8v.). Além dos indígenas, os moradores da área rural também são mencionados pelo vigário em relação à (re)conversão ao Catolicismo.

Visitando no mesmo mês a região de Juti (S. Luzia) tive satisfação do fervor católico daquele povo. Há pouco tempo os protestantes no seu culto semearam joio no meio do trigo da fé católica. Agora já perderam todos os seus ‘crentes de lá’, pois até os que foram outrora apóstolos delles, estão convencidos, que a fé católica só merece ganhar a alma do povo (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 9).

Passados dois anos, o cenário otimista em relação à progressiva católica apresentada até então por Frei Hygino Latteck, sofre alterações devido também ao contexto histórico mundial e, dessa forma, o vigário inicia os registros do ano de 1943: “Começou este ano diferente dos outros. A Guerra Mundial causou em muitos corações aumento notável da seriedade religiosa. Os Protestantes no seu lado realizaram agora o seu plano de offensiva geral contra os ‘Romanistas’” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 12). Em Dourados, segundo relatos do próprio vigário, essas ações ofensivas também se refletiram, sobretudo com a chegada de John Marion Sydenstricker⁷⁴, a quem Frei Hygino Lateck refere-se como “ministro de alta categoria, recém importado da América do Norte, fazendo grande barulhão com seu plano esmagador” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 12). Em relação à tais planos, Frei Hygino Lateck deixa bem claro seu descontentamento, irritação e indignação com a situação, inclusive com os católicos que, segundo ele, deixaram-se enganar pelos protestantes.

⁷³ “Como Mato Grosso ainda se constitui num território aonde o elemento nativo é numericamente predominante, isto faz com que as políticas do governo [assim como as da Igreja Católica] sejam no sentido de **civilizar o indígena**, num trabalho que primeiramente denomina-se **evangelização**” (GARDIN, 1999, p. 95, destaques da autora).

⁷⁴ O Reverendo John Marion Sydenstricker foi o responsável pelo trabalho pastoral presbiteriano em Dourados no período de 1942 até 1951, quando inicia-se a chamada fase: igreja organizada. Nesse sentido, a Congregação Presbiteriana de Dourados foi organizada como igreja. Segundo os relatos históricos presbiterianos, “somando o tempo em que pastoreou no período em que a igreja era uma congregação, o Rev. Sydenstricker totalizou 16 anos de pastorado à frente desta igreja. Seus sucessores não superaram esta marca!” Em 1958 foi construído o atual templo da Igreja Presbiteriana de Dourados, popularmente chamada de *Igreja do Relógio*. Fonte: <http://ipbdourados.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 02/02/2017.

Os evangelistas tem agora 4 ministros, cada um com ordenado de 400-500 dólares por mês (i. é. 8-10 contos!!!). Até os próprios católicos deixaram-se lapidar, falando já do vindouro enterro da religião católica neste lugar. Ginásio, escola agrícola, escola noturna de aprendizes até foram palavras indicando o rumo do avanço, o [grafia ilegível], o meio e o modo mais forte do combate religioso. E a realidade? Construíram os protestantes uma igreja, gastaram 40 contos (Sim, CR\$ 40000!) deixaram-se lograr pelos próprios crentes que lhes forneceram madeira branca por preços absurdos. Mandei contar os devotos protestantes no culto deles muitas vezes, não passam de 32 pessoas, incl. 18-19 crianças de peito! (entre eles: 4 pastores com mulher e filhos!!). Contudo não desprezemos o perigo dos protestantes. E este não está no sistema religioso deles, nem nas discussões, mas sim no **dinheiro**. Os católicos fracos, indiferentes - naturalmente tem muitos deles aqui - correm atrás deste iman e tornan-se ainda mais indiferentes, sinão traidores, obstáculos da religião católica (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 12, destaque do autor).

Nota-se que, de acordo com a narrativa acima, a questão financeira é utilizada para reforçar ainda mais as diferenças entre católicos e protestantes, inclusive a palavra *dinheiro* foi grifada por Frei Hygino Latteck. Os franciscanos incomodavam-se com o avanço e o desenvolvimento das obras assistenciais dos protestantes, as quais ocorriam rapidamente, segundo os franciscanos, devido a injeção de recursos financeiros, propiciadas muitas vezes, pelas doações realizadas pelos membros das congregações espalhadas pelo Brasil e, no caso dos presbiterianos de Dourados, sobretudo por doações de membros norte-americanos. Do outro lado, segundo as fontes analisadas, os franciscanos de Dourados sobreviviam graças aos recursos enviados pelo *Comissariado Franciscano de Mato Grosso*, aos serviços educacionais prestados às crianças da localidade e das esmolas angariadas através da oferta dos fiéis. Dessa forma, provavelmente consideravam essa *concorrência* desleal e injusta. Tal fato fica constatado na narrativa de Frei Hygino Latteck, quando relata em sua *Crônica* de 1947:

[...] o padre precisa, para poder se impor mais, ser independente financeiramente do povo. Só assim é que lhe obedece a grande massa do povo - um mestre cuja existência financeira depende essencialmente da vontade das crianças não tem autoridade ao povo, porém fica sempre criança em seus pensamentos, ou melhor: instintos, fica sempre infantil. Além disso, muitos acham ridículo, que o padre depois de 20 anos de estudo não pode viver conforme sua posição social, vivendo muito pelo contrário, um pauperismo único [...] (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 17v.-18).

Um episódio que demonstra o combate da Igreja Católica em relação ao Protestantismo de forma pública ocorreu em dezembro de 1946. Por ocasião da festa de *Nossa Senhora Imaculada Conceição*, padroeira da cidade, os fiéis presentes proferiram uma “profissão de fé contra o comunismo, espiritismo e protestantismo. Espontaneamente a massa gritou: Viva Cristo Rei, Viva N. S^a, morra comunismo! E assim o fez por algum tempo!” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 15v.). Tal atitude desagradou

inclusive a alguns católicos presentes, aos quais Frei Hygino Latteck se refere como sendo “certa corja de **bons católicos**” que na ocasião prometeram “vingança aos padres políticos - **intrusos alemães**” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 15v., destaques do autor).

Sem dúvidas, o maior embate religioso existente na época ocorria entre o Catolicismo e o Protestantismo, porém algumas referências pesquisadas também apontam para a preocupação da Igreja Católica em relação ao Espiritismo e a Maçonaria⁷⁵ que aos poucos se difundiam entre os moradores de Dourados, inclusive entre os católicos. Em 12 de junho de 1946 é inaugurado o *Centro Espírita Amor e Caridade*, em funcionamento até os dias de hoje. Já em 1948, um grupo de homens inicia o planejamento a fim de angariar fundos para a construção da *Loja Maçônica Antônio João*⁷⁶, cuja inauguração ocorreu em 1955 (AMARAL, 2005, p. 65). Marin (2011) aponta que a Diocese de Corumbá recebeu durante uma visita pastoral ocorrida em 1952, a solicitação de “mais reforços de pessoal para atender à população que aumentava e para neutralizar a ação dos espíritas, maçons e protestantes”⁷⁷ (MARIN, 2011, p. 172).

Uma das iniciativas assistencialistas colocadas em prática pelos franciscanos em 1956 foi o *Pão de Santo Antônio* que, segundo Frei Teodardo Leitz tratava-se de uma ação social que distribuiu leite em pó para crianças indigentes (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 37). De acordo com Amaral (2005), esse trabalho assistencial de distribuição gratuita de leite em pó oriundo dos Estados Unidos, contava com a ajuda do grupo leigo feminino da paróquia na organização (através de fichas⁷⁸), preparação do leite líquido e distribuição do produto⁷⁹ (AMARAL, 2005, p. 70). Frei Teodardo Leitz não fez registros no Livro Tombo da paróquia à respeito dos detalhes dessa ação, a não ser o já

⁷⁵ Em relação a essas instituições não foram levantadas informações relevantes para a pesquisa enquanto destacados concorrentes de bens simbólicos para com o Catolicismo.

⁷⁶ Com o passar dos anos, cresceu o número de associados e de colaboradores, o que permitiu a abertura de uma escola mantida pela Sociedade Beneficente e Cultural Antônio João. Nela, os alunos recebiam gratuitamente os cadernos, os livros e todo o material escolar necessário (AMARAL, 2005, p. 65).

⁷⁷ Nota do autor: CHAVES, O. Dourados - Paróquia dos Revmos. Padres franciscanos: Visita Pastoral de S. Excia. Revma. D. Orlando Chaves - bispo diocesano. *Eco Diocesano*. Corumbá, set./out. 1952, p. 8.

⁷⁸ No primeiro ano de funcionamento, o fichário continha 150 nomes, número que aumentou nos anos seguintes (KNOB, 1988, p. 283).

⁷⁹ Nota da autora: Depoimento fornecido por Alzira Bitencourt do Amaral.

supracitado, porém utilizou a *Coluna Religiosa*⁸⁰, a qual assinava no jornal *O Progresso*, para explicar à população como aconteceria tal ação.

Foi criado em 1956 uma obra caritativa, denominada “Pão de Santo Antônio” que faz parte da Ação Social Franciscana de Dourados e se destina ao amparo dos necessitados em geral. Principiaremos as nossas atividades ainda neste mês de janeiro, com a distribuição gratuita de leite em pó para criança pobre e subnutridas. Já temos em depósito uma boa quantia de leite em pó, generoso donativo dos católicos nortamericanos as crianças pobres do Brasil. Publicaremos oportunamente a data exata em que começa a distribuição. Tencionamos ampliar, pouco a pouco, as atividades de “Pão de Santo Antônio” socorrendo com viveres em geral etc. os indigentes. Aceitamos qualquer donativo oferecido neste sentido (*O Progresso*, 01/01/1956, p. 2).

Assim, na edição posterior, o vigário divulga as informações e convida os *pobres em geral*⁸¹, sem distinção de raça e religião (sic), a comparecerem, todos os dias, menos nos domingos, das oito horas às nove e meia da manhã na antiga Casa Paroquial, ao lado da Igreja Matriz. Deveriam levar ainda, uma garrafa para armazenar o leite e levá-lo para casa. Além disso, as mães poderiam contar com a ajuda da Irmã Rosita, a qual tinha experiência em enfermagem e poderia orientar e aconselhar nos cuidados relativos às crianças (*O Progresso*, 22/01/1956, p. 4⁸²).

Diante do exposto, é importante compreender que duas instituições religiosas instalaram-se, de diferentes formas, no povoado de Dourados relativamente no mesmo período e no mesmo contexto de missão evangelizadora. Nesse sentido, ocorreu - e ainda ocorre - uma disputa do mercado simbólico e pelo controle desses símbolos que acaba por (de)marcar certas representações do patrimônio cultural religioso local. “Ainda que o patrimônio [cultural religioso] sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço [e objeto] de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos⁸³” (CANCLINI, 2003, p. 195).

⁸⁰ Era um espaço cedido pelo jornal *O Progresso*, com publicações semanais que serviam para a divulgação de informações de Roma à população local, informações gerais sobre a paróquia e a diocese, além de reproduzir, em algumas vezes, partes de jornais católicos (AMARAL, 2005, p. 97).

⁸¹ Expressão utilizada na publicação pelo vigário Frei Teodoro Leitz.

⁸² A mesma matéria foi publicada na edição nº 244, de 5 de fevereiro de 1956.

⁸³ Segundo o autor, esse princípio metodológico é devido ao caráter complexo das sociedades contemporâneas, pois “nas comunidades arcaicas quase todos os membros compartilhavam os mesmos conhecimentos, **tinham crenças e gostos semelhantes**, um acesso aproximadamente igual ao capital cultural comum” (CANCLINI, 2003, p. 195, destaques meus).

Nesse sentido, é interessante levantar alguns questionamentos que serviram de fundo para tratar a temática da disputa entre o Catolicismo e o Protestantismo nessa dissertação: Quem dá (mais) sentido a esses símbolos? Qual é o valor simbólico e significativo do patrimônio cultural religioso em Dourados? Quem tem poder para nomear o que será eleito como patrimônio cultural religioso? O que/quem vai determinar se a igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição é um patrimônio cultural religioso? Tais respostas nos remetem às questões aqui abordadas e relacionadas à memória, à identidade, ao valor do patrimônio e também às relações de poder existentes nesse contexto. Contribuindo para esse entendimento, Canclini (2003) afirma que

Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento (CANCLINI, 2003, p. 195-196).

Trazendo a discussão para o objeto e a temática abordados nesta pesquisa, entende-se que dentro de uma instituição religiosa, sobretudo a Igreja Católica, a qual exerceu um grande poder legitimado pelo Estado sobre os sujeitos construídos e constituídos historicamente e desde a laicização, tais poderes são mais questionados, resguardados, por que não dizer, escondidos na sociedade. De outro modo, enxergamos na atualidade que tal laicização demonstra não existir, esses poderes estão cada vez mais notados e notáveis numa sociedade ultraconservadora e moralista, sobretudo a brasileira. Assim, a construção e a eleição de um patrimônio⁸⁴, em uma determinada localidade serve a uma legitimação de determinados grupos sociais, organizados e subordinados ao poder de uma determinada instituição, cuja construção social de significados simbólicos, que também são apropriados socialmente, elegem símbolos para a perpetuação de sua continuidade histórica e são importantes para a construção de sua identidade social.

Dessa forma, entende-se que o objeto pesquisado é simultaneamente, a manifestação material e imaterial da representação de poder de um determinado grupo social e/ou

⁸⁴ Sobre a construção social do patrimônio, Dias (2006) analisou na perspectiva dos conceitos de *arbitrariedade cultural* e *violência simbólica*, abordados por Bordieu e Passeron (1982) e que contribuem para o entendimento das relações de poder contidas na abordagem da temática patrimonial. Nesse sentido, *arbitrariedade cultural* seria toda a ação social cuja imposição é gerada como resultado das diferentes relações de poder e da capacidade hierárquica de selecionar significados culturais entre os diversos grupos sociais. Já *violência simbólica* diz respeito a toda a ação social derivada das relações de força desiguais dentro de uma sociedade, que é expressa nas relações sociais de poder estruturadas e institucionalizadas no interior daquela (DIAS, 2006, p. 85). Referência utilizada pelo autor: *A reprodução: elementos para uma teoria do ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

instituição religiosa e sua importância enquanto valor simbólico-significativo está na atuação “como ponte entre pessoas separadas pelo tempo, [...] constituindo-se de símbolos que atribuem significado ao passado” (DIAS, 2006, p. 77).

2.3.3 A Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND e a Colônia Agrícola Municipal de Dourados - CMD: a migração e o patrimônio cultural religioso

Com o advento da *Marcha para o Oeste*⁸⁵, o então sul do estado do Mato Grosso passou por transformações sociais, econômicas e paralelamente, transformações religiosas, devido ao intenso processo de povoamento e ocupação ocorrido na região no final da década de 1940, cujos desdobramentos têm relação direta com o crescimento e fortalecimento do patrimônio cultural religioso pesquisado. Neste contexto, foi criada, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, cuja efetivação iniciou-se em 1948, recebendo migrantes procedentes de várias partes do Brasil. “Eram cearenses, pernambucanos, baianos, paulistas e mineiros. Posteriormente também migraram gaúchos, catarinenses e paranaenses” (sic) (MARIN, 2011, p. 132). Em relação ao processo de migração, Ponciano (2006) constata que na verdade, ocorreu

[...] uma verdadeira avalanche de migrantes chegando à CAND e estas famílias que iam chegando, em condições precárias, posto que eram em sua maioria, famílias pobres e excluídas do sistema político-econômico que se implantava nos grandes centros do Brasil, como o Rio de Janeiro e São Paulo, eram orientadas a estabelecer-se, provisoriamente, em terrenos da administração da Colônia, no local onde se situa atualmente Vila São Pedro, distrito de Dourados, localizada na saída para Rio Brillante [...] (PONCIANO, 2006, p. 94).

Nesse sentido, após a iniciativa do governo federal, outras colônias agrícolas também são fundadas a nível estadual e municipal e, dentre elas, a Colônia Agrícola Municipal de Dourados - CMD. A CMD foi implantada pelo município de Dourados, no final do Estado Novo (1937-1945), no território que atualmente correspondente a uma parte do município de Itaporã (CARLI, 2008, p. 21).

⁸⁵ Trata-se de uma política administrativa do governo Getúlio Vargas que visava intensificar o povoamento da região Centro Oeste. Tal política exerceu influência direta para que ocorresse uma onda de migração de várias regiões do país para o sul de Mato Grosso (SANTOS, 2007, p. 19). Tinha como objetivo promover a ocupação dos espaços considerados *vazios*. Além disso, era “revestida de grande aparato propagandístico apresentava ao povo brasileiro a colonização como chave para o desenvolvimento econômico e a conquista total do território” (SANTOS, 2007, p. 23).

Marin (2011) apresenta os dados relacionados ao crescimento demográfico que o processo migratório propiciou com a criação das colônias agrícolas, afirmando que

De acordo com os dados oficiais, até 1972, 16 colônias teriam sido fundadas no sul do antigo estado do Mato Grosso. A Colônia Agrícola Federal de Dourados tinha recebido, até 1960, aproximadamente 9.232 famílias. A população urbana e rural do município de Dourados passou de 84.955 habitantes, em 1960, para 148.980 em 1968, e 174.668 em 1970⁸⁶ (MARIN, 2011, p. 132).

Com a chegada dos migrantes⁸⁷, o processo de variedade e complexidade cultural em Dourados ficou ainda mais acentuado e, segundo Amaral (2005),

O universo existente apresentava dimensões multiculturais e translocais que apreendiam uma dinâmica de integração de sociedades distintas, marcadas pela multiplicidade e, ao mesmo tempo de comunicação e de separação em diversos mundos, como um mosaico de diversas linguagens (AMARAL, 2005, p. 38).

Nesse sentido, a autora ainda afirma que essa pluralidade cultural foi recebida pelo clero da Igreja Católica na região enquanto um *espaço privilegiado*⁸⁸ para a instalação de sua ação evangelizadora⁸⁹, pois

O migrante era visto como uma missão cristianizadora de toda a sociedade local e uma promessa de superar a falta de religiosos, portanto, o mesmo seria o perfeito nacionalista capaz de promover a civilização, a integração da região ao território nacional e o elemento capaz de recristianizar os índios, os sertanejos e os estrangeiros. Em suma, a **vida agrária**, mais possibilitadora de absorver as normas católicas, opunha-se ao modelo urbano, mais propenso às coisas mundanas (AMARAL, 2005, p. 52-53, destaques da autora).

Nesse sentido, o então bispo da diocese de Corumbá, Dom Orlando Chaves, apoiava a vinda de famílias católicas, pois acreditava que as colônias iriam se tornar celeiros vocacionais, além de aumentar a frequência e a presença de católicos em Dourados, em

⁸⁶ Nota do autor: ADC, Osvaldo Cruz (São Paulo), 22 dez. 1952.

⁸⁷ Ernandes (2009) cita também a chegada e permanência de imigrantes, a exemplo, japoneses e sírios libaneses, os quais também colaboraram para o multiculturalismo local, sendo que, dessa forma: “Temos, portanto, etnias e nacionalidades diferentes negociando seus códigos e comportamentos culturais e suas dinâmicas de trabalho”. (ERNANDES, 2009, p. 73).

⁸⁸ Expressão utilizada por Amaral (2005, p. 52).

⁸⁹ “A reafirmação de valores tais como honestidade, devoção, trabalho, progresso e civilização tinham como objetivo criar valores e normas para orientar a sociedade” (ERNANDES, 2009, p. 49).

oposição aos protestantes. Em relação a essa questão, Frei Pedro Knob registra através da narrativa de Frei Teodardo Leitz:

A esperança do Comissariado, no que diz respeito às vocações, repousa nas colônias que estão surgindo desde 1945 em diversas partes do Mato Grosso. Lá se encontram famílias vindas de outros estados, com sólida base religiosa, famílias nas quais se reza em comum, que frequentam os sacramentos, que têm tradição religiosa e, às vezes, até um parente sacerdote ou uma irmã freira. De tais famílias, podem-se esperar vocações mais sólidas e perseverantes⁹⁰ (KNOB, 1988, p. 422).

Ao que parece, o Comissariado Franciscano no Mato Grosso tinha planos e estratégias para alcançar o maior número de vocações a fim de seguir a carreira sacerdotal. Nesse sentido, Frei Servácio Schulte faz uma análise do perfil dos filhos dos moradores e os jovens da região de acordo com seus modos de vida para, enfim, detectar onde deveriam atuar na procura de novas vocações, conforme foram encarregados pelo superior Frei Eucário Schmitt.

Com os filhos dos criadores de gado não se pode contar. Por quê? Aqui no Mato Grosso se diz, e com razão, que um rapaz que é bom no cavalo, com um laço na mão e corre ao encaço do gado, não se pode mais contar para a vocação sacerdotal. [...] mais duas classes de homens dificilmente terão nas suas fileiras vocações sacerdotais: os garimpeiros e os ervateiros, porque ambas as classes se compõem de homens sem moradia fixa. Restam duas classes: os moradores de cidade e os colonos, em que surgem sempre mais rapazes com séria vontade de se tornar padres. Quanto às cidades, as vocações devem ser procuradas mais nas pequenas, modestas cidadezinhas do interior e não nas cidades como Campo Grande, Corumbá ou Cuiabá, onde falta ambiente para as vocações sacerdotais. Por isso a grande esperança para vocações sacerdotais está nas chamadas “colônias” que, a partir de 1945, surgiram, primeiro em Dourados e depois em Rondonópolis. Devemos procurar nossos seminaristas sobretudo entre os pequenos agricultores. Em tais famílias domina em geral uma boa fé religiosa, simplicidade, respeito para com os pais e honestidade nas relações com pessoas de outro sexo. Os filhos dos colonos também não se recusam a trabalhar e têm sobretudo um amor à oração⁹¹ (KNOB, 1988, p. 421-422).

Dessa forma, as colônias eram vistas pela Igreja Católica na Diocese como *grandes celeiros* vocacionais viabilizados através dos migrantes vindos de várias partes do país. Já as pequenas cidades, como Dourados também eram estimadas nesse sentido, pois os migrantes que aqui moravam, sobretudo os sulistas, também tinha a fama de *bons católicos*. Além disso, o Rio Grande do Sul era preconizado enquanto exemplo de revitalização religiosa, por meio dos imigrantes europeus (MARIN, 2011, p. 132).

⁹⁰ Nota do autor: Cf. Frei Teodardo Leitz, O.F.M., “Mato Grosso: 25 anos de franciscanismo” in *Vida Franciscana*, ano XX, n. 31, dez. 1963, p. 240.

⁹¹ Nota do autor: Cf. Pe. Servatius Schulte, “Der Priesternachwuchs in Mato Grosso” in *Thuringia Franciscana*, 9 (1954): 179-183.

É nesse contexto que as memórias (coletiva e individual) descrevem as características sociais e os problemas de governabilidade e tenta construir uma vida comum com base em uma identidade original – caracterizando o multicultural (HALL, 2003, p. 52). Já as estratégias e políticas para administrar os problemas da diversidade foram assumidas pela imprensa, pelas igrejas, pelas escolas e pelo Governo Municipal – caracterizando os multiculturalismos (ERNANDES, 2009, p. 77).

No âmbito religioso católico, as colônias agrícolas municipal e federal de Dourados pertenciam à Paróquia de Dourados e, dessa forma, estavam sob a responsabilidade dos franciscanos que logo trataram de conhecer e atuar no interior das mesmas. De acordo com Ponciano (2006) isso era fundamental, pois

[...] além de levar a religião católica para novos campos e, no caso em estudo, à fronteira considerada como “espaço vazio”, estes supriam as carências das populações menos abastadas que povoavam o interior da colônia no incipiente processo de exploração capitalista dessa região, assim como no processo de legitimação da presença do homem branco, substituindo, de certa forma, o Estado pela Igreja⁹² [...] (PONCIANO, 2006, p. 145).

De acordo com a fonte analisada, durante o ano de 1948 há vários registros no Livro Tombo I da Paróquia de Dourados relacionados às visitas pastorais na CAND e na CMD⁹³, inclusive do bispo Dom Orlando Chaves. Em 8 de março do referido ano, o Vigário Capitular da diocese, Monsenhor Rodolfo Maria Wohlrab, esteve na região e realizou 300 Crismas na Matriz de Dourados e 150 Crismas na CAND (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 19v.), revelando, dessa forma, o grande contingente de fiéis que já moravam no local à época. Outro fato que corrobora essa afirmação é o registro feito por Frei Hygino Latteck durante o final do ano de 1948, quando informa que “houve missa do galo no dia de Natal, com muita frequência do povo da cidade e das duas colônias” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 21). Ou seja, pressupõe-se que, nos dias festivos, a exemplo do Natal, a população católica das colônias agrícolas se deslocava até a cidade para

⁹² Sobre a relação Estado - Igreja existente na CAND, Ponciano (2006) salienta que “rusgas houve entre Estado e Igreja nessa região, mas não o suficiente para levar ao rompimento de relações entre ambos. A localização da Igreja Católica na sede da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, já é, por si só, indício da boa convivência entre Estado e religião. Construída no centro da Vila, a Igreja Católica estava geograficamente posicionada para oferecer auxílio à política de colonização desenvolvida pelo Estado, mesmo uma década depois da queda do Estado Novo” (PONCIANO, 2006, p. 145).

⁹³ Os primeiros batizados realizados na CMD ocorreram no final do ano de 1947. A partir de 1948 houve missa mensal no Patrimônio da CMD. Em maio de 1950 foi benzida a primeira capela, sob a invocação de São José (KNOB, 1988, p. 366).

participar das atividades religiosas na Matriz de Dourados, revelando, assim, o conhecimento e a participação dessa comunidade na Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição.

Em 1950 os franciscanos receberam por meio de doação⁹⁴, um lote de 40 hectares na CMD, o qual deveria ser organizado para, no futuro, auxiliar no sustento da Missão Franciscana de Mato Grosso e do Seminário Franciscano localizado em Rio Brillante (KNOB, 1988, p. 371). Mais tarde, nessa área, foram construídas ainda: “a capela São Francisco das Chagas, a residência dos franciscanos, olarias e diversas casas para os seus agregados, bem como uma escola rural para atender os filhos dos colonos” (CARLI, 2008, p. 126). Aos poucos, o sentimento de pertencimento, acompanhado pela significação, ainda em inicial construção, de um patrimônio cultural religioso em comum vai marcando as relações simbólicas na comunidade.

A grande migração provocada pela CAND alterou significativamente a vida econômica e social douradense. Na busca de elementos comuns, foram reforçados vínculos com a cidade por meio de sentimentos, como o amor a terra, ao trabalho e à produção de riquezas. O valor atribuído às coisas praticadas na terra cria laços de identificação com a região, como se o indivíduo estivesse obrigado a fazer algo por si mesmo e pelo local. Trata-se de uma sensibilização, internalização, convencimento e mobilização para a consolidação do progresso e para a chegada [da] civilidade. Há uma obrigação interna em contribuir para o desenvolvimento municipal. Sentimentos como esse são sustentados por memórias que narraram o pioneirismo e forneceram os elementos comuns em torno dos quais os indivíduos deveriam se identificar (ERNANDES, 2009, p. 77).

Em 1949⁹⁵ o governo federal⁹⁶ construiu uma igreja na CAND e, em 1950 uma capela de madeira na CMD. A imprensa noticia a inauguração das igrejas ocorrida em 1950, sendo que se refere à festividade da igreja da CAND como

⁹⁴ “Segundo o Livro de Registro de Títulos Definitivos por aforamento perpétuo (1954), foi passado a favor da Missão Franciscana da Primeira Ordem de São Francisco o lote de terras da CMD determinado pelo nº 351, com a área de 489.440 metros quadrados” (CARLI, 2008, p. 123).

⁹⁵ Em junho de 1946 os fiéis católicos da CAND já solicitavam a construção de uma *capelinha* (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 17.).

⁹⁶ Frei Antonino Schwenger registra que a obra da **Capela de São Pedro** iniciou-se em 1949 e foi **terminada** com os recursos da administração da referida colônia. Sua inauguração ocorreu em 29 de junho de 1950. Já a inauguração da capela da CMD foi realizada em maio de 1950 (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 21, destaques meus). Interessante salientar que na CAND já haviam cinco escolas, revelando a atuação pública e religiosa na área educacional. Porém “cabe lembrar que o Decreto Lei que criou a CAND instituiu que as Colônias Federais tivessem escola primária e aprendizado agrícola para a instrução rural (LENHARO, 1986 *apud* ERNANDES, 2009, p. 47). O jornal *O Progresso*, em uma publicação enaltecedora da figura de Tácito Pace, administrador da CAND exalta, dentre outros aspectos, o empenho do referido administrador em relação à construção da igreja, destacando a rapidez como se desenvolveu a obra. “Num curto prazo de um ano construiu a Igreja Católica naquela colônia, prédio sólido e magnífico que talvez só dentro de dez anos poderia ser construído pela iniciativa do povo e que aquele administrador fez edificar em pouco tempo” (*O Progresso*, 20/06/1954, p. 4).

brilhantíssima, e obedeceu a um programa inédito na vida da Colônia pois nêe assistira os presentes a missa, batizados, casamentos, culminando o brilhantismo das solenidades com uma procissão do Padroeiro e manifestações outras de caráter religioso ao patrono (*O Douradense*, 01/08/50, p. 2).

Em relação à festividade da primeira igreja construída no *Patrimônio Novo*⁹⁷, sede da CMD, e cujo patrono escolhido foi São José, “compareceu grande número de pessoas representativas da cidade e da circunvizinhança” (*O Douradense*, 01/08/50, p. 2).

Para a Igreja Católica, a inauguração dessas duas igrejas “constitui-se no marco inicial de uma nova fase nos trabalhos dos franciscanos, bem como, sua importante contribuição para a **necessária** expansão da atuação católica em âmbito geral” (SANTOS, 2007, p. 50, destaque da autora). Porém, as dificuldades para a ação missionária eram muitas, uma vez que os franciscanos eram em número insuficiente para atender às demandas, faltavam-lhe recursos e meios de transportes (as viagens à princípio eram feitas a cavalo e tornavam-se demoradas)⁹⁸. Mesmo assim, organizavam visitas regulares às colônias a fim de “administrar os sacramentos, ministrar aulas de catecismo e promover missões populares” (MARIN, 2011, p. 134). Durante as visitas, além da manutenção das práticas religiosas, os franciscanos também negociavam com os colonos produtos industrializados que traziam da Alemanha, os quais eram trocados por produtos que os colonos extraíam de suas terras (SANTOS, 2007, p. 51) e de suas pequenas criações de animais. Da parte dos alemães provinha o leite em pó, biscoitos, margarina (desconhecida pelos colonos na época) e da parte dos colonos, ovos, frangos, carne de bovinos ou suínos, dentre outros produtos (CARLI, 2008, p. 127). Nesse sentido, as dificuldades de ambos os lados eram amenizadas, além de se estabelecerem trocas culturais e a intensificação da presença da Igreja Católica no local.

Com o passar dos anos, a paróquia de Dourados se mostrou cada vez mais difícil em ser atendida de forma satisfatória, não só pela sua proporção, mas também pelo grande aumento do número de fiéis. Por outro lado, a própria administração da CAND já revelava insatisfação em relação à atuação franciscana e, diante desse contexto,

⁹⁷ Um dos nomes da sede da CMD. Outros também foram utilizados, como: São José da Boa Esperança e Panamby (CARLI, 2008, p. 148-149).

⁹⁸ Mas logo os freis compraram uma motocicleta para poderem melhor exercer a atividade. (KNOB, 1988, p. 281).

[...] Tácito Pace escreveu novamente ao bispo de Corumbá, D. Orlando Chaves, para sugerir a entrega da direção espiritual e religiosa dos habitantes da colônia a uma congregação que pudesse residir na sub-sede, junto à administração. Criticou a atuação dos padres Franciscanos, pois os mesmos não o ouviam quanto aos planos de expansão da fé católica na região e que havia um crescimento de *seitas* de diversos **cultos protestantes**. Finalizou com um pedido: **pleitear a criação de uma paróquia nas terras da CAND, entregando-a a uma Congregação, na forma que melhor lhe aprouvesse**. De fato, após alguns anos iniciou-se a ação de outros religiosos não-Franciscanos na área⁹⁹ (AMARAL, 2005, p. 72, destaques da autora).

Assim, em 6 de janeiro de 1954, o padre secular¹⁰⁰ José Ferreira chega à CAND para exercer seu sacerdócio de forma efetiva, dispensando, dessa forma, a atuação dos franciscanos na referida colônia (KNOB, 1988, p. 281). Porém, o referido padre permanece somente seis meses na CAND, entregando sua missão e administração religiosa aos padres Palotinos do Rio Grande do Sul, representados pelo padre José Daniel (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 29v.). Nessa época, os trabalhos de distribuição de terras na CAND já estavam bastante adiantados e,

Nesse contexto, a Igreja Católica tratou de acompanhar a expansão da ocupação dos colonos. O padre José Daniel foi o primeiro padre palotino a chegar a Mato Grosso. Logo após negociar com bispo D. Orlando, e iniciar os trabalhos na vila São Pedro, foi convidado pelo administrador da colônia a se estabelecer na região que aguardava novas demarcações de terras. O convite foi aceito pelo religioso que se estabeleceu nestas áreas em período concomitante aos colonos, desenvolvendo junto a essas populações o trabalho que foi denominado de **missões palotinas** (SANTOS, 2007, p. 52, destaques da autora).

Já os franciscanos ainda atendiam a CMD e havendo mais tempo para tal pastoreio podiam agora realizar missas todos os domingos e dias santos. O vigário da paróquia de Dourados, Frei Teodardo Leitz, registra em 15 de agosto de 1954 que a Igreja São José de Itaporã já contava com as seguintes associações: Apostolado da Oração, Congregação Mariana, Pia União das Filhas de Maria, e Cruzada Eucarística Infantil (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 29v.), demonstrando a crescente atuação dos leigos na CMD que, segundo o vigário, seria o lugar “onde a vida religiosa floresce de maneira particular¹⁰¹” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 35).

⁹⁹ Este fato revela novamente os engendramentos e negociações entre Estado e Igreja e suas relações de poder.

¹⁰⁰ Secular é aquele incardinado (pertencente) em uma Igreja Particular, em uma figura jurídica reunida em torno de um Bispo (Arquidiocese, Diocese, Administração Apostólica, Prelazia Territorial, Prelazia Pessoal etc). Regular, por sua vez, é o clero incardinado em um instituto de vida consagrada ou em uma sociedade de vida apostólica, e que, portanto, vive sob uma regra, como por exemplo, os franciscanos. Fonte: <http://www.veritatis.com.br/inicio/espaco-leitor/qual-a-diferenca-entre-clero-secular-e-regular/>. Acesso em: 10/02/2017.

¹⁰¹ Referindo-se a uma destacada quantidade de vocações sacerdotais naquela localidade.

Através do Decreto nº 17 de 15 de março de 1955 é criada a paróquia de *São Pedro, Apóstolo* a fim de “atender as necessidades espirituais dos diocesanos residentes na Colônia Federal de Dourados”, e desse modo, desmembrando-a da Paróquia de Dourados¹⁰² (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 33v.). O jornal *O Progresso* noticia a criação da paróquia, numa publicação assinada pelo padre José Daniel¹⁰³ e intitulada *Paróquia de São Pedro Apóstolo*. Destacando inicialmente o desenvolvimento do município, bem como suas carências espirituais, padre José Daniel destaca os limites territoriais e os de jurisdição religiosa da nova paróquia, informa que a mesma foi entregue aos padres palotinos e que as práticas sacramentais católicas dos colonos, a partir daquele momento, deveriam ser realizadas e registradas na nova paróquia (*O Progresso*, 03/04/1955, p. 1), o que comprovava que os colonos iam até a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição para serem atendidos em tais questões. Nota-se também o caráter progressista contido na narrativa de padre José Daniel, provavelmente de acordo com o que a própria CAND simbolizava naquele momento para o Estado e para os anseios dos colonos, em detrimento, segundo a fonte analisada, do *atraso espiritual* ainda marcante no município.

Marca, assim, Dourados mais uma etapa em sua **marcha de progresso espiritual**, que em breve dará novos passos na criação de novas paróquias. De parabéns está o povo douradense, por esse novo **avanço, na sua vida espiritual**, e fazemos votos que essa **marcha ascendente** nunca esmoreça, mas prossiga sempre, para a **dissipação da ignorância religiosa** que, infelizmente, grassa em nosso município (*O Progresso*, 03/03/1955, p. 1, destaques meus).

Nesse sentido, o trabalho pastoral dos palotinos na CAND foi bastante profícuo, pois criaram treze capelas filiais, um hospital, um posto de saúde, várias escolas paroquiais, uma escola profissionalizante denominado *Instituto Espírito Santo* e cinco cemitérios. Além disso, ofertavam remédios, levavam os doentes para os hospitais, distribuía publicações relacionadas à utilização do solo, cultivo da lavoura, noções de higiene, alimentação e logicamente, ensinamentos sobre a doutrina católica (MARIN, 2011, p. 134-135).

¹⁰² Com o desmembramento, a paróquia de Dourados que abrangia um território de 20.000 km² e cerca de 50.000 *almas*, passou para aproximadamente 8.000 km² e 25.000 *almas* (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 34v.).

¹⁰³ Foram encontradas várias publicações assinadas por padre José Daniel no jornal *O Progresso*. Nelas, o padre informa, discute e aconselha os fiéis sobre os mais diversos temas, como por exemplo, *a santificação do domingo, os problemas sociais, a Igreja e o dinheiro, Espiritismo*, além das notícias cotidianas da paróquia São Pedro.

Dessa forma, a aproximação e a ação religiosa se estendiam também para o cotidiano dos indivíduos, envolvendo a família, o trabalho e a religião numa única dimensão simbólica. Além disso, a festa do padroeiro, *São Pedro*¹⁰⁴ (29 de junho), era bastante comemorada, geralmente com vários dias de festa, e reunia além dos colonos da CAND, os moradores das paróquias vizinhas, como Dourados, Itaporã e Rio Brillhante. Assim, inserido no âmbito religioso, as relações sociais também eram praticadas através das populares e já tradicionais quermesses, com leilões, churrascos, barracas de diversas comidas e bebidas, músicas, dedicatórias, jogos (*O Progresso*, 19/06/1955, p. 2).

O trabalho social e pastoral dos palotinos também era visto de forma positiva pela administração da CAND, pois além da questão assistencial, também colaboravam para a manutenção da *ordem interna*. Porém, segundo Amaral (2005),

[...] todos os relatos publicados pelos religiosos na imprensa e no jornal *Elo* mostram que os mesmos viam a CAND e sua população como um local onde reinava a pobreza, e a culpa disso é que faltavam escolas, igrejas católicas, conhecimentos agrícolas, higiene e assistência médica. Segundo o padre Luiz Ventrúsculo, **no natal de 1955 foram distribuídos às crianças 180 pacotes de doces, 300 pastéis e 300 pães aos índios**¹⁰⁵. O relato leva a concluir que esses religiosos possuíam um olhar ambíguo, tanto sobre eles mesmos quanto sobre a população local – daí essa ação assistencialista de caráter emergencial (AMARAL, 2005, p.79, destaques da autora).

Devido ao rápido crescimento populacional, a CAND sofreu inúmeros problemas sociais, e os palotinos enfrentaram, juntamente com os colonos, dificuldades de toda a ordem, como por exemplo, doenças, privações alimentares, falta de moradia e de recursos, e a mortalidade infantil e entre os idosos era preocupante. Por outro lado, o posicionamento da Igreja Católica era de, através do assistencialismo, amenizar as dificuldades iniciais para, desse modo, rapidamente consolidar os papéis e a hierarquia social e, assim, procurar ocupar os espaços, com a construção de capelas, igrejas e paróquias (AMARAL, 2005, p. 81).

¹⁰⁴ Foram encontradas várias publicações no jornal *O Progresso* da década de 1950 sobre a festa de São Pedro na CAND. Tratam-se, em sua maioria, de convites e posterior prestação de contas.

¹⁰⁵ Nota da autora: Revista *Rainha dos Apóstolos*, maio de 1955, p. 198. Nota-se também na narrativa, o explícito estereótipo relacionado ao indígena, cuja alimentação estava (está) relacionada na concepção da população não índia da cidade, somente ao pão. Em relação à essas generalizações e marginalização social, Ernandes (2009), elabora uma crítica em sua dissertação. “Ainda falta reconhecer dignamente as populações indígenas, elas sempre foram tratadas como ações de segunda ordem, e por isso enfrentam ainda, falta de água, de comida, de assistência médica; sofrem preconceito e continuam sendo obrigadas a pedir de porta em porta, utilizando a mesma expressão que inspirou o poeta Emmanuel Marinho a retratar a marginalidade da presença indígena na sociedade: *tem pão velho?* (ERNANDES, 2009, p. 112).

Acompanhando essa tendência, Dom Orlando Chaves cria em 25 de fevereiro de 1956¹⁰⁶ a paróquia de São José de Itaporã, desmembrando-a também da paróquia de Dourados, sendo que os franciscanos a aceitam, pois, além de já tomar conta daquela região, tratava-se da “mais esperançosa paróquia de vocações” (KNOB, 1988, p. 366). Desse modo, é nomeado como primeiro vigário Frei Antonino Schwenger que já inicia os trabalhos para a construção da primeira casa paroquial, da Igreja Matriz e de uma casa de madeira para abrigar algumas Irmãs da *Congregação Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã* que chegam ao município em 1958. E em 4 de abril de 1959, a paróquia recebe a primeira visita do bispo de Dourados, Dom José de Aquino Aguiar (sic)¹⁰⁷ (KNOB, 1988, p. 366-367).

De acordo com a análise das fontes e diante do que foi contextualizado nesse trecho da dissertação, é inegável a importância da CAND e da CMD para o desenvolvimento do município de Dourados e, em consequência, para o crescimento da paróquia de Dourados e a visibilidade de sua principal igreja, a de Nossa Senhora Imaculada Conceição¹⁰⁸. O papel dos migrantes oriundos dessas colônias foi imprescindível para a formação e expansão do patrimônio cultural religioso pesquisado, sobretudo no sentido de aumentar a população católica na cidade e, desse modo, intensificar as práticas religiosas e legitimar seus símbolos. Por outro lado, “os colonos refizeram o seu passado ao recriarem novos sentimentos de pertença a um lugar inicialmente estranho, mas do qual se foram apropriando, reordenando as relações sociais e gerando novas referências identitárias” (BORGES, 2010, p. 121). Nesse sentido, o patrimônio cultural religioso, de uma forma coesa e legítima, através do objeto pesquisado e suas representações simbólicas e as relações entre os indivíduos pertencem a ele, garantiu o que Canclini (2003) chama de *cumplicidade social*:

Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis - preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo - são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos (CANCLINI, 2003, p. 160).

¹⁰⁶ Itaporã já havia sido elevada à categoria de município desde 10 de dezembro de 1953.

¹⁰⁷ A grafia do sobrenome do então bispo está incorreta. Dom José de Aquino *Pereira* exerceu seu bispado na diocese de Dourados entre os anos 1958 e 1961.

¹⁰⁸ “Em Dourados, com o crescimento populacional e com a criação de novos municípios na região, a paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição deu origem, até a década de 1980, a doze paróquias e a cinco municípios” (MARIN, 2011, p. 133).

Apesar de estarem mais diretamente ligados às igrejas - e posteriormente às paróquias fundadas dentro da CAND e da CMD - indiretamente, as colônias e os colonos contribuíram para o crescimento e o fortalecimento do que, mais tarde, seria o principal templo e símbolo do Catolicismo e do patrimônio cultural religioso ligado ao mesmo na cidade de Dourados, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, além de fundamentarem os sentidos desses símbolos através de suas vivências sociais e religiosas.

2.4 A transformação do patrimônio cultural religioso: a nova Igreja Matriz de Dourados

Percebe-se que, ao analisar os registros contidos no Livro Tombo I da Paróquia de Dourados, o Frei Hygino Latteck, mesmo diante de tantos desafios sociais, culturais e religiosos encontrados na cidade e na região, tem sua narrativa marcada, muitas vezes, pelo otimismo. Refere-se aos fiéis e à sua paróquia como *minha gente; minha igrejinha; ordem exemplar, dia de benção divinal; procissão incomparável* e tantos outros adjetivos esboçados nas páginas do referido Livro Tombo. Nesse sentido, através da análise da fonte, revela-se um aspecto dual na personalidade desse frei durante o tempo em que permaneceu à frente da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição. Inicialmente ele faz registros com maior periodicidade, esboçando sua felicidade em estar vivendo e realizando sua ação missionária nessa região; a forma da letra sugere que esses registros eram feitos de maneira calma, agradável. Porém, com o passar do tempo e com problemas que foram apresentando-se nas linhas escritas, Frei Higinio Latteck registra os acontecimentos de forma mais esporádica, sua letra torna-se mais corrida, denotando rapidez na escrita e os registros contêm inclusive, várias percepções e por vezes, opiniões contundentes¹⁰⁹ sobre determinados assuntos e também direcionadas a alguns moradores na cidade que, de alguma forma tinham relação com a Igreja Católica local.

¹⁰⁹ Inclusive está registrado no dia 16 de abril de 1943 o relato de Frei Higinio Lateck o qual tece comentários contrários à decisão de seu Comissário (superior religioso) em relação à transferência de Frei Juliano que na ocasião vivia em Maracaju. Frei Higinio Lateck aborda toda a confusa situação em que Frei Juliano foi expulso da casa paroquial por Frei Leto por “não ter sustentado a palavra nem pagamento” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 10v). Porém o Comissário solicitou a transferência de Frei Juliano alegando que “os nazistas tem conspirado contra a vida de Frei Juliano, portanto a vida dele não está garantida em Maracaju” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 10v). No registro, Frei Higinio questiona tal parecer que, segundo ele era de “vontade contrária do Sr. Bispo” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 10v), além de defender o colega veementemente. Na borda inferior da página, lê-se a seguinte anotação: *Declaro que as informações contidas nesta página são bastante tendenciosas. Frei Cipriano Germano Brassler, ofm. Comissário* (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 10v). Apesar de não estar datada, Entende-se que Frei Cipriano fez essa anotação em uma das visitas esporádicas que o Comissariado fazia às paróquias pelas quais os franciscanos eram responsáveis.

Na página 7 do Livro Tombo I da Paróquia de Dourados consta o primeiro registro de Frei Higinio Lateck. O ano é 1940, o mês é outubro. Frei Higinio Lateck relata sua chegada definitiva em Dourados. Com o tempo, se instala, vai tentando organizar a paróquia e, além disso, tem os primeiros contatos, conhecendo *suas ovelhas* e *sua igreja* Nossa Senhora Imaculada Conceição. Logo no primeiro mês de 1941, percebe que precisa da ajuda de mais pessoas para reformar a igreja, além de religiosas para a ação missionária na região e, nesse sentido, “a gente catholica resa e trabalha sem cessar” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 12). No mês de março do mesmo ano, os pedidos ou *orações* de Frei Higinio Lateck são atendidos.

Assim, animado com a chegada da ajuda pastoral e também de força de trabalho braçal do sacristão Frei Modesto Rapold e mais três irmãos leigos, o então vigário de Dourados planeja melhorar o interior da capela. Frei Pedro Knob narra essa passagem e é inevitável não tentar imaginar a pequena igreja e os melhoramentos que os freis faziam, aos poucos modificando e compondo o interior da Igreja Matriz de Dourados.

Quando os franciscanos começaram a tomar conta da paróquia da Imaculada Conceição em Dourados, encontraram uma pequena igreja. Mas logo o primeiro vigário residente procurou melhorar e aumentar a mesma. Para isso, no dia 12 de março de 1941, chegaram em Dourados os Irmãos Frei Valfrido Stahle, Proto Schurr e Luís Kunkel. Eles aumentaram a igreja em três metros, puseram novo piso, construíram bancos, janelas, santuário e sacristia, ficando tudo pronto em 25 de maio do mesmo ano (KNOB, 1988, p. 276).

Terminados os trabalhos, o vigário agradecido pela ajuda de todos se dirige aos paroquianos e os “convida para a nova prolongação da igreja para daqui a três anos” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 8), já que constata durante a Quaresma de 1942 que “na igreja não cabe mais o pessoal, muitos homens assistem as rezas” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 9v.). E, de fato, logo após a visita pastoral de Dom Vicente B. M. Priante, ocorrida em agosto de 1943, inicia-se o planejamento para a construção de uma nova Igreja Matriz. Em 20 de agosto aconteceu uma reunião para avaliar as possibilidades de tal construção e em setembro iniciou-se o processo de “abertura solene do livro de esmolas”¹¹⁰ (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 13). De acordo com Frei Higinio Lateck,

¹¹⁰ Acredita-se ser um livro em que as contribuições/doações eram registradas e muito provavelmente com o nome do doador ou da família doadora para posteriores agradecimentos e registros.

A planta da igreja já foi elaborada por nós padres daqui. A olaria do Sr. Delfino G. Garrido nos forneceu os 4.000 tijolos, o Sr. Rafael Mendonça a madeira necessária, a prefeitura nos cedeu - única contribuição generosa - as pedras de alicerce das quais há bastante no Salto. Construimos a igreja no lote do Sr. Sérgio Capilé comprado por nós (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 13).

Não se encontrou nos arquivos pesquisados a planta arquitetônica e/ou documentos referentes à compra do referido terreno, nem mesmo registro de que a primeira capela tenha sido demolida. A se julgar pela narrativa acima e pelo contexto arquitetônico atual, uma nova Igreja Matriz foi construída em um terreno adjacente ao que já abrigava a então capela.

A obra teve seu início nos primeiros dias do ano de 1944, sendo os construtores responsáveis Sr. Augusto¹¹¹ e Willy Hetzel. Foi também abençoada a pedra fundamental em 12 de março¹¹² (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 13v.). Ao que parece, a construção da nova Matriz despertou o interesse de muitas pessoas, as quais possivelmente tinham diferentes opiniões sobre o assunto. Em tom de desabafo, um misto de ironia, e com uma clara crítica aos que questionavam o emprego do dinheiro na obra, o vigário assim descreve a situação:

Consciosamente continuaram-se os trabalhos, de sorte que os sábios ficaram contentes (i. é. os engenheiros que nos visitaram, etc) infelizmente há tb aqui muitos sabidos neste assunto, sapateiros, empregados, dentistas etc que não se puderam abster em criticar quase tudo - foram justamente que menos contribuíram que outros - de maneira que não só aborreceram o construtor mas tb instigaram o povo a derrubar a construção alegando entre outros pretextos estes que não existisse planta nem cálculo, que o Augusto fosse pedreiro de meia colher, que o dinheiro do povo - nestes tempos o cofre da igreja continha só Cr\$ 14000, - fosse mal empregado, que não fosse criada comissão construtora com secretário, **tesoureiro**, oficial, etc... (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 13v., destaque do autor).

Frei Hygino Latteck ainda continua sua narração do episódio, ao relacionar a interferência de alguns populares no andamento da obra, com questões de desavença política.

E dita atitude não era só politicagem inócua; pois si o Sr. Prefeito junto com os amigos da causa católica (Armando Campos Belo e J. C. Câmara) não soubesse realizar contratação eficiente, jamais poder-se-ia levantar o prédio importante (cf. os “prédios” do Centro Cívico e do grupo escolar). Enquanto isso nós rezamos o

¹¹¹ Ao que tudo indica, havia um grau de parentesco entre os dois construtores, pois em agosto de 1946, foi mencionada e lamentada a morte de um “bom católico, construtor da igreja, Sr. Augusto Hetzel” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 17v).

¹¹² Frei Hygino Latteck registra que a ata da bênção da pedra fundamental está guardada entre as páginas 13 e 14. Contudo, não foi encontrado tal documento durante a pesquisa. Possivelmente perdeu-se tal ata, por ter sido registrada em uma folha avulsa.

exorcismo de Leão XIII¹¹³ (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 14).

No mês de novembro, nova confusão, tendo agora por motivo o telhado da igreja. Ocorre que dois homens brigaram na casa paroquial e, segundo o vigário: “só pelo auxílio divino evitamos mortandade” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 14). Dessa forma, o construtor resolve desistir do trabalho. Mais uma vez, os franciscanos apelam: “Ajoelhados, prometendo-lhe aumento de salário, conseguimos, depois de muito tempo, continuação dos trabalhos” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 14).

Finalmente, após tantas dificuldades e tribulações, em dezembro de 1944, a obra de alvenaria fica pronta e é abençoada por Frei Cipriano Brassler, então Comissário no Mato Grosso. Porém, a etapa final de acabamentos não havia sido realizada, e no início de 1945, os trabalhos no interior da igreja como preparação do piso, caiação das paredes e colocação de bancos foram feitos (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 14v.). Somente em outubro, o trabalho artístico na igreja é finalizado pelo pintor e escultor Frei Luiz Gunkel. Frei Hygino Latteck não deixa de registrar sua satisfação com a obra de arte: “Queira Deus que fique incólume para sempre a obra dele!” e, em dezembro, são realizadas as obras no piso (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 15v.). Como não foi especificado qual seria essa obra de arte, sugerimos que trata-se de alguns desenhos sacros e escritos bíblicos que foram feitos no interior da igreja e serão mencionados ao nos referirmos à fotografia 10.

De acordo com algumas fontes fotográficas pesquisadas que são datadas do período da década de 1940 e 1950, percebemos que a fotografia abaixo mostra, além da Igreja Matriz, também a Casa Paroquial, mudanças consideráveis na fachada da igreja, a presença de um sino na parte superior à esquerda, fios de eletricidade e observa-se ainda, uma pequena mureta do lado oposto da rua.

¹¹³ Conhecido também como exorcismo de São Miguel Arcanjo, trata-se de uma oração contra *Satanás e espíritos malignos*. Fonte: http://www.arcanjomiguel.net/exorcismo_leao_satana.html. Acesso em: 27/01/2017.

Fotografia 9 - Casa Paroquial e Igreja Matriz



Fonte: Arquivo pessoal Solenyr Araujo

A fotografia 9, cuja versão original encontra-se no CDR/UFGD e não foi aqui utilizada pelo estado de comprometimento de sua nitidez, é uma réplica digitalizada e escurecida, e foi-nos cedida pela funcionária da Cúria Diocesana de Dourados, Solenyr Araujo. Analisando as informações relevantes contidas em sua ficha de identificação do CRD/UFGD, na Coleção *Eventos Religiosos*, encontra-se seguinte datação: *de 1941 a 1958*, justamente o período compreendido entre a construção da 2ª igreja (Matriz), e a terceira igreja (Catedral Diocesana)¹¹⁴. Além disso, foi inserida digitalmente uma datação no canto inferior à direita: *1952*, porém sem nenhuma justificativa para tal inserção. As informações contidas nas fontes não são suficientes para afirmar ou negar tal data, porém se nos reportarmos às informações relacionadas à questão da energia elétrica na área central, bem como à construção da mureta do outro lado da rua, poderemos esclarecer melhor a datação da fonte. A Usina Termoelétrica Senador Filinto Muller¹¹⁵ foi inaugurada em Dourados no ano de 1949 e tinha como objetivo abastecer a região central, sobretudo as atuais ruas: Marcelino Pires, Weimar Gonçalves Torres e Joaquim Teixeira Alves (PINTO, 2015, p. 85). Já a atual Praça Antônio João recebeu várias melhorias durante o final da década de 1940, dentre elas

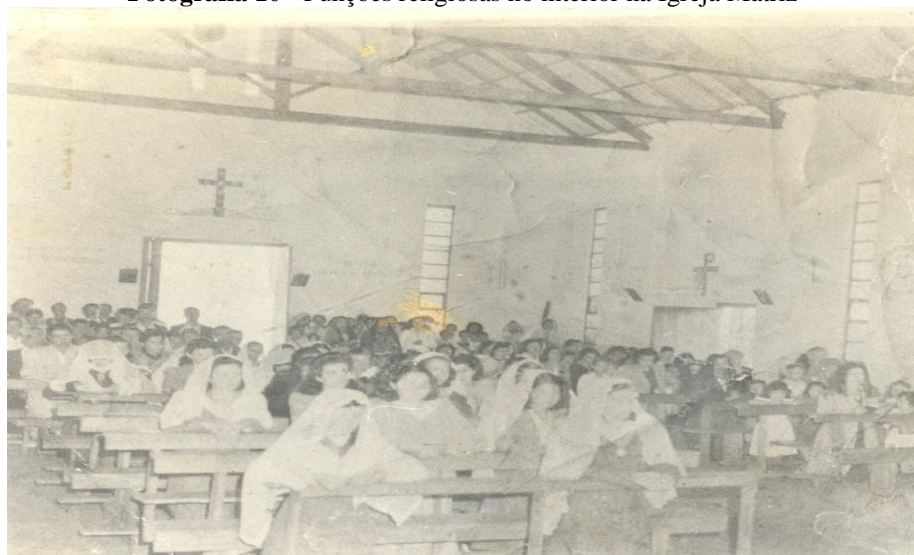
¹¹⁴ Ao que tudo indica, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição foi marcada por três construções e várias reformas. Atualmente há uma placa de bronze localizada no chão da entrada principal da Catedral, a qual foi colocada durante a última reforma em 2015, com as seguintes informações: 1ª Capela: 08/12/1925; 2ª Igreja: 31/12/1944; 3ª Igreja Pró-Catedral: 08/12/1960; 1ª reforma e Dedicção: 11/02/1990; 2ª reforma: 24/12/2000; 3ª reforma: 12/06/2015. Acompanhado das datas há o registro do nome do bispo responsável pela Diocese no referido momento histórico.

¹¹⁵ Para saber mais sobre a temática, consultar: PINTO, Maiara Laís. *Da Usina termoelétrica Senador Filinto Muller à usina velha: contribuição da história de um patrimônio histórico-cultural douradense*. Dourados: UFGD, 2015 (Dissertação de Mestrado).

arborização, calçada, passeios e uma mureta protegendo sua área¹¹⁶. Assim, de acordo com os elementos apresentados, pode-se concluir que a fotografia remete à década de 1950, e a data 1952 pode estar realmente correta.

Outra fonte nos mostra o interior da Igreja Matriz em uma função religiosa. Nela, nota-se que o desenho da porta e das janelas acompanha o estilo arquitetônico apresentado na fotografia 9, desenhos sacros e crucifixos nas paredes, sendo que na parede do lado direito da porta de entrada, pode-se ler, ao ampliarmos a imagem, as seguintes passagens bíblicas relacionadas a uma morte simbólica: *Felizes os que morrem no Senhor*¹¹⁷ e do lado esquerdo: *Ordena tua casa porque morrerás*¹¹⁸. Além disso, observamos que a igreja está lotada de fieis, muitos estão em pé. Mulheres e crianças, em sua maioria, sentam-se à frente e homens se posicionam na parte do fundo.

Fotografia 10 - Funções religiosas no interior na Igreja Matriz



Fonte: Acervo pessoal Sr. Manoel Capilé;
Centro de Documentação Regional da FCH/UFMG - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

Segundo informações do Sr. Manoel Capilé que possui a fotografia original¹¹⁹, trata-se de uma missa dominical ocorrida em 1946. Aparecem na fotografia membros de sua família e

¹¹⁶ Informações publicadas em 06/03/2007 pelo jornalista Theodorico Luis Viegas no jornal *on line Dourados News*, sob o título: *Praça Antônio João*.
Fonte: <http://www.douradosnews.com.br/arquivo/praca-antonio-joao>. Acesso em: 27/01/2017.

¹¹⁷ Apocalipse 14:13.

¹¹⁸ Isaías 38:1-8.

¹¹⁹ As cópias digitalizada e impressa também podem ser consultadas no CDR/UFMG, Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*.

duas conhecidas: Teodoro Capilé, Lourdes Capilé, Antônia Cândido de Melo (Tunica) e Francisca de Carvalho (Quinha), da qual ele lembra: “essa filha de Maria nunca casou”¹²⁰.

Solenyr Araujo nos ajuda a compreender as diferentes organizações católicas presentes na fotografia, através dos adereços que compõem a vestimenta: Ao *Apostolado da Oração* pertenciam as mulheres casadas e usavam véu preto; *As Filhas de Maria* eram as mulheres solteiras e caracterizavam-se pelo uso de véu branco, expressando e representando a virgindade; já os homens fotografados poderiam pertencer ao *Congregado Mariano*¹²¹. De acordo com os registros do Livro Tombo I da Paróquia de Dourados, o *Apostolado da Oração* foi a primeira associação católica de Dourados, fundada em 1930. Já as organizações *Filhas de Maria*, *Reunião do anjo da guarda*, destinadas às crianças e *Senhores Católicos* foram fundadas em 1941 (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 8). Porém, outras fontes atestam a existência de associações ainda na década de 1920, por exemplo, Amaral (2005, p. 44) menciona a criação do *Apostolado da Oração* em 1926 e o jornal *O Progresso* noticia a atuação das *Filhas de Maria* em 1927 (*O Progresso*, 03/07/1927, p. 1).

Algumas pequenas mudanças foram realizadas na Igreja Matriz no final da década de 1940. Em 19 de dezembro de 1947 o então vigário, Frei Antonino Schwenger, fez uma alteração no altar lateral para criar, segundo ele, uma *sacristia fictícia*. A readequação dos altares mais à frente e a colocação de um fundo de pano verde atrás dos mesmos permitiu que os franciscanos pudessem se paramentar de forma mais adequada e agradável. A imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição também foi transportada para o “altar do lado da Epístola¹²²” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 19v.). E uma aquisição importante foi feita em 1948, deixando, de acordo com o vigário, o mês de maio mais animado. Um novo harmônio chegou no primeiro dia do mês, tendo custado 6.000 cruzeiros (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 20). Entende-se que esse seria o segundo harmônio que a igreja possuiu, pois em 3 de junho de 1932 uma família da localidade havia feito uma doação de tal instrumento para a igreja (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ DE PONTA PORÃ (1928-1961), p. 62 v.), não sendo registrado nesse ínterim, ao menos em Livros Tombo paroquiais, nenhuma outra ocorrência nesse sentido. Um

¹²⁰ Informações obtidas através de conversa informal no dia 21/06/2016.

¹²¹ Informações obtidas através de conversa informal no dia 17/06/2016.

¹²² Referem-se às primeiras cartas escritas pelos apóstolos e direcionadas as primeiras comunidades cristãs. Pode ser também um texto lido ou cantado em celebrações (missas) católicas e retirado do Antigo ou do Novo Testamento. Como em outubro de 1945 a igreja recebeu algumas pinturas sacras em seu interior, pode-se sugerir que havia sido pintada na parede alguma *Epístola*.

pequeno registro, em fevereiro de 1952, aborda a notícia da aquisição de novos bancos (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 24v.), muito provavelmente devido ao crescimento populacional de fiéis católicos frequentadores da para a Igreja Matriz.

Ao encerrarmos a escrita do segundo capítulo da dissertação, percebemos que a construção literal e simbólica do patrimônio cultural religioso pesquisado foi acompanhada de significados simbólicos apropriados socialmente e são elementos que fazem parte da construção da identidade social local. Assim, quando nos reportamos à gênese dessa construção, não podemos deixar de pensar e historicizar as relações sociais, nesse caso e, sobretudo, religiosas existentes entre os indivíduos que interagem nessas relações que abarcam processos migratórios, multiculturalismos, relações de poder e vivências culturais. Todas essas expressões fazem parte da produção da memória e da identidade do douradense.

Nota-se que a mesma paisagem urbana do povoado - com seus aspectos arquitetônicos, a igreja centralizada nesse espaço, o cotidiano de católicos e não católicos utilizando e vivenciando esse espaço central urbano enquanto elemento social e cultural de relações - é passível de uma pluralidade de significados de uso por parte desses grupos: Igreja, Estado e comunidade. E essas relações se sobrepõem, se antagonizam, negociam-se mutuamente e se combinam de acordo com os interesses desses grupos sociais. Essas percepções de mundo provêm do olhar de cada grupo, Igreja, seus fiéis locais e o governo local que, de acordo com suas atuações histórico-social e estéticas, vão atribuir sentido singular e valor simbólico ao patrimônio cultural religioso, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição.

CAPÍTULO 3

O SIMBÓLICO E O MATERIAL: O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO CONSOLIDADO

*“O patrimônio elabora-se, em cada instante,
com base na soma de seus objetos, na
configuração de suas afinidades e na definição
de seus horizontes”.*
(Dominique Poulot)

Neste terceiro e último capítulo apresentam-se os elementos físico-simbólicos que, devido a seus contextos históricos, sociais e religiosos, foram influenciadores e legitimadores da expansão e consolidação do patrimônio cultural religioso pesquisado. Primeiramente optou-se em realizar uma abordagem teórica relacionada ao contexto dos espaços físico-simbólicos na perspectiva da memória coletiva para a formação de um patrimônio cultural religioso, por entender que se faz necessária a compreensão de tais processos para a consolidação da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição enquanto patrimônio cultural religioso local. Nesse contexto, torna-se indissociável a representação patrimonial religiosa da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição à da Casa Paroquial, do Patronato de Menores (atualmente Cúria Diocesana e Salão Paroquial) e da Praça Antônio João. Assim, se fez necessário abordar os elementos do entorno da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, pois, juntamente com ela, desenvolveram-se e formaram um conjunto arquitetônico que confere a beleza e grandeza da arquitetura na organização urbana, bem como a experiência simbólica ativada por esses elementos através da organização e participação dos indivíduos moradores, sobretudo dos fiéis católicos. Finalizando a dissertação, aborda-se a elevação da Igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição à Catedral da Diocese de Dourados, na perspectiva da consagração do patrimônio cultural religioso, apresentando os contextos histórico e social, paralelos ao do desenvolvimento da própria cidade de Dourados.

3.1. Espaços físicos e simbólicos da cidade: a relação da memória coletiva com o patrimônio cultural religioso

Para iniciar esse capítulo que tratará sobre os elementos materiais-simbólicos que traduzem e significam o patrimônio cultural religioso pesquisado, fez-se necessário realizar uma introdução teórica em relação a problemática e a contextualização histórica de tais lugares, que são fundamentais para alicerçarem, além das análises constantes neste capítulo, às contribuições para as considerações finais da dissertação.

Nesse sentido, tomaremos a cidade de Dourados como base para a organização e ordenamento dos elementos arquitetônicos e culturais religiosos abordados nesse capítulo: Casa Paroquial, Patronato de Menores, Praça Antônio João e Catedral Imaculada Conceição para, através das contribuições dos estudos da memória coletiva, sobretudo as relações sociais que os indivíduos moradores locais têm com esses elementos, historicizar e discutir o processo de fundamentação e legitimação do objeto pesquisado enquanto patrimônio cultural religioso.

Maurice Halbwachs (2003) dedica o capítulo IV de seu livro *Memória coletiva* para abordar a temática *Memória coletiva e espaço*, sendo que parte do capítulo é destinada aos espaços considerados *religiosos*, pois para o autor, “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 2003, p. 170).

Como em um ciclo dinâmico, os espaços são e estão indissociáveis dos grupos sociais que, por sua vez, produzem memórias coletivas que significam os espaços simbolicamente, estando limitados territorialmente por uma cidade. Ou seja,

[...] a maioria dos grupos, não apenas que resultam da justaposição permanente de seus membros, nos limites de uma cidade, de uma casa, ou um apartamento, mas também muitos outros, esboçam, de algum modo, sua forma sobre o solo e encontram suas lembranças coletivas no contexto espacial assim definido. [...] Assim, cada sociedade recorta o espaço à sua maneira, mas de uma vez por todas ou sempre segundo as mesmas linhas, de maneira a constituir um contexto fixo em que ela encerra e encontra suas lembranças... [...] Jamais saímos do espaço (HALBWACHS, 2003, p. 187-188).

Silva (2011) aponta a relação dos espaços com a produção histórica dos grupos sociais e seus símbolos, no contexto arquitetônico da cidade. Para a autora,

Uma cidade se transforma com a passagem do tempo através da inserção, da perda e da modificação dos bens materiais que compõem o seu acervo urbano e arquitetônico. Pode ser vista como um documento ao passo que registra, através dessa produção arquitetônica e urbanística, os acontecimentos históricos e

modificações socioculturais. Os bens edificados simbolizam como a sociedade viveu e se apropriou do espaço urbano (SILVA, 2011, p. 72).

Essa apropriação do espaço urbano que irá legitimar certos símbolos associados a determinados grupos sociais é realizada, também, através das produções relacionadas às memórias desses grupos e das diversas relações que os compõem.

A memória que garante a permanência desta situação se baseia na permanência do espaço ou, pelo menos, na permanência da atitude adotada pelo grupo diante dessa porção do espaço. Deve-se considerar aqui, como um conjunto de coisas, e os signos ou símbolos que a sociedade a ele associou, que tão logo ela volta a sua atenção para o mundo exterior, estão sempre presentes em seu pensamento (HALBWACHS, 2003, p. 172).

Desse modo, a memória de um determinado lugar é constantemente vivenciada e construída pelos indivíduos que nele habitam através das relações sociais que perpassam seu cotidiano. Não há cidade sem a memória sobre o que nela existiu e/ou foi produzido. As relações de afeto, as construções simbólicas entre os indivíduos são herdadas e legadas através das gerações, como referenciais históricos, dentro dos grupos sociais. A materialidade construída tende a ser mais rememorada, pois é vista e se destaca no âmbito da cidade, além de favorecer as relações sociais dentro do contexto urbano de determinado grupo, auxiliando, dessa forma, a memória coletiva a partir de determinados lugares (SILVA, 2011, p. 72).

Por outro lado, a memória do lugar elege determinados prédios como elementos de identidade do espaço urbano e do cotidiano, mantendo-o como referência espacial. Assim, o espaço urbano indica relações entre o ambiente físico e os indivíduos que ali vivem, “testemunhando passado e presente e mantendo-se como herança” (SILVA, 2011, p.47).

O espaço é um suporte para as ações culturais e históricas, em que a memória está inserida, servindo como referência para manter a identidade coletiva. Assim, observa-se que a memória não pode ser considerada um processo fragmentado de lembrar do que já passou, mas é uma referência do passado que está ancorada em tradições, crenças e hábitos culturais definidos no presente. Neste sentido, é uma reconstrução do passado com base na vivência do presente (ALVES, 2013, p. 43).

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento publicou um artigo em 2008 sobre a centralidade urbana dentro da perspectiva da história e da memória, constatando que, dentro do contexto urbano, as memórias têm como foco principal os espaços significados dentro da perspectiva coletiva e que são dotados de especificidades sociais, culturais e históricas. Dentro do contexto do espaço urbano, os indivíduos se reportam a determinados pontos de significação que o remetem a uma época passada. Dessa forma, a cidade se constitui em “uma

obra de seus habitantes que transformam o espaço e agregam-lhe significados e materialidade” (ALVES, 2013, p.47). Além da materialidade, os aspectos simbólicos, ou seja, a imaterialidade, também se faz importante para compreender esse cenário.

Uma cidade possui seus mitos, suas lendas, suas histórias extraordinárias, transmitidas de boca em boca, de geração em geração, através da oralidade. A história e a memória de uma cidade é também o boato, o ouvir dizer, o relato memorialístico que se apóia não só na lembrança pessoal de quem evoca, mas também naquilo que foi contado um dia por alguém cujo nome não mais se sabe. (PESAVENTO, 2008, p.07).

Nesse sentido, o patrimônio cultural religioso apoiado em sua materialidade e também nos aspectos simbólicos a ele associados, acaba por condicionar uma estreita relação com o espaço, e no caso de Dourados, esse espaço é o da centralidade urbana.

Observa-se, assim, que existe uma relação íntima, e quase indissociável, entre um espaço e o patrimônio, onde o último é um elemento cultural, um resquício do passado que, ao mesmo tempo, faz parte do presente. Assim sendo, o patrimônio é um excelente instrumento para a análise espacial, através de suas materialidades, de seus traços, de seus usos, de suas funções, do seu entorno e da sua representatividade dentro da paisagem. [...] Neste sentido, o patrimônio cultural faz referência a elementos significativos que condicionam a produção do espaço, uma vez que ele é o resultado de ações sociais e culturais sobre um espaço que representa um período ou uma cultura específica, sendo assim é a marca do passado que está representada no presente, material e/ou imaterialmente (ALVES, 2013, p. 29;32).

A relação entre o patrimônio cultural religioso e o espaço utilizado pelo mesmo em determinada cidade é, dessa maneira explicada por Halbwachs:

As religiões estão solidamente instaladas sobre o solo, não apenas porque esta é uma condição que se impõe a todos os homens e todos os grupos, mas um grupo de fieis é lavado a distribuir entre as diversas partes do espaço o maior numero de ideias e imagens que defende (HALBWACHS, 2003, p. 170).

E, nesse sentido, “a Igreja Católica representa um espaço de significação e (re)significação cultural que norteia, em vários tempos históricos, desde o período da colonização até os dias atuais, o processo de formação da nossa identidade cultural” (ROCHA, 2011, p. 41). Halbwachs (2003) ainda discorre sobre a relação das memórias de grupos religiosos com a percepção de determinados locais, pois “para essas sociedades, a separação essencial entre o mundo sagrado e o mundo profano se realiza materialmente no espaço” (HALBWACHS, 2003, p. 182-183). Assim, a igreja tem papel fundamental dentro da simbologia patrimonial memorialística, pois

A igreja não é somente o lugar em que se reúnem os fiéis e o recinto em cujo interior as influências dos meios profanos não penetram. Em primeiro lugar, ela se distingue de todos os outros lugares de reuniões, de todas as outras sedes de vida coletiva. A distribuição e arrumação de suas partes respondem às necessidades do culto e se inspiram em tradições e pensamentos do grupo religioso (HALBWACHS, 2003, p. 184).

O autor ainda faz uma crítica ao fato da Igreja Católica acreditar que, embora todo o cenário urbano esteja a todo tempo mudando e se desenvolvendo, “a sociedade religiosa quer se convencer de que não mudou” (HALBWACHS, 2003, p. 187). Para o autor, a justificativa encontra-se no fato de que

Ela só consegue isso encontrando os lugares, ou reconstruindo à sua volta uma imagem ao menos simbólica dos lugares em que se constituiu - porque os lugares participam da estabilidade das coisas materiais e é fixando-se neles, encerrando-se em seus limites e sujeitando nossa atitude à sua disposição que o pensamento coletivo do grupo dos crentes tem maior oportunidade de se imobilizar e durar. Esta é realmente a condição da memória (HALBWACHS, 2003, p. 187).

Castriota (1999) alerta que é importante considerar, dentro dos estudos patrimoniais, a questão da sua amplitude, “que deve ser contemplada em todas as suas variantes: devem-se trabalhar todos os diversos suportes da memória - as edificações e os espaços, mas também os documentos, as imagens e as palavras” (CASTRIOTA, 1999, p. 5). Nesse sentido, o patrimônio cultural religioso, em seu aspecto arquitetônico “passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo” (CASTRIOTA, 1999, p.135). De fato,

O patrimônio arquitetônico é protagonista da história da cidade, elemento dinâmico, atuante e vivo, presente em prédios privados e públicos, vias públicas, mobiliário, nas relações de trabalho, nas festas e costumes da comunidade, na culinária, nos jogos, brincadeiras e todas as demais manifestações culturais (SILVA, 2006, p. 28)

E a cidade, uma espécie de palco para a dinâmica cultural do patrimônio, também não é estática, ao contrário, é formada de indivíduos que nela vivem suas experiências, produzem suas memórias, elegem seus patrimônios, utilizam determinados lugares para legitimar suas relações sociais, interagindo nos contextos sociais, culturais e religiosos. “A cidade não é apenas um conjunto de casas, ruas, edifícios com variadas formas e usos diferenciados por onde circulam pessoas e mercadorias, é um território ocupado pelos atores culturais, políticos e econômicos que o modelam social e espacialmente” (ALVES, 2013, p. 45).

Voltando-nos para a discussão do objeto pesquisado, que foi produzido por um recorte de certas memórias de determinado grupo social, dentro de um contexto próprio de povoamento da cidade de Dourados, verificamos a importância do centro urbano para a legitimação da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição enquanto patrimônio cultural religioso. Nesse sentido, Pesavento (2008) nos auxilia com a constatação de que o processo de instalação de certos elementos culturais, políticos ou religiosos ou locais de interação social, irão articular a formação de centros urbanos.

- primeiramente, os elementos, por assim dizer, estruturais que presidiram o traçado e organização do espaço físico e do espaço construído e que se revelam em termos de uma materialidade;
- a seguir, a apropriação deste espaço no tempo, construindo a experiência do vivido e transformando este espaço em território, dotado de uma função e onde se manifestam as relações de sociabilidade;
- por último, a dotação de uma carga imaginária de significados a este “espaço-território” no tempo, transformando-o em lugar portador do simbólico e das sensibilidades. Se utilizássemos a metáfora do corpo para nos referirmos à cidade, diríamos que eles se constituem no esqueleto, na carne e na alma de uma cidade e que o recorte escolhido por nós para pensar a história e a memória – o centro urbano – é o coração (PESAVENTO, 2008, p. 3).

Nesse sentido, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, sua Casa Paroquial, a escola Patronato de Menores (posteriormente Educandário Santo Antônio) e a Praça Antônio João, constituem-se em elementos culturais, políticos, religiosos e, no caso mais específico da praça, local de interação social que irá marcar o centro urbano de Dourados, através das memórias produzidas pelos indivíduos que se relacionam dentro do contexto da cidade, não obrigatoriamente participando do grupo social católico local. Assim, o que gostaríamos de evidenciar nas próximas páginas é que tais elementos não estão dispostos aleatoriamente no cenário urbano central da cidade de Dourados. Ao contrário, formam um destacado conjunto arquitetônico no *coração* da cidade, têm intrínseca relação histórica, social e sobretudo, religiosa com a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição e, dessa forma, participam também da legitimação da mesma enquanto patrimônio cultural religioso local. Ao abordarmos o viés religioso desses elementos, percebemos que, aos poucos, eles se entrelaçam, muitas vezes se sobrepõem, outras vezes, se antagonizam nas inúmeras e variadas relações constantes em seus processos históricos.

3.1.1 A Casa Paroquial

As condições gerais da paróquia de Dourados assumida pelos franciscanos eram consideradas precárias, e dentre elas estava a questão da moradia. Não havia nada mais do que a pequena igreja e, sendo assim, Frei Hygino Latteck ocupou sua sacristia até que fosse construída a residência paroquial, de madeira, a qual acrescentou um salão.

Nestes dias¹, o Sr. Antônio Borges Capilé começou com o serviço da casa paroquial. O Frei Eucário Schimitt, comissário dos franciscanos no Mato Grosso me deu, graças a Deus, para a construção da nomeada casa por presente a importância de seis contos de réis. A casa contém quatro cômodos (3 x 4 m), uma casinha² e varanda (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 7v.).

Durante a etapa de busca de fontes, foi encontrada uma fotografia que acredito ser a mais antiga disponível nos arquivos pesquisados, da casa onde os franciscanos moraram. Ela faz parte do acervo do CDR/UFGD, Coleção *Memória fotográfica de Dourados*, está sob o registro nº 4 e traz em sua ficha de identificação a indicação que se trata da década de 1940. Apesar da nitidez da fotografia encontrar-se comprometida, sua ficha descreve, dentre outros aspectos, uma casa de madeira, com uma cerca em volta, uma varanda, assim como relatado em outras fontes pesquisadas.

Fotografia 11 - Casa Paroquial



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

¹ O registro é de 10 de janeiro de 1941.

² Uma espécie de banheiro externo antigo (latrina), ainda comum em algumas áreas rurais (e acredito que urbanas também) da região nos dias de hoje.

Outro registro, mais detalhado, explica como era a casa paroquial, bem como as inúmeras dificuldades pelas quais passaram os franciscanos enquanto habitaram-na.

Esta casa paroquial, respectivamente residência, foi naturalmente só a rés do chão, coberta com telha de madeira e abrangia, além do já citado salão que servia também para sala de reuniões, três quartos, um assim chamado refeitório, e uma cozinha primitiva. Através das paredes com muitas fendas não só encontrava livre bicharedo de toda a espécie, mas também o fino pó vermelho que fazia da vida em Dourados, durante a seca, ao menos um purgatório; durante o tempo de chuva a água corria pelas paredes abaixo, não só fora, mas também dentro. Com os inúmeros tiroteios entre algumas famílias que viviam em vingança de morte, uma casa de madeira, além disso, não oferecia suficiente segurança, assim que não poucos douradenses preferiam em tais circunstâncias dormir, não em cima, mas embaixo da cama. Esta foi, portanto, o “conventinho” dos franciscanos douradenses durante longos quinze anos (Theodoro³ Leitz, “Unsere Residenz in Dourados” in Thur. Franc. 12 [1957]: 71 apud KNOB, 1988, p. 278).

Ao que parece, a questão da violência, mesmo na área urbana, se fazia presente no cotidiano dos douradenses à época. Segundo Benfica (2014), essa era uma das grandes preocupações dos franciscanos, uma vez que até o final da década de 1950, havia uma espécie de “toque de recolher devido ao banditismo” após as oito horas da noite, devido ao medo da população ocasionado por “conflitos armados” existentes entre os próprios moradores (BENFICA, 2014, p. 26⁴). Outra questão interessante apontada na narrativa é o *fino pó vermelho* mencionado, pois se trata de uma marca, praticamente faz parte da *identidade* de Dourados, pertence a esse espaço, como também ao morador. “As identidades, enquanto sensação de pertencimento são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual” (PESAVENTO, 2008, p. 2). A terra vermelha e a poeira, que ainda atualmente presenciamos na cidade, sobretudo nos meses de agosto e setembro com os fortes ventos, é mencionada em vários textos memorialísticos, poesias, músicas, artigos publicados na imprensa e em trabalhos acadêmicos de graduação e pós-graduação.

As dificuldades e tensões apontadas nos relatos acima faziam parte do cotidiano e da vivência dos missionários franciscanos, aliadas às características próprias de sua *Ordem Religiosa* como a renúncia, o isolamento e a solidão missionária. Mesmo assim, era importante que o franciscano tivesse em sua mente e presente em suas práticas religiosas o otimismo e “alegria indomável” (ELSING, 1988, p. 39). Desse modo, os franciscanos

³ Não foi encontrada a referência *Theodoro Leitz* nas fontes pesquisadas. É possível que seja o franciscano *Teodardo Leitz*, um dos cronistas de obra memorialística *A missão franciscana do Mato Grosso*, de autoria de Pedro Knob. Teodardo Leitz foi vigário de Dourados entre 1952 e 1961 e por alguns meses no ano de 1970 (KNOB, 1988, p. 275) e também bispo da diocese de Dourados entre 1971 e 1990.

⁴ Trecho atribuído à fonte oral do autor. Consta na referência: Entrevista AZEVEDO, 2006.

atenderam à população católica, por mais de uma década, tendo como moradia e local de trabalho uma casa simples, com problemas *de toda ordem* e prosseguiram com sua ação missionária por toda a paróquia de Dourados por várias décadas.

Passados alguns anos, a casa paroquial já tinha se tornado velha, insuficiente e “onerosamente notória”, não acompanhando o crescente serviço pastoral e o desenvolvimento do município de Dourados (KNOB, 1988, p. 278). Desse modo, os franciscanos iniciam o planejamento para a construção de uma nova casa paroquial, que atendesse à crescente demanda de fieis, bem como aos anseios de progresso e modernidade da época. Segundo Frei Teodardo Leitz, era necessário “um prédio mais amplo e mais próprio também para o despacho paroquial” e foi construído “graças a Deus e à ajuda de muitos amigos” (*O Progresso*, 01/01/1956, p. 2).

Frei Pedro Knob apresenta o contexto histórico:

No ano de 1953, a Missão Franciscana conseguiu comprar um terreno ao lado da igreja matriz para construir uma nova residência ou convento franciscano. A planta foi projetada pelo então vigário, Frei Teodardo Leitz, em conjunto com o irmão Frei Valfrido Stahle. Construiu-se um prédio de dois pisos em estilo colonial moderno. Em 30 de janeiro de 1955, deu-se início à obra que foi entregue aos cuidados do Sr. Antônio Spoladore. As obras correram bem, de modo que, no começo de janeiro do ano seguinte, os frades já puderam entrar no novo “Convento dos padres franciscanos de Dourados” que, segundo voz corrente do povo, era, na época, “a mais bela construção de Dourados” (KNOB, 1988, p. 278).

Fotografia 12 - Construção da Casa Paroquial



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFMG - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

Fotografia 13 - Casa Paroquial - Convento Franciscano



Fonte: Arquivo pessoal digitalizado da Sra. Solenyr Araujo

Duas fotografias, registradas em momentos distintos, mostram a casa paroquial e o processo da construção do referido prédio, sendo que na fotografia 12 pode-se observar a casa paroquial ainda em construção e na fotografia 13, a obra em fase de encerramento. Pode-se notar que a nova casa paroquial realmente foi, para a época, uma construção que se destacou na área central urbana da cidade. Trata-se de um prédio grande, imponente, moderno para a época, com vários detalhes arquitetônicos, sobretudo com a característica de lateral arredondada e destacava-se, até mesmo perante a Igreja Matriz, localizada ao seu lado. As impressões de um morador sobre a obra foram publicadas no jornal *O Progresso*, na coluna *Aquarela da vida*, assinada por Jota Junior, o qual narra a visita e descreve o interior da construção.

Na quarta feira passada, acompanhados do mais antigo dentista desta terra que outro não é senão o velho Pissini, resolvemos fazer uma visita às obras do futuro convento de Dourados, localizadas na esquina da rua Paraná e Minas Gerais⁵. Havíamos a tempo notado que, entre as construções que estão sendo levadas a efeito, no perímetro urbano, aquela se sobressaía pelo seu aspecto magestoso e imponente. Mas não havíamos penetrado ainda em seus meandros e, não conhecíamos portanto o interior do precioso edifício. [...] Logo a primeira vista notamos a suntuosidade do edificio em vias de conclusão. Dotado de espaçosas salas, amplo refeitório e confortáveis quartos, está ali sendo formado um conjunto onde a arquitetura pode perfeitamente ser apreciada, quer pela arte, quer pela técnica (*O Progresso*, 22/01/1956, p. 4).

A publicação também é direcionada a elogiar e parabenizar a ação do vigário Frei Teodardo Leitz e, por consequência, à Igreja Católica local, inclusive exaltando a construção

⁵ Atuais ruas Joaquim Teixeira Alves e João Cândido Câmara, respectivamente.

ao ponto desta poder ser admirada por um dos mais destacados arquitetos do Brasil, Oscar Niemayer. Nesse clima de agradecimento e/ou de bajulação, o redator d'*O Progresso* intitula dessa forma sua narrativa: *Bravos, Frei Teodardo!!!*

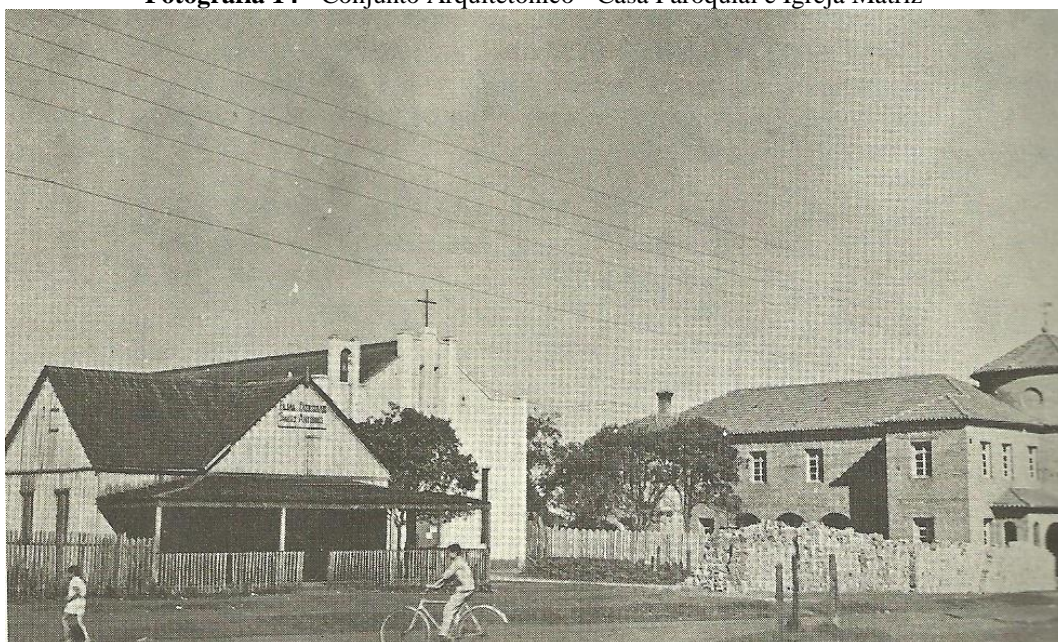
[...] dali saímos convictos de que os franciscanos de Dourados dirigidos pelo Frei Teodardo vieram trazer para a nossa terra uma nova era de prosperidade, empregando todos os seus recursos em favor deste município que muito deve a religião católica. Em resumo, o prédio que visitamos na quarta-feira última é digno não somente da admiração de pobres leigos como nós, mas também, digno da admiração do próprio Niemayer, porque é de fato uma grande construção! (*O Progresso*, 22/01/1956, p. 4).

Frei Teodardo Leitz também se pronunciou em relação à nova Casa Paroquial, afirmando que “embora talvez pecasse um pouco contra a simplicidade franciscana, mas finalmente a causa católica também se faz presente externa e dignamente” (KNOB, 1988, p. 278). Por fim, aproveita o registro para afrontar e comparar o prédio católico com os dos protestantes, ensejando mais uma *jogada* nessa disputa de mercado de bens religiosos com seus símbolos patrimoniais, tão marcante no município: “até então **todas as construções representativas de Dourados eram dos protestantes** norte-americanos, que se esforçavam na sua atividade proselitista para dar a Dourados um aspecto protestante⁶” (KNOB, 1988, p. 278, destaques meus).

Assim, em 2 de janeiro de 1956, o *Convento Franciscano de Dourados* é inaugurado. O relato no Livro Tombo I da Paróquia de Dourados sobre esse evento é bastante simples, na verdade apenas é mencionada a informação de que se trata de um patrimônio da Missão Franciscana de Mato Grosso, sua localização, com as seguintes características: “casa de sólida construção, 2 andares, 10 x 25 m” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 36). O vigário, muito provavelmente animado com a mudança e aliviado por estar deixando a antiga casa paroquial, avisa aos fieis que devem a partir de agora procurá-lo “não mais na **casa velha**, e sim no **Convento novo**” (*O Progresso*, 01/01/1956, p. 2, destaques meus).

⁶ Provavelmente refere-se à Escola Erasmo Braga e ao templo da Igreja Presbiteriana que logo seria inaugurado. Porém, é difícil imaginar como essas construções dariam à Dourados um aspecto protestante, provavelmente seria um caráter protestante. Percebe-se que o objetivo do discurso vai além do aspecto simbólico, evidenciando também, as marcas materiais da atuação Protestante no município. Assim, trata-se de mais um embate entre Catolicismo e Protestantismo na cidade.

Fotografia 14 - Conjunto Arquitetônico - Casa Paroquial e Igreja Matriz



Fonte: Knob (1988, p. 276).

Quando observamos o conjunto arquitetônico: primeira casa paroquial, nova Igreja Matriz e segunda casa paroquial, notamos, dentre outros aspectos, a mudança do contexto central urbano da cidade de Dourados, pelo viés dos prédios católicos. Tal mudança que se iniciou ainda com a construção da capela em 1925, passando para a casa paroquial de madeira em 1941, depois a nova Igreja Matriz em 1944 e, por fim, a segunda casa paroquial em 1956 juntamente com as reformas que se seguiram durante as décadas posteriores, formando, assim, o conjunto arquitetônico da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, evidenciando um patrimônio cultural religioso consolidado.

Fotografia 15 - Conjunto Arquitetônico Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição



Fonte: Arquivo pessoal digitalizado da Sra. Solenyr Araujo

As transformações evidenciadas neste conjunto arquitetônico e neste espaço urbano forjaram a construção de um patrimônio cultural religioso que agrega, além do principal templo católico - a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, outros elementos físicos e simbólicos que, aos poucos, vão construindo e formando o sentido do que será patrimônio para a comunidade local. Nesse sentido, há também uma apropriação desses espaços que, aos poucos, a Igreja Católica vai adentrando, conquistando, transformando, modernizando e sobretudo, legitimando enquanto símbolo de uma religião específica, mas que, por outro lado, extrapola esse sentido e se torna um símbolo do patrimônio cultural religioso para os moradores da cidade.

3.1.2. A Igreja Católica e a educação: o Patronato de Menores⁷

A área educacional em Dourados se constituía em um dos segmentos que a Igreja Católica diocesana tentava adentrar e se firmar desde a chegada dos franciscanos, quando assumiram a paróquia no início da década de 1940. Com um crescente contingente populacional, caracterizado pelo multiculturalismo, continha, na visão da Igreja Católica,

⁷ Para Canclini (2003), “o patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado” (p. 162), sendo que “ a escola é um palco fundamental para a teatralização do patrimônio” (p. 164). O sentido de teatralizar o patrimônio, para o autor, está em entender que as relações da modernidade com o passado requerem examinar as operações de ritualização cultural. Nesse sentido, “para que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que as construíram ou se apropriaram delas, é necessário colocá-las em cena” (CANCLINI, 2003, p. 161-162).

traços de ignorância religiosa e inconsistência nas práticas da fé. Sendo assim, os franciscanos vislumbravam que, com a criação de escolas “poderiam formar uma nova geração, mais entrosada na vida da Igreja e na prática da religião” (KNOB, 1988, p. 73). Além disso, havia também o objetivo de se fazer frente à instituição educacional presbiteriana Erasmo Braga, de caráter confessional protestante, criada em 1939. Assim, Frei Hygino Lateck, indignado, se questiona: “Era nos torturar ver filhos de chacareiros e fazendeiros católicos nas fileiras da escola protestante. Que podíamos fazer que não fizemos ainda? (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 14v-15).

Uma primeira iniciativa por parte da Igreja Católica nesse sentido ocorreu em agosto de 1941, quando Frei Hygino Latteck anunciou a chegada de três freiras franciscanas para atuarem no ensino de crianças. Iniciaram seus trabalhos com 26 alunos na sede da *Escolas Reunidas*⁸ e, posteriormente na escola paroquial *Imaculada Conceição*⁹ (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 8v.). Porém, em dezembro de 1944, as freiras fecham a escola e deixam Dourados, fato que, segundo o vigário, ocorreu devido às *circunstâncias*¹⁰ impostas. Em 1945¹¹ os trabalhos na escola paroquial são retomados, porém com direção de leigos, tendo os franciscanos como auxiliares, os quais também lecionavam em algumas escolas do município. O vigário registra sua insatisfação quando inicia as matrículas do ano de 1946, quando afirma: “Estamos caçando de novo alunos para a escola paroquial, não tendo

⁸ “Quando num raio de 2 quilômetros funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de *escolas reunidas*” (BRAZIL; SILVA, 2013, p. 13). No caso de Dourados, referem-se às escolas dos professores Ernani Rios, a de Antônia Cândido de Melo, a de Laucídio Paes de Barro, a de Gonçalo e a de Antônia da Silveira Capilé (FERNANDES; FREITAS, 2004, p. 48).

⁹ Santini (2011, p. 7), afirma que essa escola funcionou inicialmente no próprio prédio da igreja. No entanto, não foram encontrados elementos que afirmam essa questão, nem indícios em relação a esse fato nas fontes pesquisadas.

¹⁰ “Podemos compreender a resolução das irmãs, pois além de serem logradas e exploradas pelos alunos quanto ao pagamento, foram difamadas por certas pessoas católicas, dizendo elas, que as ditas freiras eram espiãs, não tinham licença de lecionar, não ensinavam conforme o regulamento, não falavam bem o português, etc.” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 14). Caso análogo ocorreu em Entre Rios, quando em 1942, as Irmãs Franciscanas de Bonlandem fundaram uma escola paroquial. “A legislação estadual não permitia a estrangeiros, especialmente dos países do eixo, lecionar nas escolas, mesmo sendo membros de Congregações Religiosas. A irmãs foram perseguidas e impedidas de dirigir escola paroquial, por serem estrangeiras. Em fins de 1943, retiraram-se da paróquia devido às perseguições políticas, ao isolamento geográfico, ao pequeno número de matrículas e ao fato de as condições locais não corresponderem às promessas feitas” (MARIN, 2012, p. 127).

¹¹ Nessa época havia 60 alunos na escola paroquial e 130 na escola protestante (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 14v.), dado que realmente confirma a preocupação do vigário com relação à atuação protestante na educação em Dourados.

muitas esperanças, pois a contraposição do governo, neste ponto de vista, é clarividente” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 16).

Com os problemas enfrentados nos anos posteriores, dentre eles, poucos alunos matriculados e abandono de professores por falta de pagamento, “as aulas continuaram, porém sob a direção do governo” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 16v.). Além disso, as questões político-religiosas acentuaram-se com o cerceamento do ensino de catecismo dentro das escolas do município, que ocorreu, segundo o vigário, “devido a intriga dos protestantes” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 16).

Paralelamente às dificuldades enfrentadas pelos franciscanos, a imprensa local através do jornal *O Douradense*, publica uma matéria, tendo como conteúdo o engrandecimento dos trabalhos realizados na cidade, sob o título *Idealistas pela causa do ensino, em Dourados*.

Hoje, ocuparemos do trabalho silencioso, porém, produtivo dos padres da Ordem de S. Francisco, em Dourados. Estes abnegados homens, dão assistência moral e religiosa a todas as Escolas do município, percorrendo-o nos seus quadrantes. Fazem este trabalho em aulas semanais e de modo fixo dentro do quadro escolar e de modo permanente. Além das visitas semanais que os mesmos fazem, regularmente desde o início das aulas, muitas outras escolas são visitadas por ocasião da passagem dos mesmos pelos sítios (*O Douradense*, 24/06/1948, p. 1).

A publicação tem continuação, no sentido de informar e instigar os leitores a promoverem a construção de uma escola de ensino primário, sob a administração dos franciscanos.

Pretendem, os Reverendos padres, e é justo que assim seja, construir um colégio para o ensino primário em Dourados. É preciso que todos compreendam o alcance dessa obra e as boas intenções dos mesmos. **Seremos os primeiros a apoiar essa iniciativa de caráter coletivo**¹², a qual redundará em **benefício de todos, ricos e pobres**¹³, habitantes do município (*O Douradense*, 24/06/1948, p. 1, destaques meus).

¹² É inegável a boa relação existente entre os órgãos de imprensa de Dourados e seus diretores na época e os religiosos franciscanos. “Inúmeras vezes a imprensa local publicou artigos *amáveis* aos padres franciscanos” (AMARAL, 2005, p. 69, destaque da autora). Além do periódico *O Douradense*, publicado entre maio de 1948 e agosto de 1950, o jornal *O Progresso*, fundado em Dourados em 1951, tinha como diretor responsável Weimar Gonçalves Torres e, posteriormente, sua esposa Sra. Adiles do Amaral Torres, membros atuantes da Igreja Católica no município. Várias publicações referentes à Escola Erasmo Braga na imprensa também foram encontradas, porém nota-se que ocorriam no sentido de informar a população a respeito de novas matrículas ou alguma festividade esporádica, o que sugere, além do posicionamento religioso do órgão de imprensa, ser uma publicação paga.

¹³ Na verdade o Patronato de Menores foi criado com regime de ensino misto, porém de natureza privada (SANTINI, 2011, p. 5).

Nesse sentido, por ocasião de sua estada no Rio de Janeiro em 1949, Frei Servácio Schulte¹⁴ aproveita o momento para criar mais uma obra social dos franciscanos: o *Patronato de Menores* (KNOB, 1988, p. 281). Contudo, as obras para a construção da escola iniciam-se somente no final de 1952¹⁵, quando no mês de novembro, é realizado o ato cívico-religioso¹⁶ de bênção e o lançamento da pedra fundamental da obra. O então vigário, Frei Teodardo Leitz relata:

Será o novo prédio construído no lugar denominado “Cruzeiro¹⁷”, onde a Ação Social Franciscana possui uma quadra de 100 x 100¹⁸. Apreciável número de povo assistiu a cerimônia, na qual o Pe. Frei Servácio Pedro Schulte, um dos iniciadores da obra, usou da palavra, agradecendo a todos que concorreram para a realização desta obra social, principalmente as autoridades federais, estaduais e municipais que tem auxiliado consideravelmente com subvenções especiais (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 26v.-27).

Fotografia 16 - Patronato de Menores - Construção (1952)



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFMG - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

¹⁴ Entre os anos de 1947 a 1952, Frei Servácio Schulte foi coadjutor da paróquia e Frei Antonino Schwenger, vigário. Amaral (2005) afirma que a construção do Patronato de Menores contou com a contribuição de verbas federais, estaduais e municipais, além das doações de particulares. Nesse sentido, houve uma intensa campanha por parte do vigário para angariar o valor financeiro destinado à mesma. “Esse exemplo deixa claro o grande trânsito que esses religiosos tinham nas esferas do poder público e provado” (AMARAL, 2005, p. 73).

¹⁵ De 1951 a 1954, ou seja, durante a construção da escola instalada na quadra do Cruzeiro, O Patronato de Menores funcionou “bem precariamente na velha casa de madeira na esquina da rua Paraná com a rua Paraíba” (*O Progresso*, 29/01/1956). Essa localização remete-se às atuais ruas Joaquim Teixeira Alves e Firmino Vieira de Matos, respectivamente. No entanto, não foi encontrada nenhuma menção à essa informação no Livro Tombo I da paróquia de Dourados.

¹⁶ Além de autoridades eclesásticas, estava presente também o prefeito municipal, o Dr. Nelson de Araujo (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 26).

¹⁷ Esquina das ruas Marcelino Pires e Floriano Peixoto (MOREIRA, 1990, p. 78).

¹⁸ Frei Pedro Knob afirma que esse terreno foi doado pela prefeitura municipal (KNOB, 1988, p. 282).

Fotografia 17 - Patronato de Menores (1954)



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFMG - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

A construção, sob a responsabilidade do empreiteiro Vitório Fedrizzi, foi feita na esquina das ruas Marcelino Pires e Floriano Peixoto (MOREIRA, 1990, p. 78), onde atualmente está localizada a Igreja São José Operário. Inaugurada em 28 de fevereiro de 1954, a cerimônia contou com a presença do bispo Dom Orlando Chaves e de autoridades locais, “missa campal em frente ao prédio, poesias e discursos alusivos à solenidade, hasteamento da bandeira e bênção do prédio” (*O Progresso*, 28/02/1954, p. 1). Em seu interior, quatro salas de aula medindo 6 x 8 metros, sala de entrada, que servia como secretaria e dois corredores, além de haver, na área externa, uma área que foi plainada pela prefeitura municipal e que servia para a prática do futebol (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 29v.-30). Frei Teodardo Leitz explica o funcionamento da escola, apontando as questões pedagógicas e financeiras e apresentando seu quadro de professoras:

Em 1º de março começaram as aulas, acusando a matrícula de 263 alunos de ambos os sexos. Funciona curso primário, com 4 anos, Curso de Admissão e Curso de Corte e Costura. [...] Lecionam 9 professores: Pompéa Capilé (Admissão), Antônia Silveira Capilé (4º ano), Rosalba Saburá (3º ano), Elza Brandão (3º ano), Neli de Barros (2º ano), Carmem Garcia Azambuja (1º ano), Clori Capilé (1º ano), Líbia Torraca (1º ano) e Iria Torraca (Corte e Costura), sendo 5 professoras pagas pelo Estado e 4 particulares. Os alunos pagam, na medida do possível, as seguintes mensalidades: Admissão 50 cruzeiros, Corte e Costura 50 cruzeiros, 3º e 4º anos 30 cruzeiros, 1º e 2º anos 20 cruzeiros (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 30).

As chamadas para a matrícula, bem como os cursos oferecidos, foram publicados no início de fevereiro na imprensa local. Interessante salientar que nas duas edições analisadas a

propaganda do Patronato de Menores está publicada ao lado da *propaganda* da escola Erasmo Braga, sendo que ambas iniciaram seu período de matrículas no mesmo dia: 15 de fevereiro (*O Progresso*, 07/02/1954, p.4; 14/02/1954, p. 2), constatando, dessa forma, a forte concorrência no âmbito educacional particular¹⁹ e confessional em Dourados e simbolizando, além disso, a presente disputa pelos símbolos patrimoniais religiosos no município.

Contudo, de acordo com a análise das fontes, a Escola Patronato de Menores funcionou durante o ano de 1953, provavelmente nas dependências da casa paroquial. A edição de 22 de fevereiro de 1953 do jornal *O Progresso* anuncia, pela primeira vez, a abertura de matrículas para a escola, sendo que as mesmas deveriam ser realizadas “na casa paroquial, ao lado da Igreja” (*O Progresso*, 22/02/1953, p. 6). Além disso, Frei Teodardo Leitz registra no mesmo ano, no Livro Tombo I da paróquia, a construção de um salão paroquial, com o objetivo de atender aos estudantes do Patronato de Menores:

Por conta do Patronato de Menores de Dourados construiu-se, este ano, atrás da igreja matriz, de madeira um salão de 15 x 7 metros, que servirá de salão de recreio para as crianças do Patronato, bem como para as crianças do Catecismo, e também para reuniões da paróquia e festinhas. Possui o salão um palco fixo de 3 x 7 metros (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 28v.).

No final de 1953 é noticiado o encerramento do ano letivo ocorrido em 4 de dezembro, em uma noite chuvosa, com a presença do bispo Dom Orlando Chaves que, na ocasião, além de ser o paraninfo dos concluintes do curso primário, também inaugurou o salão paroquial (*O Progresso*, 06/12/1953, p. 1).

A criação do Patronato de Menores em Dourados corroborou a ação ofensiva dos franciscanos na área educacional, cuja forte influência do protestantismo incomodava sobremaneira a Igreja Católica local e diocesana, pois, segundo o vigário, “com esta escola procuramos fazer um contra-peso à Escola Protestante Erasmo Braga, **verdadeira praga** para a causa católica de Dourados” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 30, destaques meus). Nesse sentido, se fazia necessária também a maior inserção de religiosos e religiosas neste campo, para instituir e acompanhar os ensinamentos oferecidos nessa escola. Assim, a partir da existência da escola, surgiu a abertura e possibilidade de

¹⁹ O patronato de menores também oferecia auxílio por meio de abatimento na mensalidade ou “lugar gratuito em casos especiais” (*O Progresso*, 13/02/1955, p. 1).

negociações com as Irmãs Franciscanas da Santa Penitência e Caridade²⁰, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (AMARAL, 2005, p. 74) das quais, seis religiosas e mais algumas aspirantes assumiriam a direção do Patronato de Menores²¹, um ambulatório e o Posto de Puericultura, além de vislumbrarem a construção de um convento²² para as mesmas na cidade. Outra questão preocupante para o vigário era a inserção da missão franciscana e a possibilidade de evangelização católica entre os japoneses que chegavam, cada vez em número maior, para se estabelecer na cidade e nas colônias. “Ainda bem que alguns japoneses mandavam os filhos para o patronato, onde eram bem preparados para o batismo” (KNOB, 1988, p. 282).

O trabalho realizado pelos franciscanos logo surtiu efeito e, no final de 1954 a cerimônia festiva de encerramento do ano letivo ocorreu no *Clube Social*²³ com apresentações teatrais de comédia, de canto e piano, realizadas pelos alunos e sob a supervisão do coadjutor da paróquia Frei Frederico Mies. A solenidade obedeceu a um programa que compunha a parte religiosa com uma missa pela manhã, e a parte social no período noturno, incluindo um discurso do paraninfo Weimar Gonçalves Torres (vereador na época), entrega dos diplomas e prêmios (*O Progresso*, 28/11/1954, p. 1).

A satisfação do vigário tanto pelo sucesso do evento, quanto pelo fato de que a Igreja Católica alcançava o território simbólico fortemente disputado na área educacional, é esboçada em seu registro:

[...] foi uma belíssima demonstração do valor da nossa escola. [...] Conforme o **juízo de pessoas competentes** superou esta festa em muito à das outras escolas primárias de Dourados, inclusive a da escola protestante Erasmo Braga. É

²⁰ A imprensa local noticia a passagem das religiosas em Dourados no ano de 1954 no intuito de visitar a cidade e verificar a possibilidade para se iniciar os trabalhos missionários (*O Progresso*, 23/05/1954, p. 1; 25/07/1954, p. 3).

²¹ Assumiram definitivamente o Patronato de Menores em 9 de fevereiro de 1955, sendo que mais de 400 alunos foram matriculados neste ano (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 35).

²² Várias campanhas foram feitas no intuito de se arrecadar fundos para a construção desta obra, localizada no mesmo terreno do Patronato de Menores. Foram dedicados às despesas da obra os lucros da festa da Padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição, do *Concurso de Bonecas*, além dos leilões, parques recreativos em frente à igreja, quermesses e rifas. A Câmara Municipal também aprovou um auxílio para a construção, porém o prefeito que, segundo Frei Teodoro Leitz era protestante, mesmo tendo sancionado a Lei em novembro de 1954, não a cumpriu alegando que os cofres municipais estavam vazios (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 30v.). A imprensa também noticiou, durante todo o ano de 1954, tais ações pró-construção da casa das religiosas e os seus desdobramentos. Constam tais publicações no jornal *O Progresso*, nas edições nºs 172, 179 a 184.

²³ Clube particular construído na década de 1950 onde aconteciam os eventos sociais ligados à elite douradense. Dentre eles concurso de misses, recitais, bailes de Carnaval e Debutantes, festas e shows. Era localizado na atual rua Joaquim Teixeira Alves, ao lado do Banco do Brasil. No livro *Memória Fotográfica de Dourados* (MOREIRA, 1990), algumas páginas são dedicadas às memórias fotográficas desse clube.

um bom augúrio para o Patronato que terá um grande futuro sob a direção das Irmãs Franciscanas (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 31, destaques meus).

Nesse contexto, o empenho dos franciscanos em relação à obra missionária educacional ia de encontro com as ordens de Dom Orlando Chaves que, inconformado com o fato de alguns filhos de católicos da Diocese estarem estudando em São Paulo em escolas protestantes, espíritas ou maçônicas, envia uma *Carta Circular*²⁴, na qual condena veementemente tal situação, considerada por ele como uma *heresia e indigna de absolvição*. Na visão do bispo, “com tantos colégios e escolas católicas no Mato Grosso as nossas famílias não podem aduzir o pretexto da falta de institutos católicos” (LIVRO TOMBO DIOCESE DE CORUMBÁ (1935-1958), s.p.).

Frei Teodardo Leitz informava a população (que tinha acesso a jornal) em relação às diversas notícias da paróquia através da sua *Coluna Religiosa* publicada n’*O Progresso* semanalmente. Dentre as publicações de 1955, se destacaram as que informam sobre a chegada das irmãs franciscanas²⁵, tão aguardadas pelos católicos da cidade, além das veiculações sobre as matrículas, festas religiosas, cívicas e sociais e exposição de trabalhos dos alunos do Patronato de Menores sob o comando das religiosas.

Com o crescente número de alunos no Patronato de Menores, que em 1955 já ultrapassava 400 sob a direção definitiva das Irmãs Franciscanas, o vigário paroquial resolve implantar em 1º de março de 1956 uma filial da referida escola na antiga residência e salão paroquial, tendo de início, 300 alunos e oito professoras (quatro religiosas e quatro leigas) e uma biblioteca paroquial com mais de 300 volumes. A justificativa para uma nova escola seria de que a filial poderia “oferecer às crianças da parte central e leste da cidade uma oportunidade fácil de poderem frequentar uma escola católica” (KNOB, 1988, p. 282). No mês de janeiro de 1956²⁶ através da *Coluna Religiosa*, foi noticiada a implantação da referida filial, com informações sobre a localização, matrículas, e novas programações como, por exemplo, aulas de música, além de um espetáculo de teatro representando pelos estudantes, ocorrido no mês de maio. Por fim, Frei Teodardo Leitz salienta: “Pais, lembrai-vos que o

²⁴ Carta Circular de 28 de dezembro de 1954 (LIVRO TOMBO DIOCESE DE CORUMBÁ (1935-1958), s.p.).

²⁵ Na publicação consta inclusive um poema em homenagem às Irmãs Franciscanas, de autoria de Moni Rasselen, exaltando o heroísmo e a nobreza das religiosas que vieram para Dourados (*O Progresso*, 27/02/1955, p. 3).

²⁶ Referentes às edições n^{os} 239, 243, 245, 246, 255, 256 e 258.

melhor patrimônio que podereis dar a vossos filhos é uma perfeita educação intelectual, moral e religiosa. O Patronato quer auxiliar-vos nesta nobre tarefa” (*O Progresso*, 29/01/1956, p. 4).

Na foto 18 podemos observar esse grupo de crianças devidamente uniformizadas e algumas com uma espécie de mochila ou lancheira, que posam em frente à filial do Patronato de Menores, acompanhados de duas freiras (identificadas pelos trajes religiosos) responsáveis pela educação no local. As informações contidas na ficha de identificação da fotografia não esclarecem quem são os fotografados, nem a data precisa em que a imagem foi capturada. Porém, de acordo com o período temporal, podemos sugerir que o franciscano que aparece em meio às crianças é Frei Teodardo Leitz (vigário) ou um dos freis coadjutores da paróquia: Frei João Damasceno Herber ou Frei Frederico Mies. Há também uma placa identificando a construção de madeira, cuja identificação total não é possível, mas provavelmente seria: *Escola Santo Antônio*, ou algo parecido. Além disso, podemos observar outras casas de madeira construídas no local, as quais compunham a área central urbana da cidade de Dourados à época.

Fotografia 18 - Estudantes da filial do Patronato de Menores - Casa Paroquial



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

Acompanhando o desenvolvimento da cidade e a vinda de novos alunos e alunas para se matriculem nas escolas franciscanas, em 4 de outubro de 1957 é lançada a pedra fundamental da nova escola Patronato de Menores, a ser construída ao lado da Igreja Matriz, no lugar da antiga casa paroquial, já demolida (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 36; 37v.), notando-se, assim, que a filial do Patronato de Menores funcionou de maneira extraordinária na antiga Casa Paroquial por cerca de um ano e meio. Frei Teodardo

Leitz noticiou e convidou a todos para o evento, que teve como orador o deputado estadual Sr. Wilson Dias de Pinho, que conseguiu através de emenda parlamentar²⁷ a quantia de 100.000 cruzeiros para a obra (*O Progresso*, 29/09/1957, p. 1). Além das boas relações políticas que os franciscanos de Dourados mantinham, na medida do possível, com os governos municipal e estadual, havia também a questão social demonstrada através dos eventos nos quais os estudantes e parte da elite douradense participavam e que eram divulgados através da imprensa local. Dentre tais eventos destacam-se as formaturas, nesta época sempre realizadas no Clube Social e, além disso, no ano de 1957, ocorreu uma *Audição Musical* no *Cine Ouro Verde*, onde as alunas e os alunos utilizaram-se de instrumentos como acordeões, violinos, pianos e apresentaram números musicais como bailados e jazz (*O Progresso*, 10/11/1957, p. 1).

A inauguração do novo prédio do Patronato de Menores ocorreu em 8 de dezembro de 1958, quando a escola passou a ser chamada *Educandário Santo Antônio*, funcionando até 1983, oferecendo as quatro séries do ensino fundamental. Assim, o primeiro Patronato de Menores foi fechado em 1959, com a mudança das irmãs para outra casa (KNOB, 1988, p. 283).

Fotografia 19 - Patronato de Menores - Educandário Santo Antônio (área interna)



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFMG - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

As fotografias 19 e 20 mostram esse processo da construção do Educandário Santo Antônio, um prédio bastante amplo, de dois andares, com pátio interno, várias salas de aula,

²⁷ Consta na matéria publicada que trata-se de Portaria nº 1831 de 20 de setembro de 1957, expedida pelo Tesouro do Estado (*O Progresso*, 29/09/1957, p. 1).

que aos poucos foi se ligando, pelo seu lado direito (vista observada pela Rua João Cândido Câmara), à Igreja Matriz. Nesse sentido, quando observamos a fotografia 20 que demonstra inclusive a construção da pró-Catedral de Dourados (lado esquerdo da fotografia), percebemos que o Educandário Santo Antônio soma-se em mais um elemento construtivo e simbólico que significará a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição enquanto patrimônio cultural religioso local.

Fotografia 20 - Estudantes do Patronato de Menores - Educandário Santo Antônio



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFMGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

Com a construção dessa nova escola, nota-se que o conjunto arquitetônico pertencente à Igreja Católica em Dourados vai, aos poucos, ampliando-se na área central da cidade. No final da década de 1950 esse cenário era formado pela Igreja Matriz, ladeada pela Casa Paroquial e Educandário Santo Antônio, construídos em uma grande parte da quadra na esquina das ruas João Cândido Câmara e Joaquim Teixeira Alves. Esses elementos também contribuíram para o crescimento e fortalecimento da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição enquanto símbolo do patrimônio cultural religioso douradense, nos sentidos material e imaterial. Com a construção de novos elementos e ampliação dos já existentes, a Igreja Matriz recebeu maior destaque, por estar localizada no centro do conjunto e, logicamente por ser o elemento de maior importância dentro do contexto religioso e cultural. Nesse sentido, observamos a materialidade constituída através dos prédios, seus detalhes e tipos de construção que remetem a determinadas épocas e estilos arquitetônicos. Já a imaterialidade está compreendida no sentido simbólico que este patrimônio cultural religioso

representa para os moradores de Dourados, pois possui uma abrangência maior do que a própria religião católica, adentrando o sentido de pertencimento da população pelo seu patrimônio comum.

3.1.3 A Praça Antônio João²⁸: espaço simbólico-social do patrimônio cultural religioso

Os escritos memorialísticos sobre Dourados tratam que nas décadas de 1920 e 1930 o espaço onde hoje é a Praça Antônio João era cercado e utilizado para a contenção de animais de propriedade dos moradores das redondezas e também como campo de futebol natural (CAPILÉ JUNIOR, CAPILÉ, SOUZA, 1995, p. 205; MOREIRA, 1990, p. 12). Júlio Capilé assim descreve suas memórias as impressões sobre esse espaço central do povoado:

Lembro-me, não sei como, mas me lembro perfeitamente dos moradores em 1921, época em que saímos de Dourados para o Taquara. Eu ainda não tinha quatro anos. Havia 31 casas sendo 30 na rua Marcelino Pires. Esta se estendia a sombra de uma mata fechada de madeiras de lei. No meio de sua extensão, a Praça Antônio João no campo limpo (*O Progresso*, 19-20/12/2007, p. 2).

Fotografia 21 - Praça Antônio João - década de 1930



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

²⁸ O nome dado à praça refere-se a uma homenagem ao Tenente do Exército Brasileiro *Antônio João Ribeiro* que lutou na Guerra do Paraguai, sendo morto em combate em uma localidade chamada *Colônia Militar dos Dourados*, situada na Serra de Maracaju. Cremonese-Adamo (2010) aborda em sua dissertação que com o passar dos anos, a figura de Antônio João foi apropriada pelo discurso oficial da história, sobretudo viabilizada através dos pioneiros, e associada à cidade de Dourados. Para saber mais, consultar: CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo Sul de Mato Grosso*. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

Nesta imagem observamos o cenário da área central da cidade de Dourados na década de 1930²⁹, onde verificamos o campo cercado (atual Praça Antônio João³⁰) e, à sua frente a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição. Apesar da visualização da fotografia estar bastante comprometida, pode-se perceber que um grupo de pessoas se aglomera entre o campo e a igreja, podendo estar ocorrendo, naquele momento, um evento religioso, como por exemplo, as procissões, populares entre os fiéis católicos. “Esta região central tem uma importância primordial, pois é aí que acontecem as festividades cívicas e religiosas, ponto alto da vida social do povoado” (MOREIRA, 1990, p. 12). Além dessas festividades, outras que ocupavam esse mesmo espaço e abrangiam também o âmbito social podem ser citadas, a exemplo: Cavalhadas³¹, Carnaval, desfiles de Sete de Setembro, entre outras. Vale salientar que, em muitos eventos civis, os representantes da Igreja Católica local também se faziam presentes, a exemplo, o desfile cívico de Sete de Setembro de 1956 quando “gente de todas as classes sociais, altas autoridades civis e militares, clero e povo, em massa”³² (*O Progresso*, 16/09/1956, p. 2) se reuniram para assistir a programação ocorrida na Praça Antônio João³³. Ou seja, o espaço público praça torna-se fundamental para a ação das práticas sociais da comunidade, mesmo abrigando tantas outras forças e poderes exemplificados nas instituições.

²⁹ Segundo ficha de identificação da fotografia. Registro nº 30 - *Espaços e logradouros*. Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*.

³⁰ Cremonese-Adamo (2010, p. 139) afirma em sua dissertação que “Por hora (sic), não encontrei registros oficiais sobre quando a praça central de Dourados passou a denominar-se Antônio João” e cita como registro mais antigo, o publicado no jornal *O Douradense*, de 11 de maio de 1948. Já Luciano (2006) contribui com algumas informações a respeito dos primórdios da praça. Segundo o autor, o prefeito João Augusto Capilé Junior (Sinjão), em 1946 deu esse nome à praça, antes denominada Praça João Pessoa e, em 1948 foi autorizada pelo Legislativo Municipal a reserva da área central da cidade, que foi destinada à Praça Antônio João (LUCIANO, 2006, p. 27; 79).

³¹ “Grupos de 15, 12, 13 cavaleiros, tudo muito bem vestidos que faziam aqueles combates simulados” (*O Progresso*, 20/12/85, s. p.), referindo-se ao depoimento de Antônio Capilé. Moreira (1990, p. 27) aponta que as *Cavalhadas*, que representava a luta entre mouros e cristãos era encenada durante o Carnaval e faziam parte da tradição trazida com o migrante. Nesta referência há duas fotografias desta tradição datadas de 1925, cuja legenda é: *Primeiro Carnaval de rua de Dourados, atual Praça Antônio João*.

³² Foram encontradas nas fontes imagéticas pesquisadas, algumas fotografias de eventos civis em que representantes da Igreja Católica, no caso de Dourados os franciscanos, posam nos palcos destinados às autoridades, como ainda ocorre atualmente com a representação dos poderes constituídos na sociedade.

³³ Na ocasião as escolas do município desfilaram pela Avenida Marcelino Pires e, dentre elas a escola franciscana Patronato de Menores.

O próprio conceito de praças já configura esse sentido social e privado reunido em um espaço público, onde praça e igreja são elementos marcantes e simbólicos no contexto das cidades³⁴.

Apesar das inúmeras definições para o conceito de praça, grosso modo, pode-se afirmar que as praças constituem um espaço público, onde aspectos da vida social e particular convivem juntos. No Brasil, surgiram na sua maioria, no entorno das igrejas, e era bastante comum considerar o centro da cidade o local da igreja e da praça central. Ali as principais festividades eram realizadas e a vida social girava em torno de sua existência (CREMONESE-ADAMO, 2010, p. 139).

Medeiros (2006) contextualiza o surgimento histórico das praças dentro do cenário urbano, como sendo importantes referências simbólicas, religiosas e sociais, pois

Segundo Marx (1980, p.50), a praça surgiu entre nós “de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus freqüentadores.” De acordo com o crescimento da população, tornava-se o mais importante pólo fazendo com que fossem construídas, em seu entorno, as residências da elite, os prédios públicos mais importantes e o melhor comércio, compondo, dessa forma, o desenho urbano das freguesias, dos arraiais e das vilas (MEDEIROS, 2006, p. 89-90).

Assim, pode-se perceber que o surgimento e o desenvolvimento da Praça Antônio João acompanhou paralelamente os mesmos processos relacionados à Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, e concomitantemente, o crescimento e a transformação da cidade de Dourados, podendo-se dizer que os elementos praça e igreja, *nasceram* e *caminham* até a atualidade juntos. Deve-se salientar que os memorialistas locais utilizam em seus escritos a Praça Antônio João como ponto de referência para a localização de outras construções históricas, bem como ao compará-la o desenvolvimento da cidade. A memorialista Ercília de Oliveira Pompeu, em depoimento ao jornal *O Progresso*, explica as origens da praça e da igreja, afirmando que:

A história da Praça Antônio João se confunde com a história de Dourados, já que o município cresceu e se desenvolveu em volta da praça. [...] a praça “nasceu” em 1923 quando um grupo de desportistas do vilarejo cercou o local e construiu um

³⁴ No Brasil, temos vários exemplares de praças e igrejas que são consideradas e/ou legitimadas enquanto patrimônio cultural, muitas delas protegidas pelo Tombamento. O de maior relevância refere-se à *Praça de São Francisco*, localizada em São Cristóvão (Sergipe), incluída na lista do Patrimônio Mundial em 2010. Trata-se um conjunto monumental excepcional e homogêneo, composto de edifícios públicos e privados que representam o testemunho único do período durante o qual as coroas de Portugal e Espanha estiveram unidas, entre 1580 e 1640. No conjunto arquitetônico, estão presentes ainda a *Igreja e o Convento de São Francisco*, localizados ao redor da referida praça e que são tombados individualmente pelo IPHAN. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/43>. Acesso em: 04/03/2017.

campo de futebol para jogar contra o time do Entre Rios, atual Rio Brillhante. [...] em 1925, quando a comunidade se mobilizou para construir a capela de Imaculada Conceição, atual Catedral, *o local começou a ganhar os primeiros contornos de praça, já que as mulheres montaram diversas barracas onde eram realizadas as quermesses em benefício da obra da igreja* (*O Progresso*, 19-20/12/2007, p. 21, destaques meus).

Fotografia 22 - Grupo de mulheres que trabalharam em quermesse



Fonte: Moreira (1990, p. 45).

Segundo Moreira (1990, p. 45) este grupo de mulheres trabalhou na organização e execução de uma quermesse ocorrida no local onde é atualmente a Praça Antônio João no final da década de 1920. O chão batido e a casa de madeira ao fundo denotam elementos do início do povoamento não índio no Patrimônio de Dourados. Na imagem observamos que as vestimentas (para além do modelo uniformizado) e o corte de cabelo apontam os costumes da época. Interessante notar que, diferentemente da maioria das fotografias dessa época, a autora conseguiu identificar todas as mulheres, sendo elas (da esquerda para a direita): Lilica, Sílvia, Olívia Benedetti, Hilda Amorim, Sílvia Amorim e Sílvia Araújo.

As mulheres aparecem pouco na bibliografia sobre a região; as fotografias deixam perceber que muitas mulheres tiveram um papel de liderança social no Patrimônio de Dourados, exercendo grandes atividades por ocasião das festividades religiosas ou cívicas³⁵ (MOREIRA, 1990, p. 44).

³⁵ A autora ainda destaca a importância e o protagonismo das mulheres na construção de Dourados. “Embora os ‘causos’ da região destacassem a figura do patriarca, salientando os poderes dos elementos do sexo masculino, nota-se que a história das mulheres do Patrimônio não foi uma história de passividade e omissão. As fotos mostram a presença da mulher atuando na construção do que seria, mais tarde, a cidade de Dourados” (MOREIRA, 1990, p. 44).

Pinto (2007) em sua pesquisa de iniciação científica, intitulada *Praças de Dourados, espaços públicos, usos e viabilidades na imprensa*, usou como fonte principal algumas edições do jornal *O Progresso*³⁶, e utilizou como categorias de análise as funções e usos da Praça Antônio João, sendo elas: comemorações e instituições; manifestações de greves, atos públicos; festas profanas; campanhas promocionais. Ao concluir a pesquisa, a pesquisadora entendeu que

[...] a Praça Antonio João ocupa um lugar central em Dourados, não apenas geograficamente, mas particularmente por agregar as mais diversas relações sociais. Funciona como ponto de encontro, de manifestações da população, de festas, de celebrações, é um espaço utilizado por várias classes sociais e entidades para os mais variados fins. Nesse processo, adquiriu vinculação direta com a história e a urbanização do município, configurando-se como um espaço de socialização e um bem material edificado da cidade (PINTO, 2007, p. 16).

Nesse sentido, no que concerne às comemorações vinculadas à Igreja Católica em Dourados, a referida praça possui papel fundamental na ampliação e (re)ligação da perspectiva religiosa com a social, que vai além das práticas exclusivas dos fiéis católicos, abrangendo também, os moradores não praticantes de tal religião, porém inclusos neste processo simbólico de apropriação do espaço público. Assim, nesse contexto igreja x praça, temos a Praça Antônio João atuando como elemento acolhedor das mais variadas manifestações católicas em Dourados, sobretudo pelas procissões em honra à padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição e, de certa forma, como um espaço físico e simbólico funcionando como uma *extensão* da Igreja Matriz, uma espécie de quintal da igreja, onde o fiel católico exerce as práticas sociais relacionadas à sua fé.

Ao passo que “num passado não muito distante, a praça era a principal atração da cidade e servia de ponto de encontro para os jovens” (*O Progresso*, 19-20/12/2007, p. 21), aos poucos, esses sentidos foram se modificando e dando lugar a outros até se tornar um símbolo histórico e de patrimônio cultural douradense na atualidade.

De acordo com a análise das fontes, percebe-se que as festas católicas, quase sempre com o objetivo de angariar fundos para alguma construção ou projeto, e que eram realizadas em frente à igreja no final da década de 1920 e 1930 tinham como foco principal as quermesses. Nelas, os prêmios doados pela população variavam entre pequenos objetos

³⁶ “Este periódico utiliza-se de alguns termos para designar que o espaço utilizado pela instituição será na Praça, como ‘em frente à Igreja Matriz’, ‘no Calçadão da Praça Antônio João’, bem como ‘no Calçadão da Igreja Imaculada Conceição’” (PINTO, 2007, p. 6). Também foram encontrados no mesmo periódico os termos *Praça da Matriz* e *defronte à Matriz*, denotando a intrínseca relação simbólica dual Praça Antônio João e Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição.

adquiridos através dos comerciantes e artesanatos confeccionados pelas mulheres da comunidade. Além disso, ocorriam os leilões dos mais variados produtos (desde bolos, pasteis e pudins até gado e cavalos), e a critério dos festeiros, a possibilidade de venda de bebidas alcoólicas e show com fogos de artifícios (BENFICA, 2014, p. 22).

Com a chegada dos franciscanos na cidade na década de 1940, a fim de assumir a paróquia recém-criada, as questões sociais pertencentes ao âmbito religioso foram, aos poucos, sendo *organizadas* e padronizadas, a fim de que a autonomia leiga não se sobressaísse aos interesses da Igreja Católica. Tal fato também implicou em desdobramentos nas festas que ocorriam na frente da igreja, a exemplo, com a proibição de venda de bebidas alcoólicas e queimas de fogos de artifício, além do monitoramento dos recursos financeiros angariados nas festividades. A pastoral intensiva foi acentuada através de algumas práticas, como, por exemplo, as procissões em frente e nos arredores da igreja, entre as quais se destacava a de *Corpus Christi*³⁷. Nesse sentido, o vigário registra em 1948 que

A procissão de Corpus Christi fez-se no dia mesmo. Foi edificante o respeito dos que acompanharam essa procissão. Deu-se bênção sacramental nos 4 altares: D. Francisca Rosa, casa do Sr. Prefeito, casa do Sr. Adroaldo Pizzini e casa de Dona Antônia Silveira Capilé (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 20).

As edições de 1954 e 1955 d'*O Progresso* enfatizam o itinerário³⁸ das procissões de Corpus Christi, nas quais crianças, estudantes, associações religiosas femininas e masculinas participavam, acompanhando o cortejo que abrangia o entorno da Praça Antônio João como sendo *de costume*, percorrer o seguinte trajeto:

[...] da Matriz pela Avenida Marcelino Pires e rua Maranhão, à rua Rio Grande do Sul: primeiro altar na casa do Sr. Celso do Amaral; seguindo pela rua Rio Grande do Sul, entra na rua Sergipe; segundo altar na casa do Sr. Valmor Borges, continua pela

³⁷ Significa *Corpo de Cristo*. Sua comemoração enquanto festa católica acontece sempre 60 dias depois do Domingo de Páscoa ou na quinta-feira seguinte ao domingo da Santíssima Trindade, em alusão à Quinta-feira Santa quando Jesus instituiu o sacramento da eucaristia. Não é um feriado nacional, e sim classificado como ponto facultativo pelo governo federal. Em 2017 foi comemorado em 15 de junho. Fonte: <https://www.significados.com.br/corpus-christi/>. Acesso em: 04/03/2017.

³⁸ Várias ruas citadas tiveram seus nomes substituídos com o passar do tempo, dando lugar na maioria das vezes, aos chamados *pioneiros*. Dessa forma, segue itinerário com os nomes das ruas atualizadas: “[...] da Matriz pela Avenida Marcelino Pires e rua Nelson de Araujo, à rua Weimar Gonçalves Torres: primeiro altar na casa do Sr. Celso do Amaral; seguindo pela rua Weimar Gonçalves Torres, entra na rua João Rosa Góes; segundo altar na casa do Sr. Valmor Borges, continua pela mesma rua até a casa do Sr. Adroaldo Pizzini: Terceiro altar; de lá seguindo a rua Onofre Pereira de Matos, volta a procissão à matriz [...]” (*O Progresso*, 13/06/1954, p. 3; *O Progresso*, 05/06/1955, p. 3). Os dados referentes aos nomes das ruas constam na publicação da rede social da *Comissão de Revisão Histórica de Dourados*, acesso em 02/03/2017.

mesma rua até a casa do Sr. Adroaldo Pizzini: Terceiro altar; de lá seguindo a rua Santa Catarina, volta a procissão à matriz [...] (*O Progresso*, 13/06/1954, p. 3; *O Progresso*, 05/06/1955, p. 3).

Fotografia 23 - Procissão pela área central de Dourados



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

A fotografia é uma fonte interessante para se analisar, além da imagem propriamente dita, a tradução dos valores, tradições e comportamentos dos diversos grupos sociais. “Como forma de expressão das sensibilidades religiosas, a fotografia tanto apresenta quanto representa as formas como as sociedades e seus grupos sociais vivenciaram os ritos de passagem da vida religiosa” (MAUAD, 2008, p. 126-127). Dessa forma, na imagem acima podemos observar como ocorria uma procissão e de que modo os fieis realizavam o itinerário pelas ruas centrais da cidade. A fotografia 23 faz parte do acervo do CDR/UFGD e está registrada com o nº 35, categorizada em *Eventos Religiosos*. Algumas informações constantes em sua ficha de identificação que podem auxiliar na contextualização histórica da fonte: *Título: Procissão Religiosa; Autor: Foto Ribeiro; Local da fotografia: Avenida Marcelino Pires - Igreja Imaculada Conceição; Data: aproximadamente 1948 - 1950*. A fotografia nos mostra a organização espacial da área central de Dourados no final da década de 1940 ou início da década de 1950. Há várias casas de madeira, sendo que o formato dos telhados (estilo 4 águas) remetem aos de muitas casas comerciais da avenida Marcelino Pires ainda vistos e utilizados atualmente. Notam-se ainda várias árvores e o chão de terra batida, marcado pela passagem de carros ou carroças. A comunidade de fieis é heterogênea, formada

provavelmente por famílias que, “seguiram andando, rezando e cantando para louvar e fazer penitência³⁹”.

Neste caso, a eloquência das imagens reinscreve os ritos da vida católica como marcas de formação e identidade do grupo social. Eles atuam como signos de pertencimento a uma certa comunidade de iguais. No circuito social da imagem, eles ultrapassam a circulação restrita e ganham uma dimensão pública (MAUAD, 2008, p. 139).

Interessante notar que a imagem não é do início da procissão, pois, além de não observarmos o clero, nem as imagens sacras, vemos que uma grande quantidade de pessoas seguem organizadas em uma espécie de fila, por uma outra rua que não é a mesma da perspectiva central da imagem, muito provavelmente a Marcelino Pires, lateral da Praça Antônio João.

Do local antes campo de futebol e espaço comum utilizado pelos moradores como passagem pela área urbana central, foi na década de 1950 “que a área virou praça de fato quando o prefeito Antônio de Carvalho arborizou e colocou os primeiros bancos⁴⁰” (*O Progresso*, 19-20/12/1985, p. 21). Com as primeiras melhorias promovidas pelo poder público, a utilização da praça pelos moradores e, como foco desta análise, pelos católicos do município intensificou-se, sendo inúmeras vezes noticiadas na imprensa local. Em 1952, o cronista⁴¹ registra *A cidade em Revista* e aponta, referindo-se à praça que, “observando seu feitio quadrangular, com seus muros e as suas arvorezinhas plantadas [...] inegavelmente é o centro principal da nossa cidade, servindo de desafogo ao povo que demanda de outras ruas ao comércio central” (*O Progresso*, 24/08/1952, p. 2).

A fotografia 24 demonstra justamente as impressões do cronista, pois observamos nela a praça cercada por uma mureta, algumas pequenas árvores em seu interior, e ladeada por algumas casas de madeira que serviam de residência e comércio à população. Esse cenário é mostrado sob o ponto de vista da atual Avenida Marcelino Pires que, mesmo sem o asfalto e em condições rudimentares se comparada com as atuais, está marcada pela passagem de carros ou tratores, carroças e charretes e que desde os primórdios representa a principal rua de

³⁹ Informação que consta no *Histórico* da ficha de registro da imagem, sendo portanto, uma interpretação em relação à imagem de quem preencheu ou revisou a identificação e catalogação do documento.

⁴⁰ Referente ao depoimento de Ercília Pompeu. Tal fato também é veiculado pela imprensa local, quando ao referir-se à praça, o cronista escreve que “está cercada de muros e arborizada com magnólias” (*O Progresso*, 24/06/1951, p. 2).

⁴¹ Coluna *Riscos e Rabiscos*, assinada por A.C.

nossa cidade, simbolizando seu crescimento e desenvolvimento. Além disso, notamos ao fundo a Igreja Matriz e ao seu lado, a antiga casa paroquial de madeira, os elementos simbólicos religiosos e católicos presentes nesse contexto. Sugere-se que a datação da fotografia seja do início da década de 1950, pois não observamos ao lado direito da Igreja Matriz, o novo convento franciscano que foi construído entre 1955 e 1956 e, além disso, há o indício de que a mureta que cercundava a Praça Antônio João já havia sido construída anteriormente a 1953⁴².

Fotografia 24 - Praça Antônio João (início da década de 1950)



Fonte: Comissão de Revisão Histórica de Dourados

Por outro lado, observa-se que nos primeiros anos da década de 1950, as publicações d’*O Progresso* enfatizam e sugerem várias intervenções que ainda deveriam ser realizadas para que a praça pudesse se tornar um verdadeiro espaço de apreciação do *footing*⁴³. As reclamações investem na problemática de que a praça encontrava-se cercada por um muro, uma *cortina de ferro* que impedia os moradores de aproveitarem um bosque e um viçoso gramado (*O Progresso*, 22/03/1953, p. 4). Além disso, as solicitações feitas diretamente ao prefeito municipal abrangiam desde a construção de obras de esgoto para o escoamento das

⁴² Conforme noticiado n’*O Progresso*, 22/03/1953, p. 4.

⁴³ Expressão utilizada por Jota Junior na publicação para denominar “passeio, conversa mole, descanso, prosa dos velhos, encontro de amigos, colóquio de namorados, recreio da petizada” (*O Progresso*, 22/03/1953, p. 4). Interessante notar nesse sentido, as expressões utilizadas na época, várias delas desaparecidas ou substituídas na linguagem atual.

águas das chuvas, a abertura de ruas, a construção de canteiros, colocação de bancos⁴⁴ e lâmpadas, meio fio e calçadas no entorno até o retorno das feiras livres (*O Progresso*, 24/08/1952, p. 2; *O Progresso*, 12/09/1954, p. 3).

Nesse ínterim, a população católica continuou utilizando a praça enquanto espaço de socialização. As fontes pesquisadas apontam que os eventos de maior utilização da praça tendo como motivação as práticas católicas na década de 1950, semelhantemente às décadas anteriores, foram as quermesses, sobretudo ocorridas nas festas da padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição, as procissões, as festividades de Santo Antônio e alguns outros eventos cívicos e sociais ligados de alguma forma com o Catolicismo.

Uma importante visita católica ocorreu na cidade no dia 16 de agosto de 1953, quando a imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, depois de sobrevoar a cidade, aterrissou no campo de aviação⁴⁵. A se julgar pelos registros das fontes, esse acontecimento foi de fato, memorável para os moradores, sobretudo para os católicos que, depois de reunirem seus carros na Praça Antônio João, se dirigiram em carreta ao local do pouso para recepcionar o avião da Força Aérea Brasileira que transportava a imagem sacra. De lá, novamente em carreta, os fieis adentraram a cidade por meio da Avenida Marcelino Pires, onde após procissão no entorno da Igreja Matriz, ocorreu a coroação da imagem pelo bispo Dom Orlando Chaves, no espaço da Praça Antônio João. Na ocasião também houve discurso⁴⁶ político e da colônia portuguesa. O jornal *O Progresso* dá grande destaque para o evento, sendo que duas publicações sobre o mesmo tema trazem em suas primeiras páginas as informações de que “cerca de trezentos carros e multidão incalculável” participou da procissão (*O Progresso*, 16/08/1953, p. 1; *O Progresso*, 23/08/1953, p. 1⁴⁷).

O ano de 1954 ficou marcado pela aprovação pela Câmara Municipal de Dourados da Lei nº 76 de 17 de agosto, que proibia a construção de casas de madeira na Avenida Marcelino Pires, no entorno da Praça Antônio João (*O Progresso*, 29/08/1954, p. 2). Tal

⁴⁴ A solicitação de colocação de bancos na Praça Antônio João rendeu várias outras publicações no periódico, até que os comerciantes resolveram doá-los para que fossem instalados ao redor da praça. Porém, o serviço de instalação da prefeitura não o fez e, dessa forma, os bancos foram vandalizados e quebrados, inviabilizando sua utilização pelos moradores. Situação essa que, segundo a publicação de *Águia Azul*, “ao invés de embelezar a praça, transformou-a em aspecto de cidade em ruínas” (*O Progresso*, 06/03/1955, p. 3).

⁴⁵ Atualmente Praça do Cinquentenário.

⁴⁶ No dia 17 de agosto a imagem foi recepcionada na capela da Cabeceira Alegre, quando na ocasião, meu avô materno Dinamérico Demócrito de Brito proferiu uma “saudação em versos” à imagem de Nossa Senhora de Fátima (*O Progresso*, 23/08/1953, p. 1).

⁴⁷ Frei Teodoro Leitz redigiu cópia fiel dessa edição referente ao fato ocorrido, no Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970), constando nas páginas 26v. a 28.

intervenção foi felicitada pela imprensa, pois trazia consigo a emblemática da ordem e do progresso tão disseminada à época e da simbologia de que a área urbana central deveria ser mais moderna, limpa e agradável ao olhar do passante, por ser considerada a “sala de visitas da cidade” (*O Progresso*, 12/09/1954, p. 3).

Paralelamente, a festa em honra à padroeira anualmente divulgada pelo vigário Frei Teodoro Leitz no jornal *O Progresso*⁴⁸ mantinha uma programação que envolvia a semana anterior ao dia 8 de dezembro, sendo a novena, missa solene com ladainha cantada, bênção sacramental, consagração à Imaculada Conceição e a procissão em frente a igreja. Ao findar a programação do dia, geralmente ocorriam as quermesses na praça, com barracas que vendiam quitutes, além das rifas e dos leilões.

Nesse sentido, a devoção a Nossa Senhora Imaculada Conceição aos poucos foi se solidificando em Dourados, e extrapolando o sentido religioso, ao ponto de ser solicitado no início da década de 1950, através de uma coluna escrita no jornal *O Progresso* que o nome da Praça Antônio João fosse trocado por *Praça Nossa Senhora da Conceição*. Segundo A. C. que assinava a coluna *Crônica das Ruas*, justificando tal solicitação ao prefeito municipal:

A igreja é do povo, e, sendo do povo, esse mesmo povo tem a sua religiosidade, na sua crença, fervorosa devoção por Nossa Senhora da Conceição, a Padroeira da nossa Matriz. Bem se poderia dar o nome de “Senhora da Conceição” à Praça Antônio João atual [...] uma homenagem ao povo religioso de nossa cidade (*O Progresso*, 24/06/1951, p. 1).

No ano de 1954, considerado *Ano Mariano*⁴⁹ pela Igreja Católica, as festividades envolveram 12 quermesses com leilão, contando ainda serviço de alto-falante (*O Progresso*, 12/12/1954, p. 2), além de um “pequeno parque recreativo em frente à casa paroquial” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 30v.) “onde a criançada brincava alegremente e cantava as suas rodas na área profusamente iluminada em frente da igreja matriz” (*O Progresso*, 21/11/1954, p. 3). Já a publicação de dezembro de 1955, traz a seguinte manchete, no topo da primeira página: *Grande sucesso das festas religiosas da Imaculada Conceição padroeira da cidade. Hoje, o encerramento dessas festas, com movimentada*

⁴⁸ Sobre a temática *festa da Padroeira* realizada na Praça Antônio João, foram analisadas as seguintes edições do jornal *O Progresso*: 84 de 1952, 185 e 186 de 1954, 234 a 236 de 1955, 285 de 1956 e 329 e 330 de 1957.

⁴⁹ Relacionado a algum evento de relevância mundial ligado a devoção à Nossa Senhora, mãe de Jesus Cristo. O Papa Francisco elegeu 2017 como Ano Mariano por conta da comemoração dos 100 anos da aparição de Nossa Senhora de Fátima em Portugal. Em decorrência, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, oficializou 2017 como Ano Mariano no Brasil em comemoração aos 300 anos do surgimento da imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, no rio Paraíba do Sul, no interior de São Paulo.

quermesse na Praça Antônio João. Nesse ano, as festividades que tinham por objetivo angariar fundos para as obras paroquiais e sociais, sobretudo do Patronato de Menores, contaram com leilão e um parque recreativo instalado no “jardim defronte a Matriz” (*O Progresso*, 11/12/1955, p. 3). Na edição de dezembro de 1956 nota-se o destaque para a atuação das mulheres católicas na quermesse ocorrida, segundo a publicação, no *jardim Antônio João*.

Ali foram montadas seis barracas bem sortidas destacando-se a barraca das senhoras do Apostolado da Oração com sua grande quermesse, a barraca das Irmãs Franciscanas com lindas e originais prendas e a Barraca Gaúcha com o seu tradicional churrasco. Um “Viva” à valorosa Congregação Mariana pelo seu belo trabalho na festa (*O Progresso*, 16/12/1956, p. 3).

Outra festividade bastante comemorada na paróquia ocorria em honra a *Santo Antônio*, cuja realização abrangia, geralmente, o período de uma semana. Além das solenidades religiosas marcadas principalmente pela procissão, o programa destaca os leilões, rifas e parques recreativos na Praça Antônio João, considerada por Frei Teodoro Leitz como uma “amistosa confraternização religiosa-social” (*O Progresso*, 26/08/1956, p. 3). Dom Orlando Chaves, bispo da diocese, esteve presente na comemoração em 1956 para “entregar à paróquia a *Bandeira das Vocações*, recompensa pelo elevado número de vocações sacerdotais enviados para o Seminário de Campo Grande” (*O Progresso*, 26/08/1956, p. 3).

As missas realizadas na área externa da Igreja Matriz também se configuram/configuravam, de certa forma, como um modo de aproximação e posterior evangelização dos moradores não católicos, por ser celebrada em um espaço público, a Praça Antônio João. Assim, chamada de missa campal, inicialmente era feita na praça com justificativa do crescente número de católicos. Porém, com o passar dos anos, se tornou tradição e atualmente é realizada por ocasião de solenidades, reunindo as várias paróquias da diocese, geralmente com a presença do bispo. A primeira missa de Natal, popularmente chamada de *Missa do Galo* assistida na Praça Antônio João, deu-se por uma iniciativa dos membros do *Lions Clube*, que intercederam junto ao vigário, para que tal evento ocorresse, pois a Igreja Matriz já havia se tornado pequena para abrigar o número de fieis. Assim, dia 24 de dezembro de 1956 à meia noite, mais de 2.000 pessoas estiveram presentes “todas aplaudindo a feliz iniciativa” (*O Progresso*, 30/12/1956, p. 1), fato que se repetiu em 1957 por ocasião da missa em honra à padroeira da cidade (*O Progresso*, 24/11/1957, p. 2).

Nesse sentido, de acordo com a análise das fontes em seus contextos históricos, percebe-se que a Praça Antônio João foi representada de diversas maneiras. Desde os seus

primórdios é considerada pela população um ponto de referência de localização geográfica da cidade, fato que se comprova até a atualidade, além de local de descanso e de passagem. Foi nos arredores deste local que as primeiras casas e comércios surgiram, cresceram e se modificaram, assim como a própria praça que, com o passar dos anos, se tornou o *coração da cidade* e um de seus patrimônios mais relevantes.

Fotografia 25 - Área central de Dourados (final da década de 1950)



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção *Memória Fotográfica de Dourados*

Assim, podemos observar através da fotografia 25 as mudanças relacionadas ao espaço urbano central em Dourados no final da década de 1950. De acordo com a ficha de identificação, a fotografia está dessa forma datada: 27/01/1958⁵⁰ e a inscrição desse mesmo ano pode ser vista na parte superior da mesma, feita à caneta. A imagem mostra a confluência entre a Avenida Marcelino Pires e a Rua João Cândido Câmara, de onde observamos um ponto de charretes, veículo bastante utilizado na época para o transporte de passageiros e de pequenos fretes. Notam-se vários transeuntes, sobretudo na margem esquerda da Avenida Marcelino Pires, percorrendo ou indo em direção à calçada que dá acesso à Praça Antônio João. As árvores, que identificam Dourados até os dias atuais eram mais numerosas, inclusive formando os canteiros centrais e dentro da própria praça, o que deveria ser um alento em tempos de intenso calor.

⁵⁰ Não foi encontrada na ficha de identificação da fonte nenhuma justificativa para essa data precisa.

O desenvolvimento econômico da cidade também é percebido através da fotografia, na forma dos vários sobrados construídos e ainda em construção⁵¹ que abrigavam o comércio e as residências da época, pela iluminação pública instalada e também pelo automóvel que transita pela via principal da cidade. Nesse sentido, percebemos que a fisionomia urbana se modificou de forma intensa na década de 1950, sendo que a Praça Antônio João atuou enquanto elemento marcante nesse contexto histórico e patrimonial.

A Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, localizada à sua frente, atua como mais um elemento neste espaço simbólico, tanto pela representatividade religiosa, como pela socialização que a mesma insere neste contexto. A associação da igreja com a praça ou vice-versa torna-se inevitável, já que com o passar do tempo, esse espaço se faz muitas vezes, único no imaginário do morador que por ali passa. Nesse sentido, Armando Carmelo assim publicou na Coluna *Terra e Gente* suas impressões olfativas ao caminhar pelo local em 1959: “Ao transitar pela Praça Antônio João hoje, impregnada do perfume de magnólias que enfeitam aquele local e o incenso que nos vem da Casa de Deus ali edificada [...]” (*O Progresso*, 25/01/1959, p. 4).

As ampliações e intervenções arquitetônicas que foram realizadas na igreja ao longo dos anos também ocorreram na praça, mesmo que de formas, momentos ou promovidas por instituições diferentes, assim como as modificações sociais, políticas, econômicas e culturais, das quais igreja e praça foram palco de atuação dos sujeitos.

Os moradores que utilizavam a praça, tanto como passagem para o centro da cidade, como para descanso, lazer ou até mesmo trabalho, são sujeitos partícipes deste processo, o qual resultou na identificação deste espaço simbólico enquanto representativo histórico e culturalmente para o município. Assim, ressalta-se que a Praça Antônio João tem representatividade e papel fundamental para que a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição seja reconhecida enquanto patrimônio cultural religioso pelos moradores.

3.2 A Igreja Matriz é elevada à Catedral Imaculada Conceição: a consagração do patrimônio cultural religioso

O início da década de 1950 em Dourados é representado pelo seu rápido crescimento, o qual trouxe consigo transformações nos âmbitos políticos, econômicos, sociais e religiosos.

⁵¹ O prédio em construção refere-se à primeira loja comercial *Casa Pernambucanas* da cidade, atualmente *Tecelagem Avenida*.

O discurso político e religioso das fontes analisadas não deixa de mencionar constantemente o caráter progressista da cidade. “O crescimento demográfico estimulou a economia que começava a se sustentar pela agricultura diversificada, pelas grandes plantações de café e algodão e pela criação de gado” (ERNANDES, 2009, p. 62). Na perspectiva das mudanças no planejamento da área central da cidade aliada à ideia de progresso, observam-se nesse cenário os elementos que marcam tal processo: as carroças e charretes, caminhões, tratores, arborização planejada, iluminação, comércio de mercadorias diversificadas, prestadores de serviço, além de algumas residências imponentes, as quais demonstram também, a inserção e permanência de investidores financeiros no local (MOREIRA, 1990, p. 62-63).

Nesse sentido, é publicada n’*O Progresso* de 1954 uma espécie de relatório sociodemográfico, intitulado *Dourados em marcha: números que atestam o crescimento da Terra Prometida*, no qual o agente municipal de estatística⁵², Oscar Mangini Fernandes, traça um panorama geral de Dourados, abordando assuntos referentes à história e fundação do município, situação geográfica, administração municipal, religião, lavoura, comércio, indústria, pecuária, meios de comunicação, estabelecimento de crédito, renda municipal, assistência hospitalar, educação, desportos e atrativos sociais⁵³ (*O Progresso*, 21/04/1954, p. 6). Nesse documento consta que a cidade tinha em seu comércio uma forte representação de desenvolvimento, o qual era formado por 109 casas comerciais, entre bares, pensões, alfaiatarias, farmácias, frutarias, açougues etc. No que se relaciona à religião, contava com quatro igrejas, sendo uma católica e três protestantes, além de dois centros espíritas (*O Progresso*, 21/04/1954, p. 2), deixando clara a diversidade, a concorrência e a disputa do mercado religioso existente na cidade.

A paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição também registrou através do *Relatório Anual*, os dados referentes ao início dessa década, sendo que em 1953 a paróquia, que era administrada por três franciscanos, abrangia 20.000 km² e 45.000 *almas*⁵⁴, possuía uma Matriz e oito capelas. Seu patrimônio era formado pela área da Matriz (medindo 55 x 50 metros), área da *Cabeceira*⁵⁵ (medindo 30 x 50 metros) e um lote na CAND de 30 hectares.

⁵² Função vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

⁵³ Não foi mencionado o dado referente à população neste censo, porém na edição posterior consta que havia 8.200 habitantes na cidade, 30.900 habitantes na CAND, e cerca de 13.000 habitantes nos distritos (*O Progresso*, 24/04/1955, p. 4).

⁵⁴ Expressão utilizada por Frei Teodardo Leitz, própria do contexto religioso para se referir à população que compunha a paróquia.

⁵⁵ Área leste da cidade.

Além disso, a pastoral intensiva na área da educação abrangia cerca de 1.600 alunos, distribuídos em vinte centros educacionais nos quais se ensinava a doutrina do Catolicismo. Já no âmbito da evangelização e missão, a paróquia contava com dezenas de associações religiosas, e os freis percorriam grande parte das localidades ao redor da cidade através das viagens de desobriga, além de distribuir milhares de sacramentos aos paroquianos, entre Batismo, Casamento, Comunhão e Extrema Unção (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 29).

A Igreja Matriz de Dourados também revelava transformações em seu prédio fruto de uma reforma realizada em 1953, custeada através das esmolas ofertadas durante a festividade da visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima na cidade. Frei Teodardo Leitz registra que a Igreja Matriz foi pintada por dentro e por fora e recebeu 10 vitrais, encomendados de São Paulo e confeccionados pela empresa *Vitrais Conrado*. Tais melhorias foram possíveis através de doações, assim como descreve o vigário, quando relaciona no Livro Tombo Paroquial, o tema do vitral com o seu respectivo doador, associações ou fieis, ou seja, sobretudo membros da elite católica atuante no município.

- 1) São João Batista - doador: Sr. João Augusto Capilé Jr.
 - 2) Santa Inêz - doador: Filhas de Maria.
 - 3) Santa Cecília - doador: Milton e Geny Milan⁵⁶.
 - 4) São José - doador: Dionéa Ravasco.
 - 5) Coração de Maria - doador: Apostolado da Oração.
 - 6) Coração de Jesus - doador: Adroaldo Pissini e família.
 - 7) São Judas Tadeu - doador: Nuncia Ravasco.
 - 8) Sta Isabel da Turíngia - doador: Isabel de Matos.
 - 9) Sta Maria Goretti - doador: Patronato de Menores.
 - 10) Sta Terezinha - doador: Vladimiro do Amaral e família.
- (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 28-28v.).

Assim, ficaram completos os vitrais da igreja, que já possuía outros dois: o de São Francisco de Assis, doado por Celso do Amaral e o de Santo Antônio de Pádua, cuja doação foi feita por Israel Martins de Oliveira. Além da aquisição dos vitrais para a proteção e o embelezamento interno da igreja, em 1º de novembro de 1953 foram solenemente benzidas duas novas imagens sacras de 1,20 metros de altura, instaladas no interior da Matriz. Uma delas era a imagem sacra de Santo Antônio de Pádua e a outra, a do Sagrado Coração de Jesus, cuja doação foi feita pelo Apostolado da Oração. Para esta última foi erigido um altar

⁵⁶ Um agradecimento público pela doação deste casal também foi publicado na imprensa local, tendo como título *Valiosa Dádiva*. Menciona-se que a quantia de Cr\$ 7.000,00 foi dada em “contribuição para os melhoramentos que estão sendo levados a efeito no templo católico desta cidade” (*O Progresso*, 27/12/1953, p. 1).

que foi viabilizado através da doação de dona Glorinha de Almeida Miguel (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 28v.).

Fotografia 26 - Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição em 1957 (parte interna)



Fonte: Arquivo pessoal digitalizado da Sra. Solenyr Araujo

Nessa fotografia podemos visualizar o interior da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição pouco tempo antes de serem iniciados os trabalhos para a construção da pró-Catedral de Dourados. Nota-se que, centralizada no altar principal está a imagem sacra de Nossa Senhora Imaculada Conceição, ladeada pelas imagens de Santa Terezinha e São Francisco de Assis. No centro, uma pequena imagem de Jesus Cristo crucificado e vários arranjos de flores compõem o Altar-Mor que está dentro de uma espécie de pórtico que abriga as pessoas fotografadas. Vemos também nas laterais cortinas que provavelmente escondem e dão acesso à Sacristia, ou outro espaço reservado apenas ao clero. No chão, observamos que a decoração foi feita de forma simples (para as impressões atuais), com vasos de plantas e também nota-se um tapete que sai do altar em meio aos bancos da igreja. A fotografia mostra um casamento ocorrido em 23 de fevereiro de 1957. Os noivos são Aniz Rasslan e Maria da Luz Câmara⁵⁷, sendo a cerimônia realizada por Frei Teodardo Leitz⁵⁸. A se julgar pelas fitas e medalhas que adornam os pescoços dos fotografados, o noivo era um *Congregado Mariano*,

⁵⁷ Filha de João Cândido Câmara.

⁵⁸ Dados obtidos no Livro de Registro de Casamentos nº 3 (1954-1958), Registro nº 418, p. 105.

bem como os homens que posam ao lado da noiva. Já as mulheres eram *Filhas de Maria*, umas usam véu e outras não, denotando assim, seu estado civil.

Dentre todos os ritos da vida católica, o de maior prestígio em termos de representação fotográfica era o casamento. Para a sociedade burguesa, o casamento representava a possibilidade de ampliação do patrimônio e a consolidação das redes de influência social e política. Esta celebração, a partir dos anos 1940, passou a ter direito inclusive a um álbum próprio, no qual todos os momentos da cerimônia são retratados (MAUAD, 2008, p. 138).

Desse modo, nota-se que as mudanças estruturais e sociais na cidade de uma maneira geral, ilustravam um momento caracterizado pelo rápido desenvolvimento e pela chegada e movimento de investimentos financeiros aplicados em suas instituições, cujas transformações refletiam-se também na Paróquia de Dourados e na Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição.

Esse cenário desenvolvimentista nos campos político, econômico e social e de pastoral intensiva no campo religioso, refletia-se em todo o sul do antigo Mato Grosso. Diante da grande extensão territorial, do crescimento demográfico e das transformações de ordem institucional, como a criação de novas paróquias, a diocese de Corumbá começa a enfrentar novos desafios em relação à administração religiosa. Nesse sentido, Dom Orlando Chaves, que já incluía o projeto de desmembramento da diocese entre seus planos pastorais desde 1948 quando assumiu a diocese de Corumbá (AMARAL, 2005, p. 82), e seu coadjutor Dom Ladislau Paz⁵⁹ iniciam o planejamento do projeto de divisão da diocese⁶⁰. Entre 28 de novembro a 5 de dezembro de 1953 Dom Orlando Chaves realiza uma visita pastoral⁶¹ na paróquia de Dourados, tendo várias motivações e eventos importantes relacionados ao crescimento da mesma. Dentre eles, ocorreu a festa de encerramento do ano letivo do Patronato de Menores, inauguração do salão paroquial construído atrás da Igreja Matriz e,

⁵⁹ Foi nomeado enquanto bispo auxiliar em 23 de julho de 1955 a pedido de Dom Orlando Chaves diante da nova conjuntura da diocese, sobretudo pelas dificuldades de administração da mesma (MARIN, 2011, p. 135). Em 1957 foi eleito vigário capitular e administrador apostólico das dioceses de Campo Grande e Dourados, com todos os direitos de bispo residencial, sendo que no final deste mesmo ano, assumiu a diocese de Corumbá, administrando-a por 22 anos e meio. Foi a mais longa gestão episcopal de toda a diocese (MARIN, 2011, p. 138).

⁶⁰ Amaral (2005) afirma que o desmembramento que originou a diocese de Dourados foi resultado de uma série de fatores combinados. A questão da densidade populacional, sobretudo provocada pela criação da CAND, as preocupações da Igreja e do Estado relacionadas à fronteira com o Paraguai, a necessidade de reafirmação da Igreja Católica no mercado de bens simbólicos religiosos e a própria atuação de Dom Orlando Chaves, que se empenhou em trazer mais religiosos e religiosas para a região (AMARAL, 2005, p. 82).

⁶¹ Além dos eventos citados, o bispo diocesano visitou a CAND e a CMD a fim de administrar a Crisma aos fieis católicos destas regiões (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 28).

logicamente como o momento mais importante da visita do bispo diocesano, a administração do sacramento da Crisma para 456 fieis na Matriz da cidade (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 28-28v.). A edição de 27 de dezembro do supracitado ano d' *O Progresso* publica o que parece ser a primeira menção à intenção da criação da diocese de Dourados, relacionando tal fato, novamente com a ideia de progresso e desenvolvimento local, como já habitual discurso das publicações do referido periódico ao se referir às mudanças que ocorriam no município.

Em sua última visita a nossa cidade, S, Excia. Revma. Dom Orlando Chaves nos trouxe a alviçareira notícia de que esta projetada a criação do Bispado de Dourados abrangendo os municípios de Dourados, Rio Brilhante, Ponta Porã, Maracaju e Amambai. [...] A criação do Bispado de Dourados trará sem dúvida importante desenvolvimento para Dourados, pois, dela advirão melhoramentos de importância vital para o município, tais como, a criação do Ginásio Diocesano, a ser construído em terreno já doado para tal fim; construção e instalação do Convento de Irmãs de Caridade; construção da Catedral da Sé Episcopal; instalação do Palácio e Cúria Diocesana, criação do Seminário para vocações sacerdotais e tantos outros empreendimentos que por certo elevarão o nosso município um nível extraordinário de progresso (*O Progresso*, 27/12/1953, p.1).

A ideia era de que Campo Grande, por ser a maior cidade da diocese, centro comercial, viário e militar, poderia se tornar sede de um novo bispado. A outra sede seria em Dourados, por representar um importante centro agrícola e polo de desenvolvimento econômico. Assim, com a descentralização administrativa e a ampliação da hierarquia eclesiástica, a presença de três bispos fortaleceria a presença da doutrina da Igreja Católica na região (MARIN, 2011, p. 135-136).

Sobre o projeto para a futura diocese de Dourados, Marin (2011) aponta que

[...] a residência episcopal seria localizada num prédio alugado ou funcionaria no convento dos franciscanos. As rendas seriam as paroquiais, emolumentos pagos à Cúria e subvenções estaduais e federais e da Santa Sé. A igreja paroquial serviria de catedral até a **construção de um novo prédio**. O projeto previa a construção de uma catedral, da residência episcopal e de um seminário diocesano (MARIN, 2011, p. 136, destaques meus).

Interessante notar que havia o planejamento por parte da diocese de se construir uma nova igreja, destinada a ser a Catedral de Dourados. Segundo Marin (2011, p. 138; 220), a Catedral seria dedicada ao *Sagrado Coração de Jesus*⁶², tendo como medidas 60 x 20 metros

⁶² Na verdade o *Sagrado Coração de Jesus* é o padroeiro da Diocese de Dourados, de acordo com o afirmado na Bula *Inter Gravíssimas* (LIVRO TOMBO DOM JOSÉ (1958-1960), s.p.).

e, contendo ainda neste espaço mais amplo, um palácio para o bispo e a cúria diocesana⁶³. Assim, a se julgar pelas narrativas contidas n' *O Progresso*, geralmente atribuídas ao vigário Frei Teodardo Leitz em sua *Coluna Religiosa*, planejava-se construir outra igreja para abrigar a Catedral de Dourados.

Nesse sentido, já em 1953, a imprensa local alerta a comunidade para a necessidade da preparação do terreno “para tão importantes melhoramentos, formando-se assim um patrimônio que possa garantir o êxito completo das realizações projetadas para o nosso município pelo Revmo. Bispo de Corumbá” (*O Progresso*, 27/12/1953, p. 1). Outro indício se deve pela ocasião da visita à Dourados pelo Administrador Apostólico de Corumbá, Dom Ladislau Paz, para informar oficialmente sobre a criação da diocese, o qual “sugere também providenciar, desde já, a aquisição de um terreno para a futura Catedral de Dourados” (*O Progresso*, 01/09/1957, p. 3). Outro elemento extraído das fontes nos leva a concluir tal questão. Tratam-se das impressões do Bispo sobre a nova Diocese.

Patrimônio. Não encontrou o Bispo patrimônio rendoso. Apenas um quarteirão de terra na cidade medindo 100 x 100, onde estão instaladas as Irmãs Franciscanas e a Escola do Instituto Sagrado Coração de Jesus⁶⁴. Conforme os planos da criação do bispado lá seria construída a Catedral. Como, porém, fica localizada bem no extremo da cidade e as perspectivas são de que a cidade se desenvolva mais para o lado oposto não nos parece muito conveniente a localização da Catedral ali. O futuro o dirá melhor. [...]. Tratamos do local para a construção da Catedral. Ficou certo que será doado pelo Dr. Antônio Tonani um local a ser escolhido no loteamento de sua propriedade⁶⁵ (LIVRO TOMBO I DA DIOCESE DE DOURADOS (1958-1988), p. 7⁶⁶).

Apesar disso, o fato é que realmente outra igreja foi construída, porém no mesmo lugar da antiga, ou seja, por cima desta. Tal fato se deve provavelmente, dentre outros aspectos, à questão de sua localização na organização urbana que já era privilegiada, e o foi

⁶³ Nota do autor: ADC, *Proposta de divisão da atual diocese de Corumbá, Mato Grosso, Brasil, apresentada por Dom Orlando Chaves, bispo diocesano, 1954.*

⁶⁴ Local onde atualmente situa-se a Igreja São José.

⁶⁵ Área sentido norte da cidade, abrangendo a confluência das Ruas Monte Alegre e João Cândido Câmara. Há inclusive, um cruzeiro instalado no canteiro central dessa esquina, o qual marca o local onde seria construída a Catedral de Dourados. Porém, os motivos os quais levaram esse planejamento a não ter êxito e o projeto da construção não ser implementado são desconhecidos. Informações obtidas através de conversa informal com o diácono Alceu de Aguiar Quadros em 10/07/2017. Salienta-se que não foi encontrada nenhuma informação sobre essa questão nos arquivos paroquiais pesquisados.

⁶⁶ Trata-se da transcrição do referido Livro Tombo realizado por Inez Maria Bitencourt do Amaral para sua pesquisa de Dissertação. Este material, bem como outros diversos, foram doados ao CDR/FCH/UFGRD. Dessa forma, não foi identificada a numeração das páginas, nem a data precisa da publicação.

desde sempre. O posicionamento central do prédio extrapola o sentido de configuração urbanística e pode-se dizer também que “leva à composição da vida urbana a partir da religiosidade. Portanto, uma Igreja que compõe a melhor construção do local, ao mesmo tempo em que define ou direciona a evolução dos logradouros públicos” (GARDIN, 1999, p. 144). Trazendo essa questão para o cenário de Dourados, observa-se que, embora tenha sido construída uma capela católica em 1925, a mesma tornou-se referência para o crescimento dos demais elementos construtivos públicos e particulares durante boa parte do século XX. Dessa forma, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição revela, dentre outros aspectos, o sentido originário do patrimônio cultural religioso, em que a população não índia preconizava o sentido profundo e latente da religiosidade católica, quando revela-se uma espécie de “obrigação de dedicar primeiramente aquele local a um santo para que este o abençoe, tornando assim um local digno para realizações humanas” (GARDIN, 1999, p. 147).

Retornando ao contexto histórico, o projeto para a divisão da diocese de Corumbá e consequente criação da Diocese de Dourados demorou ainda alguns anos para se concretizar. Foi elaborado por Dom Orlando Chaves em 1954 e tramitou durante três anos na *Nunciatura Apostólica do Brasil* e na Santa Sé. Durante esse período, várias reformulações foram realizadas no sentido de adequar a proposta até que se definisse em consonância com os propósitos da Igreja Católica (MARIN, 2011, p. 221).

Nessa mesma perspectiva e dando mais um passo em direção aos propósitos para a criação da diocese, em 3 de setembro de 1955 é constituído o *Vicariato*⁶⁷ *Forâneo de São Pio X* sediado em Dourados, sendo composto pelas paróquias de São Pedro, Nossa Senhora da Glória, Rio Brilhante e Bataguassú⁶⁸. Assim, Dourados é desligada do *Vicariato Forâneo de São Francisco de Sales*, sediado em Ponta Porã, ao qual era subordinada. Dom Orlando Chaves nomeia Frei Teodoro Leitz como vigário forâneo em 4 de setembro de 1955, sendo que sua posse ocorre em 23 de outubro do mesmo ano, numa solenidade religiosa contando com a presença dos vigários componentes do novo Vicariato, além de muitos fieis

⁶⁷ De acordo com a definição Eclesiástica sobre Vicariato, observamos que a criação do mesmo obedeceu aos planos e o trâmite para a criação da diocese de Dourados, pois “Dentro de cada diocese existem um ou mais Vicariatos. Os *Vicariatos episcopais* são um instrumento evangelizador mais descentralizado. Colaboram para o atendimento às exigências da ação evangelizadora em cada grande área geográfica ou ambiental, organizando melhor o trabalho e as relações pastorais. Já os *Vicariatos territoriais*, por sua vez, são divididos em áreas pastorais menores, designadas pelo Código de Direito Canônico como *foranias*, que agrupam algumas paróquias”.

Fonte: <http://www.catequisar.com.br/texto/colunas/juberto/30.htm>. Acesso em: 13/03/2017.

⁶⁸ O vigário convida a população e noticia o evento como sendo a instalação de um *Decanato em Dourados* (*O Progresso*, 16/10/1955, p. 3; *O Progresso*, 30/10/1955, p. 1). Entende-se assim, como um tipo de comissão religiosa, composta por vários membros e possuidora de um líder mais antigo, o Decano.

pertencentes às paróquias (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 35v-36v.).

E finalmente em 15 de junho de 1957 o Papa Pio XII desmembra a diocese de Corumbá e cria a diocese de Dourados, pela *Bula Inter Gravíssima*⁶⁹, tendo a Igreja Matriz como Pró-Catedral⁷⁰ dedicada à *Nossa Senhora da Conceição*. Na ocasião, a Diocese de Dourados abrangia sete municípios⁷¹, oito paróquias, sendo composta por dezessete padres religiosos, sendo que seu território era estimado em 68.300 km² com uma população de aproximadamente 140.000 habitantes⁷² (MARIN, 2011, p. 222). Sendo assim, a diocese ansiava pela chegada de um bispo, o qual foi tema de notícias na imprensa local.

Reunidas, na noite do dia 22 de agosto, no Salão Nobre do Convento Franciscano, as pessoas de destaque do meio católico de Dourados, comunicou Dom Ladislau, que a nomeação do Bispo de Dourados se fará em breve, provavelmente já neste mês de setembro. A posse do novo Bispo realizar-se-á então no fim deste ou no começo do outro ano, devendo vir, nesta ocasião, para dar a posse, o Exmo. e Revmo. Sr. Núncio Apostólico, embaixador da Santa Sé junto ao Governo Brasileiro e representante do Santo Padre o Papa (*O Progresso*, 01/09/1957, p. 3).

Como não havia sede do bispado, o vigário sugeriu que o bispo utilizasse o convento franciscano como moradia provisória até que fossem tomadas as providências para “prover o novo bispo com o mais necessário para sua instalação⁷³” (*O Progresso*, 01/09/1957, p. 3). Assim, Dom José de Aquino Pereira recebe a sagração episcopal em 13 de abril de 1958 na cidade de São Carlos, estando presentes Frei Teodardo Leitz e Aguiar Ferreira de Souza, vereador na cidade. O bispo chega a Dourados em 26 de maio de 1958, onde é recebido por

⁶⁹ *Bula* é um documento solene, que trata de assuntos especiais. O termo *Inter Gravíssimas* quer dizer, entre todas as coisas graves, ou, entre as decisões urgentes a serem tomadas (AMARAL, 2005, p. 82). Frei Teodardo Leitz traduziu o documento do alemão para o português e registrou no Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970), s.p.

⁷⁰ A Igreja Matriz é elevada automaticamente à Pró Catedral pois, dentro da hierarquia e da conjuntura político-administrativa da Igreja Católica, uma Catedral Diocesana precisa englobar diversas estruturas, como por exemplo: Seminário Diocesano, Escritório da Cúria Diocesana, Casa Episcopal, Centro de Pastoral, dentre outros. Desse modo, após ser criada uma Diocese, é necessário uma série de modificações estruturais físicas e administrativas, para desse modo, constitui-se uma Catedral. Além dessas questões, havia a possibilidade e o planejamento de ser construído um novo prédio para abrigar a Catedral de Dourados. Informações obtidas através de conversa informal com o diácono Alceu de Aguiar Quadros em 10/07/2017.

⁷¹ Amambai, Bataguassú, Itaporã, Maracaju, Ponta Porã, Rio Brilhante e Dourados (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), s.p.).

⁷² Nota do autor: ADC, *Proposta de divisão da atual diocese de Corumbá, Mato Grosso, Brasil, apresentada por Dom Orlando Chaves, bispo diocesano, 1954.*

⁷³ Dentre as ações para angariar fundos para prover o primeiro bispo de Dourados, estão: “sessões de cinema, chá com desfile de Bonecas, rifas, Livro de Ouro, etc” (*O Progresso*, 01/09/1957, p. 3).

várias autoridades civis e militares e muito fieis católicos. A posse ocorreu num palco montado em frente à Igreja Matriz de Dourados e após a cerimônia, cerca de 200 pessoas participaram de um jantar comemorativo no Clube Social⁷⁴ (AMARAL, 2005, p. 96-97). No ano seguinte, o bispo se instala em nova residência, cujo acontecimento é narrado e registrado por Frei Teodardo Leitz:

Em maio de 1959, Sua Excia. Revmo. O Sr. Bispo Diocesano mudou-se do nosso Convento para a Residência provisória, construída ao lado da antiga casa das irmãs na Quadra do Cruzeiro (ex-Patronato) que serve agora de Pré Seminário para uns 25 seminaristas (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 39).

Assim, depois da criação da diocese de Dourados e instalação do bispado, além da (re)organização da hierarquia católica no município, se fazia necessário avançar no sentido de se possuir e eleger um símbolo maior dessa consagração diocesana, uma Catedral. Assim, “começou-se a pensar numa igreja **digna do passo que fora dado**”⁷⁵ (*Elo*, nº 391, jun. 2015, destaques meus) e

[...] resolveu-se construir uma nova igreja matriz que serviria também de pró-catedral. O primeiro bispo de Dourados, D. José de Aquino Pereira, benzeu a pedra fundamental, no dia 8 de dezembro de 1958. Durante a sua construção, que foi feita por cima da igreja antiga, essa continuou a funcionar. A planta da nova igreja foi idealizada em colaboração entre o construtor, Sr. Vittorio Fredrizzi e o vigário, frei Teodardo Leitz, tendo-se o último inspirado em igrejas conventuais antigas e modernas, chegando a conclusão de que, como elemento de ligação entre o convento, Ala Ação Social Franciscana e a Escola Patronato de Menores, a igreja devia ter duas torres e uma fachada que **combinasse bem com a construção já existente** (KNOB, 1988, p. 277, destaques meus).

⁷⁴ Na coleção *Memória Fotográfica de Dourados* há algumas fotografias que registram esse evento. Tal coleção está disponibilizada no Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD.

⁷⁵ Refere-se ao artigo escrito por Dom Redovino Rizzardo (bispo de Dourados entre 2001 e 2016): *Catedral de Dourados, retrato da fé de um povo*, por ocasião da última reforma por qual passou a Catedral Imaculada Conceição, iniciada em 2014 e finalizada em 2015. Segundo o bispo, a última interferência arquitetônica no prédio “acabou por transformar a catedral numa autêntica obra de arte” (*Elo*, nº 391, jun. 2015).

Fotografia 27 - Construção da Catedral Imaculada Conceição



Fonte: Arquivo pessoal Solenyr Araujo

Desse modo, surge uma imponente construção na área central da cidade, a qual sobressai arquitetonicamente ao Convento Franciscano, cuja grandeza, modernidade e complexidade já eram atestadas pela população local. Porém, como relatou Frei Pedro Knob (1988), a então Pró-Catedral de Dourados acompanhou harmonicamente os elementos estruturais do convento, e de certa forma, completa-o, como em um conjunto arquitetônico formado também pela Escola Patronato de Menores, ao lado esquerdo da Pró-Catedral.

Fotografia 28 - Construção da Catedral Imaculada Conceição (fachada)



Fonte: Arquivo pessoal digitalizado de Solenyr Araujo

Na fotografia 28 observamos todo o delineamento arquitetônico na perspectiva da fachada da igreja. Os vitrais da claraboia (que são coloridos) recebem destaque especial no centro do prédio. As escoras e andaime vazios fazem notar que não se trata de um dia de trabalho semanal, mas sim um final de semana, provavelmente um *domingo de missa*. Além disso, as pessoas em volta do prédio, suas vestimentas e até mesmo o destaque para a pose principal também sugere isso. A grandeza e imponência da obra podem ser verificadas na perspectiva do tamanho do prédio relacionado ao tamanho das pessoas que o cercam naquele momento, dentre as quais várias voltam-se para a igreja, olhando-a ou admirando-a. Nesse sentido, sugere-se que quem tinha acesso ao registro fotográfico na época, certamente iria fazê-lo como forma de lembrança desse momento marcante, sobretudo os moradores católicos. Na fotografia posa a família Amaral: Celso Muller do Amaral, Sra. Neusa Amaral, à frente a filha Maria Eugênia Carvalho do Amaral e ainda um casal de descendentes de japoneses, afilhados de Sr. Celso e Sra. Neusa⁷⁶, sendo a família Amaral membro atuante da Igreja Católica no município.

Assim, passado pouco mais de um ano da bênção da pedra fundamental da obra, em 17 de janeiro de 1960, foi celebrada a última missa na então Igreja Matriz (KNOB, 1988, p. 277) e nesse mesmo dia, segundo o registro de Frei Teodardo Leitz “Fecha-se, para ser demolida, a antiga matriz. Servirá de matriz provisória o Salão Paroquial (18 x 9,5 metros)” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 40).

A edição nº 424 d’*O Progresso* traz em sua *Coluna Religiosa* a seguinte manchete: *Despedida da velha matriz*. Na publicação, com grande teor saudosista e até mesmo *poético*, o vigário relembra os acontecimentos que marcaram a população católica do município, e logicamente, os franciscanos que a assumiram no início da década de 1940 desde a concepção da paróquia de Dourados.

Durante mais de 15 anos, a igreja que ora deixamos, fora a casa de Deus, onde temos adorado a Nosso Senhor, aonde temos levado os nossos pedidos e as nossas mágoas, e onde sempre temos encontrado paternal acolhimento e doce consolação. Milhares de crianças inocentes se tornaram nesta igreja filhos de Deus pelo santo batismo, incontáveis penitentes receberam nela o perdão dos seus pecados, inúmeras vezes Jesus desceu sobre o altar para renovar, de modo incruente, o Sacrifício da Cruz e entrar na santa comunhão, nos nossos corações. Quantos noivos receberam aos pés da imagem da Virgem Imaculada a benção de Deus para seu amor e sua

⁷⁶ Informações obtidas através da Sra. Neusa do Carvalho Amaral em 22/06/2016, a qual possui a fotografia original.

união perene, e quantos corpos entraram pela última vez nesta igreja, para serem encomendados a misericórdia divina! (*O Progresso*, 07/02/1960, p. 3).

Frei Teodardo Leitz ainda continua seu discurso de agradecimento à *velha Matriz*, porém revelando nos parágrafos finais, o caminho progressista no qual o principal templo da Igreja Católica em Dourados também se adequava, acompanhando o ordenamento constituído na cidade à época.

O tempo passou, Dourados cresceu rapidamente e a comunidade católica com ele. A Igreja-Matriz, grande e espaçosa para as exigências de 15 anos atrás, se tornou pequena e acanhada para o movimento religioso de hoje. Tornou-se urgente a construção duma nova e ampla matriz e, com a ajuda de Deus, a grande obra, iniciada em 8 de dezembro de 1958, já está no ponto de se colocar o madeiramento do telhado. O nosso agradecido e saudoso adeus a nossa querida velha igreja, e avante para a terminação da nova! (*O Progresso*, 07/02/1960, p. 3).

A construção da nova Igreja Matriz de Dourados, ou seja, a Catedral Imaculada Conceição exigiu, como se notou através das fontes analisadas, muitos investimentos financeiros para que se concretizasse. A comunidade católica se organizava e os fieis colaboravam da forma que podiam: “[...] Mathilde⁷⁷ cozinhou e serviu aos trabalhadores da obra e aos padres durante um ano inteiro, contribuição da família ao empreendimento. Toda a comunidade participou, lembra Socorro. As crianças levavam a comida pronta aos operários” (DAL BOSCO, 1995, p. 182). O vigário Frei Teodardo Leitz, que tinha além da visão expansionista territorial e simbólica do Catolicismo no local, possuindo também habilidades técnicas de arquiteto e construtor, além de articulador e gestor financeiro, revela suas impressões sobre o andamento da obra em sua crônica de 1959:

A construção da nova igreja progride lenta, mas seguramente. As medidas são: 45 x 15 m no total, a nave (única) a ser ocupada pelo povo 30 x 15 m. Duas torres de 20 m de altura. Paredes 8 m de altura. Construção a cimento armada, pilares de 52 x 52 cm de 3 em 3 m. de distância, para receberem o madeiramento do telhado. Presbitério redondo, 8 m de fundo, 10 m de largura. Estilo: românico modernizado. Planta⁷⁸ - rascunho: Frei Teodardo Leitz em colaboração com o Sr. Vittorio Fedrizzi. Cálculos técnicos e fiscalização: engenheiro civil Frederico Mandelik.

⁷⁷ Mathilde Garcete, esposa de João Paulo Garcete e mãe de Maria do Socorro, família tradicional paraguaia que viveu em Dourados. “Dona Mathilde era muito religiosa. Católica fervorosa, criou as filhas na prática da Igreja. No mês de maio eram vestidas de anjo para entregar flores a Nossa Senhora todos os dias. No final do mês havia a cerimônia de coroação da Santa e a maior glória para as meninas da época era a escolha para colocar a coroa de flores” (DAL BOSCO, 1995, p. 182).

⁷⁸ Infelizmente não foi encontrada a planta arquitetônica da obra nos arquivos pesquisados. De acordo com informações obtidas através de conversas informais com funcionários da Cúria Diocesana, sugere-se que, se a mesma ainda existir, possa estar de posse da Ordem Franciscana na Alemanha, onde Dom Teodardo Leitz faleceu em 1999.

Administração: Frei Teodardo Leitz. Financiamento: Festas (Quermesses, Leilões, Rifas) Contribuições mensais (uns 50 contribuintes), auxílios provenientes da Alemanha (benfeitores, [ilegível]), economias da Residência Franciscana de Dourados. A construção se faz em redor da antiga matriz, que ainda serve para as funções religiosas. Estado da obra em fins de 1959: 7 metros de altura (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 39v.).

Nesse contexto, novamente o vigário apela para a população de fieis católicos que se organizou através de várias quermesses e leilões ocorridos entre 1958 e 1960 no intuito de angariarem fundos para cobrirem as despesas. Assim, Frei Teodardo Leitz convoca publicamente os católicos de Dourados e região:

Colaborai também, na medida do possível e generosamente nas quermesses em benefício da nova igreja, cuja construção já se acha na fase final. Aceitamos agradecidos qualquer prenda ou esmola e contamos com vossa estimada presença nas festividades (*O Progresso*, 22/05/1960, p. 4).

Dentre as festividades realizadas em prol da construção da Catedral, uma em especial chama a atenção, a *Festa da Cumieira*⁷⁹ da Nova Igreja ocorrida nos dias 14 e 15 de agosto de 1960. Ao que parece, a comunidade católica local se organizava em termos de recursos humanos e financeiros de acordo com as etapas construtivas da obra, sendo que por se tratar da montagem da cumeeira da igreja, atestava que a construção estrutural da Catedral encontrava-se em processo final. Nesse sentido, Frei Teodardo Leitz coloca a comunidade a par dos últimos acontecimentos, utilizando sua Coluna na imprensa local, estratégia essa servindo também como uma forma de prestação de contas aos fieis que custeavam a obra.

[...] depois de terem ficado prontos os alicerces em maio do ano seguinte⁸⁰, a construção da nova matriz cresceu lenta, mas continuamente, sob a competente direção do dedicado engenheiro Dr. Federico Mandelik. Em abril do ano em curso começou o complicado trabalho no madeiramento do telhado, executando-se também este serviço, não pouco perigoso, sem acidente nenhum, graças a Deus e a proteção de São José, padroeiro dos operários (*O Progresso*, 14/08/1960, p. 3).

Assim, em 3 de outubro de 1960⁸¹, com a solenidade do *Jubileu de Prata* da criação da Paróquia de Dourados, foi celebrada a primeira missa na nova Matriz, ainda incompleta. E no

⁷⁹ Ou cumeeira. Trata-se da parte mais alta do telhado. Uma espécie de trave no alto do telhado, onde as extremidades dos caibros são encaixadas.

⁸⁰ Refere-se a 1959, pois anteriormente relatava a solenidade de bênção da pedra fundamental da obra, ocorrida em 1958.

⁸¹ Na verdade a missa celebrativa ocorreu no dia 9 de outubro, por ser o domingo correspondente à data. Essa missa foi celebrada pelo vigário Frei Teodardo Leitz (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 40v.).

mesmo ano, durante a festividade da Padroeira de Dourados, em 8 de dezembro, ocorreu a inauguração e bênção solene da Catedral de Dourados⁸² (KNOB, 1988, p. 278) oficiada pelo “Revmo. Pe. Frei Servácio Schulte, Delegado Provincial da Missão Franciscana de Mato Grosso” (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 40v.).

No início de março de 1961, Frei Teodardo Leitz vai para a Alemanha em férias e de lá, recebe a notícia que fora transferido como vigário para Rio Brillante. Assume a Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição o Frei Fridolino Hasenfratz⁸³, o qual dá continuidade às obras da Catedral de Dourados, partindo para os acabamentos finais e compra de mobiliário (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 41). Dessa forma, o novo vigário registra no Livro Tombo Paroquial:

Ano Domini 1961. Construção da igreja: foi terminada a Sacristia, as torres, o reboque das torres e da frente, o forro, os depósitos ao redor do Presbitério. Foram comprados 30 bancos, duas mesas de comunhão. [...]. Pelos esforços extraordinários do Frei Theodardo nas férias em Alemanha era possível, encomendar tres sinos de bronze. Agradecemos aos benfeitores (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 41, grifos do autor.).

A chegada dos sinos da igreja no ano posterior, símbolos fundamentais nos aspectos tangíveis e intangíveis relacionados ao patrimônio religioso da Igreja Católica, movimentou os moradores católicos que, inclusive, os inauguraram com uma festa. Tal fato é noticiado pelo vigário: “Chegaram os novos sinos. Grandes e sonoros. Foi uma festa bôa, a inauguração dos sinos, o grande, *Cristo Rei* (450 kg) e o médio *Virgem Imaculada* (360 kilos) e o pequeno, *São Francisco* (175 kilo). Frei Theodardo arrumou o dinheiro (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 41 v.).

Findando o ano de 1962, mais uma festa, provavelmente a da Padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição é utilizada também enquanto recurso financeiro para custear novas aquisições, bem como reformar partes da igreja que já se faziam necessárias. Frei Fridolino Hasenfratz lamenta o pouco lucro obtido na festa, porém se alegra com os recursos vindos da Alemanha, que tanto sustentaram as obras missionárias dos franciscanos ao longo das décadas em Dourados.

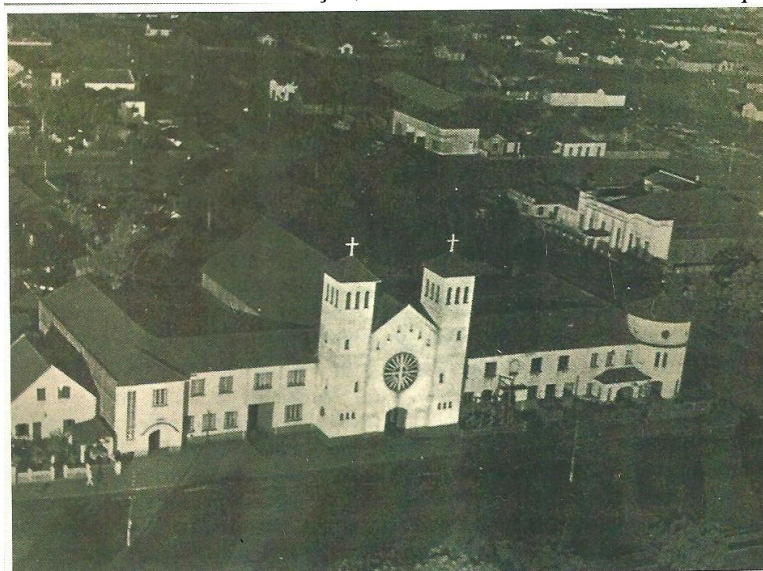
⁸² Mesmo assim, Frei Pedro Knob considera que somente em 1987 a Igreja Matriz poderia ser declarada oficialmente como Catedral de Dourados, pois foi nesse ano que “realizaram-se as conversações para trocar a propriedade da Missão Franciscana da Igreja Nossa Sra. da Conceição, no centro da cidade de Dourados, com a propriedade da Diocese de Dourados, situada na mesma cidade na Avenida Marcelino Pires, onde está localizada a Igreja S. José Operário. Com essa permuta a Diocese de Dourados poderá declarar oficialmente que a Igreja N. Sra. da Conceição como Catedral” (KNOB, 1988, p. 413).

⁸³ Vigário da Paróquia de Dourados no período de 01/03/61 a 17/07/63 (KNOB, 1988, p. 275).

A festa no fim do ano era meio fraca, deu só 800.000,00 Cruzeiros e pouco. Não dá para fazer muita coisa - aumentar a escola paroquial, comprar um novo Altar Mor, reformar o Presbyterio (forro), comprar um novu harmônio, construir as varandas ao lado da Igreja. Felizmente veiu auxilio da Alemanha para não cair em enormes dividas (LIVRO TOMBO I DA PARÓQUIA DE DOURADOS (1936-1970), p. 41 v., grifos do autor.).

Assim, a construção da Catedral é finalizada e, aos poucos, os outros elementos construtivos e simbólicos que dão sentido e significam o patrimônio cultural religioso, o qual se tornou a Igreja Matriz de Dourados, formam e se adequam num único conjunto arquitetônico, o qual tem sua maior evidência na Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, centralizada e destacada nesse espaço.

Fotografia 29 - Catedral Imaculada Conceição, Patronato de Menores e Casa Paroquial (vista aérea)



Fonte: Knob (1988, p. 277).

A partir desse contexto, nota-se a formação de um conjunto arquitetônico que começa a se destacar no âmbito central urbano, o qual aos poucos, vai se inserindo e se formalizando no imaginário da população como símbolo religioso católico e, além disso, se constituindo enquanto patrimônio cultural religioso na cidade de Dourados.

Assim, percebe-se que a consagração desse patrimônio religioso dependeu de inúmeros acontecimentos, relações sociais, políticas e culturais, além das estratégias firmadas e realizadas por diversos grupos sociais de acordo com seus interesses, por vezes próprios, por vezes em comum. Todos esses entrelaçamentos, articulações e desdobramentos entre o símbolo patrimonial pesquisado e seus respectivos *atores*, de acordo com a análise temporal,

findaram em uma legitimação de um patrimônio cultural religioso na (da) cidade de Dourados, outro elemento fundamental para se analisar o patrimônio.

Abordar nos dias de hoje o tema patrimônio, significa antes de qualquer coisa, refletir sobre valores, que por seu turno são conferidos por grupos sociais distintos e ao logo do tempo. Trazendo esse raciocínio para a discussão sobre cidades significa levar em conta que o patrimônio por elas abrigado necessita ser reavaliado e articulado com aqueles que habitam os centros urbanos e utilizam seus espaços. Uma cidade nunca é sincrônica por inteira, isto é, os elementos que a compõe - tecido urbano, grupos sociais, práticas culturais - possuem sua própria temporalidade, porém é apenas no presente que ocorre a fusão de todos eles. A partir daí, o patrimônio abrigado nas cidades só faz sentido quando ele converge diferentes memórias, identidades e interesses. Assim como a história e a memória, a configuração do patrimônio se dá no presente e deve ter como norte a preservação não por ela mesma, mas como elemento de qualificação da vida em sociedade (SILVA; OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Dessa forma, os elementos materiais e simbólicos consolidados em Dourados como a Casa Paroquial, o Patronato de Menores e a Praça Antônio João contribuíram para essa *construção*, para essa formação do patrimônio cultural religioso. Além desses elementos, as relações sociais que se articularam entre os indivíduos que vivenciaram e *viveram* e *vivem* esse patrimônio cultural religioso foram fundamentais para a legitimação da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição em Catedral Imaculada Conceição de Dourados, sobretudo no imaginário dos moradores, viabilizados através de suas memórias. Ou seja, para a eleição e/ou a nomeação desse patrimônio cultural religioso, a construção simbólica foi tão importante quanto a própria construção física da igreja, pois, ainda atualmente, algumas pessoas na cidade, principalmente os mais velhos, se reservam ao direito de chamar a principal igreja católica da cidade não de Catedral Imaculada Conceição, mas, sim, de Igreja Matriz, ou Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, inferindo uma conotação rememorativa ao patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de patrimônio cultural evoluiu com processo histórico e o que era na Idade Antiga concebido enquanto coleção de riquezas, indicadores de luxo e poder, passou com o tempo a ser valorizado nas dimensões histórica e rememorativa. Já no século XX, o conceito também passou a abarcar expressões materiais e imateriais e a identidade sociocultural de uma Nação adquiriu valor. Na atualidade, percebe-se que a evolução do conceito, paralelamente ao da cultura, segue uma vertente mais dinâmica, e a riqueza cultural expressa através do patrimônio tornou-se fundamental para a democracia cultural e social. Nesse sentido, a sustentabilidade patrimonial, os novos usos do patrimônio, bem como os usos sociais do mesmo tornaram-se grandes desafios contemporâneos.

Com a ampliação e diversificação da abordagem patrimonial, a exclusividade que favorecia os bens culturais produzidos e legitimados pelas classes hegemônicas, deu lugar às outras formas de cultura, sobretudo à inserção e valorização da cultura popular. Com isso, os processos sociais que envolvem a solidariedade, a herança cultural e a cumplicidade social, encontraram no patrimônio cultural um significado, que pode e deve ser compartilhado entre os indivíduos.

Todo esse cenário reflete-se também no campo de pesquisas acadêmicas, pois pôde-se perceber que a diversidade de temas e abordagens relacionadas às produções científicas do patrimônio cultural tem se diversificado e se renovado, sobretudo com o auxílio dos estudos antropológicos aliado à cultura, a exemplo as pesquisas relacionadas ao patrimônio genético, as relações entre gênero e patrimônio e tantas outras aproximações que exploram o potencial desse campo.

Já o patrimônio cultural religioso, definido pelo conjunto de bens materiais e imateriais nos quais se unem e consolidam o legado religioso de uma sociedade ou grupo social, advém de uma necessidade do indivíduo (re)ligar-se com o universo espiritual e sagrado, expresso em um espaço materialmente produzido, porém com inúmeros aspectos e elementos intangíveis que constroem simbolicamente e define a coesão do grupo social ao qual está relacionado.

Além da materialidade do monumento, esse patrimônio também se constituiu, em seus aspectos imateriais, em um espaço sagrado, pois o patrimônio cultural religioso se dá num determinado espaço, em um lugar de memória, onde se busca reviver a memória e transmiti-la. Nesse sentido, o patrimônio cultural religioso atua como definidor de identidades, bem como mantenedor de tradições culturais, na medida em que apresenta símbolos e valores que são transmitidos às gerações futuras e que são características de uma determinada sociedade. Nesse contexto, entende-se o patrimônio cultural religioso não apenas enquanto produção da cultura mas, o seu papel social enquanto testemunho para preservação do referencial cultural de uma sociedade, ou seja, ocupa também a função de resguardar a memória social que é fundamental para construção de identidades.

Em relação às produções acadêmicas do Mestrado em História da UFGD, nota-se que a temática patrimonial ainda tenta se inserir às discussões e às possibilidades de pesquisa, sendo que, aos poucos, novos pesquisadores são atraídos e instigados a trabalhar nessa perspectiva cultural. Além disso, as produções relacionadas à história de Dourados e região têm em grande parte priorizado outros aspectos e problemáticas, e as produções relacionadas à Igreja Católica têm explorado o debate da mesma enquanto instituição religiosa. Dessa forma, se nota que a Igreja Católica também pode ser percebida enquanto objeto de pesquisa que engloba outras vertentes, que possui outros elementos que podem ser estudados a partir de outras perspectivas, com novos campos à serem abordados, novos olhares a serem apurados.

Ciente do contexto abrangente das discussões acerca do patrimônio cultural, esta Dissertação buscou analisar a perspectiva do patrimônio cultural religioso, enquanto construção e constituição de relações sociais e seus símbolos, pois alguns permanecem no espaço urbano e imaginário dos indivíduos, perpassando as gerações, como é o caso do objeto pesquisado, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição.

No caso de Dourados, cidade cujo povoamento não índio ocorreu pela chegada e permanência de migrantes e imigrantes de diferentes culturas, o patrimônio cultural religioso pode ser entendido como uma construção identitária, representada pelos diferentes elementos simbólicos religiosos e culturais, aspectos físicos patrimoniais, além das diversas práticas de religiosidade que foram aos poucos incorporadas e que, de alguma forma, estão diretamente associadas às memórias dos sujeitos presentes nesse contexto. Desse modo, a heterogeneidade cultural, traduzida pelas diversas raças, línguas e nacionalidades que formaram e construíram a cultura sul-mato-grossense, produziram especificidades e características peculiaridades

pelas quais os indivíduos pertencentes a distintos grupos se aproximaram e se diferenciaram dos demais.

Outra questão importante a ser levantada é relacionada à definição do que será considerado patrimônio cultural religioso, bem como quem define o espaço do mesmo. Logicamente que tais questões dependem dos valores que a comunidade local atribui a esse patrimônio e a forma como essas atribuições são (re)construídas permanentemente. Desse modo, torna-se necessário articular o entendimento entre a *construção edificada* e a *construção social* percebida pelos símbolos e valores, pelas relações de pertencimento com o patrimônio e outros elementos que vão forjar e acompanhar a formação da memória coletiva.

Nesse cenário, percebe-se que a contextualização do edifício não se separa da história da qual é testemunho e do espaço em que se localiza e que, portanto, para uma adequada compreensão da pluralidade dos traços culturais inerentes ao patrimônio cultural religioso, devem ser levados em consideração aspectos subjetivos, inclusive as sensações decorrentes de vivências coletivas que extrapolam o sentido da materialidade.

A dissertação buscou apontar, sobretudo, que a compreensão do patrimônio cultural religioso Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição deve entrelaçar a materialidade às especificidades imateriais vinculadas às vivências e aos significados sociais do espaço e da associação entre as dimensões tangíveis e intangíveis, mediante uma percepção voltada à integração entre o elemento físico e os elementos subjetivos, ligados às tradições culturais, à memória coletiva e à identidade.

Assim, percebe-se que a influência da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, através de suas representações patrimoniais, sejam elas tangíveis ou intangíveis, contribuem para a preservação de uma memória identificada como a presença de um passado, expresso em seu símbolo maior, cujos elementos materiais e imateriais juntam-se, complementam-se e formam um sentido que não pode ser separado, nem compreendido de forma fragmentada.

A história da construção da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição perpassa a própria construção da história de Dourados. Quando um grupo de fiéis formado por migrantes se organizou para construir a primeira capela em 1925, Dourados ainda era um povoado, um distrito pertencente à Ponta Porã. Conforme a localidade foi se desenvolvendo economicamente, outros grupos de migrantes foram chegando, construindo suas casas e comércios, trabalhando nas chácaras e fazendas e, em grande parte, frequentando a igreja que ficava (fica) localizada na área central do Patrimônio de Dourados. Assim, quando nos reportamos à gênese dessa construção, não podemos deixar de pensar e problematizar as

relações sociais e, nesse caso, sobretudo religiosas, existentes entre os indivíduos que interagem nesse espaço simbólico que abarca processos migratórios, multiculturalismos, relações de poder e vivências culturais.

Nesse sentido, vai se formando um grupo social com um interesse em comum e que irá, aos poucos, atuar na ampliação e consolidação física e simbólica desse patrimônio e paralelamente na cidade de Dourados. Assim, a forma como a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição foi *construída* carrega traços, detalhes e valores presentes naquele momento e que, conforme foram sendo conservados, são percebidos como identidade patrimonial local.

A chegada dos franciscanos na cidade para assumir a Paróquia de Dourados no final da década de 1930 revelou uma série de desdobramentos e imbricações relacionadas direta ou indiretamente ao patrimônio cultural religioso. Diante das trocas sociais, esses indivíduos foram moldados culturalmente e também mudaram o ambiente religioso em Dourados, pois produziram memórias, fizeram história. Nesse processo histórico, atuaram em diversas frentes missionárias, reformaram, aumentaram e demoliram a igreja, assim como construíram e constituíram a Catedral de Dourados. Porém, o que mais chama a atenção diante da vivência de décadas dos franciscanos em Dourados, é o embate com os Protestantes, a disputa pelo mercado de bens simbólicos dessas duas religiões que paralelamente também se desdobra em uma disputa de poder relacionado aos símbolos patrimoniais representantes e representativos na área urbana da cidade.

Percebe-se assim que a paisagem urbana, com seus aspectos arquitetônicos, a igreja centralizada nesse espaço, o cotidiano de católicos e não católicos utilizando e vivenciando esse espaço central urbano enquanto elemento social e cultural de relações, é passível de uma pluralidade de significados de uso por parte desses grupos: Igreja, Estado e comunidade. E essas relações se sobrepõem, se antagonizam, negociam-se mutuamente e se combinam de acordo com os interesses desses grupos sociais. Essas percepções de mundo provêm do olhar de cada grupo: Igreja, seus fiéis locais e o governo local que, de acordo com suas atuações histórico-sociais e estéticas, vão atribuir sentido singular e valor simbólico ao patrimônio cultural religioso.

Com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e da Colônia Agrícola Municipal de Dourados na década de 1940 novo impulso ao povoamento ocorreu devido ao processo migratório que trouxe indivíduos de diversos estados brasileiros para viverem e trabalharem aqui. Tal fato alterou o cenário urbano e rural da região de Dourados,

proporcionando, além do desenvolvimento econômico do município, novas trocas e experiências culturais, o que levou a maior heterogeneidade social e aos diversos multiculturalismos presentes nos aspectos identitários douradenses até a contemporaneidade.

Apesar de estarem mais diretamente ligadas às igrejas e posteriormente paróquias fundadas dentro da CAND e da CMD, indiretamente, as colônias e os colonos contribuíram para o crescimento e o fortalecimento do que, mais tarde, seria o principal templo e símbolo do Catolicismo e do patrimônio cultural religioso ligado ao mesmo na cidade de Dourados, além de fundamentarem os sentidos desses símbolos através de suas vivências sociais e religiosas.

Juntamente à criação da Paróquia de Dourados (1935) e a categorização da Igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição, novos elementos materiais e simbólicos vão compondo, aos poucos, o contexto urbano central do município. Tais elementos que, devido à seus contextos históricos, sociais e religiosos, foram influenciadores e legitimadores da expansão e consolidação do patrimônio cultural religioso pesquisado.

Assim, a Casa Paroquial que, além de ter função de moradia e de ambiente de trabalho missionário para os franciscanos, tem relação direta com a igreja, na medida em que acompanha seu desenvolvimento construtivo e de ação religiosa, além de ser agregador das práticas católicas evidenciadas através do seu espaço.

Já o Patronato de Menores pode ser percebido enquanto símbolo de outra ação na frente de atuação católica: a educação e, nesse sentido, temos a simbologia da intenção patrimonial também através do viés educador, além da propagação das práticas e da doutrina Católica através do viés evangelizador.

E a Praça Antônio João, localizada em frente à Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, constituiu-se em seu espaço simbólico-social, sediando muitas vezes a interpretação dos elementos imateriais do patrimônio cultural religioso, representados sobretudo, pelas quermesses, festas em honra à Padroeira da cidade, missas campais e procissões.

Nesse contexto, torna-se indissociável a representação patrimonial religiosa da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição à da Casa Paroquial, do Patronato de Menores e da Praça Antônio João, pois os mesmos contribuíram para essa *construção*, para essa formação do patrimônio cultural religioso. Esses elementos arquitetônicos do entorno da igreja simbolizam a sua amplitude social e religiosa, bem como atuam na sua consolidação enquanto patrimônio, pois juntamente com ela, desenvolveram-se e formaram um conjunto

arquitetônico que confere a beleza e grandeza da arquitetura na organização urbana, além da experiência simbólica ativada por esses elementos através da organização e participação dos indivíduos moradores, sobretudo dos fieis católicos.

Além desses elementos, as relações sociais que se articularam entre os indivíduos que vivenciaram, *viveram* e *vivem* esse patrimônio cultural religioso foram fundamentais para a legitimação da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição em Catedral Imaculada Conceição de Dourados, sobretudo no imaginário dos moradores, viabilizados através de suas memórias. Ou seja, para a eleição e/ou a nomeação desse patrimônio cultural religioso, a construção simbólica foi tão importante quanto a própria construção física da igreja.

Ao finalizarmos a dissertação, apresentou-se o patrimônio cultural religioso consagrado e legitimado, com a elevação da Igreja Matriz Nossa Senhora Imaculada Conceição à Catedral da Diocese de Dourados (1957). O processo histórico e construtivo arquitetônico e simbólico, as relações sociais e os desdobramentos religiosos que intermearam esse processo foram importantes para conceber e entender a formação de um dos patrimônios mais representativos para a cidade de Dourados atualmente.

Assim, apresentam-se à conclusão algumas assertivas e questionamentos no intuito de contribuir com o debate da temática patrimonial. De acordo com a pesquisa implementada, percebemos que a articulação simbólica entre memória coletiva, interação de um grupo social dentro de um espaço, dará origem a um patrimônio cultural. Por que precisamos debater sobre patrimônio? Por que é importante estudar o patrimônio cultural local? Por que é interessante pesquisar um patrimônio cultural religioso em Dourados? As respostas para essas questões estão relacionadas justamente a processos culturais e sociais que formaram Dourados enquanto núcleo urbano, e aos indivíduos que participaram desse contexto.

Dos diversos grupos sociais de migrantes que povoaram e construíram a cidade de Dourados, um em especial ligado à religiosidade católica mobilizou uma comunidade para a construção de uma capela sendo que, tal construção, material e simbólica, foi realizada através das memórias católicas que trouxeram de seus lugares de origem. Tais memórias tornaram-se coletivas a partir das experiências e da vivência desse grupo em comunidade. Com o passar do tempo, esses grupos vão se reorganizando através de seus membros e renovando suas práticas católicas através do símbolo maior do Catolicismo em Dourados, a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, construindo e constituindo-se dessa forma, um patrimônio cultural religioso.

A importância dos diversos elementos físicos, simbólicos e históricos e suas articulações no espaço urbano, bem como as relações entre os indivíduos e instituições de poder legitimadoras do patrimônio trazem ao debate a complexidade social e, ao mesmo tempo, a grandiosidade cultural que representa a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição enquanto patrimônio cultural de Dourados.

Nesse sentido, no intuito de contribuir para as discussões acerca da temática patrimonial, espera-se que essa produção acadêmica incentive novas pesquisas dedicadas tanto ao tema patrimônio cultural religioso em Dourados, como também à Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, importante símbolo da identidade douradense.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

SITES

- Arcanjo Miguel - <http://www.arcanjomiguel.net/exorcismo_leao_satana.html>
- Blog Fala Memória - <<http://falamemoria.blogspot.com.br/2016/02/festas.html>>
- Catolicismo Romano - <<http://www.catolicismoromano.com.br/content/veiw/751/28/>>
- Católico Orante - <<http://www.catolicoorante.com.br/oração.php?id=113>>
- Código de Direito Canônico - <http://www.vatican.va/archive/cdc/index_po.htm>
- Constituição Federal - <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislação>>
- Ex-Votos do Brasil - <<http://ex-votosdobrasil.blogspot.com.br/p/ex-votos.html>>
- Franciscanos no Brasil - <http://www.franciscanos.org.br/?page_id=5512>
- IBGE - <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/dourados/panorama>>
- Igreja Presbiteriana de Dourados - <<http://www.ipbdourados.org.br/nossa-historia>>
- IPHAN - <<http://portal.iphan.gov.br/>>
- Praça Antônio João - <<http://www.douradosnews.com.br/arquivo/praca-antonio-joao>>
- Prefeitura de Dourados - <<http://www.dourados.ms.org.br/index.php/categoria/legislação/leis-ordinárias/>>
- Significados - <<https://www.significados.com.br/corpus-christi/>>
- UNESCO - <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>>
- UNESCO - <<http://www.portopatrimoniomundial.com/>>
- Veritatis Splendor - <<http://www.veritatis.com.br/inicio/espaco-leitor/qual-a-diferenca-entre-clero-secular-e-regular/>>
- Vicariatos - <<http://www.catequisar.com.br/texto/colunas/juberto/30.htm>>

FONTES PAROQUIAIS

Livro Tombo da Paróquia de São José de Ponta Porã (1928-1961). Disponível na Paróquia São José de Ponta Porã/MS.

Livro Tombo I da Paróquia de Dourados (1936-1970). Disponível na Cúria Diocesana de Dourados e no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

Livro Tombo da Paróquia de Santo Antônio - Campo Grande - Diocese de Corumbá (1929-?). Disponível na Cúria Diocesana de Dourados.

Livro Tombo Cartas Circulares, Avisos e Cartas Pastorais (1934-1943). Disponível na Paróquia São José de Ponta Porã/MS.

Livro Tombo Diocese de Corumbá (1935-1958). Disponível no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

Livro Tombo Dom José (1958-1960). Disponível no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

Livro Tombo I da Diocese de Dourados (1958-1988). Disponível no Centro de Documentação Regional - CDR/FCH/UFGD (cópia digitalizada).

Livro de Registro de Casamentos nº 3 (1954-1988). Disponível na Paróquia de Dourados.

LEIS, DECRETOS, CÓDIGOS E CONVENÇÕES

Constituição Federal Brasileira, 1988.

Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, 1972.

Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003.

Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937.

Decreto nº 3551, de 04/08/2000.

Lei nº 662, de 01/06/1967.

Código de Direito Canônico, 1983.

JORNAIS

O Progresso

Nº 68, 12/06/1921

Nº 73, 17/07/1921

Nº 232, 01/08/1926

Nº 241, 03/10/1926

Nº 280, 03/07/1927

Nº 10, 24/06/1951

Nº 69, 24/08/1952

Nº 95, 22/02/1953

Nº 99, 22/03/1953

Nº 120, 16/08/1953

Nº 121, 23/08/1953

N° 136, 06/12/1953
N° 139, 27/12/1953
N° 145, 07/02/1954
N° 146, 14/02/1954
N° 148, 28/02/1954
N° 155, 21/04/1954
N° 160, 23/05/1954
N° 164, 20/06/1954
N° 174, 29/08/1954
N° 176, 12/09/1954
N° 183, 21/11/1954
N° 184, 28/11/1954
N° 186, 12/12/1954
N° 195, 13/02/1955
N° 197, 27/02/1955
N° 198, 06/03/1955
N° 202, 03/04/1955
N° 204, 24/04/1955
N° 210, 05/06/1955
N° 212, 19/06/1955
N° 228, 16/10/1955
N° 230, 30/10/1955
N° 236, 11/12/1955
N° 239, 01/01/1956
N° 242, 22/01/1956
N° 243, 29/01/1956
N° 244, 05/02/1956
N° 270, 26/08/1956
N° 273, 16/09/1956
N° 285, 16/12/1956

Nº 287, 30/12/1956
Nº 289, 10/02/1957
Nº 317, 01/09/1957
Nº 320, 29/09/1957
Nº 327, 10/11/1957
Nº 329, 24/11/1957
Nº 330, 10/12/1957
Nº (??), 25/01/1959
Nº 424, 07/02/1960
Nº 433, 22/05/1960
Nº 439, 14/08/1960
Nº 799, 07/12/1966
Nº 4217, 20/12/1985
Nº 10203, 19-20/12/2007

O Douradense

Nº 4, 24/06/1948
Nº 13, 02/12/1948
Nº 16, 01/08/1950

Jornal Elo

Nº 355, jan./fev., 2012
Nº 391, jun., 2015

**LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, TESES E OUTROS TRABALHOS
ACADÊMICOS**

ALVES, Heliana de Moraes. *Patrimônio e memória: um olhar sobre as paisagens ferroviárias do município de Restinga-Sêca/RS - 1920 até os dias atuais*. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Naturais e Exatas, Departamento de Geociências, Universidade de Santa Maria, Santa Maria, RS.

AMARAL. Inez Maria Bitencourt do. *Entre rupturas e permanências: a Igreja Católica na região de Dourados (1943 – 1971)*. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

ANUÁRIO DIOCESANO. Diocese de Dourados: Dourados, 2016.

- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 5. ed. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.
- BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas/SP: Papirus, 2000.
- BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstrução da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-172.
- BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição, padroeira de Dourados (1920-1960): conservadorismo e mudança de práticas culturais. *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v.4, n. 7, p.16-37, jul./dez. 2014.
- BETONI, Walteir Luiz. *Dourados: entre a memória e a história*. 2002. 101 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; ALMEIDA Maira Geralda de. Apropriação simbólica do território: o catolicismo em Sergipe. In: SEMINÁRIO REGIONAL NORTE E NORDESTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 2., 2012, Campus I João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: [s.ed.], 2012. p. 1-11.
- BORGES, Célia Maia. A memória e o espaço sagrado: os colonos e a apropriação simbólica dos lugares. *LOCUS - Revista de História, Dossiê patrimônio histórico e cultural, Juiz de Fora*, v. 31, p. 119-130, 2010. ISSN 1413-3024.
- BRAZIL, Maria do Carmo.; SILVA, Wilker Solidade da. História e Educação em Dourados/MS: Grupos Escolares no sul de Mato Grosso (1963-1974). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: conhecimento histórico e diálogo nacional, 27., 2013, Natal/RN. *Anais...* Natal: ANPUH BRASIL, 2013, p. 1-19.
- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *A cidade inventada: a Paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. 1993. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pessa Cintrão. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- _____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Tradução de Maurício Santana Dias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, 1994.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.
- CAPILÉ JÚNIOR, João Augusto.; CAPILÉ, Júlio.; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz e. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: [s.n.], 1995.
- CAPILÉ, Júlio. *Antigamente era assim: para a história*. Brasília: Ed. do Autor, 2004.
- CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas contemporâneas para políticas de preservação. *TOPOS - Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.134-138, jan./jun.1999.

- CASTRO, Demian Garcia. *Patrimônio histórico-arquitetônico como marca de qualificação da paisagem de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo*. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, 4. ed. Conferência Episcopal Portuguesa – Lisboa Editorial Apostolado da Oração – Braga. Versão Portuguesa: Lisboa Portugal, 1983.
- COMISSÃO DE REVISÃO HISTÓRICA DE DOURADOS. [As principais ruas de Dourados de antigamente]. *Facebook*. 21. mar. 2016. Disponível em: < <https://www.facebook.com/Comiss%C3%A3o-de-Revis%C3%A3o-Hist%C3%B3rica-de-Dourados-333988816759724/>>. Acesso em: 2. mar. 2017.
- CORRÊA, Lucia Salsa. *História e Fronteira: o sul do Mato Grosso (1870-1920)*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo Sul de Mato Grosso*. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- CRUZ, Heloisa de Faria.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- DAL BOSCO, Maria Goretti. *Viajantes da ilusão: os pioneiros*. Dourados: ViaNova, 1995.
- DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ELSING, Frei Jorge, O.F.M. *Entre os rios Paraguai e Paraná: experiências e reflexões de um missionário franciscano no Mato Grosso*. Tradução do alemão de Frei Valdemar do Amaral, O. F. M. Campo Grande: Edições Loyola, 1988.
- ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense (1920-1990)*. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- FERNANDES, Maria Diléia Espíndola.; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados-MS. *Inter-Ação: Ver. Fac. Educ. Goiânia*, v. 29, n. 1, p. 43-62, jan./jun. 2004. ISSN: 1981-8416.
- FUNARI, Pedro Paulo.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.
- GIRON, Loraine Slomp. *Festas*. 20 fev. 2016. Disponível em: < <http://falamemoria.blogspot.com.br/2016/02/festas.html>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

- GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012.
- GONÇALVES, Carlos Barros. *Até aos confins da terra: o movimento ecumênico protestante no Brasil e a evangelização dos povos indígenas*. Dourados : Ed. UFGD, 2011.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Dourados: L.A. Gressler, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- JOSGRILBERT, Alessandra Viegas. *Escolarização na fronteira Brasil Paraguai: 1901-1927*. 2015. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- KNOB, Frei Pedro, O. F. M. *A missão franciscana do Mato Grosso: em comemoração dos 50 anos de fundação*. Campo Grande: Edições Loyola, 1988.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.
- _____. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LIMA, José da Silva. Linguagens do patrimônio cultural e religioso na sociedade. In: CRUZ, Robson. *A transmissão do Patrimônio Cultural e Religioso*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 91-107.
- LUCIANO, Luís Carlos. *71 anos do Legislativo de Dourados: 1935-2006*. Dourados, MS. 2006.
- MARIN, Jéri Roberto. *A Igreja Católica e o centenário da Diocese de Corumbá: história e imagens*. Campo Grande: UCDB, 2011.
- _____. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In: MARIN, Jéri Roberto (Org.). *Religiões e identidades*. Dourados: Ed. UFGD, 2012. p. 103-130.
- MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 281-308.
- MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008. cap. 3.
- MEDEIROS, Renato de. *Um olhar sobre o patrimônio histórico-arquitetônico de Assú/RN: análise com base na percepção dos usuários e no ponto de vista técnico*. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- MENDES, Maria Lúcia Dias. *No limiar da história e da memória*. Um estudo de *Mês mémoires*, de Alexandre Dumas. 2007. 320 f. Tese (Doutorado em Letras) - Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990.

NÓBREGA, Zulmira. Cartografia da festa do maior São João do mundo: casas, bairros e distrito de Campina Grande-PB. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 7., 2011, Salvador. *Anais...* Salvador/BA: [s.ed.], 2011. p. 1-15.

NOLASCO, Simone Ribeiro. *Patrimônio cultural religioso: a herança portuguesa nas devoções de Cuiabá colonial*. Cuiabá/MT: Entrelinhas: Ed UFMT, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 1, n.1, p. 3-12, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/viewDownloadInterstitial/225/179>> Acesso em: 16 de jul. 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 7-8.

PINTO, Maiara Laís; SOUZA, João Carlos de. *Praças de Dourados, espaços públicos, usos e visibilidade na imprensa*. Relatório final de Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

PINTO, Maiara Laís. *Da usina termoelétrica Senador Filinto Muller à Usina Velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense*. 2015. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMPEU, Ercília de Oliveira. *Monografia do Município de Dourados*. Dourados: Nicanor Coelho Editor: Grupo Literário Arandu, 2014. Texto original mimeografado (1965).

PONCIANO, Nilton Paulo. *Fronteira, Religião, Cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial da cidade de Fátima do Sul/MS (1943-1965)*. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Letras e Ciências de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis/SP.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A companhia Mate Laranjeira e seus fluxos mercantis (1891-1902). In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA Y XXIII JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, 3., 2012, Bariloche. *Anais...* Bariloche/Argentina, [s.ed.], 2012. p. 1-27. ISSN 1853-2543.

_____. *Contribuições na banca de Qualificação de Mestrado de Camila de Brito Quadros Lara*. Dourados: FCH/UFGD, set. 2016. Gravação em áudio (formato digital).

RIBEIRO, Cláudio Rezende; SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo/SP: [s.ed.], 2014. p. 1-12.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

- ROCHA, Silvia Regina da Mota. *Construção e análise do Inventário do Patrimônio Religioso paraibano: informação como representação social*. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB.
- ROSA, Pedro Angelo da. *Resenha histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*. Campo Grande: Livraria Ruy Barbosa, 1962.
- SAMARA, Eni de Mesquita.; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- SANTINI, Poliana Gianello. a presença da Igreja Católica na educação em Dourados/MS: o caso do Patronato de Menores (1943 – 1983). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo/SP: ANPUH, 2011. p. 1-11.
- SANTOS, Claudete Soares de Andrade. *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*. 2007. 100f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- SILVA, Fabiana Felix do Amaral e. *Identidade cultural, culturas subalternas e o patrimônio arquitetônico: a experiência de São Luiz do Paraitinga*. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Vanessa Regina Freitas da. *Patrimônio, memória e mercadoria: uma reconstrução arquitetônica em Ouro Preto, Minas Gerais*. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.
- SILVA, Rodrigo da.; OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Memória da cidade: história e patrimônio urbano no Brasil*. São Paulo: Caixa Cultural: Conceito Humanidades, 2011.
- SILVA, Marcos A. da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- SOUZA, Rozemar Mattos. *Dourados: seus pioneiros, sua história*. Dourados: Centro Cívico, histórico e cultural 20 de dezembro, 2003.
- SOUZA, Elenice. Manzoni. *Patrimônio arquitetônico de Santiago/Rio Grande do Sul: identificação e valoração*. 2011. 314 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.
- STAROSKI, Vivian.; OLIVEIRA, Paulo Rogério de. Em busca de um passado: a colonização e o mito de origem de Petrolândia (SC). *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2015. ISSN 1807-6971.
- TEIXEIRA, Luana. Lugares. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.
- UNESCO no mundo e no Brasil. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. UNESCO: Representação no Brasil: ONUBR Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>> Acesso em: 26 de jul. 2017.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 24 de agosto de 2017.

Camila de Brito Quadros Lara